

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
DOUTORADO EM ENFERMAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FILOSOFIA, SAÚDE E SOCIEDADE**

VALÉRIA SILVANA FAGANELLO MADUREIRA

**A VISÃO MASCULINA DAS RELAÇÕES DE PODER NO CASAL
HETEROSSEXUAL COMO SUBSÍDIO PARA A EDUCAÇÃO EM
SAÚDE NA PREVENÇÃO DE DST/AIDS**

Florianópolis, fevereiro de 2005.

VALÉRIA SILVANA FAGANELLO MADUREIRA

**A VISÃO MASCULINA DAS RELAÇÕES DE PODER NO CASAL
HETEROSSEXUAL COMO SUBSÍDIO PARA A EDUCAÇÃO EM
SAÚDE NA PREVENÇÃO DE DST/AIDS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do Título de Doutor em Enfermagem – Área de Concentração: Filosofia, Saúde e Sociedade.

Orientadora : Dr^a. Mercedes Trentini

Florianópolis, fevereiro de 2005.

FICHA CATALOGRÁFICA

Decléia Maria Faganello – Bibliotecária CRB 8/6527

Madureira, Valéria Silvana Faganello

A visão masculina das relações de poder no casal heterossexual como subsídio para a educação em saúde na prevenção de DST/aids / Valéria Silvana Faganello Madureira. -- 2005.

287 f.

Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

Área de concentração: Filosofia, Saúde e Sociedade
Orientadora: Dra. Mercedes Trentini

1. Educação em saúde 2. DST/AIDS - Prevenção 3. Casal heterossexual 4. Relação de poder 5. Promoção da Saúde

CDD-613.952

VALÉRIA SILVANA FAGANELLO MADUREIRA

**A VISÃO MASCULINA DAS RELAÇÕES DE PODER NO CASAL HETEROSSEXUAL
COMO SUBSÍDIO PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DE DST/AIDS**

Esta tese foi _____ em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem para obtenção do título de Doutor em Enfermagem – Área de Concentração: Filosofia, Saúde e Sociedade.

Florianópolis, _____ de _____ de _____.

Dr^a. Maria Itayra Coelho de Souza Padilha
Coordenadora do Programa

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a. Mercedes Trentini
– Presidente –

Dr. Fernando Lefèvre
– Membro –

Dr. Selvino Assmann
– Membro –

Dr^a. Valéria Lerch Lunardi
– Membro –

Dr. Antonio de Miranda Wosny
– Membro –

Dr. Jonas Salomão Spricigo
– Membro –

Dr^a. Maria Juracy Toneli
– Suplente –

Dr^a. Adriana Dora da Fonseca
– Suplente –

***Ao Sérgio,
Meu marido, meu amigo,
companheiro de vida e de
sonhos, meu amor.
Sem você, não teria valido
a pena!***

***À Luísa e ao Francisco,
Meus filhos queridos, que dão
'cor e sabor' à vida.***

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

À professora Mercedes Trentini, minha orientadora, que soube compartilhar sua sabedoria ajudando-me a cumprir este percurso de maneira prazerosa e deixando-me com o desejo de um dia 'ser como ela'. À senhora, meu carinho, meu reconhecimento, minha saudade.

Ao professor Selvino Assmann, que, com seu entusiasmo, sua disposição e seu espírito questionador ajudou-me a desvendar um pouco de Foucault. Professor, o senhor é o máximo!

À Stela, amiga de muitos anos, companheira neste período de dedicação ao doutorado, presença nas boas horas e apoio nos maus momentos. Você é especial!

À Cláudia, que participou ativamente deste trabalho ajudando-me nos encontros de grupo, entusiasmando-se com ele, ouvindo meus relatos e discutindo-os comigo. De nossas longas conversas resultaram muitas e boas idéias. Obrigada, amiga!

À Dirlei, que se integrou à minha família, cuidando-a como sua e possibilitando minha imersão nos estudos. Obrigada pelo afeto, pelo carinho, pela dedicação, pelo compromisso e pela sempre bem-humorada disposição. Sem você este trabalho não teria sido possível!

À Lela, minha querida irmã, sempre disposta a ajudar e que, nas minhas freqüentes ausências, cumpriu as atividades que me cabiam e deu atenção de tia aos meus filhos. Obrigada, irmãzinha!

AGRADECIMENTOS

Aos homens que, mais do que participantes, foram entusiasmados companheiros deste estudo, tornando prazerosa a coleta dos dados. Sem a disposição com que aceitaram compartilhar suas experiências de vida este estudo não teria sido possível.

À Empresa, por me ter permitido coletar os dados que fundamentaram este estudo durante o horário de trabalho, possibilitando a participação dos homens.

Aos professores Valéria Lerch Lunardi, Fernando Lefèvre, Selvino Assmann, Jonas Salomão Spricigo, Maria Juracy Toneli e Adriana Dora da Fonseca, que aceitaram examinar este trabalho, enriquecendo-o com suas contribuições.

A todo o corpo de professores do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC, com quem aprendi muito nestes anos de estudo.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC, especialmente à Claudia, ao seu Jorge e à Odete, sempre dispostos a atender as solicitações dos alunos com presteza, competência e gentileza.

A todas(os) as(os) professoras(es) do Curso de Enfermagem da Universidade do Contestado em Concórdia, SC, por terem possibilitado meu afastamento para dedicar-me ao doutorado. Obrigada em especial à Vilma, à Ivete, à Ana Maria, à Edi e à Maria Cristina, que, mais do que colegas de trabalho, são amigas.

À direção da Universidade do Contestado em Concórdia, SC, especialmente a Ortenila Sopelsa, Leandro Ramires Comassetto, João Carlos Biesus e Dr. Pacheco, que me proporcionaram as condições ideais para estudar. Muito obrigada!

À UnC, à UFSC e ao CNPq, instituições que, com seu apoio, possibilitaram meu crescimento profissional.

Às professoras Dra. Maria Juracy Toneli, Dra. Mara Coelho Lago e Dra. Miriam Pillar Grossi, que, com o entusiasmo e a paixão com que se dedicam ao seu trabalho, ajudaram-me a compreender um pouco melhor as relações de gênero.

A meus pais, Lúcia e Nevio, que souberam me orientar para a vida, estimulando minha independência e meu desejo de crescer.

A Decléia, minha irmã e amiga, sempre presente, mesmo quando distante.

Aos colegas de doutorado, turma 2001, parceiros de um tempo do qual guardarei muitas e boas lembranças. Obrigada em especial a Vera Lúcia, Adriana, Maria Angélica, Maira, Rosemeire, Edilza, Teda e Theo pelos bons momentos, pelas festas e pela companhia bem-humorada.

À minha amiga Marisa Bonissoni Bruschi, pelas observações que enriqueceram minha interpretação.

À Vilma Beltrame, colega e amiga, que colocou seu senso crítico na leitura deste trabalho, comentando-o e ajudando-me a perceber aspectos que precisavam de melhor elaboração.

À Elisete Maria Pedott, minha amiga e diretora acadêmica da UnC Concórdia à época da seleção para o doutorado, pelo incentivo, apoio e confiança que sempre depositou em mim.

À Maria Cristina, ao Bolão, à Rosane e à Ana Cristina, amigas cultivadas e fortalecidas em função do convívio de nossas filhas, que fizeram parte da rede de ajuda que me deu suporte nestes anos de doutorado. Obrigada!

À Marice Casagrande, pelos bons “papos” e por sua disposição em ajudar.

À Dra. Rosane Gonçalves Nitsche, pela oportunidade que nos deu, à Angélica e a mim, de desenvolver nosso estágio de docência em sua disciplina no Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

À Gladis Ichazo, por ter elaborado o *resúmen* deste trabalho.

Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ela assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida em que a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e refletir.

Michel Foucault (1998, p. 13)

RESUMO

MADUREIRA, Valéria Silvana Faganello. **A visão masculina das relações de poder no casal heterossexual como subsídio para a educação em saúde na prevenção de DST/aids.** 2005. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Curso de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Trata-se de um estudo desenvolvido com o objetivo de compreender as relações de poder no casal heterossexual a partir da perspectiva do homem, bem como suas vinculações com a prevenção de aids. Para tanto, dez homens de orientação heterossexual que vivem relações afetivo-sexuais duradouras – legalmente formalizadas ou não –, em co-habitação com a companheira e que têm pelo menos o nível fundamental de instrução participaram. As proposições de Foucault sobre relações de poder e constituição da subjetividade formaram as bases teórico-filosóficas que deram sustentação a este estudo qualitativo, que tomou a Pesquisa Convergente-Assistencial – PCA – como referencial metodológico. Os dados foram coletados através de discussões de grupo desenvolvidas no decorrer de seis encontros, nos quais foram abordadas diversas temáticas relacionadas com sexualidade e DST/aids. Os encontros de grupo integraram uma iniciativa de educação em saúde que propiciou a convergência entre a pesquisa e a assistência preconizada pela PCA. Além destes encontros, os dados foram coletados em duas entrevistas individuais realizadas com cada um dos homens, cuja guia incluía temas relativos ao viver em casal e à vida afetivo-sexual do homem e do casal. A análise dos dados foi feita de acordo com o Discurso do Sujeito Coletivo – DSC – o que propiciou a organização de discursos a partir de grandes temáticas emergentes das discussões de grupo e dos relatos individuais, as quais mantinham estreita ligação com a questão norteadora e com os objetivos do estudo. Estas temáticas incluem o que é ser homem, a vida afetivo-sexual do casal e o uso do preservativo e, em cada uma delas, foram organizados DSC em torno de idéias centrais diferentes, os quais complementaram uns aos outros. A discussão dos DSC relativos a estas temáticas possibilitou uma melhor compreensão da problemática em estudo e evidenciou a existência de diferentes dinâmicas de circulação do poder nas relações de casal, as quais têm implicações diretas no trabalho de educação em saúde para prevenção de DST/aids. A compreensão destas dinâmicas subsidiou a proposição de um referencial teórico para utilização na educação em saúde – foco do cuidado de enfermagem – voltada para a prevenção de DST/aids. Neste referencial articulam-se os conceitos de promoção da saúde, educação em saúde, diálogo, casal heterossexual, saúde e cuidado de si, perpassados pelas relações de poder que se disseminam pelo corpo social.

Palavras-chave: relações de poder, gênero, casal heterossexual, DST/aids, educação em saúde.

ABSTRACT

MADUREIRA, VALERIA SILVANA FAGANELLO. **The masculine vision of the power relations of heterosexual couples as a subsidy for health education in the prevention of STD/aids. 2005.** Thesis [Doctorate in nursing] — The Post-graduate course in Nursing, Federal University of Santa Catarina, Florianopolis, 2005.

Treated as a study developed with the objective of understanding the power relations in the heterosexual couple from the male perspective including his relation with the prevention of aids. Therefore ten men with heterosexual orientation, that have sexual-affective relations lasting, legally constituted or not- in co – habitation with a companion and whom at least has the same level of instruction, took part in the study. The proposition of Foucault about power relations and the constitution of the subjectivity form the bases of philosophical theory that support the qualitative study, which uses convergent-assistential-research-CAR- as a methodological reference. The data were collected through group discussions, developed between six meetings, in which diverse themes related with sexuality and STD/aids were treated. The groups meetings initiate the health education that propel the convergence between the research and the preconceived assistant by CAR. Apart from this meetings data were collected during two individual interviews realized in each one of the men which guide include themes related with living as a couple and the affective-sexual life of the man and the couple. The analysis of the data was done in accordance with the collective speech person-CSP, which prefer organization of speech from greater themes, that emerges group discussions and told individually in which they maintain strong connections with the question and with objectives of the study. This themes include what it is to be a man, the affective-sexual life of the couple, and the use of protection, and in each one of them, a CSP was organized around the different central ideas, in which they complement one another. The discussion of CSP related to this theme facilitate the better understanding of problems in study and shows the evidence of the existence of different dynamics the circulation of power in the relations of the couple, in which has direct implications in the health education work for prevention of the STD/aids. The comprehension of this dynamics subsidize the proposition of a theoretical reference in the use of health education – focal of nursing caring – for the prevention of STD/aids. In these reference, articulation of the idea of health promotions, health education, dialogue, heterosexual couple, health and taking care of yourself, the prepast relations through power that it dissimulate as a social body.

KEY-WORDS: Power relations; gender; heterosexual couples, STD/aids; health education.

RESÚMEN

MADUREIRA, Valéria Silvana Faganello. **LA VISIÓN MASCULINA DE LAS RELACIONES DE PODER DE LA PAREJA HETEROSEXUAL COMO SUBSIDIO PARA LA EDUCACIÓN EN SALUD EN LA PREVENCIÓN DE DST / SIDA 2005.** Tesis (doctorado en Enfermería)- Curso de Posgrado en Enfermería, Universidad Federal de Santa Catarina.

Se trata de un estudio desarrollado con el objetivo de comprender las relaciones de poder de una pareja heterosexual a partir de la perspectiva del hombre, bien como sus vinculaciones con la prevención del SIDA y, por eso, diez hombres de orientación heterosexual, que viven relaciones afectiva-sexuales duraderas –legalmente formalizadas o no – cohabitando con la compañera y que tienen por lo menos el nivel fundamental de instrucción, participaron del mismo. Las proposiciones de Foucault sobre relaciones de poder y constitución de la subjetividad formaron las bases teórico- filosóficas que dieron sustentación a este estudio cualitativo, que tomó la Pesquisa Convergente – Asistencial – PCA – como referencial metodológico. Los datos fueron colectados a través de discusiones de grupo desarrolladas en el correr de seis encuentros, en los cuales fueron abordadas diversas temáticas relacionadas con sexualidad y DST / SIDA. Los encuentros de grupo integraron una iniciativa de educación en salud que propició la convergencia entre la pesquisa y la asistencia preconizado por la PCA. Además de estos encuentros, los datos fueron colectados en dos entrevistas individuales realizadas con cada uno de los hombres, cuya guía incluía temas relativos de vivir en pareja y de la vida afectiva-sexual del hombre y de la pareja. El análisis de los datos fue hecho de acuerdo con el Discurso del Sujeto Colectivo –DSC- el que propició la organización de discursos a partir de grandes temáticas emergentes de las discusiones de grupo y de los relatos individuales, las cuales mantenían estrecha ligación con la cuestión guiadora y con los objetivos del estudio. Estas temáticas incluyen lo que es ser hombre, la vida afectiva – sexual de la pareja y el uso del preservativo y en cada una de ellas, fueron organizados DSC en torno de las ideas centrales diferentes, los cuales se complementan unos a los otros. La discusión de los DSC relativos a estas temáticas, posibilitó una mejor comprensión de la problemática en estudio y evidenció la existencia de diferentes dinámicas de circulación del poder en las relaciones de pareja, las cuales tienen implicaciones directas en el trabajo de educación en salud para prevención de DST / SIDA. La comprensión de estas dinámicas subsidió la proposición de un referencial teórico para utilización en la educación en salud – foco del cuidado de enfermería – volcada para la prevención de DST / SIDA. En este referencial se articulan los conceptos de promoción de la salud, educación en salud, diálogo, pareja heterosexual, salud y cuidado de uno mismo, envueltos por las relaciones de poder que se difunden por el cuerpo social.

Palavras-Clave: relaciones de poder, relaciones de género, pareja heterosexual, DST/SIDA, educación en salud

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	19
2 PODER, GÊNERO E AIDS	29
3 SOBRE HOMENS E MASCULINIDADES	47
3.1 SEXUALIDADE.....	61
3.2 O HOMEM NO CENÁRIO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA.....	70
4 O REFERENCIAL FILOSÓFICO DE FOUCAULT.....	73
4.1 O PODER.....	73
4.2 O CUIDADO DE SI	89
5 O PERCURSO METODOLÓGICO	97
5.1 A PESQUISA CONVERGENTE-ASSISTENCIAL – PCA.....	97
5.2 O TRABALHO DE CAMPO	105
5.2.1 A escolha dos participantes.....	105
5.2.2 A coleta de dados.....	106
5.2.2.1 O grupo	106
5.2.2.1.1 A formação do grupo.....	109
5.2.2.1.2 A dinâmica dos encontros.....	111
5.2.2.1.3 O registro das informações	116
5.2.2.1.4 O cuidado e a pesquisa: a convergência possível.....	117
5.2.2.2 A entrevista.....	120
5.2.2.2.1 A Entrevista semi-estruturada	122
5.2.2.2.2 Registro das informações.....	129
5.2.3 A Análise das informações.....	130
5.2.3.1 A construção do DSC.....	133
5.3 ATENÇÃO AO RIGOR.....	138
5.4 ATENÇÃO À ÉTICA	142
6 O QUE É SER HOMEM	145
6.1 HOMEM: SER OU TORNAR-SE?	166
7 A VIDA AFETIVO-SEXUAL	172
7.1 O AMOR, O DESEJO E O PRAZER SEXUAL	173
7.2 (IN) FIDELIDADE E DIZER 'NÃO'	193
7.3 UNINDO OS PONTOS.....	208
8 USO DO PRESERVATIVO	217
9 O PODER NAS RELAÇÕES DE CASAL	240
9.1 O PODER EM CIRCULAÇÃO	240
9.2 CIRCULAÇÃO DO PODER E EDUCAÇÃO EM SAÚDE	249
9.3 REFERENCIAL PARA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DE DST/AIDS.....	2
9.3.1 PROMOÇÃO DA SAÚDE	2
9.3.2 EDUCAÇÃO EM SAÚDE.....	263
9.3.3 DIÁLOGO.....	267

9.3.4 Casal heterossexual.....	267
9.3.5 Saúde.....	269
9.3.6 Cuidado de si.....	270
10 CONCLUSÃO	272
REFERÊNCIAS.....	282
ANEXOS	295

APRESENTAÇÃO

O crescimento da aids entre casais heterossexuais que vivem relações estáveis compõe a situação social que motivou este estudo, e, de início, pensei em desenvolvê-lo com mulheres. Esta idéia vinha pautada em uma compreensão das relações de gênero com homem e mulher situados em pólos opostos, nas quais o poder do homem incide sobre a mulher, submetendo-a a ele, o que estaria diretamente ligado com a expansão da epidemia da aids e particularmente com a explosão dela entre as mulheres.

Entretanto, o estudo da analítica de poder de Foucault, que o localiza nas relações entre indivíduos ou grupos, percebendo-o como relações de poder – instáveis, móveis, sem pontos fixos – que circulam pelo meio social envolvendo a todos, modificou minha maneira de compreendê-lo.

A interpretação de Foucault enfatiza o caráter produtor do poder, o qual permeia todas as coisas, produzindo saber, discursos, verdade e o próprio sujeito. Ao mesmo tempo, deixa em aberto a possibilidade de resistência e de inversão de posições, as quais estão intimamente relacionadas com a liberdade, elemento central no exercício do poder e que indica o envolvimento ativo dos sujeitos nessas relações.

Localizando o poder nas relações interpessoais, não foi mais possível pensar a relação de casal heterossexual em termos de polaridades como dominador-dominado, embora não se possa negar que essas relações também existam. Antes, estas relações se assemelham a um jogo no qual as forças oscilam de uma posição a outra.

Então a compreensão do poder no plano dos micro-poderes, aliado à carência de estudos desenvolvidos com homens heterossexuais no campo das DST/aids, contribuiu para redirecionar o meu olhar, focalizando-o nos homens e na maneira como visualizam as relações de poder no casal. Essa intenção está diretamente

ligada à promoção da saúde, especialmente à prevenção de aids nas relações de casal, as quais são envolvidas pela teia de poder e gênero que marca essa relação, demandando daqueles que a vivem mais do que 'saber sobre' e disposição individual para tanto.

O que apresento neste estudo é o resultado de um trabalho desenvolvido com um grupo de homens heterossexuais que vivem um relacionamento afetivo-sexual duradouro, co-habitam com a parceira e se dispuseram a ajudar-me a compreender a visão masculina das relações de poder no casal heterossexual e a entender um pouco mais os limites, as dificuldades e as possibilidades de prevenção da aids nessas relações.

O texto vem organizado em nove capítulos, seguidos pelas conclusões. No **primeiro** deles – **Introdução** – delinheio uma panorâmica da problemática em estudo, justificando a opção por ela e apresentando a questão de pesquisa e os objetivos.

No **segundo capítulo** – **Poder, gênero e aids** – procuro ampliar a compreensão da proposta, estabelecendo articulação entre a questão do poder, conforme compreendida por Foucault, as relações de gênero e a aids. No **terceiro capítulo** – **Sobre homens e masculinidades** – o gênero é novamente abordado, agora mais especificamente no que se refere à constituição do homem e da masculinidade, focalizando também a sexualidade e a inserção do homem no cenário da saúde sexual e reprodutiva.

No **quarto capítulo** – **Foucault** – aprofundo a compreensão do referencial teórico-filosófico que fundamenta esta proposta e, para tanto, abordo a analítica foucaultiana do poder e o cuidado de si.

O **quinto capítulo** – **O percurso metodológico** – descreve e avalia a metodologia utilizada no desenvolvimento deste estudo, focalizando a Pesquisa Convergente-Assistencial (PCA) como referencial metodológico; as estratégias utilizadas na coleta de dados e a forma como as empreguei; o registro das informações; o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como método de análise; os cuidados com o rigor científico; a atenção aos princípios éticos e uma análise da

possibilidade de convergência entre o cuidado de enfermagem (aqui, educação em saúde) e a pesquisa.

É no **sexto capítulo – O que é ser homem** – que começo a apresentar os DSC, organizados a partir dos dados obtidos nas discussões de grupo e nas entrevistas individuais, os quais falam do homem de verdade, do machão, nas versões machão-valentão, machão-machista e machão-pegão, bem como do homem homossexual. A discussão desses discursos revela que ‘ser homem’ não é algo dado, mas algo a ser conquistado no decorrer da vida, de tal forma que o viver do homem assume os contornos de um processo de TORNAR-SE homem, processo no qual pertencer ao sexo masculino é condição necessária mas insuficiente.

A **vida afetivo-sexual do casal** é discutida no **sétimo capítulo**, dando atenção aos temas amor, desejo, prazer e fidelidade, que emergiram dos dados como elementos essenciais nas relações de casal e nelas assumem um valor de ‘verdade’. Os discursos que abordam a importância do sexo no casal, as diferenças entre homem e mulher, a iniciativa feminina no terreno sexual, o sexo percebido como um jogo, a vinculação entre amor, família e (in)fidelidade, a infidelidade como motivo para separação do casal e a dificuldade do homem para dizer não a uma oportunidade de manter relações sexuais, permitem compreender as possíveis ligações entre amor, desejo, prazer e fidelidade no viver em casal, bem como o valor desses elementos na constituição de um homem de verdade.

O **preservativo**, recurso disponível a homens e mulheres, que tem a dupla função de proteção de gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), dentre as quais a aids, tem seu uso discutido no **oitavo capítulo**, com base nos discursos que tratam dessa questão nas relações conjugais, nas relações extraconjugais, no sexo seguro e na prevenção de DST/aids.

No **nono capítulo – O poder nas relações de casal** – integro as discussões dos capítulos anteriores na interpretação do poder no âmbito das relações de casal, o que possibilita a identificação de variações na dinâmica de circulação do poder nessas relações, as quais têm implicações diretas para o trabalho de educação em saúde focalizado na prevenção de DST/aids. A partir disso, proponho um referencial teórico para subsidiar o trabalho de educação em saúde na prevenção de DST/aids,

um dos campos para o cuidado de enfermagem na perspectiva da promoção da saúde. Nesse referencial entrelaçam-se os conceitos promoção da saúde, educação em saúde, diálogo, casal heterossexual, saúde e cuidado de si, perpassados pelas relações de poder.

Finalizando, teço algumas **considerações** acerca dos referenciais teórico-filosófico e metodológico, avaliando seu emprego neste trabalho, enfatizando facilidades, dificuldades, divergências, convergências e possibilidades entre eles.

1 INTRODUÇÃO

Os motivos que respaldaram meu interesse no tema deste estudo estão intimamente relacionados com minha vida profissional e com os caminhos que nela percorri. Há 20 anos comecei minha carreira no campo da Enfermagem Pediátrica em hospital, em uma época em que as crianças geralmente permaneciam sozinhas durante a internação e eram reinternadas inúmeras vezes com os mesmos problemas. O contato com os familiares, especialmente com as mães, era restrito aos horários de visita, o que limitava também as possibilidades de conversa e orientação, posto que nesses momentos o foco de atenção da mãe era o filho doente e as informações sobre a evolução de seu problema de saúde, não a enfermeira e os cuidados de reabilitação e prevenção.

Buscando uma alternativa para o meu fazer Enfermagem, passei a atuar em Unidade Sanitária pensando em desenvolver um trabalho que promovesse o crescimento e o desenvolvimento saudáveis das crianças, prevenindo doenças e incluindo as mulheres-mães nesse trabalho. Logo ficou evidente que, mesmo em Unidade Sanitária, a referência para a atuação da Enfermagem era a doença, e que as crianças que lá chegavam vinham em busca de consulta médica em virtude de um problema de saúde já instalado.

Mesmo assim, procurava "orientar as mães" para o cuidado das crianças, expressão que por si só já expressa o caráter prescritivo, recortado e unidirecional daquilo que eu fazia e denominava educação em saúde – seguia o modelo biomédico, coerente com a característica normatizadora/controladora do poder disciplinar e do biopoder analisados por Foucault.

Hoje essa experiência vivida me permite perceber claramente o movimento da teia de poder que se formava naquelas relações enfermeira-mães, evidente nas resistências que elas faziam. Essas resistências manifestavam-se nos profundos silêncios que se seguiam às orientações, nos acenos de concordância ao discurso prescritivo em saúde, no olhar distante, na repetição correta e automática de orientações anteriores, no descarte dessas orientações tão logo deixavam a Unidade

Sanitária, o que ficava explícito no retorno seguinte da criança, novamente com os mesmos problemas.

Nessa época, eu continuava acreditando na educação em saúde e na atuação da mãe como elementos-chave na atenção à criança, mas a forma de desenvolvê-la estava equivocada. Entretanto, faltavam-me subsídios para modificar meu pensar e meu fazer nessa área.

O mestrado me deu oportunidade para tanto, pois, com vistas à dissertação, desenvolvi uma experiência de educação em saúde com um grupo de mulheres com filhos na faixa etária de 0 a 1 ano, fundamentada em um marco conceitual construído a partir do pensamento de Paulo Freire e em uma posição teórica sobre enfrentamento fundamentada principalmente em Lazarus e Folkman.

O ponto de partida para a educação em saúde foi dado pelos enfrentamentos cotidianos daquelas mulheres no cuidado com os filhos, identificados a partir das relevâncias detectadas por elas próprias. Foi ao considerar essas relevâncias que as discussões se expandiram e passaram a incluir outros aspectos do viver em família, especialmente aqueles envolvidos nas relações com o marido.

Meu interesse pelas relações heterossexuais nasceu nesse momento, ao perceber duas faces aparentemente contraditórias naquelas mulheres: uma, revelada no cuidado com os filhos, que mostrava uma mulher forte, com iniciativa, autonomia, autoridade e persistência; outra, manifestada nas relações com o marido, na qual as mesmas mulheres mostravam-se frágeis, dependentes, submissas, obedientes e tendiam a abdicar de si em favor dos filhos, do marido e do lar (MADUREIRA, 1994).

Naquela época, não aprofundei a análise desse aspecto, a não ser na sua interface com o cuidado da criança. Entretanto, o interesse permaneceu e foi reativado quando em 1997 assumi a coordenação do Centro de Treinamento de Recursos Humanos em Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, na Universidade do Contestado, em Concórdia (CETRHU-UnC), uma área inteiramente nova para mim.

Textos sobre DST/aids informavam um rápido crescimento da aids entre

mulheres – o que não era perceptível no início da epidemia –, contaminadas por via heterossexual, o que indicava também modificação na categoria de exposição sexual ao HIV, passando de homo/bissexual masculino para heterossexual de ambos os sexos. Hoje, a transmissão sexual é central na epidemia, com destaque para a transmissão heterossexual, de tal forma que, dentro da categoria de exposição sexual, “o maior número de casos está na subcategoria heterossexual” (BRASIL, 2003, p.6).

Inúmeras publicações foram feitas tratando dessa questão, dando centralidade à mulher na epidemia. No Brasil, um marco foi a publicação organizada por Parker e Galvão (1996) com a proposta de romper o silêncio em torno da aids em mulheres no Brasil. Nela, diversos autores expunham aspectos da relação homem-mulher, revelando a “submissão” desta ao desejo daquele, o que vinha sempre vinculado a sentimentos como amor, confiança e fidelidade e à não percepção de si como vulnerável ou em risco* na linha de crescimento da epidemia, em virtude do relacionamento sexual com um único parceiro e no contexto de uma relação estável socialmente aprovada. Tudo isso parecia alinhar-se com o que eu encontrara no grupo de mulheres com quem trabalhara.

Situação semelhante ficou evidente também nos treinamentos desenvolvidos pelo CETRHU-UnC com grupos de professoras(es), adolescentes, enfermeiras(os) e outros profissionais. Essas pessoas consideravam a aids como uma doença de grupos de risco, de pessoas de comportamentos de risco relacionados a práticas sexuais e estilos de vida (homossexualidade, prostituição, uso de drogas) que fogem à norma.

* O conceito de risco foi amplamente utilizado no começo da epidemia compondo expressões como ‘grupo de risco’ e ‘comportamento de risco’, que logo assumiram estatuto de verdade, impregnando o imaginário social, levando a vincular a aids a certos grupos e comportamentos, fortalecendo os estigmas, os preconceitos e induzindo as pessoas em geral, que não incluíam a si próprias nesses grupos e comportamentos, a se verem ‘de fora’ da epidemia. Ao mesmo tempo, essa abordagem permitiu uma análise equivocada das dimensões da epidemia, que ainda na década de 1980 se expandia silenciosamente entre grupos não considerados de risco e com comportamento convencional, como, por exemplo, o grupo das mulheres. Analisando a história desse conceito, Spink (1999, p. 45) encontrou possibilidades de sentido que se expressam em metáforas como: 1 – Correr risco: ligada a estilo de vida, a aventura, a risco desejado, a arriscar-se e envolve racionalidade; 2 – Estar em risco: configura o cenário próprio da vulnerabilidade; 3 – Risco corporificado: refere-se à vigilância continuada propiciada pelo acompanhamento médico, pelos exames a que o corpo é submetido como prevenção e faz ressurgir a fatalidade. A autora ressalta que os três se mesclam em muitas situações de exposição ao HIV.

Esse discurso reproduzia as mensagens oficiais de prevenção veiculadas no início da epidemia e anunciava que estas pessoas consideravam a si mesmas como “fora de risco”. Era comum a culpabilização do portador do HIV e do doente de aids por sua própria condição, levando à sua categorização em dois grupos distintos: os ‘culpados’, que, com seu comportamento, procuravam a doença (caso dos gays, profissionais do sexo, usuários de drogas), e os ‘inocentes’ (hemofílicos, crianças, esposas...), vitimizados pelas circunstâncias e, provavelmente, pelos primeiros. O viés moral ficava claro nesses julgamentos e na classificação dos portadores e doentes.

Concomitantemente a essa experiência no CETRHU-UnC, passei a orientar trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso nessa mesma área, dos quais destaco três: Orlandini (2000), que trabalhou com adolescentes de ambos os sexos, alunos de uma escola pública estadual, com o objetivo de identificar o conhecimento deles sobre aids; Pereira (2000), que trabalhou com mulheres profissionais do sexo, atuantes em casas de prostituição da cidade de Concórdia, para conhecer seu perfil no que se refere a práticas de prevenção em DST/aids, e Bertelli (2002), que investigou mulheres universitárias com o objetivo de compreender como elas viam a si próprias na linha de crescimento da epidemia.

Os resultados desses estudos apontaram para uma mesma direção, apesar das diferenças de idade, instrução, ocupação e situação social dos grupos estudados. Em resumo, todos os que deles participaram consideravam a aids como uma doença dos outros; não a viam nem como possibilidade nos seus relacionamentos estáveis temperados com amor, confiança e construídos sobre a pressuposição de fidelidade; indicaram que o amor e a confiança são mais responsáveis pela estabilidade da relação do que a duração dela no tempo; não cogitavam o uso de preservativo nessas relações e, quando o faziam, esse uso limitava-se ao começo da relação e aos intervalos necessários no uso do anticoncepcional oral.

Ficou evidente também que as mulheres estudadas dificilmente pensavam em usar ou propunham o uso do preservativo mesmo em relações ocasionais, especialmente se o parceiro fosse ‘conhecido’. Além disso, a contracepção era a

preocupação central, o que tendia a restringir o uso do preservativo a esse fim.

No caso das profissionais do sexo, o preservativo era usado regularmente com os clientes, mas dispensado nas relações com o namorado e/ou companheiro, mesmo que essa relação houvesse iniciado há pouco tempo.

Desse interesse inicial pelas mulheres, minhas interrogações voltaram-se progressivamente para os homens, parceiros delas. Cedo percebi um grande número de trabalhos desenvolvidos com homens classificados como homossexuais, homens que fazem sexo com homens. Homens heterossexuais raramente eram incluídos nos estudos. Este detalhe me chamava a atenção, pois, se a epidemiologia informava o crescimento da epidemia por transmissão heterossexual e se o número de mulheres contaminadas aumentava, onde estavam os homens? Por que pouco se falava neles/deles?

À época, a possibilidade de transmissão da mulher para o homem era minimizada, o que sugeria a existência de uma aparente aceitação de que o motivo subjacente ao aumento de casos por transmissão heterossexual fosse a bissexualidade masculina ou a prática comum de sexo com outros homens por parte de homens que identificavam a si próprios como heterossexuais.

Com base no estudo da analítica de poder de Foucault, pensei que o fato de a heterossexualidade representar a norma culturalmente aceita no campo da sexualidade fizesse com que ela fosse considerada conhecida, sem necessidade de um olhar mais atento. Essa suposição era reforçada pela idéia comum de que o homem ocupa um pólo superior ao da mulher nas relações de gênero, o que o investe de maior autoridade e poder de decisão dentro dessas relações.

Entretanto, penso que, apesar de a heterossexualidade representar o 'normal' socioculturalmente instituído no campo das relações afetivo-sexuais, o que se passa entre o casal, na intimidade, é ainda um enigma, cuja compreensão deficiente se evidencia no crescimento da aids por contaminação heterossexual e nas diferenças entre o que propõem as iniciativas de prevenção no país (uso de preservativo, por exemplo) e o que de fato acontece no viver cotidiano dos sujeitos.

Acredito, então, que entre mulher e homem que convivem em relação afetivo-

sexual duradoura, a prevenção envolve o acreditar e o querer de ambos, o que ultrapassa a esfera do “saber sobre”, do conhecer e da decisão individual, para enredar-se nas teias de poder e gênero que marcam essa relação. Como fala Paiva (2000), tudo o que consideramos como risco para a aids se passa no contexto da interação entre pessoas, em espaço privado, não podendo ser controlado, punido, vigiado publicamente, a não ser por seus efeitos.

Assim, não se trata de desconsiderar o valor da informação em saúde fundamentada em dados epidemiológicos e no saber científico e nem, tampouco, de desmerecer as políticas públicas de intervenção para controle da epidemia, aspectos essenciais, também responsáveis pelo nível de qualidade do Programa Nacional de DST/AIDS, internacionalmente reconhecido. Essas são iniciativas que visam as grandes massas humanas e que normalizam a epidemia, apresentando-a, descrevendo-a, analisando-a e intervindo nela a partir de suas características e tendências gerais.

São medidas indispensáveis, mas traduzem abordagem desde uma perspectiva externa e, apesar do grande valor que têm para os esforços em busca da cura, de tratamentos mais eficazes, da prevenção de novos casos, refletem a compreensão científica da epidemia, a qual pode estar muito distante das pessoas em geral.

Creio que as interações, as relações, as sexualidades, os afetos assumem uma dinâmica diferente no viver próprio das pessoas, nos seus lares, espaço onde as normas, as regras, as possibilidades, as interdições, as transgressões e as ligações possivelmente não sigam os parâmetros da ciência, adotem outra lógica e não estejam ainda bem compreendidas.

O que é conhecido sobre a aids pode não se evidenciar na privacidade (e muitos estudos mostram que assim acontece). No viver cotidiano, a epidemia e a percepção que as pessoas têm dela se particularizam de tal forma que a pouca compreensão que ainda se tem desse vivido pode ser um fator dificultador nas iniciativas de prevenção de aids – cuja base é a educação em saúde –, pois a compreensão que a ciência tem do “normal” da epidemia pode não se aproximar (e acredito que não se aproxime) do viver das pessoas.

Além do acima exposto, é preciso considerar o íntimo relacionamento comumente estabelecido entre masculinidade e força, coragem, autoridade, autonomia, heterossexualidade, liberdade – inclusive sexual – e controle sobre as emoções. Estabelecendo um paralelo entre essa estereotipia e as reflexões de Ayres et al (1999) sobre vulnerabilidade e prevenção em tempos de aids, é possível perceber a vulnerabilidade masculina às DST/aids. Conforme Nascimento (2004, p. 2),

se a propugnada liberdade masculina significasse autonomia e conhecimento, não seria possível encontrar homens referindo-se a práticas sexuais levadas a cabo para poderem figurar frente aos pares como 'homem de verdade', tampouco refeririam terem relações sexuais com mulheres que sabiam ter alguma DST, com vistas a não se 'passar por mole'.

Além disso, a tradicional exclusão do homem da prática dos cuidados em saúde (consigo próprio e com outros), considerada como espaço de mulheres, e a dependência que os homens geralmente têm delas nesta arena, ampliam a percepção da vulnerabilidade masculina.

Ao falar-se **NA** epidemia de aids, tem-se a impressão de que existe uma uniformidade, de que a epidemia é a mesma no mundo todo, mas a experiência da aids, inclusive com relação à prevenção, é única, diferente em cada cultura, em cada sociedade, em cada grupo, em cada família, em cada casal e para cada pessoa. Sobre isso, Parker (2000, p. 8-9) fala em “[...] epidemias, já que as crises múltiplas que afetam diferentes grupos populacionais e setores da sociedade em geral se sobrepõem ou se entrelaçam para moldar o HIV/AIDS de uma determinada sociedade ou nação”.

Esse cenário, constituído pelas relações de poder, pelas relações de gênero e pelo crescimento da aids por transmissão heterossexual, que volta cada vez mais o foco do biopoder e da disciplina para as relações homem-mulher, formou o pano de fundo de meu interesse central neste estudo. Neste contexto, a **questão** de fundo foi:

“Qual a visão masculina das relações de poder no casal heterossexual?”

Isto posto, proponho como **objetivo geral**:

“Compreender a visão masculina das relações de poder no casal heterossexual”.

Foram **objetivos específicos** deste estudo:

1) Compreender:

a) O significado atribuído ao sexo e à sexualidade no contexto das relações de casal.

b) Como se dão as negociações sexuais no casal no que se refere à contracepção, proteção mútua para DST/aids e trocas envolvidas no ato sexual.

c) Fatores que influenciam a negociação do uso/não uso do preservativo na vida sexual do casal.

d) A percepção dos homens sobre si próprios e sobre a companheira na linha de crescimento da epidemia de DST/aids.

2) Desenvolver um processo educativo em grupo com os participantes da pesquisa visando a prevenção de DST/aids.

Neste estudo das relações de poder no casal heterossexual, privilegio a perspectiva do homem justamente por acreditar que a compreensão dessa relação sob este ângulo poderá permitir uma aproximação com a realidade concretamente vivida daqueles que nela estão envolvidos. Essa compreensão pode possibilitar a aproximação da educação em saúde com a experiência vivida das pessoas, bem como a adoção de formas diferentes de pensá-la e fazê-la em que os conceitos e os interesses próprios das pessoas sinalizem o ponto de partida.

A mescla de autonomia e dependência, de liberdade e necessidade de demonstrar ativamente sua heterossexualidade inscreve fortemente o homem heterossexual no campo da vulnerabilidade e, aliado aos números da aids, esse fator contribui para justificar pesquisa e intervenção com homens heterossexuais.

Não espero, com este estudo, provocar grandes mudanças e transformações que dêem de imediato novas cores e formas àquilo a que se dirige. Ao contrário, e procurando ser coerente com o pensamento de Foucault que fundamenta esta proposta, espero provocar micro-mudanças, pequenas transformações em mim mesma, na minha forma de ver as coisas, as pessoas, o mundo, a epidemia, as relações heterossexuais, as minhas verdades.

Acredito que essas mudanças poderão também produzir seus efeitos em outras pessoas, que, lendo este texto, inquietem-se, repensem o seu pensar e o seu fazer e coloquem para si o desafio de mudar (principalmente a si próprios).

Essa minha crença está ligada à consideração das relações de poder segundo as metáforas da teia e da balança, das quais tratarei adiante, nas quais nenhuma pequena mudança se dá isoladamente, sem efeitos nos diferentes pontos móveis dessa teia com os quais se articula.

Os contornos assumidos pela epidemia provocaram esforços organizados no sentido de controlá-la, dando novo relevo ao poder disciplinar exercido pelos serviços/profissões da saúde. Questões relacionadas com o viver íntimo de cada um passaram a ser de interesse coletivo, posto que o controle da epidemia depende também do que se passa “entre quatro paredes”, no âmbito da vida sexual.

Fica aqui evidente a localização que Foucault faz da sexualidade, situando-a no ponto de articulação entre o indivíduo e a população, o que inclui comportamentos e práticas individuais e, ao mesmo tempo, está sujeito ao controle coletivo (DREYFUS e RABINOW, 1995, p.185).

Dessa forma, normas, regras, sanções, limites definidos no espaço do biopoder visam controlar, disciplinar comportamentos, definir práticas, regular vidas. Sob esta perspectiva, as campanhas e medidas de prevenção e controle da aids favorecem os mecanismos reguladores da disciplina e da sujeição dos corpos e que se exercem de cima (das configurações da epidemia, das ações governamentais) para baixo (para a população), impondo-se às pessoas.

Creio que a compreensão da visão masculina das relações de poder no casal heterossexual possibilite a atuação no sentido contrário: desde baixo (da população)

para cima, invertendo o fluxo de ação ao tomar a realidade vivida pelas pessoas e a percepção que elas têm dessa realidade como ponto de partida para iniciativas de promoção à saúde e de prevenção às DST/aids.

Esta inversão de fluxo possibilitará a aproximação não-impositiva entre a compreensão científica dessa realidade e a maneira como as pessoas em geral a percebem, abrindo um espaço profícuo para o desenvolvimento de educação em saúde baseada no diálogo. Foi movida por esta crença que propus o desenvolvimento de um processo educativo em grupo com os homens participantes deste estudo visando a prevenção de DST/aids.

2 PODER, GÊNERO E AIDS

Para Foucault (1995b, 2000), o poder não tem localização definida, é disseminado pelo corpo social, envolve a todos e atua na produção de cada indivíduo. Desta forma, o poder não é algo que alguém possua e outros não, pois, embora uma relação de poder sempre pressuponha assimetria de posições, o outro tem a possibilidade de resistência interna à própria trama das relações de poder, resistência que se configurando em contra-poder.

O poder é, assim, visto de forma positiva, com ênfase em sua força produtiva, que tem a produção do sujeito como um de seus principais resultados. Sob esta perspectiva, o poder tem um caráter relacional fundamental, isto é, ele só se exerce em relação. É possível também pensar nas relações de poder como um jogo no qual o poder oscila, variando de intensidade entre os que dele participam. Não há fixidez, mas mobilidade, transitoriedade e a possibilidade sempre presente de inversão de posições. Nesta forma de pensar as relações de poder, as polaridades da relação dominador-dominado, tão freqüentemente relacionadas a elas, são incompatíveis justamente por remeterem a posições fixas, a uma unidirecionalidade de forças e à face negativa, repressiva do poder.

A visão foucaultiana retira o poder da esfera das grandes estruturas socioeconômicas e políticas para situá-lo na vida cotidiana de cada um. Assim, o poder é considerado imanente a todas as relações. Isso confere outras nuances às relações, inclusive àquelas sempre pensadas em termos de dominação, nas quais um dos sujeitos é colocado na posição de vítima, de submisso. Um exemplo disso pode ser percebido na forma como as relações entre homem e mulher são representadas, com a mulher no mais das vezes considerada como pólo sobre o qual *incide* o poder do homem.

Entretanto, ao olharmos para essa relação sob o ponto de vista de Foucault (1995b, p.248), considerando o poder como um “feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado”, será

possível intuir o movimento a ela inerente, embora não possamos negar a existência de relações onde a dominação¹ seja a tônica.

Este é o espaço da conjugalidade heterossexual, construído no encontro de mulheres e homens, de feminilidades e masculinidades produzidos nas relações sociais segundo as normas que os caracterizam em cada sociedade. No contexto das relações de casal, a conjugalidade heterossexual é estabelecida como “normal”, e é a partir dela que as outras formas de relacionamento se constituem como diferentes.

A conjugalidade normalizada pressupõe um ideal de homem, um ideal de mulher, um ideal de relação, com papéis e lugares feminino e masculino dados de antemão, de acordo com o que é socioculturalmente construído e aceito como normal. Aqui é revelado um outro aspecto das relações de poder e, de resto, de todas as relações sociais: a sua generificação; isto é, gênero, relações de poder e relações sociais imbricam-se, retroalimentam-se, construindo-se mutuamente. Entretanto, não é possível imaginá-los como três vertentes separadas que circulam paralelamente **pelo** corpo social, mas, ao contrário, como um emaranhado que se envolve **no** corpo social.

Gênero faz referência ao processo social, histórico e cultural de construção do ser homem e do ser mulher, de masculinidade e de feminilidade. O biológico também faz parte desse processo, pois no corpo se inscrevem as marcas socioculturais.

Assim falando, gênero implica uma rejeição à naturalização das diferenças entre homem e mulher fundamentada no determinismo biológico, que, ao implicar a existência de uma essência masculina e feminina, justifica, com base na natureza, a posição, a situação e a condição de homens e mulheres na sociedade, fixando-os em pólos opostos.

Gênero focaliza, então, as significações sociais e simbólicas relacionadas a um **dever-ser** para homens e mulheres, levando a pensar as relações entre eles nas

¹ Foucault (1995b, p.181) não entende a dominação como global, de uns sobre outros, mas como “as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social”; não se refere à centralidade da dominação, mas às múltiplas formas pelas quais ela se exerce em sociedade.

quais as diferenças estão marcadas pelo poder, determinando vantagens e desvantagens para ambos. Das diferenças anatômicas, derivam as diferenças sociais, definindo o lugar correspondente a cada sexo na sociedade (MERINO, 2003).

A diferença é, ela própria, compreendida como “fruto da convivência social mediada pela cultura” (SAFFIOTI, 1994, p. 271-272), o que possibilita a percepção das subjetividades como históricas e não como naturais (RAGO, 1998).

Com base nesta compreensão, o **dever-ser** que se impõe para homens e mulheres em nossa sociedade, que é percebido como natural e que determina, em grande medida, a dinâmica das relações estabelecidas entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres e enfatiza as diferenças existentes entre eles, especialmente aquelas inscritas no corpo, é vislumbrado como uma construção sociocultural.

Esse **dever-ser** sugere que homens e mulheres estão presos em um jogo cujas regras foram estabelecidas de uma vez para sempre, “enquadrando” o ser homem e o ser mulher em normas válidas para todos, negando as diversidades, conferindo um caráter universal ao que é plural, exercendo múltiplas demandas sobre eles para reconhecê-los como tais e sugerindo uma pré-determinação das relações sociais – entre homens e mulheres, entre mulheres e entre homens.

Nas relações de gênero, homens e mulheres são considerados sujeitos sob a ótica da dupla concepção de Foucault (1995b): sujeito a alguém e preso à sua identidade pela consciência e autoconhecimento, que revela duas faces do sujeito no sujeitar e no sujeitar-se. Ambos são produzidos nessas relações, o que se dá tendo como referência um “normal” aceito como verdadeiro; mesmo assim, isso não constitui uma verdade absoluta e imutável. Ao contrário, segundo a perspectiva foucaultiana de poder, provoca resistências, transgressões e tentativas de modificação daquele **dever-ser** tido como verdadeiro.

Negados os determinismos e os essencialismos, é possível dizer que, em diferentes sociedades, em diferentes contextos culturais, a compreensão de masculino e feminino também difere, bem como o caráter das relações de poder que

entre eles circulam. Dessa forma, **MULHER e HOMEM** não existem como duas grandes categorias neutras e universais, mas como sujeitos diversos constituídos nas/pelas relações sociais.

A essencialização das diferenças, pautada na biologia, fixa tanto homem como mulher em posições polares, contrapostas e irreduzíveis, compondo o que Louro (1998, p. 34) chama de “lógica dicotômica” ou binária, que condiciona nossa maneira de perceber o mundo, tornando difícil concebê-lo de outra forma. Essa lógica revela-se em uma série de oposições comumente usadas em referência ao masculino e ao feminino, nas quais o primeiro termo designa o masculino e o segundo o feminino, numa indicação de que os lugares do feminino são constituídos a partir dos lugares do masculino.

Exemplos clássicos dessas oposições são as relações binárias público/privado, dominador/dominado, razão/emoção, ativo/passivo, forte/fraco, tão presentes no cotidiano a ponto de serem aceitas e interpretadas como naturais, sem que nos apercebamos de que elas oferecem parâmetros para circunscrever os espaços masculinos e femininos e de que instituem normas para o ser homem e o ser mulher.

A lógica dicotômica de que fala Louro (1998) está ainda tão naturalizada e tão impregnada no corpo social que, desde cedo, meninos e meninas são envolvidos por ela, introjetam-na e passam a identificar-se com um dos pólos. Louro (1996) diz que é preciso desconstruir essa lógica para que seja possível reconhecer a interdependência dos pólos, bem como as diferenças existentes em cada um deles. Isto nos remete à consideração de que gênero não é um conceito utilizado para referir-se a homem e mulher como um substitutivo para o termo ‘sexo’ e nem tampouco restringe-se às relações entre homens e mulheres, mas inclui relações entre homens e entre mulheres, evidenciando o reconhecimento das diferenças intragênero.

Entretanto, é principalmente dentro dessa lógica que mulheres e homens, masculino e feminino se constituem e constituem seus lugares na sociedade. E, nesse processo, as diferenças biológicas têm servido como fundamento natural que

justifica desigualdades em todos os setores do viver, seja no plano mais íntimo e familiar, seja no espaço de leis e políticas públicas.

Nesse sentido, as desigualdades são mais intensas para as mulheres do que o são para os homens, situação que se manifesta em várias partes do mundo através de sérias privações e violação de direitos humanos e é exemplificada por Sen (2000, p. 129) com o fenômeno das “mulheres faltantes” na Ásia e na África Setentrional. A comunidade internacional demonstra preocupação com esse estado de coisas, sério empecilho ao desenvolvimento, e o tem discutido em conferências internacionais, como a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994, e a Conferência Internacional sobre a Mulher, em Beijing, no ano de 1995.

Isso não significa que a situação das mulheres seja homogênea em todos os países, nem mesmo em diferentes regiões de um mesmo país, ou ainda que a situação dos homens o seja. Há países, regiões, cidades, bairros, famílias em que as desigualdades são mais profundas e as polaridades mais acentuadas.

Desta forma, estão dadas as assimetrias entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres, perceptíveis no cotidiano se nos detemos a observá-las, mas também tão naturalmente vividas pela maioria das pessoas que elas as vêem como fato e, no mais das vezes, irremediável.

As assimetrias abrem o espaço ideal para o exercício do poder que, numa visão foucaultiana, circula entre sujeitos que ocupam posições diferentes, assimétricas, mesmo que a assimetria seja em caráter transitório. Por vezes, essas assimetrias são também marcadas com relações tão fixas que se caracterizam como repressão ou dominação, mas, para Foucault (1995b), ainda assim há possibilidade de resistência, mesmo que ela se manifeste em pequenas astúcias cotidianas e que não chegue à inversão de posições.

Isso nos remete novamente à conjugalidade heterossexual, provocando-nos a considerar o jogo de poder no seio dessa relação, a qual, no mais das vezes, constitui-se sobre o pano de fundo das polaridades de gênero, onde os papéis sexuais são bem definidos.

De acordo com esses papéis, cabe à mulher o segundo pólo identificado nas dicotomias dominador/dominado, ativo/passivo, forte/fraco, mantenedor/dependente, razão/emoção, ao qual se reserva o mundo do lar no âmbito do privado, de acordo com as normas de uma sociedade com herança patriarcal. Já aos homens está reservado, segundo essa mesma lógica, o espaço da rua, o mundo público.

Embora hoje coexistam na sociedade diferentes formas de conjugalidade homo e heterossexual, essa fórmula tradicional se mantém e constitui o espaço socialmente demarcado para o relacionamento sexual, regulado por uma série de leis e normas sociais, culturais e religiosas.

Há, aqui, uma outra consideração a fazer e que se refere à dupla moral sexual que vigora para o comportamento sexual de homens e mulheres (PARKER, 1991). Não aprofundarei este aspecto neste momento, mas é importante destacar que, de acordo com essa moral, espera-se da mulher um comportamento mais contido, reservado, com um único parceiro com o qual deve manter um relacionamento estável e, de preferência, formalizado pelo casamento. Para os homens, as expectativas são outras, menos restritivas, com um comportamento sexual mais ativo, mais agressivo, o que também normatiza o ser homem, definindo um normal de masculinidade.

Essa fórmula fixa normas sexuais que situam homens e mulheres novamente em pólos opostos e, de certa forma, instituem e revelam uma certa verdade sobre eles. De acordo com essa moral, os homens são estimulados e incentivados à multiparceria sexual e as mulheres, ao relacionamento sexual com um único parceiro. Isso estabelece um aspecto da masculinidade e da feminilidade ideais, que, quando transgredido, expõe o transgressor à recriminação e o classifica na categoria “outros”, ao revelar uma verdade íntima sobre ele.

As doenças sexualmente transmissíveis inscrevem-se no âmbito da sexualidade, considerada por Foucault (1995b) como um dispositivo de constituição do sujeito. Assim sendo, vêm relacionadas a práticas e comportamentos que, de certa forma, revelam a identidade de quem as tem, revelam o que o sujeito é.

Estando relacionadas com práticas e comportamentos sexuais, as DSTs vêm carregadas por um forte estigma e não parecem estar de acordo com o 'perfil ideal' de mulher socialmente construído, mais adequado a sujeitos com práticas e comportamentos que fogem à norma, como, por exemplo, as prostitutas. Não são doenças de esposas e de mães, segundo a representação que delas se tem na sociedade.

Da mesma forma, embora essas doenças sejam geralmente consideradas como parte do universo masculino onde a prontidão para o sexo é tida como normal, não o são no universo do esposo e pai de família, posto que parecem incompatíveis com o viver em casal, com a conjugalidade fundada em princípios de amor, confiança, fidelidade e exclusividade.

Entretanto, na vida cotidiana, os universos masculino e feminino, público e privado não são assim tão separados, e as DST sempre transitaram entre eles, embora sempre cercadas por silêncio, mistério, segredo e vergonha. No início dos anos 80, a emergência de uma nova patologia no cenário das DSTs – a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – aids - – trouxe a público o que sempre fora considerado como questão de foro íntimo, dando ainda mais relevo às discussões sobre sexo e sexualidade, a comportamentos e práticas sexuais, a orientações sexuais, todos diretamente envolvidos na transmissão da doença, a qual assumiu rapidamente o caráter de pandemia.

O crescimento dessa epidemia tem assumido contornos que lhe conferem uma face altamente mutante. No início, a Síndrome da Imunodeficiência Humana (aids) foi relacionada a grupos de pessoas cujo comportamento sexual fugia ao tradicionalmente esperado para homens e mulheres na sociedade, chegando a ser rotulada de *câncer gay*, especificamente vinculado à homossexualidade masculina, justamente porque os primeiros casos diagnosticados ocorreram em sujeitos com essa característica.

Até mesmo as políticas públicas de abordagem da epidemia direcionaram suas ações aos homossexuais masculinos, postura reforçada e respaldada cientificamente, posto que, à época, a ciência pouco conhecia sobre a ação do vírus no organismo, sobre os mecanismos de transmissão e tampouco sobre as

dimensões sociais que tomaria. A vinculação da prevenção a grupos de risco fomentou a discriminação e a percepção da aids como “doença dos outros” (CAMPOS, 1998, p. 88). Tudo isso contribuiu para expor e reforçar preconceitos homofóbicos, que se mantêm até hoje, já passadas mais de duas décadas de convívio com a epidemia.

Aos poucos essa situação foi se modificando e passou a incluir bissexuais masculinos e homens usuários de drogas. Entretanto, a postura inicial teve efeitos que se fazem sentir ainda hoje, pois levou as pessoas em geral a acreditar que se encontravam fora de risco, isso porque, como diz Paiva (2000), não se identificavam com o estereótipo do portador.

No início da epidemia, iniciativas de prevenção recomendavam a necessidade de reduzir o número de parceiros(as) e de conhecer o(a) parceiro(a), o que cultivou a idéia de que, agindo assim, homens e mulheres não estariam expostos a riscos. Entretanto, com o passar do tempo, o número de casos aumentou intensamente, passando a incluir pessoas que não faziam parte dos chamados grupos de risco, o que promoveu a visualização da aids não mais como “doença dos outros” mas como “doença de todos” (CAMPOS, 1998, p. 88).

A idéia de **grupo** de risco deu, então, lugar à noção de **comportamento** de risco e, posteriormente, à de **vulnerabilidade**, o que colocava a todos na linha de crescimento da epidemia. Entretanto, isto se fez no âmbito da ciência; no imaginário da população em geral, a imagem da aids, vinculada à promiscuidade sexual, à homo/bissexualidade, ao uso de drogas e ao sangue permanecia cristalizada, embora as evidências indicassem o contrário. As pessoas em geral continuavam a perceber a aids muito distante de si.

Os números da aids no Brasil indicam um total de 362.364 casos diagnosticados entre 1980 e junho de 2004. Destes, 251.050 no sexo masculino (69,28% do total) e 111.314 no sexo feminino (30,72% do total). Em ambos os sexos, a faixa etária de 20 a 49 anos apresenta um adoecimento maior (86,87% dos casos masculinos e 82,87% dos casos femininos), e observa-se um aumento de casos de aids em indivíduos com mais de 50 anos de idade (BRASIL, 2004).

No período de 1980 a 1991, a categoria de exposição sexual despontava nas notificações de novos casos e, dentro dela, a subcategoria heterossexual também estava presente, mesmo naqueles momentos em que a palavra aids trazia de imediato a figura do homossexual ao pensamento. Depois desse período, a subcategoria heterossexual assumiu o lugar principal na transmissão do HIV.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2003, p.6), na série histórica que compreende o período de 1980 a dezembro de 2003, a exposição homossexual masculina vem decaindo – de 25,2% em 1992 para 15,9% em 2003 – enquanto que na subcategoria heterossexual acontece o inverso – de 16,2% em 1992 para 39,6% em 2003.

No ano de 2004, o Ministério da Saúde divulga que a epidemia no país encontra-se em processo de estabilização, embora ainda se mantenha em patamares elevados. Entretanto, isso ocorre apenas entre os homens; entre as mulheres, a epidemia ainda está em crescimento. Entre os casos masculinos, a transmissão por uso de drogas continua decrescendo, a transmissão homo/bissexual encontra-se estabilizada e a transmissão heterossexual continua crescendo.

Essa situação fica visível ao analisar-se o número de casos de aids em indivíduos com 13 anos de idade ou mais, segundo a categoria de exposição hierarquizada e o ano de diagnóstico (BRASIL, 2004, p.24), o que permite afirmar que a exposição heterossexual representa mais de um quarto – **22,33%** – do total de casos masculinos (56.082 de 251.050) e **70,25%** do total de casos femininos (78.199 de 111.314) já notificados no país. Esses dados situam a aids no seio das relações heterossexuais.

No que se refere à epidemia, é importante ainda ressaltar a reconhecida subnotificação existente no país, o que aponta para uma situação oculta importante e para a necessidade de relativizar as estatísticas oficiais de casos (GUIMARÃES, 2001; BARBOSA, 1996). Essa situação alerta para um possível subdimensionamento dos perfis da epidemia.

Oliveira et al (2004) desenvolveram um estudo em seis municípios brasileiros – Belo Horizonte, Florianópolis, Niterói, Rio de Janeiro, Uberlândia e Uberaba – com

o objetivo de estabelecer o percentual de casos subnotificados de aids em indivíduos com 13 anos ou mais. Os dados indicaram variação de 24% a 65% na subnotificação.

Os resultados foram obtidos a partir do cruzamento de dados registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e no Sistema de Informações Hospitalares (SIH), os quais indicaram que muitos casos internados para tratamento de aids em hospitais e que emitiram Autorização de Internação Hospitalar (AIH) não estavam registrados no SINAN. Oliveira et al (2004) ressaltam que, por não emitirem AIH, os prováveis casos de internação em hospitais através de planos de saúde ou em hospitais não credenciados para atendimento de aids não foram computados em seu estudo. Parte desses casos talvez não tenham sido notificados.

Os dados informam um rápido crescimento da epidemia entre mulheres. Gestada silenciosamente nas relações heterossexuais, tornou-se epidemiologicamente visível na década de 90, revelando mulheres infectadas em relação sexual com parceiros contaminados pelo HIV, o que confirmou a expansão da epidemia para além das fronteiras dos comportamentos sexuais considerados de risco, como prostituição e uso de drogas injetáveis (GUIMARÃES, 2001). A epidemia no Brasil afeta mulheres de estratos sociais mais pobres, que trabalham em seus lares e/ou como domésticas ou em outras ocupações mal remuneradas e que se relacionam sexualmente com seus maridos (BASTOS, 2000; SPINK, 1999; SÁ, ; MOURA e SION, 1997).

Embora dados epidemiológicos indiquem que, no Brasil, a maioria das mulheres portadoras do HIV têm o marido como único parceiro sexual, as ações públicas voltadas para a prevenção da aids, quando incluem a mulher, têm sido dirigidas àquelas com múltiplos parceiros sexuais, como é o caso das que trabalham na prostituição, conforme já falavam Parker e Galvão em 1996.

Da mesma maneira, a população masculina heterossexual não tem merecido destaque nas iniciativas de prevenção ao HIV e à aids, embora o quadro epidemiológico que hoje se delineia situe a aids não como um problema de homens homossexuais e bissexuais ou de prostitutas e de mulheres promíscuas, mas de

toda a população, especialmente daqueles com difícil acesso a informações e serviços.

Dados do Ministério da Saúde oferecem um indicativo disso quando informam que a doença atinge mais homens e mulheres de baixa escolaridade (de 1 a 7 anos); em ambos os sexos, os casos de doença diminuem quando aumenta o grau de escolaridade; entretanto, a queda é mais intensa entre os homens do que entre as mulheres mais escolarizadas (BRASIL, 2003, p.6-7). O grau de escolaridade é, a princípio, um dado de grande importância para seleção, compreensão e apreensão de informações relativas não somente à epidemia, mas também à sua prevenção.

Entretanto, as informações são submetidas a uma série de outros ‘filtros’, os quais influenciam sua utilização ou não-utilização no viver de cada um. Nesse sentido, as relações de gênero socioculturalmente engendradas que envolvem homens e mulheres e nas quais o poder circula exercem um papel importante.

A vinculação da aids a comportamentos de risco, como homossexualidade, bissexualidade, uso de drogas injetáveis, prostituição, fez com que homens heterossexuais e mulheres com um único parceiro sexual não vissem a si próprios como vulneráveis e não fossem assim considerados pelo sistema de saúde. Segundo Villela (1998, p.130-31), categorias como grupos ou comportamentos de risco “[...] são construídas a partir do pressuposto da existência de uma categoria ‘sem riscos’, majoritária, freqüentemente associada ao casal heterossexual [...]”, impedindo a inclusão de grupos “normais”.

Tudo isso parece reforçar a idéia colocada por Parker (2000) de que, ao invés de uma epidemia, coexistem várias e diferentes desde o início: uma, que envolveu homens homossexuais e bissexuais, hemofílicos e usuários de drogas injetáveis, que logo se tornou pública, fazendo-se notar por todos. Outra, que permaneceu nas sombras, no segredo da vida íntima, envolvendo as relações entre homens e mulheres de todas as idades, deixando a sua marca nos elementos fundantes da família – marido, esposa, filhos. No bojo de cada uma delas correm outras tantas, cuja multiplicidade equivale à própria diversidade humana.

A aids está intensamente presente nas relações heterossexuais estáveis, nas quais as relações de gênero são marcadas por assimetrias nas posições feminina e masculina e entre as quais o poder circula. Essas assimetrias revelam-se também no campo sexual, em que se manifestam as características da sexualidade feminina e masculina, fruto de uma construção sociocultural tanto da masculinidade quanto da feminilidade. Nesse cenário, é idéia comum que a sexualidade masculina é instintiva, incontrolável, agressiva, desligada do afeto e das emoções (AGUIRRE e GÜELL, 2002; LUCO, 2001; OLAVARRIA, BENAVENTE e MELLADO, 1998; RAMIREZ, 1997), uma necessidade biológica que permite a busca incondicional de satisfação (VILLELA, 1996). Sobre esses supostos foram construídas “normatividades de gênero” (GUSMÁN e GUERRERO, 2001, p.145), as quais conformam um **dever-ser** para os homens.

Em contrapartida, a sexualidade feminina é vista em íntima relação com o que Villela (1996) denomina mundo dos afetos, o que condiciona seu exercício à existência de uma relação. Segundo Loyola (1999), a localização da sexualidade feminina no mundo dos afetos explicita a relação sexualidade-sentimentos; o desconhecimento dessa ligação, bem como a dificuldade de apreendê-la empiricamente, representa um sério obstáculo à prevenção da aids por transmissão sexual. A ligação *sexualidade-afeto* coloca o exercício da sexualidade feminina na dependência do amor e do desejo do outro, o que pode trazer dificuldades para a incorporação da idéia de prevenção (BARBOSA e VILLELA, 1996, p. 24).

Além disso, a mulher não raro se encontra em situação dependente, tanto afetiva quanto financeiramente, o que, aliado à dependência social, contribui para a vulnerabilidade feminina, pois se reflete na falta de poder da mulher para demandar proteção estabelecendo os limites na relação com o parceiro (VIEIRA et al, 1999).

No campo sexual, a relação amor-sexo tem diferentes especificidades para homens e mulheres: o sexo sem amor é válido e estimulado culturalmente para os homens, o que lhes permite ter diferentes parceiras para experimentar o sexo e o amor; a mulher foi ensinada que sexo e amor devem estar sempre vinculados, de forma que exercer a sexualidade de modo diferente é altamente recriminável e torna

mais grave qualquer infidelidade por parte dela (GUSMÁN e GUERRERO, 2001, p.145).

Dessa forma, as assimetrias nas relações entre os gêneros e a sexualidade masculina e feminina contribuem para dificultar a negociação das trocas estabelecidas entre o casal, especialmente se o contexto for um relacionamento duradouro. De acordo com Guzmán e Guerrero (2001, p.140), o conceito ‘negociação sexual’ se refere às condutas verbais ou corporais relacionadas com o exercício do direito que mulheres e homens têm de iniciar ou não uma relação sexual na qual se inclua o coito. Para que seja satisfatória, uma relação sexual requer o consentimento não forçado dos que dela participam, tendo por fundamento um desejo erótico compartilhado.

Falando sobre negociação, Guzmán e Guerrero (2001, p.144) afirmam que a capacidade que um indivíduo tem de negociar em qualquer âmbito da vida implica “saber-se construtor de sua realidade, e não um ser passivo, indefeso frente ao mundo e às circunstâncias que o rodeiam”. Essa afirmação pode ser relacionada com a situação dos homens na arena sexual e reprodutiva, quando desvinculam sua vida sexual da possibilidade de reprodução.

‘Negociar’ demanda um certo nível de abertura, igualdade e diálogo entre os envolvidos, de maneira a possibilitar uma troca que seja satisfatória para ambos; isto nem sempre é verdadeiro em uma relação de casal. Villela (1998, p.138) entende negociação como um acordo no qual alguém que deseja algo se dispõe a dar em troca alguma coisa de valor equivalente para obter o que deseja, o que pode ser “lucrativo para ambos”, e ressalta que, no campo sexual, homens e mulheres não costumam conversar sobre seus desejos, fantasias, experiências e tampouco ‘negociar’.

Essas dificuldades se manifestam nas iniciativas de prevenção baseadas principalmente na noção de sexo mais seguro, o que implica também o uso do preservativo masculino, o qual é muito mais controlado pelo homem do que pela mulher e cujo uso depende da cooperação mútua entre os parceiros. Negociar o uso da camisinha “implica, hipoteticamente, igualdade, no mínimo, em termos de

interesses e riscos sexuais, o que significa a admissão da autonomia, do desejo e da experiência sexual da mulher” (VILLELA, 1998, p.138).

Visto principalmente como método contraceptivo, o preservativo masculino solicita a participação masculina na contracepção e a negociação do seu uso pode não ser fácil, posto que há uma série de preconceitos em torno dele, como, por exemplo, a idéia de que reduz o prazer sexual. Em virtude dessas dificuldades, nas últimas décadas as mulheres têm utilizado métodos contraceptivos exclusivamente controlados por elas, os quais dispensam o diálogo e a negociação, possibilitando-lhes maior liberdade sexual e maior autonomia no que se refere à sua própria fecundidade.

O controle da contracepção assumido pela mulher, aliado à forte vinculação mulher/reprodução e à dinâmica da circulação de poder nas relações de gênero, reforçaram o afastamento masculino de muitos aspectos e decisões relacionados com a vida sexual. Hoje as demandas seguem em sentido contrário, solicitando a participação masculina na vida reprodutiva e sexual do casal.

Isto traz uma série de implicações para o homem, tais como controlar sua sexualidade concebida como irrefreável; preocupar-se com sua própria fecundidade; perceber-se suscetível a uma série de ‘riscos’, dentre os quais se incluem as DST e a aids; cuidar de si e de outros como, por exemplo, da parceira; questionar aspectos tidos como naturais na masculinidade, na feminilidade, nas relações homem-mulher. Essas implicações estão diretamente relacionadas com a possibilidade de negociação no âmbito da vida sexual.

Tendo em vista a relação essencialista estabelecida entre sexualidade e reprodução, a utilização de métodos contraceptivos de alta eficácia controlados pelas mulheres e amplamente difundidos no Brasil, bem como o fato de esses métodos não serem úteis à prevenção de DST/aids, é que Vieira et al. (1999) defendem a inclusão da anticoncepção no âmbito da vulnerabilidade. Essa posição é também defendida por Garcia (2001, p.33) ao falar da necessidade de tratar a prevenção às DST/aids e as decisões reprodutivas de modo relacionado.

Bastos (2000) deixa clara sua posição favorável a essa noção de 'dupla proteção', que atribui igual valor à prevenção da gravidez e das DSTs, inclusive do HIV/aids, incluindo também mulheres fora do período reprodutivo. Entretanto, considerando-se as questões de gênero nas relações homem-mulher, as especificidades da sexualidade de ambos e o aumento de casos de aids por exposição heterossexual, a noção de dupla proteção é também necessária no trabalho preventivo com homens. Ela atuaria no sentido de tornar visível o vínculo entre vida sexual e reprodução e a participação e responsabilidade do homem em ambas, bem como no de estimular a autonomia e a auto-determinação masculina nesse processo.

A negociação de práticas sexuais seguras para a prevenção da transmissão sexual do HIV/aids envolve dificuldades de toda ordem, especialmente em relacionamentos estáveis, pois falar de práticas sexuais seguras, com o uso de preservativo, entre pessoas supostamente envolvidas em um relacionamento monogâmico pode ameaçar a confiança entre o casal, expondo a possibilidade de relações extraconjugais (GUIMARÃES, 1996; 2001; BARBOSA, 1996).

A negociação em um encontro sexual, especialmente quanto ao uso da camisinha, traz à tona um outro ponto geralmente considerado essencial às relações afetivo-sexuais: a *fidelidade*. Em estudo com 40 mulheres atendidas pela BENFAM no Rio de Janeiro, Guimarães (2001) identificou a fidelidade como valor maior na relação do marido/namorado com a esposa/namorada. Nessa pesquisa, as mulheres pesquisadas condenam o adultério e as escapulidas, reconhecem a transgressão como parte da *natureza* masculina e consideram o duplo padrão de comportamento como próprio a todos os homens, exceto o seu. Sob o ponto de vista dessas mulheres, o uso do preservativo seria desnecessário.

Visto no Brasil como obstáculo ao prazer sexual pleno e como símbolo de infidelidade e desconfiança, o preservativo pode encontrar resistência ao seu uso também entre as mulheres, pois, para optar por ele, a mulher precisa superar tabus e preconceitos relacionados à atividade sexual, já que seu uso pode indicar que ela está sexualmente disponível, o que contraria o papel sexual passivo socialmente aceito para a mulher (BARBOSA, 1996).

A esse respeito, Villela (1998, p.137) diz que os significados negativos do preservativo “– confissão de parcerias clandestinas e arriscadas – povoam igualmente o imaginário de homens e de mulheres”. Guimarães (2001, p. 158) reforça essa idéia, dizendo que a recusa ao uso do preservativo pode ser feita pela mulher e, ao fazê-lo, ela assegura ao outro a existência de confiança e compromisso, ao mesmo tempo em que evita uma “apresentação do self” negativa - mulher fria e calculista ou sexualmente ativa demais.

Em pesquisa feita na cidade do Rio de Janeiro com 250 mulheres com idade entre 20 e 40 anos, casadas ou com um único parceiro sexual fixo e que incluiu mulheres portadoras do vírus HIV ou com aids e mulheres supostamente não infectadas, Guimarães (1996, 2001) percebeu que as mulheres casadas supostamente não infectadas diziam que não havia, no caso delas, por que adotar medidas de prevenção para a aids. Todas as mulheres de ambos os grupos sabiam dos meios de transmissão, reconheciam a via sangüínea como um risco permanente para todas e estavam cientes das formas de prevenção. Para essas mulheres, o fato de *conhecer* e *confiar* no companheiro foi utilizado como justificativa para a postura que incluía o não uso do preservativo.

As justificativas fundamentadas na confiança e no conhecimento perpassam todos os segmentos sociais de tal maneira que o conhecer o outro tem sido a forma de prevenção mais usada para a aids no Brasil e em outros países. O conhecimento mútuo estrutura as relações sociais e sexuais, garantindo segurança para a aproximação e para a intimidade entre o casal (GUIMARÃES, 2001).

As considerações até aqui tecidas apontam que as questões a serem consideradas na epidemia de aids se expandem para além das fronteiras biológicas. No âmbito da sexualidade se dão as experiências sexuais humanas, que não se reduzem à atividade sexual e que, segundo Parker (1991, p. 13), são “menos resultado de uma natureza humana imutável do que o produto de um complexo conjunto de processos sociais, culturais e históricos”.

Nesse conjunto de processos, a sexualidade é regulada por normas e interdições, as quais são modeladas pela ação de instituições como a família, o Estado e a Igreja, pela hierarquia de gênero e pela visão funcionalista reprodutiva

(PARKER, 1991). Nesse contexto, a heterossexualidade reprodutiva é instituída como normal.

No terreno da sexualidade 'normal', manifestam-se desejos e prazeres, abrindo espaço às transgressões; nele se inscrevem outras práticas sexuais, interditas por não serem procriativas (PARKER, 1991). Assim são construídas as sexualidades feminina e masculina, e também estabelecida a circunscrição da sexualidade ao espaço privado do viver. Esse espaço, embora geralmente associado ao lar, especialmente para a mulher, não se restringe a ele, referindo-se mais à privacidade, ao que é 'escondido' dos olhos dos outros, ao que se passa em segredo, entre quatro paredes, onde tudo pode acontecer (PARKER, 1991).

Entretanto, vivemos um tempo de exposição da sexualidade, no qual a privacidade se torna pública – situação ligada à aids, cuja prevenção, tratamento e controle exigem que se fale de sexo e sexualidade. O crescimento da epidemia por transmissão heterossexual dá destaque àquelas relações consideradas 'normais', entre mulheres e homens no contexto do lar e da família.

Assim se configura o terreno em que se inscreve a aids, no qual se entrelaçam normas e interdições à sexualidade, características femininas e masculinas dessa sexualidade, relações de gênero e de poder, valorização da fidelidade, de sentimentos como o amor e de códigos morais. Nesse cenário se dá o trabalho dos profissionais da saúde em geral e da Enfermagem em particular, cuja referência localiza-se na sexualidade heterossexual bem delimitada pela biologia e tratada dentro do modelo biomédico, pautado no que é instituído como 'normal' para masculino e feminino.

Ao tomar esse normal como referência, a enfermagem atua reforçando as polarizações de gênero, naturalizando as especificidades de homens e mulheres e, no final, reafirmando as estereotípias sobre ambos, o que representa uma dificuldade em termos de educação em saúde em todas as áreas, especialmente no que se refere à prevenção de DST/aids, justamente por traduzir polaridades no mais das vezes irreconciliáveis.

A esse respeito Loyola (1999, p. 35) diz que

as representações epidemiológicas da sexualidade difundidas [...] no quadro das mediações ligadas à prevenção da AIDS, não só conferiram uma nova legitimidade ao falar da sexualidade no público e no privado, como trouxeram de volta a oposição entre o bom sexo e o mau sexo, o são e o malsão, o normal e o patológico da medicina do século XVIII, que subentendem a oposição moral entre o bem e o mal.

3 SOBRE HOMENS E MASCULINIDADES

Discutindo a organização social da masculinidade, Connell (1997, p.35) fala que esta

é ao mesmo tempo a posição nas relações de gênero, as práticas pelas quais os homens e as mulheres se comprometem com essa posição de gênero e os efeitos destas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura.

Esta perspectiva trata o gênero como uma maneira de ordenamento social em que a vida cotidiana se organiza em torno do “cenário reprodutivo”, denominação que objetiva esclarecer o gênero como uma prática social que **envolve** os corpos, que se refere a eles e ao que fazem, mas que **não se reduz** a eles (CONNELL, 1997).

De acordo com essa compreensão, o sexo biológico não é considerado fator determinante no processo de construção de homens e mulheres, o que relativiza a participação da biologia e sugere que muitas características, necessidades, possibilidades e potencialidades humanas são suprimidas, reprimidas e canalizadas no desenrolar desse processo (KAUFMAN, 1997).

A necessidade de supressão, canalização e repressão de alguns elementos na construção de homens e mulheres remete à existência de uma referência dada de antemão e que solicita uma série de modificações para ser atendida. Isto vem ao encontro da interpretação que Connell (1997, p. 36) dá à masculinidade e à feminilidade como “projetos de gênero” que variam de uma sociedade para outra e de uma época para outra. Da mesma forma, é coerente com o que Olavarria (2001a, p.13-4) denomina mandatos do referente² de ser homem.

Segundo Aguirre e Güell (2002, p.13), os mandatos não são naturais, mas históricos, culturais, psicossociais e relacionais e se referem aos comportamentos esperados de um homem nas mais diferentes situações em que ele se envolve no

² No original “los mandatos del referente de ser hombre”.

estabelecimento de suas relações primárias – consigo mesmo, com a mulher, com a família e com seus pares. Para esses autores, “a masculinidade é um imperativo pronunciado na forma de mandatos que devem ser seguidos nos diferentes âmbitos da vida cotidiana e que se impõem [...] com a força do natural e com a tensão do dever ser”.

Em acordo com essa idéia, Olavarria (2001a, p.13-4) fala da existência de espaços com margens demarcadas nos quais um homem pode mover-se a fim de assegurar seu pertencimento ao mundo dos homens; sair deles significa expor-se ao repúdio dos outros homens e das mulheres. Soa como se

ser homem não estivesse entregue ao arbítrio pessoal, tem um caminho, de alguma maneira indicado, ‘correto’, que é o referente, e todo desvio tem conseqüências. Na medida em que se distancia deste modelo de homem, se feminiza (OLAVARRIA, 2001a, p.23).

O aspecto físico também está incluído nesses espaços de movimentação do homem e, neste particular, os traços da masculinidade representados por pênis e testículos devem ser transmutados em um corpo másculo, forte e atraente, o que não implica apenas demonstrar força física, mas permitir ao homem resistir aos embates que a vida lhe apresenta (AGUIRRE e GÜELL, 2002, p.18).

No relatório de uma investigação multicêntrica desenvolvida no contexto do projeto de homens adolescentes da Organização Mundial de Saúde e da Organização Panamericana de Saúde (OMS/OPS) com nove países latino-americanos no ano 2000³, Aguirre e Güell (2002, p. 18) relatam que os homens jovens e adolescentes situam o caráter como um dos mandatos do homem sobre si mesmo. Nesse âmbito, o caráter **faz** o homem e lhe possibilita desempenhar sua ação ordenadora no mundo que o cerca. Os mandatos do caráter são os mais complexos e profundos da identidade masculina, pois é nele que se expressam mais fortemente as transformações e os desafios reais que afetam a identidade masculina.

Estas colocações vêm ao encontro da proposição de *projetos de gênero* feita por Connell (1997). A variabilidade espaço-temporal desses *projetos de gênero*

³ Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México e Nicarágua.

chama a atenção para a impossibilidade de se falar em masculinidade e feminilidade no singular, o que é reforçado por Connell (1997, p. 39) quando fala em múltiplas masculinidades, alertando que reconhecer isto não é suficiente, pois é necessário compreender as relações existentes entre elas considerando o contexto de raça e classe, bem como as relações de gênero dentro delas.

Connell (1997) fala das práticas e relações que constroem os principais padrões de masculinidade no ocidente e ressalta que a compreensão das relações entre esses padrões ajuda a evitar que a percepção de masculinidades múltiplas culmine em uma tipologia de caracteres. Esses padrões são denominados hegemonia, subordinação, cumplicidade e marginalização.

O primeiro padrão – **HEGEMONIA** – refere-se à exaltação de uma forma de masculinidade em relação às outras. A masculinidade hegemônica não é um tipo fixo, igual em todos os tempos e lugares; é, isto sim, aquela que ocupa a posição dominante nas relações de gênero e é uma posição sempre disputável. Sua referência é o patriarcado, e ela garante a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres (CONNELL, 1997), bem como a subordinação de outros homens que se encontram fora das estratégias hegemônicas (OLAVARRIA, BENEVENTE e MELLADO, 1998; KIMMEL, 1997; WELZER-LANG, 2004, 2001).

Dessa forma, estabelecer-se-iam relações de poder entre homens e mulheres e entre homens, as quais, no patriarcado, se configurariam como um sistema de poder dos homens exercido sobre as mulheres e sobre outros homens, bem como em hierarquias de poder entre diferentes grupos de homens e entre diferentes masculinidades (KAUFMAN, 1997; 1995; KIMMEL, 1997).

Welzer-Lang (2001, p.466) também fala em hierarquias masculinas, afirmando que, mesmo sendo homem e dominante, todo homem é submetido às hierarquias masculinas, pois nem todos têm o mesmo poder e os mesmos privilégios. Alguns, aos quais denomina 'grandes homens', exercem seus privilégios à custa das mulheres e também à custa dos homens; têm poder sobre as mulheres e também sobre os homens ou, pelo menos, podem ter. Configura-se, aqui, um duplo poder, no qual se estruturam as hierarquias masculinas.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, o poder é considerado como algo que alguém exerce sobre outrem que está à sua mercê e como algo que alguém detém enquanto o outro é despossuído, nega a produtividade do poder, enfatizando sua face negativa. Embora existam estados de dominação nos quais as resistências – manifestadas às vezes em pequenas astúcias e artimanhas cotidianas – apenas provoquem movimentos sutis na rede de poder, sem possibilitar a inversão, mesmo que momentânea, de posições, considero mais adequado falar não no poder exercido **sobre** alguém, mas no poder **em circulação** entre homens e mulheres e entre homens e masculinidades.

Visto desta forma, mesmo em relações onde as posições de poder apresentam grandes disparidades – como pode ocorrer, por exemplo, entre homens e mulheres ou entre heterossexuais e homossexuais – aquele que se encontra em desvantagem tem a possibilidade de resistir, preservando um espaço para si que lhe permita vislumbrar a possibilidade de inverter as posições.

Connell (1997, p.40) defende a idéia de que a masculinidade dominante compõe uma posição historicamente móvel, posto que sua dominância pode ser questionada e desafiada pelas mulheres. Entretanto, considerando que essa masculinidade não se constitui apenas em relação às mulheres, mas também em relação a outras masculinidades, poder-se-ia dizer que o questionamento e o desafio feitos a ela podem partir de qualquer uma das posições consideradas como ‘outros’: mulheres e também homens que não se incluem no modelo dominante.

O aspecto relacional da constituição da masculinidade é também reconhecido por Kimmel (1997, p. 49), que a define como “um conjunto de significados sempre em modificação”, construído nas relações dos homens consigo mesmos, com os outros e com o mundo. Ela não é estática, nem atemporal; é histórica, construída socialmente, criada na cultura e com diferentes significados em diferentes épocas para diferentes pessoas.

Ao invés de ser sinal de fragilidade, o caráter mutável da masculinidade abre uma perspectiva de ação e indica que os homens podem mudar tanto individual quanto coletivamente (KIMMEL, 1997, p.49-50), posição também defendida por Connell (1997, p.43) ao afirmar que “reconhecer a masculinidade e a feminilidade

como históricos não é sugerir que elas sejam fracas ou triviais. É colocá-las firmemente no mundo da ação social”.

Kimmel (1997), Kaufman (1997) e Connell (1997) concordam sobre a existência de uma masculinidade hegemônica, reconhecendo todos eles que uma definição de masculinidade é posta como norma segundo a qual as demais são medidas e avaliadas. Para esses autores, a masculinidade hegemônica é de homens brancos, de classe média, de adultos jovens, heterossexuais; além disso, é ativa, rude, agressiva e dominante, o que estabelece um modelo para outros homens, a partir do qual são avaliados e medidos.

Outros qualificativos são também associados à masculinidade dominante: força, sucesso, capacidade, confiabilidade e controle (KIMMEL, 1997, p.50-1). O **‘dever ser’** para os homens é definido com base nesses atributos, reveladores de uma série de expectativas socioculturais, às quais eles procuram responder e que definem critérios de avaliação para incluí-los/excluí-los no/do modelo.

Entretanto, os requisitos podem ser diferentes em diferentes grupos, sociedades e épocas, de tal forma que cada subgrupo – com base na raça, classe, orientação sexual ou em outros critérios – define o ser homem de acordo com as possibilidades econômicas e sociais do grupo em questão (KAUFMAN, 1997).

Luco (2001, p.85) concorda com a existência de uma masculinidade hegemônica e diz que a supervalorização do sexo genital e da penetração, a escassa expressão de sentimentos, a tendência a evitar o compromisso afetivo e a despreocupação com gravidez são algumas das condutas que se tenta relacionar com esse modelo, em especial com a necessidade de ser forte e de sentir-se poderoso.

Considerando estas proposições à luz da analítica do poder proposta por Foucault, é possível dizer que a masculinidade hegemônica estabelece uma norma a partir da qual são definidos os limites de inclusão e exclusão, fazendo surgir uma extensa categoria “outros”, composta por aqueles que não se adaptam a ela ou que se recusam a fazê-lo. Sob este ponto de vista, a masculinidade hegemônica compõe a base de uma teia de relações de poder que se irradia pelo corpo social,

envolvendo a todos: homens (de qualquer idade) que aspiram atender a tal modelo e que lutam para alcançá-lo; mulheres e outros homens que não se conformam com o modelo.

O caráter mutável dessa masculinidade, associado à idéia de movimento e de alternância de posições de poder proposta por Foucault, amenizam a sensação de inevitabilidade, de impotência, de realidade inescapável que esse estado de coisas pode provocar, evidenciando-o como construção sócio-histórica e cultural. A construção se dá nas relações estabelecidas com os outros, os quais participam dela reforçando o modelo, resistindo a ele, identificando-se com ele ou diferenciando-se dele.

Poder é a palavra-chave de referência à masculinidade hegemônica, cujos ideais apontam para relações de poder entre homens e mulheres, entre homens e entre masculinidades diferentes (KIMMEL, 1997; KAUFMAN, 1995, 1997). Nesse sentido, quem controla o dinheiro, ostenta o poder e possui a força, assegura o domínio sobre quem não tem esse controle, o que permite compreender o papel central desempenhado pelo trabalho remunerado e pela necessidade de prover a família na identidade masculina, um dos mandatos mais determinantes na vida dos homens (LUCO, 2001, p.87).

Toda manifestação que possa ser associada com o feminino em um homem é descartada e temida com a finalidade de assegurar que ninguém possa confundi-lo com um homossexual, de tal forma que, na constituição das masculinidades atuais, tudo o que corresponde à idéia de feminino é desqualificado (WELZER-LANG, 2004; 2001; OLAVARRIA, 2001a; OLAVARRIA; BENAVENTE e MELLADO, 1998; VILLELA, 1998; KIMMEL, 1997; KAUFMAN, 1997; 1995;). O feminino representa o pólo central de rejeição,

o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser [mal]tratado como tal [...] os homens que não mostram sinais redundantes de virilidade são associados às mulheres e a seus equivalentes simbólicos: os homossexuais (WELZER-LANG, 2001, p.465).

O medo da homossexualidade leva à homofobia, definida por Welzer-Lang (2004, p.118) como a discriminação para com “as pessoas que mostram, ou a quem

se emprestam, certas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero”. É uma forma de controle social exercida entre os homens e representa uma ameaça que os pressiona a se calcarem sobre os esquemas ‘normais’ da virilidade.

A masculinidade aceita como dominante em uma sociedade abre espaço para a criação de estereótipos e, de acordo com Olavarria, Benavente e Mellado (1998, p.15), consegue estereotipar o que é ser homem, impondo seus mandatos como formas “normais” de sê-lo, definindo expectativas de conduta, habilidades, capacidades e modos de pensar e atuando em âmbitos específicos da vida dos homens – como a sexualidade, a emocionalidade e a relação com os outros.

Isto restringe o homem em muitos aspectos como, por exemplo, no que se refere às emoções. Elas estão relacionadas com a feminilidade, recusada na construção da masculinidade, e reprimi-las é uma forma de auto-controle para sustentar o desejo de controle sobre outros. Visto desta forma, o pior que pode acontecer a um homem é mostrar suas emoções, o que significa atuar como mulher, e tem uma significação muito negativa, algo parecido com ser *maricón*⁴ (HOPMAN, 2001, p.137).

No processo de aquisição da masculinidade hegemônica são suprimidas uma variedade de emoções, necessidades e possibilidades, como receptividade, empatia, compaixão e prazer de cuidar de outros, consideradas incompatíveis com o poder masculino. Essas emoções não desaparecem, mas são reprimidas de forma que não possam desempenhar um papel pleno na vida dos homens (KAUFMAN, 1997, p.70).

As restrições indicam que a manutenção do estereótipo ligado à masculinidade dominante cobra seu preço. Kaufman (1997, p.63) diz que essa estereotipia ressalta a capacidade do homem para exercer poder e controle. Entretanto, ainda que tenham o poder e usufruam os privilégios outorgados por seu sexo, esse poder está viciado, de tal forma que na vida dos homens há uma combinação de poder e privilégios, dor e carência de poder. A combinação de poder e dor revela a experiência contraditória de poder entre os homens e o custo que tem para eles. De acordo com o autor, a dor pode servir tanto para a manutenção desse estado de coisas, como para dar impulso à mudança.

Segundo Monteiro (2002), Olavarria (2001a), Almeida (2000), Kaufman (1997) e Kimmel (1997), o modelo hegemônico de masculinidade é irrealizável, nunca é completamente alcançado e, de acordo com ele, nunca uma pessoa do sexo masculino é suficientemente homem, posto que para a maioria dos homens é impossível atingir os seus modelos ideais. Mesmo assim os ideais mantêm uma presença poderosa e inconsciente na vida deles, que prosseguem tentando alcançá-los, de tal forma que a hombridade chega a ser uma busca da vida inteira, na qual o homem aprende que não pode ser ou fazer qualquer coisa.

Falando sobre a hombridade na compreensão de homens jovens e adolescentes, Aguirre e Güell (2002, p.14) a colocam como um mandato absoluto, mas que nunca está provado de maneira definitiva, porque sua produção tem a forma de uma “transição entre a não-hombridade e a hombridade”, de tal forma que os homens (jovens, neste caso) nunca estão seguros “se são plenamente homens ou não”.

Então, ao apontar características que um homem deve ter para que possa ser considerado como tal por si próprio e por outros, a estereotipia da masculinidade define também critérios de avaliação. Os estereótipos reforçam um **dever ser** da masculinidade de acordo com o qual os homens são continuamente avaliados e a partir do qual são delimitados os espaços de inclusão de alguns e exclusão de outros.

O segundo padrão de masculinidade colocado por Connell (1997, p.40-1) é a **SUBORDINAÇÃO** e, neste, a subordinação mais evidente é a dos homens homossexuais aos homens heterossexuais. A homossexualidade representa tudo o que é negado pela masculinidade hegemônica, assemelhando-se à feminilidade. Entretanto, além dos homossexuais, alguns homens heterossexuais são excluídos dos limites da masculinidade hegemônica.

A esse respeito Welzer-Lang (2001, p.468) fala de uma norma política andro-heterocentrada e homofóbica produzida com base na definição da superioridade masculina e do dever ser da sexualidade masculina, a qual indica o que é um

⁴ Maricón – homossexual. No Brasil, ‘viado, bicha, florzinha, maricas’.

homem normal, verdadeiro – viril na aparência e em suas práticas. A partir disso, todos os que se diferenciarem passam a pertencer ao grupo de ‘outros’, dominados/as, o que inclui “mulheres, crianças e qualquer pessoa que não seja um homem normal”.

De acordo com o terceiro padrão – **CUMPLICIDADE** –, poucos homens cumprem os modelos normativos de masculinidade e, apesar de terem alguma conexão com o projeto hegemônico, **não representam** a masculinidade hegemônica. Esse estado de coisas aponta para um outro tipo de relação entre homens, cuja tônica é a cumplicidade com o modelo hegemônico, que lhes possibilita obter os privilégios relacionados com a supremacia do homem (honra, prestígio, direito de mandar, bens), mantendo-se distantes das tensões e riscos envolvidos no cumprimento do modelo hegemônico (OLAVARRIA, 2001a; CONNELL, 1997, p.41).

O quarto padrão – **MARGINALIZAÇÃO** – é utilizado por Connell (1997, p.42) para referir-se às relações entre as masculinidades nas classes dominante e subordinada ou nos grupos étnicos, ressaltando que ela é sempre relativa a uma **autorização** da masculinidade hegemônica. A relação entre marginalização e autorização pode existir também entre masculinidades subordinadas.

As relações de hegemonia/subordinação/cumplicidade e as relações de marginalização/autorização não compõem masculinidades de caráter fixo, mas “configurações da prática geradas em situações particulares, em uma estrutura mutante de relações” (CONNELL, 1997, p.43). Essas relações configuram um marco referencial para análise de masculinidades, o qual é citado por diversos autores, como Olavarria (2001a, 2001b); Welzer-Lang (2001); Szasz (2001); Paniagua (199?); Olavarria, Benavente e Mellado (1998); Villela (1998); Kimmel (1997); Kaufman (1997;1995); Almeida (2000); Fuller (1997).

Em estudo que objetivava analisar as representações de masculinidade na cultura peruana de classe média, Fuller (1997) concentrou-se em quatro diferentes conjuntos de representações a ela relacionados: o **masculino**, o **relacional**, o **machismo** e o **abjeto**. Dentro do conjunto de representações denominado ‘masculino’, Fuller (1997, p.141) destaca:

O **aspecto natural** da masculinidade, o qual se refere aos genitais e à força física, traços que constituem o núcleo da masculinidade por se fundamentarem em características supostamente inatas e irremovíveis a partir das quais a masculinidade se desenvolve. O dado natural é transmutado em valentia (força física, controle das emoções) e em sexualidade ativa, ambas qualidades da virilidade – aspecto não domesticável da masculinidade.

O **espaço externo** é formado pela rua e pelo mundo público. A **rua**, dimensão não domesticada e desordenada desse espaço, está associada à virilidade e nela se dão as competições, a rivalidade, a sedução, o desafio às regras adultas. Na rua, o homem atua como sedutor, assumindo uma postura predatória frente às mulheres. Essas relações são importantes na afirmação pública da virilidade de um homem, pois suas conquistas mostram a seus pares que ele é capaz de seduzir uma mulher sem pagar (prostituta) e sem comprometer-se (namorada).

O **aspecto público** desse espaço está associado à hombridade⁵ - masculinidade alcançada e reconhecida publicamente – a qual enfatiza qualidades como responsabilidade, respeitabilidade e contribuição ao bem comum, todas elas ligadas às esferas doméstica e pública. É a versão luminosa do masculino. Enquanto a virilidade – força física e sexualidade ativa – é representada como natural e como o núcleo da masculinidade, a hombridade é considerada um produto cultural, e como qualidade que deve ser alcançada. É alcançada quando o homem funda uma família que mantém sob sua proteção/autoridade e insere-se no mundo do trabalho, obtendo o respeito dos outros homens – reconhecimento social. No aspecto público, o trabalho é o eixo fundamental da identidade masculina adulta, pois constitui uma pré-condição para estabelecer uma família e para obter reconhecimento social (FULLER, 1997, p.141-42).

O **aspecto doméstico** da masculinidade está associado à família (matrimônio e paternidade) e representa o núcleo dos afetos. É definida pelo amor, autoridade, proteção, respeito, os quais se resumem na responsabilidade, qualidade caracterizadora da masculinidade em seu aspecto doméstico. O matrimônio é

⁵ hombridade: nobreza de caráter, dignidade (FERREIRA, 1986, p.903).

necessário para chegar a ser um homem pleno. Através dele, o homem obtém um lar, uma mulher que se ocupa de suas questões domésticas e, além disso, a vida conjugal lhe proporciona uma vida sexual plena e a possibilidade de demonstrar que é sexualmente ativo e capaz de exercer autoridade e proteção – símbolos importantes da masculinidade adulta (FULLER, 1997, p.143).

Fuller (1997, p.144) ressalta que a autoridade na família é um dos núcleos de identidade masculina dos homens de classe média de Lima, no Peru. Há, entretanto, variações na forma de exercício dessa autoridade, as quais incluem o patriarca bondoso que impõe regras baseado no amor e na comunicação e um modelo de associação onde homem e mulher negociam as decisões. Em todos os casos, o homem se percebe como o líder na relação.

Em análise da imagem masculina em sociedades mediterrâneas, Gilmore (1997, p.86) estabelece uma relação entre hombridade e uma conduta eficiente ou útil, a qual deve se dar publicamente, no cenário comunal, de forma que a eficácia de um homem é medida quando os demais o vêem em ação e avaliam sua atuação. Isso implica uma atuação adequada de acordo com os padrões estabelecidos para um homem em cada sociedade, atuação que tem de estar à vista dos outros. Assim, ser homem naquelas sociedades é uma modalidade pragmática e ativa, com ganhos concretos e visíveis, de tal forma que “a virilidade parece implicar um nexos de participação gregária, uma prática masculina que se desenvolve no cenário da vida comunal” (GILMORE, 1997, p.86).

A hombridade é construída na relação com os outros. De acordo com Aguirre e Güell (2002, p.26), na rua, espaço probatório de aprendizagem, de ativação e representação dos mandatos, os homens se legitimam entre eles. Para os autores, além de sua dimensão espacial, a rua é “definida pelas vozes que desafiam e julgam e pelos olhos que observam”. É também o espaço para a atuação, no qual o homem atua frente aos outros; é o espaço do autocontrole.

No espaço da rua, é preciso saber mostrar/esconder (o cumprimento dos mandatos/as emoções, contrárias aos mandatos de fortaleza e dureza) e, à vista dos

outros, pode haver “sobre-atuação”⁶, “levando ao limite as capacidades de risco, de exploração, do exercício da violência” (Aguirre e Güell, 2002, p.27).

A contínua exposição ao olhar dos outros é ressaltada por Kimmel (1997, p.53), de acordo com quem os homens estão sob o persistente e cuidadoso escrutínio de outros homens, que os olham, os classificam e lhes concedem [ou não] a aceitação no reino da virilidade. A hombridade é demonstrada para obtenção da aprovação de outros homens, pois eles avaliam o desempenho de cada um.

Isto tudo faz da masculinidade uma provação homossocial⁷, na qual os homens se põem à prova, executam atos heróicos, correm riscos, tudo para confirmar sua virilidade diante de outros homens, o que está compatível com a sobre-atuação de que falam Aguirre e Güell (2002). A busca pela legitimação homossocial imprime à masculinidade a possibilidade de fracasso e competitividade, bem como enfatiza o medo de não obter essa legitimação (KIMMEL, 1997, p.54-5).

Villela (1998) concorda com essa posição quando fala do sentido de fraternidade entre os homens, qual se revela na busca por espaços coletivos de socialidade. Nesses espaços, comportamentos valorizados como masculinos são reforçados e outros negados. Segundo a autora, os “homens passam grande parte de seu tempo tentando provar, garantir e se assegurar de que são HOMENS, dignos de ocupar o lugar privilegiado que lhes é destinado” (VILLELA, 1998, p.134). Para tanto, a cumplicidade do grupo é essencial.

Os espaços de socialidade assemelham-se àquilo que Welzer-Lang (2001, p.462) denomina “casa dos homens”, numa referência ao conjunto de espaços e lugares monossexuados onde os meninos aprendem que, para serem homens de verdade, precisam combater aspectos que os aproximem das mulheres. Nesses espaços e lugares, acontece a aprendizagem do coletivo, da solidariedade, da fraternidade, e se dá a busca pela legitimação homossocial.

⁶ ‘Sobre-atuação’ pode ser entendida como uma atuação exagerada que potencializa a resposta aos mandatos sociais.

⁷ Homossocialidade – “Relações sociais entre as pessoas de mesmo sexo, ou seja, as relações entre homens ou as relações entre mulheres”(WELZER-LANG, 2001, p.476).

Retomando a análise das representações de masculinidade da cultura peruana de classe média desenvolvida por Fuller (1997), além do “masculino”, a autora concentrou-se em outros três diferentes conjuntos de representações a ela relacionados: o relacional, o machismo e o abjeto.

O **conjunto relacional** de representações da masculinidade delinea a masculinidade em oposição ao feminino. Aqui, as diferenças entre masculino e feminino constituem-se em torno dos aspectos natural, doméstico e público da masculinidade. Essas diferenças apresentam-se como oposições, como polaridades interpretadas como naturais, e a desconstrução dessas representações permite desvelar o mecanismo pelo qual as diferenças ‘naturais’ são convertidas em um dispositivo de produção de identidades sexuais e de gênero, escondendo sob o rótulo ‘natural’ o que é culturalmente construído (FULLER, 1997, p.146).

O **machismo** constitui outro conjunto de representações da masculinidade e traduz a ideologia da supremacia masculina, que legitima a precedência dos homens sobre as mulheres, enfatizando o domínio e a virilidade. A representação de machismo da população estudada é oposta à definição do senso comum, segundo a qual macho seria o homem hipersexuado e agressivo, que se afirma através de sua potência sexual – capacidade de conquista, competição, jactância frente a outros homens e domínio sobre as mulheres de sua família. Entretanto, esse homem não aceita freios, especialmente se provêm de mulheres, não assumindo seu papel de chefe de família e de pai provedor. Os homens participantes do estudo de Fuller (1997) associam o machismo com o lado natural da masculinidade, um componente da cultura masculina juvenil transmitida pelo grupo, que, ao invés de constituir uma prova de superioridade masculina, expressa a insegurança dos jovens sobre sua própria virilidade ou sobre sua capacidade de obter o reconhecimento de seus pares.

O machismo é apontado também como uma reação irracional de defesa contra o desafio que representa a liberação feminina e a entrada da mulher no espaço público. Expressa o temor daqueles que se aferram a ele de terem seus lugares tomados pelas mulheres. É uma relíquia do passado e, embora presente, “tem sido a expressão dos aspectos mais débeis ou controvertidos do masculino, cujas versões pública e doméstica se associam aos valores mais elevados e à

verdadeira hombridade” (FULLER, 1997, p.149).

Em seu estudo desenvolvido no Brasil, Parker (1991, p.74) afirma que a figura do machão é tão importante quanto a do pai e do marido na construção da definição popular de masculinidade, justamente por incorporar valores tradicionalmente associados com o papel de macho – “força e poder, violência e agressão, virilidade e potência sexual”. O autor prossegue dizendo que:

Juntos, o machão e o pai fornecem um retrato ou, pelo menos, um ideal de homem moderno dificilmente distinguível do patriarca tradicional. Eles incorporam um conjunto de valores profundamente enraizados, que continuam a funcionar mesmo hoje na estruturação do mundo do gênero na vida brasileira – uma série de valores na qual o simbolismo da sexualidade, violência e poder estão claramente ligados na configuração cultural de masculinidade (PARKER, 1991, p.75).

É possível perceber aqui que, enquanto no Brasil o machão é relacionado não somente à força, poder, violência, mas também à potência sexual, para a população estudada no Peru o macho não se afirma através de sua potência sexual, mas revela-se na dominação exercida sobre as mulheres, na qual também pode estar incluído o aspecto sexual.

A feminização é, na cultura peruana, a forma mais evidente do **abjeto** e representa o limite no qual o homem perde sua condição de homem. Ocupar uma posição passiva numa relação homossexual, ser penetrado por outro homem é considerado a versão extrema da feminização, constituindo “a última fronteira do masculino em seu aspecto natural: a virilidade”. Nesse sentido, representa a maior ameaça, porque a virilidade é considerada o verdadeiro núcleo da masculinidade (FULLER, 1997, p.149).

Os autores até aqui citados apontam para a existência de uma referência para o ser homem que define uma série de requisitos e impõe várias prescrições de conduta para que a hombridade seja alcançada, o que está explicitado naquilo que Connell (1997) denomina masculinidade hegemônica e no que Olavarria (2001a, 2001b) chama de referente de ser homem.

Além disso, os estudos apontam para a importância das relações com os outros – homens e mulheres – para a construção do ser homem, o que está

coerente com o que Kaufman (1997, p.69-70) denomina “trabalho de gênero” (*Gender Work*) de uma sociedade no desenvolvimento de uma personalidade masculina normal. O trabalho de gênero permeia as interações sociais seguindo a dinâmica dessas interações e as relações mutantes de poder. Pode ser considerado um “processo ativo, que cria e recria o gênero”, o qual pode ser permanente, com demandas particulares em diferentes momentos do viver.

3.1 SEXUALIDADE

Dentro do modelo dominante, os estereótipos existentes sobre o que é ser homem implicam ser heterossexual e ser capaz de engravidar uma mulher, tendo a penetração, a conquista e o rendimento como chaves da masculinidade (OLAVARRIA, BENAVENTE e MELLADO, 1998, p.16). Entretanto, conforme ressalta Luco (2001), nem todos os homens vivenciam sua sexualidade de acordo com os mandatos da masculinidade hegemônica e passam a ocupar o espaço da exclusão.

A heterossexualidade⁸ é uma característica central da masculinidade hegemônica (OLAVARRIA, 2001a; OLAVARRIA, 2001b; OLAVARRIA, BENAVENTE E MELLADO, 1998; RAMIREZ, 1997; GILMORE, 1997; KAUFMAN, 1997; 1995; CONNELL, 1997; FULLER, 1997) e determina alguns traços masculinos, como o fato de possuir, tomar, penetrar, dominar e afirmar-se, até mesmo pelo uso da força, bem como a preferência por mulheres como parceiras sexuais (OLAVARRIA, BENAVENTE e MELLADO, 1998).

Como aspecto da masculinidade hegemônica, a heterossexualidade é indispensável para que alguém do sexo masculino possa ser considerado homem. É

⁸ “La discusión en torno la heterossexualidad, como requisito de la masculinidad, es una de las más polémicas en este campo de estudios. En ella se distingue *heterossexualidad*, como orientación sexual hacia el sexo opuesto, de *heterossexismo* como práctica socio-cultural de afirmación hegemónica de una orientación y de exclusión de otras formas de vivir la sexualidad” (OLAVARRIA, BENAVENTE e MELLADO, 1998, p.14).

um atributo não negociável de um homem de verdade e está intimamente relacionado com o atendimento de outros requisitos essenciais, como ter uma esposa, ter filhos, ser chefe de família, ter responsabilidade. Um homem de verdade é sempre heterossexual e precisa ser assim reconhecido pelos outros.

A heterossexualidade compulsória exerce forte demanda sobre os homens, levando-os a procurar demonstrá-la em todas as suas experiências de vida, sexuais ou não. Os indicativos da heterossexualidade utilizados na avaliação do homem se referem a todo o comportamento e não apenas à orientação do seu desejo sexual. Incluem-se aqui, por exemplo, elementos como a tonalidade da voz, o modo de caminhar, os gestos, os maneirismos, os trejeitos, o modo de vestir e a aparência viril.

A este respeito, Kimmel (1997, p.58) diz que os esforços feitos pelos homens para manter uma aparência viril cobrem tudo o que fazem: o que usam, como caminham, o que comem, pois gestos e movimentos contêm uma linguagem codificada de gênero. Estas respostas tomam referência nos estereótipos e atendem a um conjunto de regras negativas de conduta:

Nunca se vista desta maneira. **Nunca** fale ou caminhe desta forma. **Nunca** mostre seus sentimentos ou **nunca** se coloque emocionalmente. **Sempre** esteja preparado para demonstrar interesse sexual pelas mulheres que encontre (KIMMEL, 1997, p.58, grifo nosso).

Condutas e atitudes exageradamente masculinas representam uma tentativa de evitar que os outros formem uma idéia errada sobre si, percebendo-o como homossexual e, no final, atuam confirmando e reforçando os estereótipos sobre a masculinidade.

As ações de um homem, os indicativos de heterossexualidade publicamente demonstrados, oferecem subsídios para que os outros avaliem sua atuação e o reconheçam ou não como tal. Ser heterossexual é tão importante quanto demonstrar sê-lo através da manutenção de uma imagem compatível.

A coerência entre o que é e o que aparenta ser contribui para situar um homem em um nível superior de hombridade. Assim, quem é heterossexual e

aparenta sê-lo é considerado mais homem do que aquele que, mesmo aparentando ser, não o é – mesmo que os outros não saibam de sua homossexualidade – ou de todas as demais possibilidades de ser/aparentar sua sexualidade. Nesse sistema de ‘aparência-essência’, aquele que é homossexual e que aparenta sê-lo ocupa um patamar inferior na escala de hombridade.

Além disso, é importante que essa masculinidade não seja questionada, colocada em dúvida por mulheres e/ou por outros homens, e, para afastar essa possibilidade, uma série de esforços de afirmação-reafirmção para si e para os outros são empreendidos ao longo do viver.

Fundamentais na masculinidade hegemônica (CONNELL, 1997; KAUFMAN, 1997, 1995; KIMMEL, 1997), heterossexualidade e controle do poder provocam uma renúncia ao feminino e uma valorização da homosocialidade, de tal forma que, independentemente de raça, classe, etnia, idade ou orientação sexual, “ser homem significa *não ser como as mulheres*” (KIMMEL, 1997, p.52, grifo do autor). Assim, a masculinidade nasce da renúncia ao feminino ao invés da afirmação direta do masculino, o que a torna tênue e frágil (KIMMEL, 1997).

Da mesma forma, existe também a idéia de uma masculinidade irrefreável, instintiva, animal e não necessariamente ligada ao afeto (OLAVARRIA, BENAVENTE E MELLADO, 1998, p.16). Concordando com essa posição, Luco (2001, p. 88) diz que, de acordo com os padrões da sexualidade dominante,

os homens devem mostrar-se sempre interessados, sempre dispostos, sempre ativos para iniciar um encontro sexual, ainda que muitas vezes os desejos e as necessidades digam o contrário. Deixar passar a oportunidade é mostrar debilidade, e pode ser interpretado como demonstração de pouca virilidade. A falta de desejo sexual é tão atentatória à auto-estima masculina como a falta de trabalho remunerado.

No campo de batalha representado pela sexualidade, os homens procuram provar sua competência e descartar uma suposta debilidade. Este é o terreno preferido para colocar-se em prova, demonstrar força e competir com outros homens, o que converte a sexualidade em uma grande e imaginária competição (LUCO, 2001, p 88).

Aguirre e Güell (2002) afirmam que alguns traços do masculino são definidos nas relações com as mulheres e, de acordo com homens jovens e adolescentes latino-americanos, nas relações homem-mulher o homem possui uma pulsão sexual superior à da mulher, bem como um desejo irrefreável, o que o torna um caçador incansável⁹.

A idéia de sexualidade irrefreável é sugerida também por Ramirez (1997, p.103) quando diz que, na construção da masculinidade em Porto Rico, a ideologia masculina destaca a sexualidade, e, de acordo com ela, “o macho deve ser essencialmente sexual ou deve parecê-lo, apresentar-se como tal. Deve desfrutar de sua sexualidade, manifestá-la, alardeá-la, sentir-se orgulhoso dela e, particularmente, evidenciá-la”, o que vem ao encontro do que afirmam Luco (2001) e Olavarria, Benavente e Mellado(1998). Em Porto Rico, um indivíduo que tem muitas relações sexuais é denominado ‘chingón’¹⁰.

Em estudo realizado com quinze homens na faixa etária de 45 a 60 anos em Quibdó - Colômbia, Viveros e Cañon (1997) encontraram duas tendências de respostas à pergunta ‘o que é ser homem’, sendo que a **primeira** dá centralidade à sexualidade. Nessa tendência, os homens identificam a masculinidade com o fato de serem ‘quebradores’, o que significa ter o poder de conquistar várias mulheres. Desde cedo os jovens aprendem que aquele que pode se gabar em seu grupo de pares de seu poder de conquista é mais homem. O poder de conquista permite obter reconhecimento social – ser um *quebrador* –, enquanto que não ter essa habilidade implica carência de virilidade. Dessa forma, o desempenho sexual apresenta-se como uma das tendências da masculinidade, na qual “ser quebrador” é essencial.

Com o objetivo de identificar em homens adultos os repertórios associados ao campo da reprodução que têm influência na construção da(s) masculinidade(s), Arilha (2001, p.59) desenvolveu um estudo no qual salienta a existência de uma concepção que relaciona a vida do homem jovem com uma vida de “zoeira”¹¹, sem compromisso, onde impera a idéia de liberdade. Nessa etapa da vida, tem destaque

⁹ No original: ‘El hombre es un cazador incansable’.

¹⁰ Chingón – Mex. Dicho de una persona: competente em uma actividad o rama del saber (DICCIONARIO de la lengua española, 2001, p. 532, v.1).

¹¹ **Zoeira** – Gíria: desordem, barulho, confusão, zoada (FERREIRA, 1986, p.1806).

a existência de uma “idéia motriz associada a uma vida sexual ‘livre’ e ativa na juventude, praticamente incompatível com atitudes associadas à prevenção da gravidez como, por exemplo, o uso de preservativos” (ARILHA, 2001, p.71). Da mesma forma, um estudo desenvolvido em Portugal por Almeida (2000) diz ser esperado dos homens em geral e dos solteiros em particular uma “sexualidade predatória”.

Desenvolvendo uma análise das concepções de homens rurais residentes na zona da mata pernambucana sobre suas práticas sexuais e prevenção de DST/aids, Alves (2003, p.435) percebeu que a sexualidade do homem solteiro é “caracterizada pela liberdade, pelo desregramento em relação ao número de parceiras e de relações sexuais. Não existe limite de relações sexuais para o homem solteiro, de tal forma que “o que aparecer ele pega”.

É possível perceber, aqui, semelhanças entre a vida de “zoeira” encontrada por Arilha (2001), a sexualidade predatória relatada por Almeida (2001), o *quebrador* citado por Viveros e Cañon (1997), o *chingón* de Ramirez (1997) e os homens estudados por Alves (2003), que fazem referência a uma vida sexual intensa, com diferentes parceiras, como forma de demonstrar virilidade e heterossexualidade, requisitos indispensáveis para ser considerado homem de verdade por si próprio, por outros homens e pelas mulheres.

Na **segunda tendência** de resposta encontrada por Viveros e Cañon (1997) à pergunta “o que é ser homem”, os homens relacionam a masculinidade com um bom desempenho social – ser provedor, trabalhador e responsável. Além disso, outra exigência da masculinidade é saber manter o controle e o equilíbrio nas situações que se apresentam. Os homens que foram agrupados nesta tendência descrevem a si próprios como trabalhadores, disciplinados e com um alto senso de dever.

Sexualidade não controlável, aliada a uma suposta falta de conexão dela com o afeto, impõe aos homens uma norma de comportamento de acordo com a qual ‘dizer não’ à possibilidade de manter uma relação sexual os diminuiria como tal e levantaria interrogações sobre sua virilidade. Recusar-se a uma relação sexual equivale a expor-se ao risco de ser erradamente julgado não só pelas mulheres, como também por outros homens.

Não é suficiente considerar-se homem; é preciso também que os outros – homens e mulheres – o percebam como tal. Da mesma forma, é preciso mostrar-se sempre e continuamente cada vez mais homem, o que sugere a necessidade de demonstrar uma onipresente prontidão para o sexo, a qualquer hora e em qualquer lugar.

Como dedução, pode-se dizer que todas as expressões acima implicam um não recusar-se ao sexo, um não dizer ‘não’ a uma oportunidade de manter uma relação sexual, tal como relatado por Luco (2001) e Olavarria, Benavente e Mellado (1998). Além disso, ficam subentendidas as implicações envolvidas no dizer ‘não’ a uma oportunidade de manter uma relação sexual, o que contribui também para reforçar o papel desempenhado pelo olhar dos outros na afirmação do ser homem e a contínua avaliação a que os homens se sentem expostos.

Esses aspectos todos apontam para o lugar de destaque ocupado pelos genitais (pênis e testículos) na construção do homem. Ramirez (1997) fala sobre isso ressaltando a existência de uma simbologia utilizada no discurso em Porto Rico, na qual o pênis e os testículos são altamente valorizados, convertendo os genitais no centro do qual emana o poder masculino e uma série de atributos a ele vinculados, como coragem e virilidade.

Evidência semelhante foi encontrada por Parker (1991) em estudo desenvolvido sobre a cultura sexual no Brasil, onde toda a região genital e a virilha representam a localização da força e vontade masculinas. Nessa região da anatomia, “a força e a coragem associadas à masculinidade estão mais definitivamente incorporadas [estabelecendo] conexão metafórica entre genitais masculinos e vigor, resistência, força e virilidade” (PARKER, 1991, p.66).

Da vinculação dos genitais masculinos com poder, força, coragem e vontade originam-se diversas expressões, utilizadas na linguagem cotidiana, que ressaltam o pênis e os testículos como símbolos dessas qualidades. Ramirez (1997, p.106) destaca algumas expressões utilizadas em Porto Rico que revelam isso, dentre as quais a relação estabelecida entre poder, valor e força com ter “cojones”¹², bem

¹² *Cojón* – testículo. *Cojones* – interjeição usada “para expressar diversos estados de ânimo, especialmente extrañeza o enfado” (Diccionario de la lengua española, 2001, p. 583).

como entre estar ofendido, furioso com estar “enchojado”. Parker (1991, p.66) fez o mesmo no Brasil, indicando que o uso de um sufixo aumentativo – *udo* – denota virilidade e coragem, e cita como exemplo as expressões ‘*pirocudo*’ (ter pênis grande), ‘*ovudo*’ (ter testículos grandes) e ‘*sacudo*’ (ter saco escrotal grande). Todas elas indicam uma forma dominante de ser homem nesses dois países.

Então, a heterossexualidade é uma exigência para o homem de verdade, e, nela, a literatura aponta que a sexualidade ativa é representada como fixa, não modificável, de tal forma que um homem que rompe essa barreira põe em interdito sua condição de tal. Durante a adolescência, as práticas homossexuais são bastante comuns e, desde o ponto de vista da cultura masculina, podem ser consideradas imorais, porém não colocam em perigo a masculinidade de um homem.

Relacionada à masculinidade, a sexualidade é tida como difícil de controlar e, assim sendo, esse comportamento pode ser qualificado como má conduta, excesso ou hipersexualidade sempre e quando o jovem assuma a posição ativa. Entretanto, Fuller (1997) ressalta que o recurso à atividade é bastante relativo, pois uma vez iniciado o contato corporal, a diferença ativo-passivo tende a diluir-se; então, é no relato que o macho recupera sua virilidade, recolocando-se como quem penetra e feminiza o outro.

Na cultura sexual brasileira, o homossexual (viado, maricas ou bicha) é um indivíduo que desempenha o papel passivo de ser penetrado em uma relação sexual, o que estabelece uma distinção entre ativo e passivo nas relações sexuais entre homens. Nesse modelo de vida sexual, a ênfase cultural parece ser colocada nas práticas sexuais e na relação entre elas e os papéis de gênero – em especial na distinção entre *atividade* masculina percebida e *passividade* feminina como o cerne da organização da realidade sexual (PARKER, 2002, p.55).

Assim, o parceiro ativo consegue manter sua identidade masculina, mas o parceiro passivo é desvirilizado tanto aos seus olhos como aos dos outros que saibam de suas práticas sexuais. O fato de por vezes ter uma aparência feminilizada não faz dele uma mulher verdadeira e o caracteriza como “uma anomalia perigosa e perturbadora”, que não pertence a nenhuma categoria da vida humana (PARKER, 2002, p.55).

As categorias *'ativo/passivo'* estruturam e reestruturam continuamente o universo sexual de acordo com uma hierarquia que distingue atividade e passividade sexual, traduzida em relações de poder e dominação entre homens e mulheres. Essa hierarquia foi utilizada para organizar e conceitualizar as relações sexuais entre membros do sexo oposto e do mesmo sexo (PARKER, 2002). Desta forma,

a estrutura simbólica das interações macho/fêmea parece funcionar, em muitos aspectos, como uma espécie de modelo para a organização das interações de mesmo sexo na cultura brasileira. Nos termos deste modelo, o fundamental talvez seja menos o sexo biológico compartilhado dos participantes do que os papéis sexuais sociais que eles assumem – sua atividade ou passividade como parceiros sexuais e pessoas sociais (PARKER, 2002, p.56).

Então, segundo esses estudos, um homem pode preservar sua identidade masculina mesmo que mantenha relações sexuais com outros homens **desde que** mantenha a posição ativa na relação sexual. Parker (1991, p.79) ressalta que a ameaça real ou simbólica de penetração anal define “as estruturas latentes dos relacionamentos masculinos, e a defesa contra os ataques fálicos de outros machos se torna uma preocupação constante durante as interações comuns da vida cotidiana”.

Szazs (2000, p.189-190) fala de uma estreita vinculação entre masculinidade, penetração e ereção na sociedade mexicana, onde ser homem significa ser ativo e a masculinidade é definida por símbolos como dureza, agressão, força, firmeza, ereção e penetração. Em contextos rurais, pequenas cidades e bairros populares dessa sociedade a falta de hombridade relacionada à homossexualidade só é aplicada aos homens que são penetrados ou aos que assumem uma identidade feminina. O parceiro penetrado não é considerado homem, situação que reconhece a atividade penetrativa como confirmadora da masculinidade e não o sexo do parceiro sexual. Essa posição, encontrada nos estudos revisados por Szazs (2000), vem ao encontro dos achados por Parker (2002; 1991) no Brasil e por Fuller (1997) no Peru.

De acordo com Welzer-Lang (2001, p.468), a passividade sugere posição inferior e falta de poder, o que a coloca como sinônimo de perda de poder. Dessa maneira, o heterocentrismo produz categorias que diferenciam os dominantes –

homens ativos penetrantes – dos outros – aqueles(as) que são penetrados(as), dominados(as). A homofobia se aplica àqueles(as) que não adotam (ou suspeita-se que não adotem) configurações sexuais normais – homossexuais, bissexuais, transexuais –, desvalorizando-os.

Então, ser homem implica a necessidade de provar que o é, bem como a vigilância contínua sobre si e sobre os outros de forma a não arriscar-se a ser desvirilizado e equiparado ao homossexual pela perda de sua posição ativa não só em uma relação sexual, como também no fluxo da vida cotidiana.

Segundo Foucault (1988), as categorias homo e heterossexual, tal como são hoje conhecidas, são um produto relativamente recente do poder disciplinar da medicina, mais especificamente da psiquiatria. Da disciplina imposta aos corpos e das tecnologias que a acompanham surgiram as normas e também seus desvios no campo da sexualidade: a heterossexualidade (norma) e a homossexualidade (desvio), onde um só existe em relação ao outro. Dessa forma, a sexualidade passou a ser considerada um elemento revelador da essência dos sujeitos, da mais íntima verdade sobre eles, do que eles **SÃO**. A sexualidade assim compreendida passou a atuar como um dispositivo de constituição do eu.

Isto faz parte da *Scientia sexualis*, que deu centralidade à orientação do desejo sexual e definiu a heterossexualidade como normal (FOUCAULT, 1988). O paradigma heterossexual passou a ser considerado como a linha de conduta para os homens e hoje fundamenta o heterossexismo, ou seja,

a discriminação e a opressão baseadas em uma distinção feita a propósito da orientação sexual [...] é a promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simultânea da homossexualidade. O heterossexismo considera um fato estabelecido que todo mundo é heterossexual, salvo opinião em contrário (WELZER-LANG, 2004, p.120).

Fundamentando-se em Foucault, Welzer-Lang (2001, p.467) compreende heterossexualidade/homossexualidade como um par de oposição que, tal como homem/mulher, só adquire sentido quando tomado no seu conjunto.

Segundo Aguirre e Güell (2002, p.36,) homens jovens e adolescentes de nove países latino-americanos indicam repúdio à homossexualidade e enfatizam que respondem com o distanciamento à violência que neles provoca o homossexual, visto como “um homem que se perde”. Além disso, demonstram grande preocupação em compreender a razão da transformação de um garoto em gay e, na tentativa de alcançá-la, manejam várias explicações possíveis para o que consideram um fato anormal.

O temor de ser confundido com ou considerado como um homossexual pode fazer com que o homem se mantenha afastado dos outros homens. Em muitas culturas heterossexuais masculinas, a distância de outros homens se acentua pela manutenção de uma distância emocional, que começa a se desenvolver desde muito cedo na vida. Desta forma,

os homens podem ter amigos, mas dificilmente alcançam a confiança total e a intimidade desfrutada por muitas mulheres [...] os homens, inclusive os mais machos, não somente mantêm distância frente a outros homens, como também frente às mulheres (KAUFMAN, 1997, p.73).

Além disso, o medo de ser percebido como gay, não como um verdadeiro homem, geralmente leva os homens a exagerar as regras tradicionais da masculinidade, o que faz com que a homofobia e o sexismo andem de mãos dadas (KIMMEL, 1997, p.58).

3.2 O HOMEM NO CENÁRIO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Em função da muitas vezes naturalizada relação entre mulher, gravidez e maternidade, o campo sexual e reprodutivo tem sido historicamente tratado como prerrogativa feminina, como ‘coisa de mulher’. Essa grande ênfase dada à mulher na vida sexual e reprodutiva teve como efeito a pouca visibilidade aí conferida à participação do homem, como se o comportamento sexual dele não estivesse vinculado à reprodução. Dessa forma, a atenção tem sido direcionada principalmente para as mulheres, impondo severo controle sobre seu corpo, sua sexualidade e sua fecundidade.

Esse estado de coisas vem sendo questionado pelo movimento feminista há algumas décadas, e um movimento explícito no sentido de mudança foi realizado em 1994, na IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, cujo programa de ação incluiu igualdade e eqüidade entre os gêneros, atribuição de poder à mulher, direitos reprodutivos e saúde reprodutiva, além de tratar da participação e da responsabilidade masculina nessas questões.

Segundo Siqueira (2000, p.161), o documento do Cairo articula a saúde reprodutiva com o campo dos direitos, visualizando homens e mulheres como sujeitos de direitos na reprodução e na sexualidade, de tal forma que “[...] o sentido histórico do conceito de direitos reprodutivos engendra a incorporação progressiva da reprodução como campo legítimo de aplicação dos direitos humanos [...]”.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing, em 1995, corroborou o programa proposto no Cairo, reiterando a responsabilidade e a necessária participação dos homens nas decisões relativas à saúde sexual e reprodutiva. A Declaração de Beijing recomenda a inclusão dos homens em programas de educação que visem a promoção da saúde da mulher, respondendo à necessidade de estimulá-los “a partilharem em condições de igualdade o cuidado dos filhos e o trabalho doméstico” e reforçando a responsabilidade de homens e mulheres no exercício da sexualidade e na procriação (1996, p.87).

A discussão dessas questões e a proposição de encaminhamentos em nível mundial no sentido de superá-las retirou as relações homem-mulher dos limites da vida pessoal para colocá-las como foco de políticas públicas e ações governamentais em grande escala.

A eclosão da aids também contribuiu para incluir os homens na reproblemática da sexualidade e da reprodução. De acordo com Portella e Nascimento (2000), a aids deu nova ênfase às doenças sexualmente transmissíveis, para as quais havia formas de tratamento satisfatórias e cuja gravidade era minimizada em função da existência de cura. A aids surge como uma doença incurável, que pode inclusive associar-se a outras DSTs, e “traz o problema para o âmbito da prevenção e não do tratamento e da cura e, com isso, re-situa as DSTs

como algo que acontece entre duas pessoas e que, como tal, deve ser pelas duas enfrentado” (PORTELLA E NASCIMENTO, 2000, p.4).

No que se refere à aids, as próprias alternativas envolvidas na prevenção solicitam a participação masculina e demandam assimetrias menos marcadas no relacionamento entre homens e mulheres, como é, por exemplo, o caso da negociação do uso do preservativo.

Diferentes fatores interagiram para incluir o homem nas questões de saúde e de direitos reprodutivos, e a importância das duas grandes Conferências já citadas é inquestionável. Entretanto, é preciso considerar que essa inclusão se deu pelo reconhecimento da necessidade de trabalhar com os homens no sentido de melhorar os níveis de saúde das mulheres ou, como diz Arilha (1999, p.72), como um apoio ao bem-estar delas, o que os transforma em meios para alcançar um fim, a saúde das mulheres, e não como sujeitos de direito.

4 O REFERENCIAL FILOSÓFICO DE FOUCAULT

4.1 O PODER

Poder é um termo que evoca diferentes significados. Ao mesmo tempo em que faz pensar em uma força que cada um tem em si, com a qual estão relacionados o ânimo, a força, a vontade, a energia, a capacidade e a potência individual, leva também a pensar naquele poder que uns exercem sobre outros, aos quais impõem sua vontade.

Além disso, e talvez sobretudo, poder faz lembrar as grandes estruturas socioeconômicas e políticas de uma sociedade, cuja força e influência são sentidas na vida das pessoas sem que elas muitas vezes as identifiquem ou as percebam, e sobre as quais estas pessoas se sentem incapazes de exercer influência a ponto de modificá-las.

Certamente a palavra 'poder' traz em si outros significados, mas a um primeiro olhar estes os dois já referidos ficam mais evidentes, vinculados à pessoa, às suas relações e à macro-estrutura socioeconômica e política. Sem descartar essas formas de poder, Foucault deu outra direção à sua análise focalizando-a, como diz Machado (1995), não no poder como dominação que se difunde e repercute na vida social como um todo, mas na sua existência própria e em suas formas específicas. Com esse intuito, Foucault destacava os micropoderes que perpassam o corpo social, o indivíduo e suas relações.

Foucault (1995a) diferencia o poder objeto de sua análise de um outro tipo de poder exercido sobre as coisas, que remete a aptidões, a capacidades objetivas. Também o diferencia das relações de comunicação, as quais traduzem uma forma de agir sobre os outros. O poder pelo qual o autor se interessa se dá nas relações entre indivíduos ou grupos. Trata-se de **relações de poder**. Entretanto, mesmo

diferentes, essas formas de poder não se excluem; ao contrário, coexistem, apoiando-se mutuamente.

Assim visualizadas, as relações de poder podem ser comparadas a uma teia gigantesca, engendrada nas próprias relações sociais e que se expande por todo o corpo social, enredando a todos. Essa teia é móvel, instável, sem pontos fixos, e mantém sempre em aberto a possibilidade de inversão de posições.

No interior dessa teia de relações se dão as lutas pela inversão de posições, mesmo que temporária e relativa. Nesse movimento, retira-se do poder as polaridades segundo as quais alguém manteria **todo** o poder em suas mãos, enquanto outros, sem **nada** de poder, se submeteriam. Ao mesmo tempo, a “posse” do poder é relativizada, levando a pensar em uma relação onde um tem mais e outro menos poder, porém com a perspectiva contínua de inversão de posições. Assim, as relações de poder encontram-se profundamente enraizadas no nexos social (FOUCAULT, 1995a).

A partir dessa compreensão, poder não é sinônimo de repressão ou de dominação. A noção de repressão pressupõe a existência de um poder centralizado, dominado por um sujeito e, para Foucault (1995b, p.8), é inadequada por não dar conta do que existe de produtor no poder, identificando-o a uma lei que proíbe. A hipótese repressiva é descartada, pois o poder é aceito e se mantém porque “[...] não pesa só como uma força que diz não, mas que [...] permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que permeia todo o corpo social”. Esse caráter positivo e produtor do poder o fortalece, enquanto que, se ele apenas reprimisse, censurasse e atuasse negativamente, seria frágil.

Entretanto, é importante não supor a inexistência de repressão. Ela de fato existe e se revela naquelas relações cujas determinações estão saturadas, fixas, fortemente assimétricas e com as possibilidades de deslocamento fechadas. Nessas relações, a violência é instrumento comumente usado para abafar, reduzir ou aniquilar as resistências, submetendo indivíduos e coisas. Assim se caracteriza um estado de dominação.

Mas nem mesmo num estado de dominação as resistências são completamente eliminadas, podendo revelar-se em pequenos enganos e astúcias cotidianos ou, no limite, no matar e no morrer como forma de não submeter-se. Entretanto, apesar das resistências pequenas ou extremas, a situação não se inverte (FOUCAULT, 1987).

Tal como o poder, as resistências não têm uma localização específica, situando-se em pontos móveis e transitórios distribuídos por todo o tecido social. Poder e resistência são inseparáveis: onde existe um, o outro estará presente. As resistências remetem à liberdade, elemento central no exercício do poder, condição de sua existência, indicando que, nas relações de poder, há envolvimento ativo de sujeitos.

Em uma relação de poder existe envolvimento ativo de sujeitos e responsabilidade de cada uma das partes tanto na manutenção do poder como na resistência a ele. Resistência é uma “atitude-limite” nas fronteiras do que é suportável ou não nas relações de poder (PRADO FILHO, 1998, p.259). Como condição indispensável numa relação de poder, a liberdade deixa aberta a possibilidade de lutas contra o exercício do poder na forma de resistências.

Foucault (1995a, p. 243) caracteriza o exercício do poder como um modo de ação, como um

conjunto de ações sobre ações possíveis; ele [o exercício do poder] opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.

Dessa forma, o poder está presente em todas as relações, justamente porque, nelas, alguém busca dirigir o outro. Entretanto, as relações não são dadas de antemão, “construindo-se e desconstruindo-se no próprio exercício da relação de poder” (LUNARDI, 1999, p.23).

O exercício do poder, como modo de ação sobre ações, como condução de condutas, como governo, coloca em relevo a exigência de liberdade, pois ele só se

dá entre sujeitos livres, com um vasto campo de possibilidades em que diversas ações, reações e modos de comportamento podem acontecer. No centro da relação de poder localizam-se a liberdade e o querer, que exercem sobre ela provocação permanente (FOUCAULT, 1995a).

Segundo Foucault (1987, p. 126), para que uma relação de poder se exerça é necessário que exista pelo menos um certo tipo de liberdade entre as duas partes. No bojo das relações de poder, a liberdade permite a ação de alguns sobre a ação de outros, bem como os movimentos, as lutas, as resistências, a busca contínua pela inversão de posições. O reconhecimento e manutenção, até o fim, do outro como sujeito de ação, e a abertura de um campo de possibilidades para respostas, reações, efeitos, inversões, são elementos essenciais de uma relação de poder.

Para Foucault, o poder não existe como uma entidade isolada e localizável em um determinado ponto da sociedade; ele se dá em práticas ou relações de poder que circulam pelo corpo social e que não podem ser vistas como propriedade de alguns (MACHADO, 1995). Dessa forma, ele é difuso, sem localização específica, imanente às relações sociais, e funciona como uma rede que envolve a todos e pressupõe liberdade. Nessa rede, as resistências se dão a partir de seu interior.

As relações de poder implicam força desigual e relativamente estabilizada, o que remete a uma diferença de potencial, mesmo no nível dos micro-poderes. Contudo, isso não indica a existência de posições definitivas mas, ao contrário, a reciprocidade de movimentos. De acordo com Foucault (1995b, p. 250), para um movimento de cima para baixo é preciso a ocorrência simultânea de “uma capilaridade de baixo para cima”, que sustenta uma relação de poder.

Essa dinâmica dá a idéia de troca, movimento, força e influência variável, como dois pratos de uma balança que ora pendem para um lado, ora para o outro, tendo sempre presente a possibilidade de inversão total de posições. O indivíduo não existe fora dessa rede dinâmica de relações e, nela, o poder não se aplica aos sujeitos, mas circula entre eles.

Na investigação das relações de poder, Foucault (1995a, p.234-235) sugere que o estudo das formas de resistência pode ajudar a esclarecê-las, posto que elas

se inscrevem no âmbito das lutas anti-autoritárias, as quais têm uma série de elementos em comum:

1. são transversais e não se limitam a um país ou a uma forma de governo;
2. têm por objetivo os efeitos do poder;
3. são imediatas, criticando as instâncias próximas de poder, não esperando encontrar a solução para seus problemas no futuro;
4. questionam o estatuto do indivíduo, afirmando seu direito de ser diferente e, ao mesmo tempo, atacando tudo o que rompe sua relação com o outro, com a vida comunitária, forçando-o a voltar-se para si mesmo. São lutas contra o governo da individualização.
5. posicionam-se contra os privilégios do saber, questionando a circulação e o funcionamento do saber, bem como suas relações com o poder;
6. focalizam a questão “Quem somos nós?”.

Essas lutas têm como objetivo principal o ataque a uma forma de poder que se exerce no viver cotidiano e que produz, nos indivíduos, sujeitos. Ao utilizar o termo “sujeito”, comumente pensamos em alguém senhor de si e de suas ações, que ocupa posição central e sempre ativa em suas relações. Foucault (1995a) lembra dois significados dessa palavra: sujeito a alguém e preso à sua identidade pela consciência e auto-conhecimento, o que sugere subjugação, tornar sujeito a . Assim, duas faces do sujeito revelam-se no sujeitar e no sujeitar-se, trazendo ao pensamento novamente a idéia de jogo nas relações de poder e a metáfora da balança.

As lutas anti-autoritárias são de três tipos: contra as formas de dominação, contra a exploração e contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros. Ao longo da história, essas lutas ocorreram simultânea ou isoladamente, com prevalência de alguma delas em diferentes momentos. Atualmente, prevalecem as lutas contra as formas de sujeição que convivem com as outras, sobressaindo-se a elas. Segundo Foucault (1995a), isso ocorre devido à nova forma de poder que se

desenvolveu desde o século XVI, o Estado, com efeitos ao mesmo tempo individualizantes e totalizadores.

Esses efeitos resultam da integração, no Estado ocidental moderno, de uma forma antiga de poder, o poder pastoral, individualizador, que conta com técnicas voltadas para os indivíduos, visando dirigi-los contínua e permanentemente (FOUCAULT, 1994).

O poder pastoral supõe a existência de algo maior que cuida de todos e de cada um, protegendo-os como um pastor o faz com suas ovelhas. A imagem de fundo é o pastor com seu rebanho, no qual cada ovelha é única. Elas se sentem protegidas de tudo e sempre pelo pastor, inclusive da outra ovelha que está ao seu lado. A relação do pastor se dá com cada uma das ovelhas, embora elas vivam em rebanho.

A relação 'pastor-ovelhas' baseia-se na dependência individual e completa; o vínculo é de submissão pessoal à vontade do pastor, o que faz da obediência um fim em si mesma. A responsabilidade do pastor é elemento essencial, pois na dependência dela estão os destinos do rebanho e de cada ovelha. O pastor deve saber o que se passa na vida e na alma de cada ovelha, situação que exige um conhecimento particular entre eles, o qual tem o poder de individualizar (FOUCAULT, 1994).

Para o exercício desse poder é necessário conhecer a mente das pessoas, suas almas, seus segredos. É preciso conhecer a alma para atingi-la. Com esse fim, o cristianismo lançou mão do exame de consciência e da direção de consciência, práticas intimamente ligadas, que permitem revelar as profundezas da alma a alguém que dirigirá a consciência. Elas permitem ao indivíduo trabalhar sua 'mortificação' neste mundo, renunciando a ele e a si mesmo. Para Foucault (1994), mortificação tem o significado de morte cotidiana. O objetivo último do poder pastoral é o alcance individual da salvação em outro mundo, onde a vida se daria após a morte. Na busca pela salvação, manifesta-se a reciprocidade da relação 'pastor-ovelhas', pois se a salvação destas depende da forma como seguem o seu pastor, a salvação daquele depende das ações de suas ovelhas. É uma relação de mútua dependência.

O Estado moderno integrou essa forma de poder, reorganizando-a para multiplicar sua função. Nessa reorganização, o objetivo do poder pastoral passa a ser a salvação dos indivíduos neste mundo, na forma de bem-estar, saúde, segurança, entre outros. A administração desse poder foi reforçada e exercida às vezes pelo Estado, às vezes por empreendimentos privados de filantropia. A família e a medicina também colaboram nesse reforço. O desenvolvimento de um saber sobre o homem foi focalizado tanto de forma quantitativa e globalizadora, relativa à população, quanto de forma analítica, relativa ao indivíduo (FOUCAULT, 1995a).

Agindo assim, o Estado amplia o poder pastoral para todo o corpo social, disciplinando o viver individual e coletivo. O poder pastoral reorganizado pelo Estado assume a forma de poder disciplinar.

Com base em Foucault, Machado (1995) diz ser o poder disciplinar uma relação específica de poder sobre os indivíduos que incide sobre seus corpos e usa uma tecnologia própria de controle. É feito de técnicas, de métodos que atuam nos corpos dos indivíduos, controlando minuciosamente gestos, atitudes, hábitos, comportamentos, discursos, impondo-lhes docilidade e utilidade, produzindo o indivíduo necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade capitalista.

As disciplinas têm o papel de aumentar a utilidade dos indivíduos, moralizar condutas e modelar comportamentos. Para que isso ocorra, a vigilância deve ser permanente, onipresente, de modo a tornar tudo visível, mantendo-se ela mesma invisível, como um “olhar sem rosto que transforme todo o corpo social em um campo de percepção: milhares de olhos postados em toda parte” (FOUCAULT, 2001, p. 176; 1995b).

As disciplinas asseguram a ordenação das multiplicidades humanas, visando tornar o exercício do poder menos custoso econômica e politicamente, maximizar e expandir os efeitos desse poder social, bem como ligar o crescimento econômico do poder e o rendimento dos aparelhos onde ele se exerce. Trata-se de fazer crescer a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema (FOUCAULT, 2001).

Para tanto, as disciplinas imobilizam ou regulamentam os movimentos; dominam todas as forças; devem neutralizar os efeitos do contra-poder que resistem

ao poder; devem fazer funcionar discretamente as relações de poder. Os processos de separação e as hierarquias bem definidas, aliados a instrumentos anônimos de poder, como a vigilância hierárquica, o registro contínuo, o julgamento e a classificação, desempenham importante papel nesse sistema (FOUCAULT, 2001; 1995b).

Com as disciplinas, nasce uma arte do corpo humano “que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 2001, p. 119).

Assim se dá a fabricação de corpos com reduzida força política e máxima força útil. Dessa forma, estão produzidos os dóceis corpos úteis sob a coerção da disciplina, elos entre aptidão aumentada e dominação acentuada. Conforme Foucault (2001, p. 42; 1995b, p. 188), crescem as forças sujeitadas e também a força e a eficácia do que as sujeita.

A disciplina, forma de poder centrada no corpo individual e na organização de um campo de visibilidade em torno dele, faz da vigilância um dos seus principais instrumentos. Essa vigilância, continuamente exercida, amplia o princípio da visibilidade para todo o corpo social, dando nova amplitude à tecnologia de poder idealizada por Bentham no Panóptico¹³.

Nesse contexto, o olhar emerge como uma técnica de poder que, pela sua força, dissuade o indivíduo não só de fazer o mal, como também de desejar fazê-lo, pois ele será conhecido por aquele olhar anônimo, imediato e coletivo que a tudo sempre vigia. O custo desse olhar é baixo e, segundo Foucault (1995b, p. 218) “[...]”

¹³ Panóptico – refere-se ao princípio da visibilidade total dos indivíduos e das coisas a partir de um olhar vigilante centralizado, idealizado por Bentham como arquitetura para prisões. Nela, uma torre central abrigava um vigia que dirigia seu olhar para as celas dispostas em torno dela, em círculo e vazadas, à frente e atrás, por uma janela e uma porta com grades. A luminosidade que atravessava a cela expunha seu ocupante continuamente ao olhar vigilante, fazendo-o sentir-se sempre observado mesmo quando, de fato, não o estivesse sendo. Estar ininterruptamente submetido à possibilidade do olhar do vigia objetivava sujeitar o prisioneiro, produzindo nele um bom comportamento, bem como a auto-disciplina e a auto-vigilância, conseqüências diretas da possibilidade de ser descoberto, flagrado em erro. Essa tecnologia expandiu-se e impregnou todo o corpo social, não só em instituições como prisões, hospitais e escolas, como também em cada indivíduo, que atuaria como uma torre central de vigia para os outros e para si próprio. De certa forma, a visibilidade, a exposição ao olhar do outro leva os indivíduos a introjetar a disciplina, a olhar-se a partir da perspectiva do olhar que o outro exerce sobre si. São inúmeros olhares vigilantes que partem de fora e de dentro do indivíduo.

cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interioriza [-lo] a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá essa vigilância sobre e contra si mesmo.” Dessa forma, quem é vigiado passa a olhar para si próprio com a visão de quem o vigia; o olhar do outro passa a modelar seu comportamento.

A introjeção desse olhar invisível pelo indivíduo dispensa vigilância externa para discipliná-lo, pois o seu próprio olhar vigilante para consigo mesmo é suficientemente eficaz para sua sujeição. Está então cumprida a finalidade do poder disciplinar e delineada a sutileza da rede de relações de poder na qual o poder se difunde a partir de vários pontos sem que seja possível identificar uma origem.

Não é possível imaginar a ‘evolução’ da vigilância à introjeção do olhar vigilante como simples linearidade, pois ela se dá na rede de relações de poder que circula entre os indivíduos envolvidos em jogos de força, nos quais as resistências têm lugar privilegiado. Vigiar a si mesmo não significa simplesmente submeter-se a um poder, mas também, e talvez principalmente, à busca por formas de ‘escapar’ dele. Está posta aqui a responsabilidade de cada um na manutenção ou modificação da dinâmica dessas relações.

Outro elemento importante no exercício do poder disciplinar é a palavra. Segundo Foucault (1995b, p. 189; 2000, p. 45), as disciplinas criam aparelhos de saber e domínios de conhecimento, veiculam o seu próprio discurso, que é o da regra ‘natural’, da norma, e segundo o qual definem um código de normalização. O saber é condição essencial ao exercício do poder, de tal forma que “não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” (MACHADO, 1995, p. XXI).

A técnica do exame com registro contínuo dos acontecimentos é utilizada como forma de dar origem a um conhecimento, a um campo de saber, que estabelece com as relações de poder um vínculo recíproco que os mantém mutuamente. Segundo Foucault (2001, p.185), formação e acumulação de novos conhecimentos multiplicam os efeitos do poder.

Com o registro contínuo, o indivíduo se torna objeto passível de descrição e análise, que pode ser medido, comparado a outros, classificado, normalizado,

excluído. Institui-se dessa forma um meio de controle e de dominação que tem no exame o centro dos processos de constituição do sujeito como efeito e objeto de poder e de saber. O exame está no centro dos processos de objetivação e sujeição (FOUCAULT, 2001, p. 159-160).

A palavra escrita – registro – é uma técnica tão importante no poder disciplinar quanto a palavra falada, que se exerce através de uma contínua incitação ao discurso, ao falar de si, ao confessar-se para si e para os outros. A confissão como forma de exame leva o indivíduo a falar de si para conhecer-se e fazer-se conhecer. Segundo Dreyfus e Rabinow (1995, p. 192), os “corpos mudos e dóceis” produzidos pelas tecnologias disciplinares devem falar a verdade sobre si mesmos.

Como o olhar, o registro e a confissão constituem-se campos de saber sobre o indivíduo, os quais servem à regulamentação e normalização da vida e instituem regimes de verdade.

Trata-se daquilo que Foucault (2000, p. 217) chama de “disciplinamento dos saberes”, organização dos saberes como disciplinas, cujo marco temporal foi o século XVIII. Para tanto, os saberes, a princípio polimorfos e heterogêneos, são selecionados (eliminação e desqualificação de pequenos saberes inúteis), normalizados (ajuste de uns saberes aos outros, fazendo com que se comuniquem), hierarquizados (saberes subordinados, saberes formais) e centralizados (possibilidade de controle desses saberes). Tudo isso se dá no campo de uma disciplina global, a ciência. Assim, os saberes não são somente acumulados, mas também organizados em domínios de saber que se constituem em regimes de verdade, isto é, em discursos aceitos como verdadeiros pelos indivíduos. Trata-se não do que seja **a** verdade, mas do que é **aceito** como verdade.

O poder disciplinar se exerce em duas formas de disciplinamento: uma, que incide sobre os corpos dos indivíduos, fazendo sair dos corpos sujeitados uma “alma-sujeito, um eu”; outra que incide sobre os saberes, provocando nova regularidade na proliferação dos saberes, organizando uma nova forma de relação poder-saber e fazendo aparecer uma regra nova, a da ciência. Palavra falada – confissão – e palavra escrita – registro – são essenciais nesse processo (FOUCAULT, 2000, p. 221-2).

Nessa circularidade de relações de poder, poder disciplinar, produção de saberes e regimes de verdade, gesta-se uma nova forma de poder, o biopoder, cuja emergência tem como marco a segunda metade do século XVIII. Essa nova tecnologia se instala graças à existência prévia da disciplina e se dá em outro nível, aplicando-se à vida humana, ao homem ser vivo e visando a massa humana global (FOUCAULT, 2000).

É uma segunda tomada de poder, massificante, que se faz na direção do homem espécie, enquanto a disciplina representara uma tomada de poder sobre o corpo, individualizando-o. À “anátomo-política do corpo humano” segue-se uma biopolítica da espécie humana” (FOUCAULT, 2000, p. 289).

Para Dreyfus e Rabinow (1995, p. 148) estes são os dois pólos do biopoder, os quais formam tecnologias de poder que ainda caracterizam a vida contemporânea: a disciplina, pólo centrado no corpo como objeto manipulável, que tem por objetivo produzir seres humanos cujos corpos sejam dóceis e produtivos; o outro pólo, centrado na espécie humana, regula os processos vitais, produzindo um saber concreto que lhe permite operar de forma eficiente, aumentando o controle do Estado sobre a população.

Essa tomada de poder sobre a vida inverte a ‘lógica’ da clássica teoria da soberania, cuja figura central do poder é o rei, fonte da qual esse poder emana, e que, além de possuí-lo, define sua natureza, seus limites e seu modo de funcionamento. O poder, concentrado no centro, no rei, se expande para a periferia e a origem do poder é identificável¹⁴.

Aqui, o direito de vida e de morte era fundamental. O soberano tinha o poder de fazer morrer e de deixar viver. O direito de vida e de morte vinculado à vontade do soberano sempre se exercia do lado da morte. A biopolítica propõe o inverso, enfatizando o poder de fazer viver e de deixar morrer. Do direito de morte passa-se a um poder sobre a vida (FOUCAULT, 2000, p. 286).

¹⁴O poder real é falado de dois modos: 1) para mostrar em que estrutura jurídica esse poder era exercido, tendo o monarca como corpo vivo da soberania e para quem o poder, mesmo absoluto, era adequado ao seu direito fundamental; 2) para definir os limites dentro dos quais o rei poderia exercer o poder para preservar a sua legitimidade, bem como as regras de direito a que ele deveria submeter-se (Foucault, 1995b, p. 181)

Sob esse prisma, vários aspectos de população passam a merecer atenção – natalidade, fecundidade, morbidade, endemias, higiene, habitat – abrindo um amplo campo de intervenção e controle. A doença é vista como morte permanente que enfraquece a vida. Trata-se, agora, de preservar a vida e evitar a morte (FOUCAULT, 2000; 1995).

A biopolítica introduz diversos elementos importantes. **Primeiro**, introduz a noção de população como problema político. **Segundo**, muda a natureza dos fenômenos considerados: o interesse passa a focalizar fenômenos coletivos, que aparecem nos seus efeitos econômicos e políticos, pertinentes ao nível de massa. **Finalmente**, instala mecanismos de previsão, medição e intervenção nas determinações desses fenômenos, mecanismos reguladores, que fixam um equilíbrio, maximizam forças e as extraem, instituindo uma regulamentação. A morte é então desqualificada e se torna algo que se esconde (FOUCAULT, 2000).

Com o poder focalizando a vida e intervindo nela, a morte é não só o termo da vida, mas também o termo do poder, é o “momento em que o indivíduo escapa a qualquer poder, volta a si mesmo” (FOUCAULT, 2000, p. 296).

O biopoder visa, no controle da vida e afastamento da morte, estabelecer um equilíbrio geral instituindo mecanismos reguladores que incidem sobre a população. Estabelece-se então um saber-poder que se capilariza por todo o corpo social, normalizando a vida dos indivíduos e da população. Essa normalização sustenta o Estado, que tem no indivíduo útil o seu principal recurso.

Neste contexto, a medicina é essencial por vincular saberes científicos sobre a população e sobre o corpo, o que a habilita como técnica de intervenção com efeitos próprios de poder. Segundo Foucault (2000, p. 302), “a medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos, e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores”.

No campo de ação criado por esse saber-poder se inscrevem as grandes campanhas de saúde, as medidas de higiene, as normas de vida saudável, de

prevenção de acidentes e tantas outras que visam administrar a vida. O efeito é uma sociedade normalizada, que viabiliza o Estado (ARAÚJO, 2000).

Tudo isso parece revelar um lado 'ruim' de coisas que a princípio temos como 'boas' justamente por cuidarem da vida e da saúde de todos. Entretanto, juízos de valor não cabem aqui; não se trata de algo bom ou mau em si. Trata-se, talvez, de reconhecer em todas essas medidas o poder que têm de instituir um regime de verdade, que, ao normalizar, também exclui (exemplo: a aceitação da heterossexualidade como normal exclui outras orientações sexuais, estigmatizando-as). Esse regime de verdade tem seus efeitos sobre os indivíduos na produção de subjetividade. O que um indivíduo é, pensa, faz, acredita, está fortemente vinculado a esse regime de verdade e traduz uma aceitação, relativização ou negação do mesmo regime.

Para Araújo (2000, p.160), não é possível ir contra o saber-poder justamente por não ser algo visível e acima de todos, mas é possível denunciá-lo sempre que seus efeitos resultem em constrangimento.

No que se refere ao biopoder, a sexualidade é um campo no qual ele se exerce de forma privilegiada, justamente por reunir dois aspectos: um, individual, de comportamento a ser controlado, vigiado e disciplinado; outro, relacionado à procriação, que se insere em processos mais amplos, relativos à população. De acordo com Foucault (2000, p. 300), a sexualidade se encontra no limiar do corpo e da população, sujeita a mecanismos disciplinares e regulamentadores articulados entre si.

Dessa forma, as práticas sexuais, os desejos, o ato sexual e a vida sexual são disciplinados por uma série de normas, regras e interdições que devem ser assumidas como verdades pelos indivíduos. Esses indivíduos se constituem como sujeitos aceitando-as, negando-as, relativizando-as ou opondo-se a elas. Por outro lado, processos mais amplos, como reprodução, fecundidade, natalidade, morbidade, também relativos à sexualidade, são controlados e regulamentados como fenômenos de população, fugindo da esfera do detalhe individual para assumir uma característica mais global.

Há aqui uma intensa medicalização da sexualidade, na qual os desvios da norma merecem atenção especial, posto que, nesse campo, o que se passa no âmbito privado pode ter grandes efeitos no âmbito de população. Esses efeitos podem manifestar-se nas explosões ou quedas das taxas de natalidade, no número de abortos, mortes maternas em consequência de aborto e aumento/controlado de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros tantos aspectos.

As Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs, de uma maneira geral são tratadas privadamente, em segredo, e recobertas por um forte preconceito, o que nos remete à consideração da sexualidade como dispositivo de constituição do sujeito, reveladora de sua íntima verdade. O fato de ser portador de uma doença sexualmente transmissível parece expor aos olhos dos profissionais de saúde e de todos os que vierem a saber o que o indivíduo é, a verdade sobre ele: infiel, promíscuo, prostituta, homossexual, bissexual, pervertido, enfim, uma série de 'rótulos' que marcam o indivíduo e o excluem.

Daí a necessidade de segredo no diagnóstico e tratamento, a necessidade de controle, a dificuldade de diagnóstico e tratamento, as estatísticas pouco fiéis. Nesse campo, apesar da intensa regulamentação, o controle é difícil e parcialmente exercido, posto que o diagnóstico é comumente feito em mulheres, maiores usuárias dos serviços de saúde, e em situações específicas, como no acompanhamento de pré-natal, nos exames preventivos de câncer ginecológico e nas trabalhadoras do sexo, as quais são submetidas a sério controle de saúde pública.

Mesmo assim, há sempre uma grande possibilidade de diagnóstico tardio, justamente pelo fato de muitas dessas doenças serem assintomáticas em mulheres. Além disso, o controle delas em mulheres é difícil, porque muitas se encontram fora do chamado 'ciclo reprodutivo', período do viver para o qual se voltam boa parte dos programas de saúde da mulher. A (ainda) baixa cobertura do exame preventivo de câncer ginecológico e a vinculação geralmente estabelecida entre DSTs/prostituição-promiscuidade sexual também dificultam o controle. Há ainda os diagnósticos e tratamentos realizados no sistema privado de atenção à saúde, os quais nem sempre são notificados.

Os homens, usuários menos freqüentes dos serviços de saúde, em geral apresentam sinais e sintomas mais aparentes; tratam-se em seus locais de trabalho, quando isso lhes é proporcionado, em consultórios particulares ou no balcão das farmácias, o que é muito comum.

Some-se a tudo isso, e talvez como conseqüência desse quadro, a não notificação de um grande número de casos diagnosticados, o que provoca um desvio nas estatísticas e culmina por delimitar um panorama epidemiológico bastante impreciso das DSTs no Brasil.

Retomando as considerações do biopoder no âmbito da sexualidade, é possível dizer que, no pólo população, as regulamentações são estabelecidas, mas o controle, o disciplinamento individual é precário. No limiar entre corpo e população no qual se encontra a sexualidade, trava-se uma luta contínua entre o coletivo e o individual, na qual o primeiro tenta disciplinar o segundo, que, por sua vez, inscreve-se no âmbito íntimo, onde as práticas dão novas dimensões ao dito, ao não dito, ao interdito, às transgressões, às proibições. Há um embate constante entre o coletivo, que se publica, e o íntimo, que se esconde.

A emergência da aids na década de 1980, com suas características pandêmicas e letais, vem acrescentar outras nuances a esse cenário, reativando – se for possível falar assim – o biopoder no campo da sexualidade. Ela dá novo relevo aos discursos nessa área do saber, àqueles discursos que, segundo Foucault (1995b, p. 257), têm estatuto e função de discursos verdadeiros e que, no Ocidente, são representados pelo discurso científico.

As medidas de controle da aids reforçam o saber-poder, requerem um saber que vigie a todos e a cada um, visando seu corpo, o uso que dele é feito, as práticas sexuais, os hábitos sexuais, as normas, as medidas de prevenção, os programas de saúde pública. Essas medidas têm pelo menos duas faces: uma, que se volta para a prevenção da propagação da doença; outra, que se imiscui na vida dos indivíduos para extrair a verdade sobre eles e sobre suas condutas. Dessa forma, o sujeito é sujeitado a uma verdade que “disciplina, fabrica saber, classifica, exclui, pune” (ARAÚJO, 2000, p. 160).

Um discurso tido como verdadeiro fortalece o poder. Sobre isso Araújo (2000, p. 159) diz que, “se o poder não se investir com a armadura da verdade, se não vier embutido num discurso encarregado de exhibir verdade, como faz o discurso científico, ele se dilui, perde a eficácia”. Na aids, a necessidade de controle, a letalidade da doença, o saber científico sobre ela, a velocidade das novas descobertas e o papel do comportamento sexual individual na propagação da doença compõem a armadura de verdade que investe o poder.

Há aqui uma rede de relações de poder urdida a partir de uma necessidade de controle, de regulamentação do Estado; da multiplicidade de vontades, de desejos, de comportamentos dos indivíduos em geral; das diferenças de crenças, de culturas, de valores, de saberes; da necessidade de disciplinar práticas e comportamentos; das resistências tanto à regulamentação quanto à disciplina; das liberdades individuais e das necessidades gerais.

Pode-se então imaginar uma teia cujos fios se estendem em todas e a partir de todas direções e que delinea o campo no qual são travadas as lutas para o controle da epidemia, diagnóstico e tratamento dos portadores e doentes, para a manutenção quantitativa e qualitativa da vida. Nessa teia, as tensões são marcadas pelo preconceito, pela possibilidade sempre presente de exclusão e, ainda, pela relação que pode ser – e freqüentemente é – estabelecida no imaginário popular entre sexo-transgressão-erro-punição como base da doença.

Nessa grande teia, o discurso científico assume estatuto de verdade. É a partir dele que as normas, as regras, as regulamentações são produzidas, com o objetivo de preservação da vida não só no aspecto biológico, mas em todos os seus setores. Nesse contexto, a preservação da vida está também relacionada com a preservação do Estado, que necessita de cidadãos sadios e úteis para funcionar.

O disciplinamento dos corpos e práticas sexuais é a pedra de toque nestes tempos de aids, e é a esse sentido que se dirigem as iniciativas de prevenção, focalizando sobretudo o uso do preservativo masculino em todas as relações sexuais. Entretanto, se essa medida tem surtido efeito nos grupos homossexuais masculinos, o mesmo não tem ocorrido nos relacionamentos heterossexuais, fato demonstrado pelo crescimento do número de casos entre mulheres que se declaram

heterossexuais, com via sexual de contaminação e em relacionamento estável com um único parceiro.

Esse fato nos remete a outras questões do relacionamento afetivo-sexual entre homens e mulheres não explicadas pela biologia e pela lógica científica. São questões que trazem à tona a fidelidade, o amor, a confiança, o respeito, a submissão, as desigualdades, as especificidades de gênero, dentre outras tantas que dificultam a aplicação prática, no relacionamento, dos conhecimentos que o indivíduo já tem sobre prevenção de aids, sobre auto-proteção.

Nisso tudo, as relações de poder no casal heterossexual merecem atenção pois também nelas se pode pensar nas metáforas da teia e da balança. Não é possível pensar, no casal, em polaridades dominador-dominado, vilão-vítima, embora não se possa negar que essas relações também existam. A idéia de um jogo de forças parece mais compatível. Entretanto, esse é ainda um terreno não explorado, cuja compreensão poderia ajudar a entender um pouco mais os limites e dificuldades de prevenção da aids.

4.2 O CUIDADO DE SI

A noção de cuidado de si é central na obra de Michel Foucault, que, ao abordá-la, isola três momentos: o momento socrático-platônico, no qual a questão emerge na reflexão filosófica; os séculos I e II de nossa era, idade de ouro da cultura de si e os séculos IV e V de nossa era, quando se dá a passagem da ascese filosófica pagã para o ascetismo cristão (FOUCAULT, 2004a, p.41). Em cada um desses momentos o cuidado de si assume contornos diferentes.

No **momento socrático-platônico** o cuidado de si estava intimamente ligado à cidade, ao exercício do poder, ao governo; constituía-se em condição para uma ação política representada pelo governo da cidade. A idéia subjacente é a de que não é possível governar os outros sem ocupar-se consigo mesmo, o que implica

governar-se a si próprio (FOUCAULT, 2004a).

Esse cuidado refere-se ao conhecer-se a si próprio¹⁵, voltando o seu olhar para si mesmo. Ocupar-se consigo designa a posição ocupada pelo sujeito em relação ao que o cerca: objetos, os outros com quem se relaciona, seu corpo e ele mesmo (FOUCAULT, 2004a, p.71).

Assim, o cuidado de si necessita da relação com o outro (o mestre, naquele tempo). Ortega (1999, p.125-6) tematiza a dimensão intersubjetiva na autoconstituição do sujeito, colocando-a como condição para que o cuidado de si seja possível, de tal forma que nenhum auto-relacionamento será satisfatório sem a presença do outro; “somente mediante o outro a experiência de si é possível [...] não se trata de uma experiência do outro subsumível ao si mesmo, mas de uma experiência de alteridade, da crença no *ethos* do outro”. Encontram-se, no cuidado de si, o relacionamento consigo e o relacionamento com os outros.

Cuidado de si e liberdade estão intimamente vinculados, pois, para exercê-la, é preciso alcançar tal domínio sobre si que permita não ser escravo de si próprio, de seus desejos – ser livre em relação a si mesmo. Isto tudo fará com que o indivíduo que se ocupa consigo próprio se diferencie da massa, da maioria, daqueles que estão imersos no cotidiano, habilitando-se para exercer o poder de forma sensata e virtuosa (FOUCAULT, 2004a, p. 94 e 102).

De acordo com Foucault (2004a, p.96), nesse momento, o cuidado de si tem sua forma e realização no conhecimento, o qual dá acesso à verdade e à verdade geral; o acesso à verdade possibilita ao indivíduo “reconhecer o que pode haver de divino em si”. Nesse sentido, o cuidado de si organizava-se sobre o eixo formação-saber, voltado para um fim determinado: o governo da cidade, o exercício do poder.

Nos **séculos I e II de nossa era** – e depois de longa evolução – o cuidado de si muda seus contornos, tornando-se princípio geral, impondo-se a todos, durante toda a vida e sem diferenciação de *status*. Além disso, não tem o governo dos outros

¹⁵ Foucault utiliza a metáfora do olho encontrada em textos platônicos. Segundo ela, um olho pode se ver na imagem refletida no espelho e também no olho do outro. “Quando o olho de alguém se olha no olho de outro alguém, quando um olho se olha em outro olho que lhe é inteiramente semelhante [...] Vê-se a si mesmo” (FOUCAULT, 2004a, p.88).

e a cidade como finalidade; agora, quem cuida de si tem o seu próprio eu como objeto e finalidade (FOUCAULT, 2004a, p.103).

O cuidado de si não se restringia a uma atividade de conhecimento, mas expandia-se para uma prática de si, generalizando-se na vida do indivíduo (acompanhando-a, envolvendo-se nela) e estendendo-se, a princípio, a todos os indivíduos (embora com restrições importantes). Desta maneira, “o cuidado de si torna-se coextensivo à vida” (FOUCAULT, 2004a, p.107), imbricado com a arte de viver, acompanhando toda a existência e tendo a idade adulta como seu centro de gravidade.

No decorrer desse período, o cuidado de si organiza-se sobre o eixo correção-liberação, prestando atenção aos erros, aos maus hábitos, à deformação e às dependências, todos já estabelecidos e incrustados. Assim, a prática de si corrige um mal que já existe (ou que talvez nunca tenha existido) e não apenas forma (FOUCAULT, 2004a). Essa prática aproxima-se da medicina.

O indivíduo é considerado deformado, com vícios e maus hábitos; no momento anterior, o aspecto central a ser considerado no indivíduo era a sua ignorância (que poderia ser ignorada por ele mesmo). Esses elementos delineiam, em certa medida, a relação com o outro, com o mestre: no caso da ignorância, cabe ao mestre retirar o indivíduo dela; no caso da deformação, o papel do mestre (que não é apenas um, mas uma série de indivíduos) será corrigir, reformar o indivíduo e a sua formação como sujeito (FOUCAULT, 2004a; ORTEGA, 1999, p131-2).

Há nesse período uma re-emergência do corpo como objeto de preocupação e a velhice passa a ter um novo valor, vista como uma meta positiva da existência, pois “o coroamento, a mais alta forma de cuidado de si, o momento de sua recompensa está [...] na velhice” (FOUCAULT, 2004a, p.134).

Embora o cuidado de si fosse um princípio universal, dirigido a todos durante toda a vida, não eram todos os que podiam praticá-lo; era, então, uma possibilidade da elite, o que não quer dizer que não fosse encontrado em grupos menos privilegiados. Cuidar de si implicava uma certa forma de vida que se diferenciava de todas as demais; demandava que um modo de vida fosse escolhido, separando

aqueles que o escolheram dos outros (FOUCAULT, 2004a, p.139). O cuidado de si se dá em redes ou grupos que combinam o cultural, o terapêutico, o saber e a teoria, de tal forma que ele pode ser praticado somente no grupo.

Outro aspecto importante a considerar é que, embora o cuidado de si fosse um chamado extensivo a todos, poucos podiam escutá-lo. A prática de si era exercida em formas exclusivas, especialmente duas: pertencendo a um grupo fechado, geralmente religioso, ou praticando o ócio cultivado, forma de segregação da ordem econômica e social (FOUCAULT, 2004a, p.156-7).

Ortega (1999, p.79-80) afirma que, nesse momento, o cuidado de si transformou-se em *práxis* social. O vínculo entre cuidado de si e cuidado dos outros, característico do momento anterior (cuidar de si, dominar-se, habilitando-se para o exercício do poder, para o governo), foi substituído pela idéia de que é preciso exercer o autodomínio porque se é humano, de modo que “o indivíduo domina-se por ser um ser racional, ligado a outros seres racionais que igualmente são donos de si”. Dominar-se a si próprio é a forma desejada de auto-relacionamento.

Isto implica o desenvolvimento de práticas de si (por exemplo, o exame de consciência e filtragem das imagens que vêm ao pensamento) como forma de garantir a autonomia do sujeito. No trabalho sobre si mesma, a alma deverá submeter o corpo a uma dieta correta, que envolve: o movimento do desejo, buscando que os desejos do corpo e da alma sejam convergentes; a presença de imagens (desconfiança) e a prisão do prazer, o que implica na anulação dele como objetivo. O vínculo matrimonial é valorizado, tornando-se uma forma de vida, integrando o relacionamento sexual e dando-lhe um valor positivo. A virgindade ganha importância (ORTEGA, 1999, p.81-2). Há o desenvolvimento de uma cultura de si¹⁶.

A noção de salvação, tanto de si como dos outros, é importante nessa cultura de si e, nesse momento (bem como nos anteriores), tem uma significação diversa da

¹⁶Foucault (2004a, p.220-1) emprega a palavra cultura com muito cuidado, ressaltando que é possível falar em cultura quando há, à disposição, um conjunto de valores com um mínimo de coordenação, subordinação e hierarquia entre si; que estes valores sejam universais, embora não acessíveis a qualquer um; que, para atingi-los, os indivíduos necessitam manter condutas precisas e regradas;

que hoje lhe é atribuída dentro de uma tradição cristã, que a considera uma idéia religiosa. Neste caso, salvar-se está ligado a significações positivas, remetendo à própria vida; é atividade de toda a vida, operada pelo próprio sujeito, e lhe permite escapar a dominações, à escravidão, a coerções, restabelecendo-se nos seus direitos, recuperando a liberdade e a independência. Assim a salvação assegura o acesso a si, indissociável do trabalho operado sobre si mesmo (FOUCAULT, 2004a, p.226-7).

Então, durante toda a vida a atenção do sujeito estaria voltada para si mesmo, o que é chamado por Foucault (2004a) de 'noção de conversão' (que já existia anteriormente). Nesse momento, a conversão a si próprio conduz à reminiscência, permitindo o retorno à verdade, ao Ser.

Foucault localiza **nos séculos IV e V** de nossa era a passagem para o ascetismo cristão, o que não indica grandes rupturas com o ascetismo anterior (pagão), mas continuidades, com introdução de mudanças na relação consigo mesmo. Nesse período, a verdade é dada no Texto e pela Revelação e, para que a Palavra seja compreendida, é preciso purificar o coração, o que só é possível pelo conhecimento de si e pelo recebimento da Palavra (FOUCAULT, 2004a, p.310).

O conhecimento de si é praticado por técnicas que têm a função de eliminar da alma e do coração as ilusões, as tentações e seduções que possam emergir, e descobrir a realidade de si mesmo. Para tanto, é preciso decifrar-se, prestando atenção aos movimentos da alma. Depois, o conhecimento de si demanda libertar-se de todo apego a si próprio. Neste conhecimento de si, o retorno a si se dá com o objetivo de renunciar a si (FOUCAULT, 2004a, p.311; 2004b, p.96).

A questão da salvação, presente nesse modelo cristão, é concebida em um modelo binário: está entre a vida e a morte, entre a mortalidade e a imortalidade, entre este mundo e o outro, fazendo passar de uma para outra – “da morte para a vida, da mortalidade para a imortalidade, deste mundo para o outro”. Ela está também vinculada a um acontecimento dramático – a conversão, o arrependimento, a morte de Cristo, por exemplo. É uma operação na qual o sujeito é o agente e o

que o acesso a eles esteja condicionado por procedimentos e técnicas mais ou menos regrados, elaborados, validados, transmitidos, ensinados e estejam associados a um campo de saber.

operador de sua própria salvação, mas que requer o outro (um outro, o Outro), que o salva, e tem uma conotação religiosa (FOUCAULT, 2004a, p.222-3). Para Foucault (2004a, p.259-60), a noção de conversão cristã¹⁷ implica mutação súbita, que transforma o modo de ser do sujeito, fazendo-o passar de um tipo de ser para outro, da morte à vida, da mortalidade à imortalidade, da obscuridade à luz, e promovendo uma ruptura no seu interior, de tal forma que o “eu que se converte é um eu que renunciou a si mesmo”.

Aqui, o sujeito volta-se para si, constituindo-se em objeto de análise e de decifração. De acordo com Foucault (2004b, p.96), “cada cristão deve se sondar para verificar quem ele é, o que se passa no seu próprio interior, as faltas cometidas, as tentações às quais ele se expôs” e deve também relatar tudo isso a outros.

Neste momento, há a vinculação cada vez crescente entre verdade, sexualidade e subjetividade, fazendo surgir o 'homem de desejo'. Monogamia, fidelidade e procriação compõem um modelo de comportamento sexual decente e, ao mesmo tempo, apresentam-se como justificativas para o ato sexual, que, mesmo assim, continua impuro. Esse modelo de ética sexual foi proposto por filósofos pagãos ainda antes da morte de Cristo, mas foi adotado pelo cristianismo, que o reforçou, dando-lhe um alcance muito maior ao propor “um novo modelo de concepção de si como ser sexual” (FOUCAULT, 2004b, p.98; ORTEGA, 1999).

Então, o si mesmo passou de algo a ser construído a algo a ser decifrado e anulado. O cuidado de si foi substituído pelo cuidado dos outros, resultando em perda da liberdade do indivíduo, pois cuidar dos outros é uma atividade atribuída ao pastor.

De acordo com Foucault (2004b, p.290), as morais antigas eram práticas de liberdade, nas quais as condutas de cada um eram balizadas por normas de comportamento, e a busca por uma ética da existência era um esforço de afirmação de liberdade, para dar à vida uma forma na qual “fosse possível se reconhecer, ser reconhecido pelos outros e na qual a própria posteridade poderia encontrar um exemplo”. É a vida como uma obra de arte, na qual a moral era a busca por uma

¹⁷ *metánoia* – penitência e mudança radical do pensamento e do espírito (FOUCAULT, 2004a, p.259).

“ética pessoal”. No cristianismo, a moral assume a forma de um código de regras que demanda obediência.

De todo o anteriormente colocado, depreende-se que o cuidado de si implica um retorno do olhar para si próprio no sentido de conhecer-se, o que, ao longo da história, almeja objetivos diferentes (governo dos outros, domínio de si, renúncia a si). Entretanto, voltar o olhar para si não significa fechar-se em si mesmo; ao contrário, necessita do(s) outro(s), das relações estabelecidas com eles, o que faz do cuidado de si uma prática social.

Para o cuidado de si é preciso conhecer-se, mas o sujeito não vive só, fora da sociedade e, em função disso, o conhecer-se se dá de acordo com regras de conduta, com princípios que se configuram em verdades e prescrições (FOUCAULT, 2004b, p.269). Isto significa que o cuidado de si e o conhecer-se que ele implica, se dão no bojo de jogos de verdade, de relações de poder que perpassam o corpo social, balizado por normas e regras estabelecidas e reconhecidas como verdadeiras.

Talvez fosse possível dizer que cuidar de si significa conhecer-se e reconhecer-se dentro desses jogos de verdade, a posição ocupada dentro deles, o que se assume para si, o que não se assume. Talvez fosse possível imaginar o cuidado de si como uma via de comunicação entre o sujeito e o meio social que permite a filtragem de verdades e prescrições amplamente instituídas e aceitas, abrindo a possibilidade de resistência a elas, de recusa e de incorporação delas. Considerado como uma via, o cuidado de si tem mão dupla, integrando o meio social e o sujeito de tal modo que a filtragem que ele procede das verdades e prescrições retorna dinamicamente ao meio social.

Esse movimento pressupõe a existência de liberdade e de um sujeito ativo que se constitui através de práticas de si, que não são inventadas por ele próprio, mas são encontradas na sua cultura e lhe são propostas, sugeridas, impostas por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social (FOUCAULT, 200b, p.276).

[...] Foucault concebe o cuidado de si como o ponto de resistência preferencial e útil contra o poder político, e localiza o objetivo político no fomento de *novas* formas de subjetividade. O indivíduo alcança autonomia

mediante as práticas de si e mediante a união da própria transformação com as mudanças sociais e políticas (ORTEGA, 1999, p.153).

5 O PERCURSO METODOLÓGICO

5.1 A PESQUISA CONVERGENTE-ASSISTENCIAL – PCA

A escolha da PCA como referencial metodológico para este estudo deveu-se, sobretudo, à possibilidade que ela oferece de, a um só tempo, desenvolver pesquisa e cuidado, neste caso representado pela educação em saúde. Utilizando-a, foi possível desenvolver, no processo de pesquisa, um trabalho em grupo com os participantes, o que possibilitou a discussão de temas relacionados à pesquisa e à prevenção de DST/aids.

Proposta por Trentini e Paim (1999), a **Pesquisa Convergente-Assistencial (PCA)** tem como característica principal a íntima relação com a prática e foi concebida como uma forma de enfatizar tanto o **pensar** como o **fazer**. Assim, valorizando a articulação ação-reflexão-ação, a PCA estimula o pesquisador a ‘distanciar-se’ de sua prática para **pensar o seu fazer** sem desligar-se dela e, ao mesmo tempo, estimula-o a ‘mergulhar’ na sua prática **para fazer o seu pensar**. Para Trentini e Paim (1999, p.28), a PCA oferece um instrumento útil para “aprender a pensar o fazer” e nela estão implicados o ‘saber pensar’ e o ‘saber fazer’, provocando-se e alimentando-se continuamente.

A PCA tem, então, um caráter de proximidade e afastamento frente ao saber-fazer assistencial, e nele ocorrem permutas de informações recíprocas ao longo dos processos de prática assistencial e de pesquisa. Assim, informações da pesquisa influenciam a prática possibilitando a sua renovação, e informações da prática alimentam indagações da pesquisa (TRENTINI E PAIM, 2004).

Há interação entre os dois processos, tanto nos momentos em que prevalece a prática assistencial (coleta de informações, por exemplo), nos quais o pesquisador está envolvido no cuidado, quanto naqueles momentos em que a pesquisa predomina (análise dos dados, por exemplo), nos quais o pesquisador se afasta da

prática, mas sem perder contato com ela. Trentini e Paim (2004) comparam este movimento de distanciamento e aproximação com uma dança entre pesquisa e assistência, cujo ponto central é o respeito à autonomia de cada um desses processos.

Na articulação intencional entre pesquisa e prática assistencial, principal característica da PCA, é importante lembrar que ambas mantêm suas especificidades, com fronteiras bem delimitadas no que se refere ao tipo de conhecimento a que se vinculam, aos aspectos éticos que dão suporte a uma e a outra, ao rigor científico e à finalidade de ambas.

Trentini e Paim (2004) ressaltam que o principal momento de articulação com a prática assistencial ocorre durante a coleta de informações, quando todos os participantes se envolvem na assistência e na pesquisa. Com base nisto, penso a PCA como uma maneira de *'pesquisar cuidando'* e de *'cuidar pesquisando'* que exige discernimento suficiente para preservar tanto os pontos de articulação entre esses processos como os elementos diferenciadores de ambos e que lhes conferem especificidade. Prática profissional e conhecimento teórico estão ligados na PCA.

A PCA apresenta certas características que a distinguem dos demais métodos de pesquisa. A seguir, vêm descritos doze dos principais critérios a que um estudo deverá atender para que possa ser caracterizado como uma pesquisa convergente-assistencial.

- 1. Manutenção de uma estreita relação com a situação social, buscando soluções para problemas, realização de mudanças e introdução de inovações nessa situação social**

A proposição desta pesquisa emergiu de uma situação social revelada pelo perfil epidemiológico da epidemia de DST/aids, que informa o crescimento dos casos de aids por transmissão heterossexual, especialmente em casais com relação afetivo-sexual estável.

Esse quadro é complementado pela dificuldade que os sujeitos homens e mulheres têm de verem a si próprios na linha de crescimento da epidemia, particularmente no contexto de uma relação estável, o que os leva a não considerar ou a descartar medidas de prevenção como o uso de preservativo masculino, situação verificada no mundo todo por diversos estudos.

Em menor escala e em um espaço-tempo mais circunscrito, essa situação tem se evidenciado nos cursos de prevenção e assistência às DST/aids desenvolvidos pelo CETRHU – UnC, nos quais os participantes – homens e mulheres – demonstram que percebem as DST/aids como ‘problema’ dos outros (alunos, gestantes, prostitutas, usuários de drogas, usuários dos serviços de saúde...), muito distante de si próprios.

Com base nesse panorama, acreditei que uma maior compreensão das relações de poder no casal heterossexual poderia oferecer maiores subsídios para possíveis mudanças e inovações na prática de educação em saúde para prevenção das DST/aids, iluminando mais um aspecto a ser considerado nesta prática para promover uma maior aproximação entre o que a ciência já sabe sobre a epidemia e o viver cotidiano das pessoas.

2. Compromisso com a melhoria do contexto social pesquisado

Além dos aspectos já focalizados que apontam para possibilidades na prevenção das DST/aids, procurei respeitar esse princípio e responder a ele com o desenvolvimento de um trabalho de educação em saúde em grupo, dentro de uma empresa que já desenvolvia atividades de prevenção e com sujeitos interessados em participar delas. O trabalho tomou como ponto de partida as relevâncias de cada um dos envolvidos (homens, pesquisadora, empresa), utilizando o diálogo como instrumento para a promoção de um viver saudável e para a prevenção das DST/aids.

3. A PCA inclui métodos e técnicas variados

Ao longo do estudo, lancei mão de discussões em grupo e de entrevistas como principais formas para a coleta de dados, sempre acompanhados pela observação acurada dos acontecimentos. Além disso, diferentes técnicas foram utilizadas nos encontros de grupo, tais como dinâmicas de grupo, vídeos educativos, leituras de textos, jogos e entrevistas, os quais atenderam a diferentes finalidades: aumentar a integração grupal, introduzir uma discussão, aprofundar o diálogo em torno de um tema ou concluir o debate sobre um assunto.

4. Articula prática profissional e conhecimento teórico com canalização progressiva dos resultados para situações práticas

A proposição deste estudo nasceu de uma necessidade sentida na prática profissional, e no seu desenvolvimento procurei assegurar momentos de distanciamento e de aproximação com essa prática que me possibilitassem afastar-me dela para aprofundar a reflexão e, em seguida, dela me reaproximar nos encontros de grupo, principais momentos de convergência com a prática. Nos momentos de afastamento, realizava as transcrições das gravações dos encontros de grupo, procedia a uma análise inicial dos resultados e planejava o encontro seguinte com base nos resultados do encontro imediatamente anterior e nas demandas do próprio grupo, o que me permitia oferecer uma resposta às necessidades e dúvidas dos participantes.

5. A PCA inclui atividades de assistência/cuidado, mas não se consubstancia como ato de cuidar ou assistir somente

Minha experiência anterior com o CETRHU-UnC mostrara que o trabalho educativo com homens poderia ser de difícil implementação em virtude de seus horários de trabalho e da dificuldade de obterem liberação por vários dias seguidos para participarem de um treinamento. Meu primeiro contato com esse grupo de homens também indicara que seria quase impossível reuni-los fora da empresa por causa de seus turnos diferentes de trabalho (alguns trabalhavam pela manhã, outros

à tarde e outros à noite) e de compromissos posteriores à jornada de trabalho já anteriormente assumidos por eles.

Ainda no delineamento do projeto, a PCA pareceu-me a melhor escolha a fazer pela possibilidade de oferecer uma contrapartida rápida e ‘concreta’ tanto para os homens como para a empresa. Depois, já por ocasião das negociações iniciais para a entrada em campo, isso ficou evidente no entusiasmo demonstrado pelos homens com a possibilidade de aprender mais sobre DSTs/aids. Esta percepção foi reforçada pelo fato de a empresa ter visto no estudo a oportunidade de melhorar a qualificação de um grupo de trabalhadores no que tange à promoção da saúde e prevenção dessas doenças, com desenvolvimento de atividades educativas no âmbito da própria empresa, juntamente com o setor de medicina ocupacional.

Na proposta, a assistência/cuidado se revelou na educação em saúde desenvolvida principalmente no trabalho com o grupo. Nessas ocasiões, as intervenções foram feitas tomando em consideração as demandas do estudo, do campo e do grupo, os princípios da ética em pesquisa, o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e as exigências do rigor científico.

Os encontros de grupo possibilitaram a coleta de parte dos dados que informaram esta tese e também o desenvolvimento do processo de ensinar-aprender em saúde, pois, ao mesmo tempo em que, nas discussões, os homens ofereciam informações úteis à consecução dos objetivos deste estudo, também evidenciavam suas dificuldades de compreensão, de interpretação e os limites de sua informação sobre diversos aspectos envolvidos no surgimento, no diagnóstico, no tratamento e na prevenção tanto das DSTs mais ‘comuns’ como do HIV/aids.

Constitui-se, aqui, a assistência de que trata a PCA, desenvolvida pela educação em saúde pautada nos critérios da promoção da saúde. 1) criação de ambientes saudáveis. 2) Reforço à ação comunitária. 3) Desenvolvimento de competências pessoais. 4) Reorientação dos serviços de saúde (BRASIL, 1996).

De acordo com a Carta de Ottawa (BRASIL, 1996, p.14), a promoção da saúde envolve mais do que cuidados de saúde; envolve responsabilidades políticas com a saúde e combina diferentes abordagens, dentre as quais estão incluídas

“legislação, medidas fiscais, taxações e mudanças organizacionais”. Nesta forma de compreender, a promoção da saúde solicita o envolvimento de indivíduos, grupos, instituições e governos em movimentação simultânea.

É possível evocar aqui o referencial teórico de Foucault (1995b), que fala do poder irradiando-se pelo corpo social e enfatiza os micropoderes. Desta perspectiva, pode-se vislumbrar a solicitação de envolvimento de macropoderes (instituições, governos) e de micropoderes (indivíduos, grupos, profissionais da saúde) em reciprocidade de movimentos na promoção da saúde.

Conforme fala Foucault (1995b, p. 250), para um movimento de cima para baixo [desde os macro para os micropoderes] é preciso a ocorrência simultânea de um movimento capilar de baixo para cima [desde os micro para os macro-poderes], que sustenta uma relação de poder.

Por essa razão a ênfase nos micropoderes e a reciprocidade de movimentos de que fala Foucault (1995b) foram por mim utilizadas como guias neste estudo, o que fiz movida pela crença de que um trabalho dessa natureza poderia atuar contribuindo na dinamização da circulação capilar do poder de baixo [micro] para cima [macro]. Isto não significa ignorar os macropoderes, mas prestar deliberada atenção ao viver das pessoas, onde se estruturam e circulam os micropoderes, parte importante da teia de poder e necessária para sua modificação, transformação e manutenção.

Tomando por base os critérios de Ottawa para a promoção da saúde e compreendendo a própria empresa como uma comunidade, é possível dizer que esta iniciativa de educação em saúde atuou no sentido de reforçar ações comunitárias. Digo isso porque envolveu recursos humanos da empresa favorecendo o acesso crítico à informação na área das DSTs/aids, para que o grupo pudesse atuar de forma mais intensa e qualificada na promoção da saúde, abrindo possibilidades de “intensificar a auto-ajuda e o apoio social” nesses assuntos da saúde (BRASIL, 1996, p.15).

Entretanto, o foco central da iniciativa foi o desenvolvimento de competências pessoais para prevenção das DSTs/aids, o que foi feito através da educação em

saúde favorecedora do compartilhamento de saberes e vivências de cada um e de todos.

6. A PCA não se propõe a generalizações

Obtidos em um determinado contexto e em um recorte espaço-temporal específico, os resultados deste estudo não se prestam à generalização para aplicação automática em outros contextos. A utilização por outras pessoas dos resultados aqui obtidos, em momentos e em circunstâncias diferentes, ficará condicionada à avaliação dos futuros leitores, aos quais caberá decidir pela adequação ou não da sua utilização, conforme o que propõe o princípio da transferibilidade no rigor científico em pesquisa qualitativa.

7. O profissional assume o papel de provedor de cuidado, principalmente durante a coleta de informações

Compromisso e envolvimento do pesquisador com a situação social onde se dá a pesquisa são condições para o desenvolvimento da PCA. Nesta proposta, o cuidado revelado na prática de educação em saúde foi privilegiadamente desenvolvido no contexto do grupo, sem deixar de sê-lo nos encontros individuais para as entrevistas, de acordo com as demandas dos participantes e do próprio processo de pesquisa.

8. Segue normas de rigor científico na coleta, registro e análise de informações e, ao mesmo tempo, age de acordo com as exigências da prática dando retorno imediato ao cliente.

Para responder a este critério, apoiei-me nos fundamentos da ética e do rigor científico, ao mesmo tempo em que me mantive continuamente atenta às necessidades dos participantes e do grupo no decorrer da coleta de informações, intervindo apenas quando necessário.

9. A PCA inclui atividades de cunho coletivo

A proposição de um trabalho de educação em saúde em grupo atendeu a este princípio desde o momento de composição do grupo com a colaboração da empresa e nas discussões desenvolvidas a partir das relevâncias do grupo, até a validação dos resultados parciais e finais com os participantes.

10. É desenvolvida no mesmo espaço físico e temporal da prática e pelos mesmos profissionais que desenvolvem práticas naquele contexto

A proposta deste estudo nasceu não de uma prática cotidiana com grupos de homens na prevenção de DST/aids, mas de uma situação social mais ampla, caracterizada pelo crescimento da epidemia entre heterossexuais, e da necessidade sentida nos cursos de prevenção e assistência promovidos pelo CETRHU – UnC em diferentes momentos, em diferentes locais e com participantes diferentes. Assim sendo, não havia profissionais desenvolvendo previamente a prática de educação em saúde em um contexto específico, e o grupo com o qual a desenvolvi foi composto especialmente para esse fim, dando início a uma prática específica com um grupo específico, em espaço físico coletivamente escolhido para tal e com recorte temporal claramente definido em grupo, conforme descrito adiante.

11. Agrega os principais envolvidos na prática para compor o grupo

Considerando-se o anteriormente colocado, o grupo era composto por homens trabalhadores de uma mesma empresa que participaram de um treinamento desenvolvido pelo CETRHU – UnC no mês de setembro de 2002 e que dele aceitaram fazer parte, por mim e por uma observadora que acompanhou todos os encontros.

12. Há representatividade dos dados, ao invés de representatividade do número de sujeitos

Os dados deste estudo foram coletados em discussões de grupo e de entrevistas semi-estruturadas, nas quais privilegiei a profundidade dos dados ao invés da quantidade de sujeitos participantes. No total, foram dez os homens participantes nas duas estratégias de coleta, o que resultou em 464 páginas

transcritas de informações para análise, além das anotações feitas no diário de campo e dos registros da observadora.

5.2 O TRABALHO DE CAMPO

5.2.1 A escolha dos participantes

Tendo em vista a consecução dos objetivos deste estudo, interessava-me coletar os dados com homens de orientação heterossexual, que vivessem relações afetivo-sexuais duradouras, legalmente formalizadas ou não, em co-habitação com a companheira e que consentissem em participar do trabalho de grupo e das entrevistas. Interessava-me também que tivessem pelo menos o nível fundamental de instrução. Considerei esses elementos como critérios de inclusão no estudo.

Planejei então desenvolver o estudo com 23 trabalhadores da linha de produção de uma indústria de alimentos do Oeste de Santa Catarina que participaram de um treinamento em prevenção às DST/aids oferecido pelo Centro de Treinamento de Recursos Humanos em DST/AIDS (CETRHU - UnC) em setembro de 2002. Esse treinamento abordou questões gerais sobre as DST/aids, enfatizando a prevenção e a participação masculina nela, mas sem abordar relações de poder.

A avaliação positiva feita pelos profissionais que atuaram no treinamento, as características da participação desses homens, a relativa facilidade para reuni-los, a exigência feita pela empresa de um grau mínimo de instrução em nível fundamental para contratação e a certeza de que entre eles encontraria homens que atendessem aos critérios que eu delinearara para participação no estudo levaram-me a essa escolha.

5.2.2 A coleta de dados

Para a coleta de dados utilizei duas estratégias: trabalho com grupo e entrevistas, as quais passo a explicitar.

5.2.2.1 O grupo

A palavra *grupo* remete à reunião de pessoas. Entretanto, o agrupamento de pessoas não é suficiente para a composição de um grupo, o qual não se resume à somatória de indivíduos reunidos em um mesmo local. Grupo implica uma construção coletiva, empreendida por aqueles que dele fazem parte e que nasce da disposição de cada um e de todos em avançar para além de suas necessidades e objetivos particulares, dando primazia ao coletivo.

No que se refere ao tamanho do grupo, é possível identificar diferentes posições na literatura: Trentini e Gonçalves (2000); Dall'Ágnol e Trench (1999); Vendrell e Ayer (1997); Nyamathi e Shuller (1990); Burgess (1985); Brammer e Shostrom (1982) e Mailhiot (1976); mas sobre este aspecto a maioria dos autores consultados propõe um número mínimo de cinco e um número máximo de doze participantes como ideal para pequenos grupos.

O tamanho do grupo é definido em função de uma série de fatores: das características e dos objetivos, da necessidade de evitar polaridades marcadamente positivas ou negativas, de promover diversificação e heterogeneidade, de possibilitar as trocas e a integração, de permitir a participação de todos e de evitar a formação de subgrupos (TRENTINI e GONÇALVES, 2000; VENDRELL e AYER, 1997; BURGESS, 1985; BRAMMER e SHOSTROM, 1982; MAILHIOT, 1976).

A literatura consultada indica também a existência de diferentes tipos de grupo: de suporte social, de ajuda mútua, de auto-ajuda, focais, de convivência, de convergência, cada um com finalidades específicas, as quais motivam a composição do grupo, articulando seus participantes em torno de interesses e de objetivos

comuns. No dizer de Beltrame (2000, p. 80), são denominados “grupos deliberadamente formados”.

No âmbito desta proposta, o interesse se localiza nos chamados *grupos de convergência* propostos por Trentini e Gonçalves (2000), os quais associam características de *grupos focais* – que têm a investigação como finalidade – e de *grupos de convivência* – que visam o desenvolvimento social e o crescimento pessoal dos participantes, reunidos por necessidades comuns e pela disposição de compartilhar experiências.

O *grupo de convergência ou convergente* tem a dupla finalidade de desenvolver pesquisa e de promover, ao mesmo tempo, o desenvolvimento pessoal e social de seus membros. Nele articulam-se atividades de pesquisa e de prática assistencial/cuidado.

Trentini e Gonçalves (2000) ressaltam que esse tipo de grupo tem sido usado na enfermagem para implementar propostas participativas de prática assistencial que possibilitem abstrações em torno dessa prática e a construção de conhecimento a partir dos temas emergentes no grupo. Para as autoras, “os grupos de convergência têm a intencionalidade de produzir ‘bens-relações’ dentro de um processo participativo para a assistência e para a pesquisa em enfermagem” (TRENTINI e GONÇALVES, 2000, p. 74).

Trentini e Dias (1997) desenvolveram uma pesquisa prática em serviços assistenciais de saúde na Grande Florianópolis com o objetivo de facilitar o processo ensino-aprendizagem de habilidades de enfrentamento com pessoas em condições crônicas de saúde, na qual investigaram cinco unidades grupais formadas por pessoas agrupadas segundo sua condição crônica de saúde.

Os resultados dessa pesquisa mostraram que o processo de formação de cada grupo incluiu quatro fases inter-relacionadas, denominadas **4R**:

1. **Fase do Reconhecimento** – inicia-se antes mesmo da formação do grupo propriamente dito, já nas providências iniciais (convite aos participantes, definição do local para os encontros) e prolonga-se por todo o processo de discussão e reflexão

em grupo, quando as relações interpessoais se intensificam para formar uma unidade grupal (TRENTINI e GONÇALVES, 2000; TRENTINI e DIAS, 1997).

2. **Fase da Revelação** – ocorre gradualmente, desde o início, e está na dependência da confiança conquistada nas relações estabelecidas no grupo. Inclui a “exteriorização de desejos, sentimentos, necessidades e aspirações” por meio das mais variadas formas de expressão (TRENTINI e DIAS, 1997, p. 56).

3. **Fase do Repartir** – fundamenta-se no compartilhar de experiências entre os participantes sobre os temas em discussão, o que propicia uma intensificação do reconhecimento e da revelação, fortalecendo o vínculo de confiança mútua, necessário à construção de um ambiente favorável à educação em saúde (TRENTINI e GONÇALVES, 2000; TRENTINI e DIAS, 1997).

4. **Fase do Repensar** – envolve reflexão sobre o trabalho do grupo, o que ocorre ao longo dos encontros (TRENTINI e DIAS, 1997).

Outros autores fazem referência a etapas no processo de formação do grupo. Mailhiot (1976) aponta três fases: individualista, de identificação e de integração. Clark (1987) também indica um movimento de grupo traduzido nas fases de orientação, de trabalho e de conclusão. Taylor (1992) fala das fases de pré-afiliação ou de conhecimento, de conflito intragrupo, de operação ou de intimidade e diferenciação e acrescenta uma quarta fase, a de conclusão. Essas quatro fases são também reconhecidas por Brammer e Shostrom (1982). É possível perceber que, apesar das denominações diferentes, as fases apresentadas pelos autores citados são semelhantes e dão uma idéia de movimento contínuo no processo de formação de grupo.

Em trabalho desenvolvido com um grupo de mulheres-mães de Florianópolis, Madureira (1994) fala do ‘tornar-se um grupo’ como um processo trabalhoso, demorado, pontuado por altos e baixos e que se dá em um crescendo, sem ser linear ou unidirecional. A autora identifica quatro momentos: um *primeiro*, em que os membros procuram conhecer-se uns aos outros, marcado pela formalidade e pela falta de espontaneidade nas discussões; um *segundo* momento, em que a confiança mútua e a autoconfiança aumentam, aumentando também a intimidade entre os

membros, com discussões marcadas por falas sobrepostas e muitos risos. Em um *terceiro* momento, o respeito ao outro une-se ao afeto e à confiança já existentes, trazendo um novo elemento ao grupo: a solidariedade; nele os encontros mesclam períodos de discussão harmoniosa com períodos de conversas colaterais. Finalmente, o *momento da separação*, em que o grupo organiza sua produção e conclui assuntos pendentes. Embora Madureira (1994) não nomeie os diferentes momentos identificados no processo de integração grupal, é possível perceber as semelhanças entre eles e os **4R** propostos por Trentini e Dias (1997).

No trabalho com grupos, o moderador é figura central, de quem se espera algumas habilidades/qualidades. Zimerman e Osório (1997) referem-se a um conjunto de condições desejáveis e mesmo imprescindíveis a qualquer pessoa que trabalhe com grupos. Dentre estes atributos, merecem destaque o gostar e o acreditar nos grupos, a coerência, o senso de ética, o respeito, a paciência e a comunicação. Nos **grupos de convergência**, o moderador necessita também de aptidão para a pesquisa, conforme ressaltam Trentini e Gonçalves (2000).

Nos grupos, cabem ao moderador os difíceis exercícios de silenciar, de ouvir e de compartilhar, indispensáveis ao processo de tornar-se um grupo, sem, entretanto, perceber-se como não pertencente ao mesmo. É preciso saber-se diferente e integrar-se ao grupo como mais um membro, o que dá também o direito de compartilhar suas próprias experiências, aprofundar discussões e abrir-se para o aprender-ensinar em educação em saúde.

5.2.2.1.1 A formação do grupo

Com a finalidade de dar início ao processo de formação do grupo, solicitei informações sobre os homens participantes do estudo ao CETRHU – UnC. Com base nelas, entrei em contato com a empresa solicitando uma entrevista com o responsável pelo setor de Recursos Humanos, no que fui prontamente atendida. No dia agendado, apresentei-me explicando o estudo que desejava desenvolver, os objetivos e os motivos que me levaram a optar por esse grupo de homens em

particular. Nessa ocasião, ressaltai os benefícios do estudo para todos os nele envolvidos, os compromissos éticos com os participantes e com a empresa e esclareci as dúvidas que surgiram respondendo aos questionamentos que me foram feitos. Finalmente, solicitei autorização para a realização de um primeiro encontro com os homens no ambiente da própria empresa, com o intuito de apresentar a proposta e convidá-los a participar.

Depois de alguns dias, fui chamada à empresa. Nessa ocasião o chefe de Recursos Humanos falou-me do interesse da empresa no estudo e solicitou-me que desenvolvesse o trabalho também com um grupo de homens solteiros, ao que respondi positivamente. Em seguida, encaminhou-me à assistente social da empresa para que combinasse com ela os detalhes do primeiro encontro com o grupo.

No dia agendado, compareceram 20 homens dos 23 participantes do treinamento, os quais informaram que alguns já não trabalhavam na empresa e que outro trabalhava no interior do município, o que impedira sua vinda. Inicialmente, apresentei-me, explicando os motivos do encontro e do convite feito a eles, procurando motivá-los para a participação no estudo. Terminada minha exposição, abri espaço para que expressassem suas dúvidas, ao que se seguiu um longo silêncio. Timidamente, começaram as perguntas: para que serviria o trabalho? Por que eles? Em que horário? Quantos seriam no grupo? Só os casados participariam? Onde seriam os encontros? Os nomes deles apareceriam? O que a empresa achava da idéia? Como eu faria para reuni-los, pois tinham horários muito diversificados de trabalho? Havia como fazer os encontros na empresa, em horário de trabalho? E muitas outras mais.

Nesse primeiro encontro percebi que, do grupo todo, dez homens mantinham uma relação conjugal duradoura em co-habitação com a parceira. Outros tantos mantinham relações duradouras identificadas como namoro ou noivado, mas não incluíam co-habitação, um dos critérios de inclusão no estudo. Percebi também que a variedade de horários de trabalho seria uma dificuldade a ser enfrentada para formação do grupo e que a redução do número de participantes, de acordo com a adequação ou não adequação aos critérios de inclusão atenuaria também essa

dificuldade. Esclareci que a empresa solicitara o desenvolvimento concomitante de um trabalho com um grupo de homens solteiros, o que daria possibilidade de todos participarem, e comprometi-me a negociar a possibilidade de realizar os encontros na própria empresa e em horário de trabalho.

Na seqüência, retornei à chefia de Recursos Humanos para verificar essa possibilidade e obtive um posicionamento favorável, com a ressalva de que precisaria negociar com a instância hierarquicamente superior, posto que tal autorização não era de exclusiva competência desse setor. Essa fase foi mais demorada, mas a resposta foi positiva e cabia então fazer os encaminhamentos necessários com a assistente social da empresa.

Em conversa com ela, fui informada de que seria muito difícil liberar concomitantemente dois grupos de homens para a realização do trabalho. Diante disso, esclareci novamente os objetivos do estudo e dispus-me a realizar posteriormente um trabalho com homens solteiros nos mesmos moldes desse. A resposta a essa proposta foi positiva, e agendamos o primeiro encontro com o grupo. Realizamos seis encontros ao todo, nos quais discutimos temáticas relativas às DST/aids e sua prevenção. O planejamento dessas atividades encontra-se no **anexo 1**.

5.2.2.1.2 A dinâmica dos encontros.

O grupo era formado por dez homens (**Anexo 2**), por mim e por uma terceira pessoa – Cláudia –, que assumiu a função de observadora. Realizamos seis encontros ao todo, dos quais participaram em média seis homens, além de mim e da observadora. O tamanho do grupo mostrou ser o ideal por permitir uma boa variedade de idéias, evitar a formação de subgrupos e favorecer as trocas ao possibilitar a participação de todos no diálogo. Autores como Trentini e Gonçalves (2000), Dall'Ágnol e Trench (1999), Vendrell e Ayer (1997), Madureira (1994), Nyamathi e Shuller (1990), Burgess (1985), Brammer e Shostrom (1982) e Mailhiot (1976) concordam com essa observação.

As discussões de grupo propriamente ditas eram precedidas por alguns minutos de conversação animada sobre temas variados, e que tinham a dupla função de aguardar a chegada dos demais participantes e de permitir que todos se colocarem à vontade. Era o **momento de acolhimento** do grupo. Em seguida, revíamos os dados da discussão anterior, já transcritos, e eu fazia um resumo do que havíamos discutido dos temas nela abordados. Não raramente o grupo se detinha por alguns minutos na discussão de algum aspecto apresentado no resumo, o que em geral trazia novas perspectivas para a compreensão dos dados.

Essa foi minha primeira experiência no trabalho com homens e, a princípio, temi que eles não se aprofundassem nas discussões em razão das mesmas incluírem questões íntimas da vida sexual nas quais, apesar de não haver necessidade de se colocarem a partir de sua vivência pessoal, expondo-a ao grupo, com certeza evidenciariam suas crenças, seus valores, suas experiências nesta área do viver. Passada a fase inicial do estudo, percebi que esse temor era totalmente fundamentado pelo senso comum e por alguns preconceitos, os quais enfatizam a teórica dificuldade masculina de falar de questões íntimas, de 'abrir-se' com outra(s) pessoa(s).

No decorrer dos encontros do grupo, percebi que os homens se colocavam de maneira diferente nas discussões, o que variava, a meu ver, de acordo com uma avaliação muito pessoal que faziam da temática, do significado que ela assumia para cada um, dos seus valores pessoais, do que os demais no grupo poderiam pensar sobre aquilo que alguém falasse, do 'peso' social do assunto para os homens. Percebi, nas discussões, um movimento contínuo de inclusão/exclusão de si no/do tema em pauta. Quando falavam de algo que avaliavam como 'bom, correto, certo', utilizavam pronomes pessoais de primeira pessoa: eu ou nós. Ao contrário, quando falavam de algo por eles avaliado como 'ruim, incorreto, errado', utilizavam sempre a terceira pessoa: você, ele, eles, o cara.

Ao contrário do que eu esperava encontrar, as discussões de grupo desenvolveram-se com a participação ativa de todos os presentes e com debates acalorados em torno dos temas propostos. Entretanto, apesar de acaloradas, muitos silêncios pontuavam as discussões. Inicialmente, interpretei esses silêncios como

sinal de desconforto, de constrangimento dos participantes, mas, ao perguntar a eles sobre isso, percebi que era um silêncio necessário para a elaboração do pensamento a fim de responder questões sobre as quais nunca haviam se detido antes a pensar.

Esses elementos fazem diferentes indicações. Um **primeiro** ponto a ser destacado é o fato de que falar em grupo os obrigava a fazer uma seleção do que diziam, a organizar suas falas, especialmente em temáticas que envolviam questões da vida íntima, o que indica que elas não são tão naturais quanto se acredita e que, na fala, está presente uma interpretação não somente da pergunta feita, mas também do grau de exposição pessoal que a resposta solicita, do possível julgamento que os demais membros do grupo fariam, do que é possível falar em grupo, dos novos elementos ou novas nuances da questão percebidas a partir da fala dos demais, do que se julga correto e do que é socialmente considerado correto. Isso tudo me leva a pensar que os dados que obtive já são uma interpretação, conforme defendem muitos autores, e que o papel que me cabe é reinterpretá-los à luz do referencial teórico que escolhi.

Um **segundo** ponto que merece atenção é aquilo que denomino '**esfera de pertencimento**' de temáticas como sexo e sexualidade, tidas como questões de foro íntimo, geralmente tratadas em particular, faladas com poucas pessoas do círculo de relações de cada um, escolhidas com muito critério. Essas são questões tratadas 'entre quatro paredes', e falar delas em grupo, mesmo sem colocar-se pessoalmente na resposta, exige a superação de algumas resistências.

Um **terceiro** elemento fica explícito na expressão '*nunca tinha pensado nisso antes*', relacionada mesmo a pequenas coisas, como hábitos rotineiros, e que evidencia a imersão de cada um no viver cotidiano, onde muitas coisas estão tão arraigadas a ponto de serem percebidas como normais, naturais, o que equivaleria a dizer que 'as coisas são como são por que são!'. Assim, o cotidiano é vivido e não abstraído, teorizado. Este é, a meu ver, um espaço rico para a educação em saúde baseada no diálogo a partir da vivência de cada um, pois certamente o que é por um percebido como natural pode não o ser por outro. Este encontro de perspectivas abre possibilidade à reflexão necessária para que se veja, se avalie, se considere as

situações, a si próprio e ao seu viver de maneira diferente e se vislumbre possibilidades de mudança.

As falas indicam também a importância do outro, da vivência dele, de suas experiências, dos seus valores, de suas crenças, de seus conhecimentos para a elaboração do pensar e para a reelaboração do pensamento. O outro desempenha o papel do 'diferente', que faz com que cada um pense no seu viver, que indica outras possibilidades, que traz à tona aspectos nunca antes pensados de uma situação, que provoca a avaliação pessoal, que dá referência para a troca necessária ao aprender-ensinar, essencial na educação em saúde.

Além dos silêncios, o bom humor e a alegria marcavam as discussões de grupo. Os homens riam de si próprios, de suas experiências e uns dos outros. No começo, essa disposição para o riso fácil intrigava-me, preocupava-me e me deixava com a sensação de que a discussão não havia sido concluída. Posteriormente, ouvindo e transcrevendo as gravações, percebi que essas brincadeiras eram uma maneira de deixar os participantes mais à vontade, sem comprometer a seriedade do trabalho e tornando-o mais agradável, além de revelarem aspectos interessantes do comportamento masculino e do relacionamento entre homens, bem como das demandas e prescrições sociais que atuam sobre eles. No que se refere ao riso, respeitei-o, rindo com eles e buscando no próprio riso elementos que permitissem a retomada e/ou reorientação da discussão do tema em foco.

É possível também pensar que o riso e o tom de 'brincadeira' muitas vezes utilizado nas falas servissem para colocar uma certa distância entre os participantes do grupo e o tema em pauta, deixando-os mais à vontade para falar. A esse respeito, Szazs (2000, p.190) diz que, no estudo das expressões verbais e corporais relativas à sexualidade em locais onde homens se reúnem, vários autores destacam que esse não é um tema sobre o qual se fale em uma conversação ou em tom sério, de tal forma que as referências sexuais são sempre feitas em tom de troça e geralmente frente a outros homens. Essa possibilidade pode também ser considerada para a compreensão do comportamento dos homens nas discussões do grupo.

É importante ressaltar que o tom de brincadeira não estava presente nas discussões de todos os temas. Citando um exemplo, os homens falavam em tom sério de homossexualidade, do homossexual, do homem valentão e machista, enquanto o riso pontuava os diálogos sobre o homem 'pegão'. Essa forma de colocar-se na discussão parece intimamente relacionada com aquilo que o grupo considerava correto e com aquilo que repudiavam para um homem de verdade.

Aos poucos, fui sendo incluída nas brincadeiras, o que interpretei como um sinal de aceitação e de que se sentiam à vontade comigo. Este foi o indicativo de que me utilizei para iniciar as entrevistas individuais o que no quarto encontro de grupo, depois de dois meses de atividades.

As estratégias de desenvolvimento dos encontros foram escolhidas de acordo com as características do grupo e do tema discutido. De uma maneira geral, é possível identificar momentos diferentes em cada encontro: uma conversa inicial "quebra gelo", a discussão propriamente dita, com imersão no tema em pauta e a conclusão e encerramento com avaliação. Acredito que esses momentos do trabalho em grupo identifiquem-se com os **4R** apresentados por Trentini e Dias (1997), de acordo com os quais a conversa inicial pode ser denominada '**fase do reconhecimento**', a discussão, '**fase do repartir**' e o encerramento, '**fase do repensar**'; enquanto a '**fase do revelar-se**' aconteceu ao longo de cada um e de todos os encontros.

Utilizo essa forma de nomear as fases proposta pelo referencial metodológico da Pesquisa Convergente-Assistencial (PCA), embora a denominação '**fase do repartir**' não seja de meu total agrado por sugerir a idéia de divisão, em que a parte que me cabe não é acessível ou disponível ao outro e vice-versa, como se fosse 'um pouco para mim e um pouco para ti'. Prefiro utilizar '**fase do compartilhar**' que me remete à idéia de desfrutar, de utilizar o todo **junto com** o outro, traduzindo 'um pouco do meu e um pouco do teu'.

No contexto do trabalho em grupo, fui o principal instrumento de coleta de dados e, para tanto, estimei as discussões participando também delas e observei acuradamente os acontecimentos no grupo, tarefa para a qual contei com o auxílio de outra pessoa. Foi principalmente nesses encontros que a pesquisa fez

convergência com a prática, em coerência com o referencial metodológico desta proposta.

5.2.2.1.3 O registro das informações

Nas discussões de grupo, utilizei o gravador como principal instrumento para registro, procedimento autorizado pelo grupo. Cada encontro resultava, em média, em uma hora e meia de gravação, cuja transcrição exigia cerca de seis horas de trabalho. Eu mesma fiz as transcrições das fitas desses encontros, justamente por saber ser este um trabalho demorado, que exige muitas idas e vindas nos diálogos para compreender as falas, muitas vezes sobrepostas, e também para identificar os participantes, o que seria impossível para alguém que não os conhecesse e não tivesse participado das discussões. Para esse fim, utilizei um formulário próprio (ANEXO 3). Embora cansativa, a fase de transcrição foi muito agradável e proveitosa, pois permitiu uma primeira análise das informações.

Contei com o auxílio de uma observadora em quatro dos seis encontros de grupo, nos quais ela tomava notas dos acontecimentos paralelos às discussões e das manifestações não verbais que acompanham o discurso. Essas manifestações não são captadas pela gravação, mas são importantes para a compreensão das falas – e para mim era impossível registrá-las. A ela coube também o controle do gravador, assegurando o registro integral das falas. Além disso, ao final, discutíamos o encontro, e as contribuições dessa observadora foram muito úteis indicando aspectos muitas vezes não observados por mim e que suscitavam alguns questionamentos até então não levantados.

As anotações da observadora, minhas observações pessoais e o resultado de nossas conversas posteriores aos encontros subsidiaram a complementação das transcrições, num esforço para garantir a clareza das falas e, ao mesmo tempo, preservar as nuances não verbais da comunicação humana que pontuam o discurso, imprimindo significado às palavras.

Paralelamente aos registros, mantive um diário de campo para descrição de situações observadas, conversas informais, comportamentos, impressões, intuições, percepções, preocupações, questionamentos, informações adicionais e reflexões pessoais no decorrer da pesquisa e relativas à metodologia, ao referencial teórico, à necessidade de leituras adicionais, a aspectos que solicitavam aprofundamento, a dúvidas, a novas idéias e a outros acontecimentos do cotidiano da pesquisa.

5.2.2.1.4 O cuidado e a pesquisa: a convergência possível.

Neste estudo, a convergência pesquisa-cuidado deu-se principalmente no contexto dos encontros de grupo, ocasiões em que a educação em saúde ganhava relevo. Relatarei, na seqüência, um exemplo do que considero o desenvolvimento da educação em saúde na convergência pesquisa-cuidado.

Para execução desta proposta de estudo, julguei indispensável desvelar a compreensão que o grupo tinha sobre o ser homem. Em minha concepção, a forma como visualizavam o ser homem em suas próprias vidas influenciaria de forma determinante suas relações interpessoais de maneira geral e, em particular, suas relações de casal, bem como a forma como se colocam diante da vida, como enfrentam as diversas situações envolvidas no seu viver cotidiano em casal, como encaram sua vida sexual e como localizam a si próprios dentro da linha de crescimento da epidemia de aids.

Pautado nesse pressuposto, o questionamento “*O que é ser homem?*” introduziu a primeira discussão de grupo. Da longa discussão, da qual participaram nove dos dez homens que compunham o grupo, originaram-se elementos que me permitiram compreender o que significa ser homem para esse grupo, os valores centrais para eles, o que aceitam, o que reprovam, o que repudiam, os preconceitos, as interpretações equivocadas, dentre outros elementos.

Nessa oportunidade, estimei a conversa entre eles, introduzindo alguns questionamentos para aprofundar a discussão ou retomando o curso dela,

sintetizando, de tempos em tempos, o que havia sido falado. A partir das informações obtidas nesse primeiro encontro e com base na pré-análise das mesmas, o segundo encontro deu lugar a uma discussão instrumentalizada pelo resumo do encontro anterior distribuído para todos os participantes.

Inicialmente, o grupo leu o resumo, comentando-o entre si e, para tanto, retiramo-nos (Cláudia e eu) da sala. Feito isso, iniciamos a discussão evidenciando a percepção do grupo sobre o texto. Nesse momento, o grupo retomou todos aqueles aspectos que eu identificara, na análise preliminar, como indicativos de preconceitos e equívocos de interpretação, dentre os quais o de maior destaque relacionava-se com o homossexual e a homossexualidade.

Desse ponto em diante, a discussão deu centralidade a esses aspectos identificados pelo grupo, mas então utilizando um material de apoio que informava a história da epidemia da aids, o perfil epidemiológico atual, as peculiaridades dos diversos personagens geralmente incluídos nessa grande categoria “homossexual”, bem como as de outras categorias sexuais, como heterossexuais e bissexuais.

Dessa forma, aprofundamos o debate em torno de preconceitos, tabus, práticas sexuais, fidelidade/infidelidade e uso do preservativo. Ao final, perguntei ao grupo o que gostariam de abordar no encontro seguinte, com base no que havíamos discutido até aquele momento. A sugestão foi que discutíssemos as relações homem-mulher e as DSTs em geral. Diante da amplitude da proposta e da limitação de tempo que tínhamos em cada encontro, optamos pela realização de um encontro com a temática ‘relações homem-mulher’ e de outro com o tema ‘DSTs’.

No encontro seguinte, o vídeo *“Mancha de batom”* estimulou a discussão, a qual teve início com a interpretação verbal que o grupo fez do filme, aprofundando o debate sobre fidelidade/infidelidade, relações de gênero no casal, relações de poder, diálogo no casal, relacionamento pais/filhos, espaço da casa e espaço da rua, diferenças intergeracionais e uso do preservativo.

Nas discussões, os homens organizavam seus discursos baseados em suas vivências pessoais e em seu conhecimento prévio sobre o assunto em pauta. Delas obtive os dados para meu estudo e, na troca de experiências, no compartilhar de

saberes entre os participantes, na percepção de pontos de vista diferentes que o seu próprio, deu-se a educação em saúde. O ato de falar com os outros, ouvindo o que têm a dizer, aliado às informações oferecidas por textos complementares e vídeos educativos, permitia a reorganização do pensamento e do conhecimento.

Inicialmente, a participação prévia desse grupo de homens em um treinamento sobre DSTs/aids desenvolvido pelo CETRHU-UnC foi motivo de preocupação para mim. Entretanto, esquecera que o fato de ter algum conhecimento sobre um determinado assunto não significa incorporá-lo imediatamente ao viver, de tal forma que as pessoas podem saber muito sobre algo e viver de forma diametralmente oposta.

Esse é um dos aspectos que fazem da educação em saúde um processo que exige envolvimento e perseverança, não no sentido de modificar comportamentos, mas de ampliar para todos os nela envolvidos as possibilidades de fazerem suas escolhas com vistas a um viver saudável, da maneira mais lúcida e informada possível. Não é uma questão de normatização de condutas, mas de ampliação das possibilidades de escolher e de decidir.

Entretanto, essa preocupação mostrou-se infundada, pois era possível perceber com clareza no discurso dos homens o momento em que falavam evocando o conhecimento prévio que obtiveram no treinamento, daqueles relatos pautados em suas vivências, expondo tanto o **'saber sobre'** como o **'viver'**. Isto exigiu esforço e atenção redobrados na análise dos dados.

O entrelaçamento da pesquisa com o cuidado propicia a diluição das fronteiras entre o pessoal e o profissional em virtude do grau de interação interpessoal que solicita. Ciente disto, talvez o maior desafio apresentado pela PCA tenha sido fomentar um clima de empatia facilitador do diálogo em torno de questões da vida íntima de cada um, ouvindo atentamente e, ao mesmo tempo, mantendo uma distância suficiente e necessária para que a visão não ficasse turva e o diálogo reduzido a uma troca geral de impressões sobre certo tema, resultando em uma grande quantidade de dados pífios. Responder a esse desafio requer do pesquisador um exercício contínuo de auto-observação e auto-avaliação e, nesse

intento, a presença de uma observadora durante os encontros do grupo foi muito importante, justamente por oferecer uma outra perspectiva de crítica ao trabalho.

Auto-observação e auto-avaliação contínuas ajudam o pesquisador a não esquecer que, embora membro do grupo, sua inserção nele se dá a partir de sua profissão e com objetivos claros de trabalho relacionados com a promoção da saúde através da educação em saúde. Isto significa não observar apenas o desenrolar de uma conversa, mas inserir-se no diálogo como um dos protagonistas do mesmo e colocar o seu saber pautado na ciência como uma das possibilidades de interpretação do viver, compartilhando-o com os outros.

Dessa forma, o compartilhar saberes em diálogo possibilita o desenvolvimento da educação em saúde com base no viver próprio das pessoas, sem abandonar o conhecimento que a ciência já conquistou na área da saúde. O resultado parece ser um duplo movimento de aproximação: do profissional de saúde, que se aproxima das pessoas, esforçando-se para compreendê-las sem desmerecer os saberes em saúde que utilizam no seu viver cotidiano, bem como das pessoas que têm acesso a um conhecimento científico em saúde mais próximo do seu viver para utilizá-lo no seu cotidiano.

5.2.2.2 A entrevista

Esta forma de coleta de dados supõe o encontro face-a-face de entrevistador e entrevistado, bem como o estabelecimento entre eles de uma relação menos formal e próxima o suficiente para amenizar constrangimentos. É necessário haver um certo nível de interação, de confiança, de respeito, de troca, de reciprocidade, de receptividade e de intimidade entre entrevistador e entrevistado para que a entrevista possa acontecer sem reduzir-se a um mero jogo de perguntas e respostas sem profundidade e sem envolvimento de ambas as partes.

Morse e Field (1995, p. 90, tradução nossa) dizem que a entrevista qualitativa de sucesso assemelha-se ao “compartilhar pessoal e íntimo de uma confiança com um amigo de confiança”. Essa afirmação reforça a importância do relacionamento estabelecido entre entrevistador e entrevistado, do que dependerá a qualidade dos dados produzidos.

Então, a entrevista ultrapassa a esfera da coleta de dados para revelar-se, como diz Minayo (1993, p. 114) “uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador”. A autora faz ainda alusão à realidade como um jogo de luzes e sombras onde os sujeitos revelam/escondem seus segredos, e ressalta que a entrevista está sujeita à dinâmica das relações existentes na sociedade. Esse jogo de luz e sombra também se manifesta na realização da entrevista e nas informações produzidas.

Assim, é preciso ter em mente que, por melhor que seja a relação estabelecida, o entrevistado sempre revela apenas o que deseja, reservando, na interação, um tanto para si não acessível ao pesquisador. Acredito que esse ‘tanto para si’ poderá ser maior quanto menor for o tempo de contato entre entrevistador e entrevistado, o que nos remete ao tempo de permanência em campo e ao número de entrevistas necessárias à coleta de informações, questões diretamente ligadas ao rigor do estudo, à natureza do objeto e ao tipo de entrevista escolhido para abordá-lo.

Quanto ao tipo de entrevista, diferentes autores fazem referência a diferentes classificações, baseadas principalmente no seu grau de estruturação e diretividade (Beck, Gonzáles e Leopardi, 2001; Trentini e Paim, 1999; Richardson et al, 1999; Morse e Field, 1995; Minayo, 1993; Triviños, 1987). Entretanto, de todas as diferentes denominações utilizadas é possível identificar consenso na classificação de entrevistas em estruturadas, não estruturadas e semi-estruturadas.

Geralmente utilizada em pesquisas quantitativas, a **entrevista estruturada** utiliza roteiros fechados e permite ao pesquisador um completo controle sobre a informação produzida. Apesar de seu valor, não é de interesse nesta proposta.

A **entrevista não estruturada** caracteriza-se por dar liberdade de fala ao entrevistado, limitando ao mínimo a interferência do entrevistador. De acordo com Morse e Field (1995), a principal técnica utilizada pelo pesquisador que conduz esse tipo de entrevista é ouvir intensamente, seguindo com atenção o relato do entrevistado, sem interrompê-lo a menos que haja necessidade de esclarecimentos.

Entretanto, apesar de livre, o relato obtido nesse tipo de entrevista não é sem direção, posto que vem pautado no problema de pesquisa e nos objetivos do estudo. Tomando esses aspectos em consideração, pode-se considerar a entrevista não estruturada ou aberta como uma conversa norteada por um objetivo, em que o roteiro orienta o pesquisador sem cercear a fala dos entrevistados.

A **entrevista semi-estruturada** difere da anterior no grau de estruturação, de diretividade e de participação do entrevistador, podendo talvez ser definida como um **diálogo** mais dirigido para o tema da pesquisa.

Segundo Trentini e Paim (1999), o pesquisador utilizará um roteiro de temas a serem abordados no decorrer do diálogo e a forma de perguntar deverá respeitar as características do entrevistado, o nível de interação alcançado e o ritmo do diálogo.

Mesmo sendo a entrevista semi-estruturada mais dirigida, é preciso que o entrevistador dê liberdade ao entrevistado para responder e ilustrar seus relatos, de forma que 'ouvir atentamente' continua sendo qualidade essencial do entrevistador. No desenvolvimento deste estudo utilizei a entrevista semi-estruturada.

5.2.2.2.1 A Entrevista semi-estruturada

Neste estudo, o objeto em foco é representado pelas relações de poder no casal heterossexual, cuja investigação envolve questões íntimas que demandam um maior conhecimento e uma maior confiança entre entrevistador e entrevistado, o que não é alcançado em um único encontro. Esse foi um dos motivos que me levaram a propor o desenvolvimento concomitante de um trabalho de grupo como forma de

intensificar os relacionamentos, possibilitando o desenvolvimento de um vínculo recíproco de confiança com os participantes, favorecedor do diálogo e indispensável às entrevistas individuais.

Em virtude desses fatores, as entrevistas foram realizadas individualmente com cada um dos participantes e começaram a ser feitas após o quarto encontro de grupo. Esse período de dois meses anterior ao início das entrevistas individuais foi necessário para que nos sentíssemos – os homens e eu – à vontade uns com os outros, para o esclarecimento de dúvidas e para a elucidação, nas discussões, do foco central do trabalho. Para avaliar a adequação do momento para a proposição das entrevistas utilizei uma série de ‘sinais’ subjetivos sempre presentes nas interações humanas, como, por exemplo, a fluência das conversas que antecederiam as discussões, minha inclusão nelas, a diminuição da formalidade no tratamento interpessoal, a descontração nas discussões. Além disso, considerei particularmente significativa a forma progressiva como os homens me incluíam nas brincadeiras do grupo. No momento em que considerei que isso acontecia de maneira espontânea, propus o agendamento das primeiras entrevistas.

O horário para as entrevistas foi marcado de acordo com a disponibilidade dos homens, que o estabeleciam conforme seu turno de trabalho. Dessa forma, realizamos entrevistas à noite, de manhã e à tarde. De todas, apenas uma foi realizada no ambiente da empresa; as demais foram feitas em sala cedida pela universidade local, a qual oferecia um ambiente isolado, confortável, silencioso e com privacidade suficiente para um relato demorado sobre questões pessoais e íntimas da vida de cada um.

Nas entrevistas, procurei criar um clima de descontração que nos colocasse, a ambos, à vontade. Isso não significa que o que houve foi uma conversa; o ‘clima’ era de conversação, mas tratava-se de uma pessoa falando (o homem) e outra ouvindo (eu), justamente para que o resultado produzido fosse o pensamento dele, a história dele, e não uma série de impressões sobre determinado tema. Para isso, concentrei-me em ouvir atentamente, produzindo sinais que estimulassem o aprofundamento dos relatos, introduzindo novas questões, retomando o curso da fala, esclarecendo dúvidas sem induzir as respostas. Muitas vezes a vontade de

trocar idéias era grande e contê-la não foi tarefa das mais fáceis, mas permitia-me fazer isso nas conversas pós-entrevista ou em situações nas quais o entrevistado me questionava diretamente.

No decorrer das entrevistas, procurava sintetizar periodicamente o que havia sido falado. Utilizava esse recurso como forma de validação do que eu havia compreendido sobre o que havia sido dito, para introduzir um novo questionamento ou para reorientar o fluxo da conversa, que, por vezes, desviava-se do seu foco.

No que se refere à dinâmica da entrevista, depois de retomar rapidamente os objetivos do estudo e acordar com o entrevistado a forma de seu desenvolvimento, destinava alguns minutos para conhecer um pouco mais da história pessoal de cada um e, com esse fim, pedia que falassem brevemente da infância. Essa era uma estratégia para deixá-los à vontade e estabelecer um *rapport* que nos permitisse adentrar com mais segurança o campo das questões relacionadas com o viver em casal.

Em seguida, pedia que falassem da adolescência e, nessa etapa da vida, algumas temáticas destacaram-se nas falas: o trabalho aliado a dificuldades financeiras, que, junto com o viver em meio rural, restringia as oportunidades de lazer, os namoros e o início da atividade sexual. Os relatos vinham marcados pela nostalgia. Na continuidade da entrevista, pautei-me em uma guia (anexo 4) construída com base em um roteiro de temas vinculados aos objetivos deste estudo, nas discussões do grupo e em uma série de leituras prévias. Posteriormente a cada entrevista, revisava a guia e fazia ajustes que se fizessem necessários na forma de perguntar, acrescia ou suprimia alguma questão e lia a transcrição do relato utilizando-a como norte.

Para a realização das entrevistas, encontrei-me individualmente por duas vezes com oito dos participantes e uma vez com dois deles, com os quais não foi possível realizar um segundo encontro por contingências de seu próprio trabalho. O objetivo do segundo encontro era levar a transcrição da entrevistas anterior para que cada um a visse, certificando-se da manutenção do anonimato e validando seu conteúdo. Na operacionalização dessa idéia, cada um dos participantes poderia manusear e ler a transcrição de sua própria entrevista, mas nenhum se deteve na

leitura, limitando-se a 'passar os olhos' sobre o texto. Diziam que, pelo que podiam perceber, tudo estava escrito como eles tinham falado e dois deles solicitaram uma cópia, no que foram atendidos. Esses participantes disseram que seria interessante ler o que falaram de suas vidas, que seria bom para pensar no que haviam feito e no que queriam fazer daquele momento em diante.

No segundo encontro individual, cada participante aprovou as informações já transcritas e dispôs-se a discutir pontos que haviam ficado obscuros ou que não haviam sido abordados na primeira entrevista e que foram retomados. Muitas informações adicionais e úteis ao estudo foram relatadas nesse momento, e pelo menos um dos homens relatou sua vida sexual com a esposa nessa ocasião.

Cabem ainda algumas considerações sobre o desenvolvimento das entrevistas, as quais estão relacionadas ao relato que os homens fizeram dessa experiência e com minhas próprias expectativas e experiências em relação a elas. Enquanto me preparava para realizar as entrevistas, aguardando o melhor momento para iniciar essa fase da coleta, tinha uma preocupação principal: o temor que os homens, fora do ambiente acolhedor e de apoio do grupo, falassem pouco e fizessem uma censura prévia excessiva das informações que poderiam dar. Por conta dessa preocupação, gastei muito tempo imaginando-me com uma quantidade enorme de dados vazios, sem significado para a consecução dos objetivos do estudo. A cada pouco lembrava de uma leitura que havia feito sobre *master status*, que falava das diferenças entre respostas obtidas em estudos cujos dados foram coletados no contexto de uma relação entrevistador-entrevistado e os de uma relação entrevistadora-entrevistado.

Entretanto, logo na primeira entrevista percebi que meu temor era infundado e que novamente vinha marcado por uma série de preconceitos elaborados com base no *dever-ser* socialmente prescrito para homens e mulheres, o que impõe ao homem o silêncio em torno de questões íntimas. De fato, nenhum dos participantes havia antes falado de si nos termos com que falaram nessa entrevista, talvez por falta de oportunidade, falta de hábito, falta de jeito. Em muitos momentos percebi os relatos como desabafos, e todos os participantes deixaram a impressão de que, naquele

momento, abriam um espaço no tempo presente para voltarem-se ao passado, ao já vivido, refletindo sobre suas próprias vidas.

O tempo médio de duração das entrevistas foi de uma hora e cinqüenta e dois minutos, mas algumas foram mais prolongadas, com duração superior a duas horas, e outras mais curtas; nenhuma teve duração inferior a uma hora e quarenta minutos. Da mesma forma, a segunda entrevista teve duração média de cinqüenta minutos, com algumas estendendo-se por mais de hora e meia. Esta informação contribui, por si só, para colocar o rótulo de mito sobre o propalado mutismo masculino.

De acordo com a PCA, a prática faz convergência com a pesquisa em todos os momentos do estudo nos quais há interação entre pesquisador e participante. No momento das entrevistas, surgiram situações que demandavam intervenção de minha parte. Estive atenta a todas elas e não me abstive de fazê-lo, porém deixei para abordá-las ao final, quando o homem já havia concluído seu relato.

Para que isso fosse possível, tomei algumas notas no decorrer da entrevista apenas para que não esquecesse dos aspectos a serem retomados e respondi apenas àqueles questionamentos diretamente dirigidos a mim e que pediam resposta imediata (por exemplo: você conhece? Você já teve.....?). No caso de perguntas que solicitavam uma maior participação minha na resposta, eu as remetia ao final da entrevista (por exemplo: a não ser o comprimido, o preservativo, o que dá para usar para evitar gravidez?).

Agi assim porque temia que intervenções prolongadas minhas no decorrer da entrevista alterassem a natureza do depoimento de cada homem justamente por introduzir idéias novas. Essa atitude demandou um intenso policiamento de minha parte sobre meu próprio comportamento no sentido de conter a vontade de responder imediatamente, inclusive a perguntas apenas insinuadas, como forma de atender a um certo ímpeto de 'ensinar', que, reconheço, faz parte da forma tradicional de atuação da enfermagem.

Então, nas entrevistas, a PCA se colocou para mim como um exercício de discernimento, de escuta, de autodomínio e de paciência muito mais profundo do que nos encontros de grupo, em que as interações incluíam outras pessoas e o fluxo

do diálogo solicitava minha participação ativa. Creio que, ao não agir assim, o pesquisador corre um risco muito grande de inadvertidamente modificar o teor das informações que o participante lhe daria.

Ao final das entrevistas, os homens agradeciam a oportunidade que lhes tinha sido dada, e esse agradecimento antecipava-se ao meu. Todos, sem exceção, colocavam-se à disposição para uma nova '*conversa*', sem dar-se conta de que, na verdade, eu pouco falara. Ao final, revendo os relatos, percebi que no momento da entrevista os homens faziam uma avaliação de sua própria vida.

Esse papel avaliativo da entrevista também fica evidente na afirmação de que, falando, hoje, de um acontecimento passado, ele parece diferente, de forma que algo percebido como sofrimento ou dificuldade pode passar a ser visto como algo bom de que se tem saudade, o que me faz lembrar de Castilló (1984, p.11), quando afirma que

o passado se modifica pelo conhecimento melhor que temos dele em todos os presentes sucessivos; é cada vez diferente segundo a idéia que formamos dele e que resulta da unidade do conhecimento do presente com o conhecimento de épocas anteriores até agora obtido.

A partir disso, penso também no caráter relativo da verdade mesmo na vida de uma só pessoa, pois creio que a cada vez que alguém se detém na análise e avaliação de algum evento, modifica sua percepção dele e, a partir disso, pode-se dizer que a sua experiência também se modifica. Assim, creio que uma segunda entrevista abordando os mesmos temas da primeira, feita com uma mesma pessoa, poderia resultar em informações completamente diferentes, como se o relato fosse de outra pessoa.

Com base nessa crença, questioneei-me sobre a validação de dados qualitativos obtidos em entrevistas. Acredito que, dependendo da maneira como se proceda a essa validação, o entrevistado pode mudar completamente a informação, não porque tenha mentido ou omitido algo na primeira entrevista, mas porque a própria entrevista o provocou para que reorganizasse sua experiência, para que os eventos de sua vida assumissem significados diferentes.

Ficou clara também a preocupação que os homens têm com a manutenção do sigilo e do anonimato, questão várias vezes retomada no decorrer da coleta de dados, tanto no grupo como nas entrevistas. Por isso, a cada novo encontro individual ou grupal eu retomava o termo de consentimento, procurando dar ao mesmo a conotação não de um documento assinado, mas a de um processo dentro da pesquisa, como propõe Figueroa-Perea (1999).

Já na elaboração do projeto eu antecipava que os homens me dariam apenas as informações que quisessem, aquelas que passassem pelo filtro de sua censura. No decorrer das entrevistas essa expectativa transformou-se em certeza, quando afirmavam que para um homem não falariam as coisas que me contavam, ou que sobre algumas coisas ‘nem se fala’ ou que só falaram tudo o que falaram porque eu era de certa forma uma ‘estranha’. Certamente, se eu fosse homem, contariam outras coisas ou até as mesmas coisas, mas de forma diferente. Isso me leva a questionar o peso que a presença de uma outra figura masculina – pai, irmão, amigo, colega, conhecido, estranho – tem na vida desses homens, como se na presença de outro homem fosse necessário seguir um *script*, adequar-se a um protótipo diferente daquele(s) seguido(s) em outras situações.

Retomando o comentário que fiz anteriormente sobre o comportamento efusivo, alegre, brincalhão que me intrigava no trabalho de grupo, percebo mais claramente a relação dele com a necessidade de manter uma certa ‘imagem’ diante de outros homens, pois se torna mais fácil falar de alguns assuntos se o tom empregado na conversa for de brincadeira, colocando uma certa distância entre aquele que fala e o assunto sobre o qual fala.

Nas entrevistas, a alegria e a disposição para o riso continuavam presentes, porém motivadas pelas lembranças reavivadas nos relatos, o que as tornava diferentes do que acontecia no grupo. Os relatos alternavam seu tom entre a confidência e a fala de si para si. Talvez a diferença de comportamento dos homens no grupo e nas entrevistas possa ser relacionada com as exigências da atuação naquilo que Villela (2001, p.133) chama de “espaços coletivos de socialidade” – nos quais o masculino é reforçado, e Welzer-Lang (2001, p.462) denomina “casa dos homens”.

Considerando-se que os relatos dos homens poderiam ser diferentes se eu fosse homem ou conhecida deles e/ou da família deles; que naquele momento algumas coisas não foram faladas; que o simples fato de falar sobre algo presente ou passado pode modificar a percepção que se tem dele, percebo os dados que obtive como uma **versão** dada pelo homem naquele momento de sua vida e não como a ‘verdade’ sobre sua vida.

Outro acontecimento é revelador da preocupação dos homens com o anonimato, não somente o seu, mas também o de suas famílias: sempre, ao final das entrevistas, oferecia-me para levar o entrevistado de volta para sua casa e, nas ocasiões em que a oferta foi aceita, nenhum dos homens quis que eu o deixasse em frente de casa; pediam que eu parasse a uma ou duas quadras de distância ou então em uma rua próxima. Compreendi que eles não queriam que eu soubesse onde moravam e entendi essa atitude como uma preocupação com suas famílias.

Na oportunidade da segunda entrevista, obtive autorização para realizá-la dentro da empresa, no horário de trabalho dos homens. No caso de um entrevistado que trabalhava à noite, foi necessário que ele viesse até a empresa fora de seu horário de trabalho.

5.2.2.2 Registro das informações

Durante as entrevistas, os relatos foram gravados após o prévio esclarecimento e consentimento dos entrevistados. Posteriormente, as gravações foram integralmente transcritas em formulário próprio (**Anexo 5**). As transcrições foram feitas por uma terceira pessoa, a qual não conhecia os entrevistados. Uma vez concluída a transcrição, eu li cada uma e fazia os ajustes na escrita, ouvindo novamente a fita; nesse momento acrescentava as reticências que estivessem faltando, corrigia a pontuação e complementava o texto com as observações que fizera durante a entrevista. Entendi que essa seria uma forma de preservar a integralidade das falas e os elementos não verbais que acompanham o discurso e não são captados pelo gravador.

Para facilitar a tarefa, dedicava alguns minutos após o término da entrevista para registrar as observações e impressões que tivera durante seu desenrolar, bem como as interrogações e reflexões suscitadas pelo relato. Nas vezes em que levei o entrevistado de volta a sua casa após a entrevista, conversávamos durante todo o trajeto e, no retorno, utilizava o gravador para registrar minhas observações.

Posteriormente, realizava uma pré-análise do texto tomando como referência a guia da entrevista e os objetivos do estudo, o que subsidiava o preparo da segunda entrevista, na qual explorei aspectos que não haviam sido abordados por ocasião da primeira. Paralelamente a esses registros, mantive um diário de campo nos moldes já descritos anteriormente.

5.2.3 A Análise das informações

A análise não foi propriamente uma fase da pesquisa, pois, mantendo a coerência com os referenciais teórico-filosófico e metodológico, deu-se simultaneamente à coleta das informações. Contudo, o processo de análise intensificou-se e aprofundou-se após a conclusão da coleta de dados. Elegi o grupo como unidade de análise e, a partir disso, as entrevistas individuais foram analisadas na perspectiva do todo.

Na fase de aprofundamento da análise dos dados, escolhi a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC, proposta por Lefèvre, Lefèvre e Teixeira (2000) e Lefèvre e Lefèvre (2003). Como ferramenta qualitativa, o DSC crê que respostas oferecidas a indagações de cunho qualitativo provocarão um pensamento encadeado discursivamente sobre certo tema. A forma como um determinado grupo ou população pensa esse tema se manifesta – dentre outros meios – através do conjunto dos discursos verbais emitidos por membros desse grupo. O discurso coletivo procura expressar do modo mais fiel possível o que uma população pensa sobre o tema (LEFÈVRE, LEFÈVRE e TEIXEIRA, 2000).

O DSC é uma forma de viabilizar o *discurso da* realidade, deixando a “realidade descrever-se mais autonomamente porque se acredita ser muito mais rico e válido ter uma realidade mais *auto* do que *hétero* descrita”. Entretanto, o *discurso da* realidade se refere ao momento descritivo da pesquisa qualitativa e abre espaço para o *discurso sobre* a realidade no seu momento interpretativo (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p.32).

Na proposta do DSC são utilizadas quatro figuras metodológicas:

1. **Expressões-Chave (ECH)** – são pedaços, trechos, ou transcrições literais do discurso que revelam a essência do conteúdo discursivo dos segmentos em que se divide o depoimento. A partir delas, “o leitor é capaz [...] de julgar a pertinência ou não da seleção e da tradução dos depoimentos”. São uma espécie de ‘*prova discursivo-empírica*’ das idéias centrais e das ancoragens e vice-versa. Com elas, os DSC são construídos (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p.17).

2. **Idéia Central (IC)** – são afirmações que permitem “traduzir o essencial do conteúdo discursivo explicitado pelos sujeitos” (LEFÈVRE, LEFÈVRE e TEIXEIRA, 2000, p.18), que descrevem o mais sucintamente possível o sentido de um discurso. Podem ser resgatadas por descrições diretas do sentido do depoimento – revelando o *que* foi dito – ou por descrições indiretas ou mediatas, que revelam o tema do depoimento – *sobre o que* o sujeito fala. No segundo caso, é necessário identificar a(s) IC(s) correspondentes a cada tema. Não se trata de uma interpretação, mas de uma descrição do sentido de um depoimento ou de um conjunto de depoimentos (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p.17).

3. **Ancoragem** – Manifestação lingüística explícita de uma teoria ou ideologia, ou crença que o autor professa e que é “usada pelo enunciador para ‘enquadrar’ uma situação específica” (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p.17). Genericamente, todo discurso tem uma ancoragem, pois geralmente está fundamentado por pressupostos, teorias, conceitos e hipóteses.

4. **Discurso do Sujeito Coletivo - DSC** – trata-se da elaboração de discursos-síntese a partir de trechos de discursos individuais com o objetivo de expressar um dado pensar ou representação social sobre um fenômeno. Esse

discurso-síntese é redigido na primeira pessoa do singular e é composto por expressões-chave que têm a mesma idéia central ou ancoragem (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p.18-19).

Para elaborar o DSC, os discursos brutos são submetidos a uma análise inicial que os decompõe, selecionando as principais ancoragens e/ou idéias centrais presentes em cada discurso individual e em todos eles reunidos, culminando numa síntese que reconstitui discursivamente a representação social. São basicamente duas as formas de organizar os DSC. Na **primeira** delas, cada depoimento é analisado com a finalidade de extrair as diferentes IC e suas respectivas EC. Depois, as IC e/ou suas EC são agregadas para obter o DSC. Pode ser usada quando as IC são facilmente agregáveis. Na **segunda** forma, cada depoimento é analisado extraindo-se as idéias centrais. Depois, as IC iguais ou equivalentes e suas respectivas EC são identificadas. A seguir, compõem-se os DSC pela agregação ou encadeamento dessas EC ou IC (LEFÈVRE, LEFÈVRE e TEIXEIRA, 2000, p.20).

Na construção do DSC é preciso levar em conta alguns princípios (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p.20-21). O primeiro desses princípios é a **coerência**, o que significa a agregação de pedaços isolados de depoimentos para formar um todo discursivo coerente, no qual cada uma das partes possa se reconhecer. Além disso, um discurso deve sempre expressar um **posicionamento próprio**, distinto, original, específico sobre o tema em estudo, o que constitui o segundo princípio.

Um terceiro princípio refere-se aos **tipos de distinção entre os DSC**, de acordo com o qual quando uma resposta apresenta mais de um DSC, eles podem ser distinguidos por critério de diferença/antagonismo ou pelo de complementaridade. De acordo com isso, discursos diferentes devem ser apresentados separadamente, enquanto que a apresentação em separado de discursos complementares depende do pesquisador. Há discursos que não são iguais, mas que também não são inconciliáveis e que podem ser reunidos sem provocar contradição ou incoerência; é possível também separá-los se o objetivo for enfatizar diferentes nuances de posicionamentos semelhantes.

A produção de uma 'artificialidade natural' é o quarto princípio a ser considerado na construção do DSC, o qual é apresentado como se uma só pessoa

falasse por um conjunto de pessoas, traduzindo uma construção artificial. Para fazer com que o discurso coletivo pareça individual, é preciso ‘limpar’ as particularidades dos pedaços selecionados de um relato, encadeando-os narrativamente para que componham um todo coerente, utilizando todas as idéias presentes nos depoimentos e escolhendo apenas uma dentre aquelas repetidas ou muito semelhantes. De acordo com Lefèvre e Lefèvre (2003, p.16),

o Sujeito Coletivo se expressa [...] através de um discurso emitido [...] na primeira pessoa [coletiva] do singular [o qual] ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa uma referência coletiva na medida em que esse *eu* fala pela ou em nome de uma coletividade.

O DSC é, então, uma maneira utilizada para fazer a coletividade *falar* diretamente e resulta num painel de discursos de sujeitos coletivos enunciados na primeira pessoa do singular, o que sugere uma pessoa coletiva falando como se fosse um sujeito individual e confere espontaneidade, naturalidade e vivacidade ao pensamento coletivo. Esse painel de discursos “reflete o que se pode pensar numa dada formação sociocultural, grupo ou coletividade” sobre um determinado assunto (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, p.33).

5.2.3.1 A construção do DSC

Lefèvre e Lefèvre (2003, p.46-57) sugerem uma série de passos a serem seguidos na construção dos DSC:

1. Análisar isoladamente cada questão em todas as entrevistas, copiando integralmente todas as respostas referentes a cada pergunta no Instrumento de Análise de Discurso 1 – IAD1.
2. Identificar e sublinhar as expressões-chave das idéias centrais e das ancoragens.
3. A partir das expressões-chave, identificar as idéias centrais e as ancoragens, separando-as.

4. Identificar e agrupar as idéias centrais e ancoragens de sentido igual, equivalente ou complementar.

5. Criar uma idéia central ou ancoragem-síntese que expresse as idéias centrais e ancoragens de cada agrupamento de sentido igual, equivalente ou complementar.

6. Construir um DSC para cada agrupamento identificado anteriormente.

Essa seqüência de passos sugere um papel mais diretivo do entrevistador na entrevista, de forma a obter respostas claramente direcionadas para cada pergunta do roteiro de entrevista. Nas entrevistas que realizei elaborei uma guia com perguntas que procuravam esmiuçar os temas relacionados com a questão e com os objetivos do estudo.

Esse guia serviu como instrumento de orientação para mim e, no decorrer da entrevista, deixei-a em local próximo a mim, ao alcance dos olhos, para avaliar se as questões de interesse central no estudo eram abordadas pelo entrevistado e não para dirigir a entrevista. Minha postura foi de escuta atenta e estímulo ao relato espontâneo através da introdução de questões constantes da guia de entrevista e selecionadas de acordo com o desenrolar da fala do entrevistado. Estive atenta em todos os momentos para que o relato não se desviasse do curso e para, se isso acontecesse, redirecioná-lo, cuidando para que todos os temas do roteiro e todas as perguntas da guia de entrevista fossem contemplados sem que eu introduzisse inúmeros questionamentos diretos.

Esse posicionamento pessoal com relação às entrevistas teve pelo menos dois efeitos. Em **primeiro** lugar, possibilitou aos entrevistados sentirem-se mais à vontade para se aprofundar nos seus depoimentos, nas suas lembranças, nas suas vivências, na avaliação de suas vidas, o que resultou em relatos riquíssimos. Em **segundo** lugar, os assuntos se sobrepunham, interpenetravam-se, seguindo o curso do pensamento do entrevistado, cheio de idas e vindas na fala, resultando em um texto 'desordenado', que impediu a separação clara de trechos de cada entrevista de acordo com cada uma das questões da guia.

Em virtude disso, tive dificuldades em seguir os passos sugeridos por Lefèvre e Lefèvre (2003) para a construção dos discursos, passos que supõem a existência de uma resposta para cada pergunta feita pelo entrevistador. Inicialmente, fiz várias tentativas de segui-los, mas as dificuldades eram grandes e o resultado duvidoso. Dessa forma, segui um percurso que apresento a seguir e ofereço um exemplo da maneira como construí os DSC no **anexo 6**.

1. Leitura exaustiva das transcrições das discussões de grupo e de cada entrevista, o que implicou um ‘mergulho’ nos textos de forma a conhecê-los profundamente.

2. Identificação de temas e agrupamento das expressões-chave relativas a cada um deles em todas as entrevistas, uma a uma. Isto foi feito para conferir uma melhor ordenação aos relatos individuais.

3. Identificação de grandes temas presentes nos textos, considerando os propostos no roteiro de temas e os emergentes das discussões de grupo e das entrevistas.

4. Identificação e agrupamento das expressões-chave por tema.

5. Leitura exaustiva das expressões-chave reunidas em cada tema.

6. Identificação das idéias centrais em cada tema.

7. Identificação das idéias centrais de sentido igual, semelhante ou complementar e agrupamento delas sob uma idéia central-síntese com suas respectivas expressões-chave.

8. Elaboração do DSC.

9. Análise do conjunto de DSCs relativos a cada tema e agrupamentos dos iguais, semelhantes ou complementares.

10. Reelaboração dos DSCs de forma a obter um painel de discursos coletivos coerentes, consistentes e condizentes com a questão norteadora e com os objetivos do estudo.

Acredito que o percurso alternativo aqui delineado se adequou melhor à natureza dos dados que reuni, sem, contudo, ser infiel aos princípios que norteiam a proposta do discurso coletivo. Nele, optei por resgatar as idéias centrais por descrições indiretas ou mediatas, as quais revelam o tema do depoimento – **sobre o que** o sujeito fala (LEFÈVRE, LEFÈVRE e TEIXEIRA, 2000, p.17).

Esse processo foi trabalhoso, exaustivo, apaixonante, com algumas dificuldades e nem sempre calmo. As dificuldades tiveram alguns motivos. Um deles foi meu encantamento pessoal com os relatos obtidos nas entrevistas e com as discussões de grupo, o que me levava a considerar todas as informações como essenciais. Um segundo motivo está relacionado diretamente com a leitura exaustiva que fiz dos encontros e entrevistas, tarefa que se iniciava já na escuta das gravações para transcrição e que me levou a conhecer profundamente cada relato, o que cada um tinha dito nas entrevistas, as colocações feitas nos encontros de grupo, as réplicas, as divergências, os posicionamentos pessoais, a maneira de falar de cada um. Dessa intimidade com os dados resultou a dificuldade de esquecer os indivíduos para pensar no coletivo, condição básica para a construção do DSC.

No que se refere à ancoragem de que falam Lefèvre e Lefèvre (2003), não a fiz no mesmo instrumento que utilizei para organizar progressivamente os discursos, mas também não a ignorei. Entendendo que ela se refere às articulações com o referencial teórico e com a literatura sugeridas pelos dados, fiz anotações no diário analítico e nelas descrevia também minhas impressões pessoais sobre o aspecto em foco.

A empatia que conseguimos estabelecer entre nós – entrevistados e eu – dificultou a tomada de distância necessária para a análise. Em certo momento, estava tão envolvida com o grupo, com as entrevistas, com os dados que chegava a acreditar que eles poderiam ser apresentados na íntegra, sem a mediação de uma análise teórico-filosófica. A riqueza dos dados me fez sentir desnecessária para interpretá-los, como se eles falassem por si sós.

Esse momento coincidiu com o término das entrevistas e, para superá-lo, não reli os dados por um curto período, até retomá-los para realizar a segunda entrevista com os homens. Esse afastamento me permitiu perceber pontos que anteriormente

não notara e que necessitavam ser retomados no segundo encontro. O resultado dos novos encontros demandou novas transcrições de fitas e gerou mais dados, exigindo novo aprofundamento na leitura dos mesmos e recomposição dos discursos.

Em certos momentos de grande imersão nos dados, solicitei a ajuda de alguns ‘olhares estranhos’, que certamente poderiam lê-los com um distanciamento maior do que o meu. Pessoas amigas ajudaram-me nessa tarefa e apontaram elementos que eu ainda não percebera.

Desde o início e durante o processo de análise dos dados, adotei um instrumento de registro sugerido por Castro (2000, p.484-85) e por ele denominado “**diário analítico**”. Castro (2000) relata o uso desse diário em suas pesquisas para registrar as inúmeras reflexões que a leitura completa e atenta de cada entrevista suscitava, anotando sistematicamente “todas as idéias, hipóteses, dúvidas e conjecturas que a leitura do material sugeria”.

Corbin (2004) fala do trabalho interpretativo feito na análise como uma interação entre o analista e os dados, de maneira que o resultado tem fundamento nos dados, mas incluem também elementos do pesquisador. Por essa razão, recomenda que o analista mantenha um diário para registro dos pensamentos que tem durante a análise dos dados e de suas reações a eles. Esses registros assemelham-se àqueles feitos no diário analítico proposto por Castro (2000).

Essa foi a maneira que encontrei de manter registradas as reflexões que fazia durante o processo de análise dos dados, no momento mesmo da leitura do material. A releitura freqüente dos registros possibilitava-me uma exploração progressivamente aprofundada dos dados, levando-me a repensar o que havia escrito, a analisar os relatos por outros ângulos, a aprofundar algumas reflexões, a descartar outras e, além de tudo isso, propiciou-me alguns bons *insights*. Percebo as anotações feitas neste diário como uma espécie de notas teóricas expandidas ou ampliadas, cujo conteúdo reflete os pensamentos que a leitura do material provocou, o que dá a elas uma característica não muito ordenada ou articulada. É, contudo, uma maneira rica de registrar os caminhos que o pensamento percorreu na análise

dos dados e que, no mais das vezes, não fica evidenciado no relatório final de um estudo. Apresento um exemplo de anotações do diário analítico no **Anexo 7**.

5.3 ATENÇÃO AO RIGOR

Esta é uma importante questão a ser considerada em estudos científicos, especialmente em pesquisas qualitativas, que, por sua natureza, valorizam as experiências humanas, os significados a elas atribuídos e as representações, enfatizando, como defendem Morse e Field (1995), a singularidade das situações humanas. Assim, os princípios e critérios de controle nessas pesquisas são diferentes daqueles utilizados em pesquisas quantitativas.

Lincoln e Guba, citados por Alves-Mazzotti e Gewandszadner (1999), por Morse e Field (1995) e por Sandelowski (1986), sugerem quatro critérios:

Credibilidade – indica em que medida as interpretações das informações são plausíveis para os sujeitos envolvidos. Um estudo qualitativo é verossímil quando apresenta descrições e interpretações tão fiéis de uma experiência humana que as pessoas que a tiveram imediatamente a reconhecerão como sua através daquelas descrições e interpretações, e também quando outras pessoas reconhecem a experiência quando confrontadas com ela depois de ter somente lido sobre essa experiência (Sandelowski, 1986, p.29).

Transferibilidade ou aplicabilidade – refere-se à possibilidade de transferência dos resultados para outros contextos ou para o mesmo contexto em outro momento. A decisão sobre a aplicação fica ao encargo do “consumidor potencial”, de quem pretende aplicá-los em outro contexto (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNADJER, 1999, p. 174). Sandelowski (1986, p.31) ressalta que um estudo responde a esse critério quando seus achados podem adequar-se a contextos externos à situação de estudo e quando a audiência os vê como significativos e aplicáveis em termos de suas próprias experiências.

Consistência – refere-se à estabilidade dos resultados no tempo, à possibilidade de os achados serem consistentes no caso de replicação da investigação com os mesmos sujeitos ou em um contexto similar e merece a consideração de que a pesquisa qualitativa enfatiza a singularidade da experiência humana e a importância de experiências não necessariamente acessíveis à validação através dos sentidos, o que torna esperadas as variações nos achados (MORSE e FIELD, 1995; SANDELOWSKI, 1986.). A pesquisa qualitativa valoriza mais variações nas experiências do que repetições idênticas. Em atenção à consistência de achados qualitativos, utiliza-se a *auditabilidade* como um critério de rigor ou mérito, a qual é possibilitada quando um outro pesquisador pode seguir claramente o percurso de decisões utilizado pelo pesquisador em um estudo (SANDELOWSKI, 1986, p.32).

Confirmabilidade dos resultados obtidos. É proposta como alternativa à objetividade adotada pela pesquisa tradicional e refere-se à redução de vieses nos procedimentos e resultados.

O atendimento a esses critérios foi feito através de diversos procedimentos, os quais defini fundamentando-me em Alves-Mazzotti e Gewandszadner (1999), Morse e Field (1995), Marcus e Liehr (2002) e Sandelowski (1986; 1995).

Como forma de maximização da **credibilidade** do estudo, **permaneci em campo no período que se estendeu de março a dezembro de 2003**, tempo que considereii suficientemente longo para possibilitar o contato prolongado com os sujeitos da pesquisa, procurando apreender o mais profundamente possível as informações por eles oferecidas, corrigir análises equivocadas e preencher vazios.

Com esse mesmo fim, procedi à **validação das informações** através da checagem pelos sujeitos da pesquisa, procurando verificar se as análises feitas faziam sentido para eles. Sandelowski (1995, p.4) ressalta que a validação pelos participantes é uma técnica proposta para estabelecer a validade das interpretações feitas pelo pesquisador e para assegurar que os participantes tenham acesso ao que foi feito com seus relatos, o que traduz uma obrigação profissional de fazer boa ciência e uma obrigação ética de assegurar o direito de conhecer aos participantes.

Trata-se de um processo que atravessa todo o trabalho qualitativo e tem sido considerado como uma maneira de aumentar seu rigor.

Entretanto, é preciso considerar aquilo que Sandelowski (1995, p.4) chama de “natureza revisionista das narrativas” que os participantes fazem nas entrevistas, ressaltando que elas são lembranças do passado relatadas em um presente fugidio, que em breve será também passado. Essa característica faz com que os participantes da pesquisa freqüentemente modifiquem suas histórias de um relato para outro.

Isso pode tornar a validação pelos participantes uma ameaça à validade, exatamente porque as informações inicialmente coletadas nem sempre podem ser simplesmente checadas, corroboradas e corrigidas, pois em outro momento/contexto os participantes podem ter esquecido a informação que deram ou a maneira que a deram.

Quando essa técnica é utilizada, o pesquisador deve assegurar que correções de conteúdo ou tonalidade sejam garantidas como **correções** e não como novas histórias. Sandelowski (1995) chama também a atenção para o problema de determinar o momento de iniciar o processo de validação e que síntese apresentar aos participantes. Com base nisso, a autora sugere que o pesquisador ofereça uma interpretação em linguagem cotidiana, acessível aos participantes.

A validação pelos participantes da pesquisa foi feita ao longo dela. Para tanto, eu apresentava uma síntese das discussões de grupo no início de cada encontro e no decorrer desse encontro, sintetizava freqüentemente a discussão. Com o mesmo objetivo, apresentava a transcrição do relato no início da segunda entrevista, solicitava que o participante o lesse e oferecia uma cópia a cada um. Uma vez pronta a tese, apresentei um resumo dela ao grupo.

O **questionamento por pares** foi feito pela pesquisadora que orientou o estudo, a quem coube apontar falhas, pontos obscuros, vieses nas interpretações, evidências não exploradas, interpretações alternativas. Além dela, a observadora que acompanhou as discussões de grupo e a banca de avaliação final também desempenharam esse papel.

Segundo Sandelowski (1986, p.34), a auditabilidade, elemento básico para a transferibilidade/aplicabilidade, é alcançada quando o investigador deixa claro o processo de tomada de decisão desde o início até o final do estudo, permitindo que outro pesquisador possa seguir os eventos do estudo e compreender a lógica deles. Em atenção ao princípio da **transferibilidade/aplicabilidade**, o qual se relaciona à possibilidade de aplicação dos resultados em outros contextos e é dependente do ‘consumidor potencial’, orientei-me pelas recomendações de Sandelowski (1986)¹⁸ e descrevi cuidadosamente o contexto do estudo, dos sujeitos da pesquisa, da metodologia de coleta, registro, análise e interpretação das informações obtidas, acreditando que esse procedimento poderá ajudar o leitor a decidir-se pela aplicação ou não dos resultados em um novo contexto.

Os princípios de **consistência e de confirmabilidade** referem-se ao acordo intersubjetivo (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNADJER, 1999) e são estimados pelas mesmas técnicas. A **auditoria** é uma dessas técnicas, e foi adotada neste estudo. Nela, um segundo pesquisador (neste caso, a orientadora do estudo) avaliou todo o processo, desde as informações brutas até conclusões e relato final. Para que isso fosse possível, mantive rigorosa organização das informações obtidas e o registro das decisões tomadas no decorrer da pesquisa, utilizando-me para tal das transcrições das entrevistas e das discussões de grupo, bem como das notas no diário de campo.

Além do exposto, procurei atender às recomendações de Trentini e Paim (1999, p. 111-12) para assegurar a credibilidade da PCA, que acrescentam aos aspectos já apresentados: a representatividade dos dados, com saturação das informações, da análise e da interpretação; a necessidade de mostrar com clareza a trajetória de construção do fenômeno, indicando de que informações derivou-se cada resultado; a não apresentação de resultados definitivos; a necessidade de colocar a prática assistencial como parte do processo de investigação, explicitando a

¹⁸ A **auditabilidade** é adquirida pela descrição, explanação ou justificação de: a) como o pesquisador tornou-se interessado na questão em estudo; b) como ele vê a questão estudada; c) o propósito específico do estudo; d) como os sujeitos ou pedaços de evidências foram incluídos no estudo e como foram abordados; e) o impacto que sujeitos ou evidências e pesquisador tiveram um sobre os outros; f) como os dados foram coletados; g) quanto tempo demorou a coleta de dados; h) o *setting* onde os dados foram coletados; i) como os dados foram reduzidos ou transformados para análise; j) como os vários elementos dos dados foram ponderados; k) a inclusividade e a exclusividade das categorias desenvolvidas para conter os dados; l) as técnicas utilizadas para determinar a credibilidade e a aplicabilidade dos dados.

associação entre teoria e prática, as mudanças ocorridas na prática e as soluções de possíveis problemas nela identificados.

5.4 ATENÇÃO À ÉTICA

Além da ética necessária em todas as situações do viver, especialmente naquelas que envolvem seres humanos, é importante explicitar os cuidados éticos específicos tomados no desenvolvimento desta proposta. Esses cuidados foram delineados com base na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (1993), os quais enfatizam de maneiras diferentes a autonomia, a não maleficência, a beneficência e a justiça, referenciais básicos da bioética.

Em atenção a esses cuidados, a proposta deste estudo foi submetida à avaliação de uma banca examinadora e ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para sua qualificação e aprovação.

Por ocasião do primeiro encontro com o grupo de homens, apresentei a proposta a eles, esclarecendo os objetivos, a metodologia de desenvolvimento e convidei-os a participar. Nesse primeiro encontro, no qual daria início à coleta de dados, retomei os aspectos principais da proposta, explicitando novamente os objetivos e esclarecendo as dúvidas que o grupo ainda tinha. Feito isso, apresentei o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** (anexo 8) para que fosse assinado, o qual foi emitido em duas vias: uma para cada um dos participantes e outra para mim.

Segundo Figueroa-Perea (1999), o Termo de Consentimento tem um duplo objetivo: o de servir de proteção à pessoa que investiga ou intervém e o de ser um apoio para que a pessoa investigada tenha conhecimento daquilo a que está se expondo e o compreenda. Consentir em participar significa uma tomada de posição diante de uma escolha e não a aceitação de uma prática por não haver outras opções.

Para que um consentimento informado cumpra com seu propósito, a informação deve ser compreensível para a pessoa, gerando um significado para ela, pois “se não existe a possibilidade real de dissentir, o consentimento informado deixa de ser tal” (FIGUEROA-PEREA, 2000; 1999, p. 32).

Essa perspectiva enfatiza que o Termo de Consentimento não é um ato de sedução e convencimento dos possíveis participantes da pesquisa. Trata-se de um processo de informação aos possíveis participantes, para que eles, a partir da compreensão que alcancem da proposta e das opções que têm, possam decidir por participar ou não da pesquisa, tendo a clareza que o fazem sem coação. Além disso, os participantes poderão optar por não mais participar se assim o desejarem, sem que se sintam pressionados a continuar participando pela aposição de sua assinatura em um documento formal.

Procurando respeitar esse caráter processual do termo de consentimento informado defendido por FIGUEROA-PEREA (1999, 2000), aprofundi as informações iniciais ao grupo, procurando deixar claros os direitos e deveres de cada um de nós, e a cada novo encontro do grupo relembra os objetivos do estudo, abrindo a possibilidade de cada um desistir ou de reafirmar seu desejo de participar. Procedi da mesma forma nas entrevistas.

Essa minha atitude causou estranheza nos homens, que, no começo, ficavam olhando em silêncio para mim. Em certa ocasião, um deles comentou que parecia que eu esperava que eles desistissem. Aos poucos, no entanto, eles próprios passaram a participar, fazendo perguntas sobre a forma como eu organizaria os dados, se eles teriam acesso a eles, sobre o local em que o estudo ficaria, sobre as pessoas que teriam acesso a ele, sobre a forma de registro e outras tantas questões.

Em resposta a essas indagações, foram continuamente reafirmados o compromisso com a manutenção do sigilo em torno das informações obtidas e dos dados que pudessem identificá-los, garantindo-lhes o anonimato, a preservação da privacidade e o respeito à dignidade de cada um. Da mesma forma, a liberdade para deixar de participar se e quando desejassem também foi continuamente reassegurada a todos.

Como parte desse processo de informação, os participantes tiveram garantido o acesso aos dados obtidos em todos os encontros de grupo e aos de suas entrevistas individuais sempre e quando o desejaram, além daqueles momentos formais em cada encontro de grupo e na segunda entrevista nos quais eu própria apresentava as transcrições das gravações para que as olhassem. Ao final, os resultados e conclusões foram apresentados ao grupo e discutidos por todos.

6 O QUE É SER HOMEM

O trabalho de educação em saúde com o grupo foi iniciado com uma discussão motivada pela temática “o que é ser homem”, a qual foi retomada em encontros posteriores e nas entrevistas. Na análise dos dados percebi que a riqueza dos mesmos poderia ser expressa basicamente em três idéias centrais: uma, que fala do homem de acordo com o que eles próprios acreditam que seja, idéia fundamentada em sua experiência pessoal, mesclada à concepção de um ideal de homem almejado por todos; outra, que fala do homossexual e uma terceira que fala do homem machão.

Na seqüência, apresentarei as três idéias, os discursos correspondentes a cada uma e a interpretação dos mesmos.

IDÉIA CENTRAL – O que caracteriza um homem é um grupo de coisas boas que se complementam.

DSC – Ser homem é assumir suas responsabilidades pela família e mantê-la, não só financeiramente, mas também na união familiar. É ter caráter, bom comportamento, trabalho, participar da comunidade, ser humilde, ser honesto, ter ‘palavra’¹⁹, porque homem que não tem palavra, não é homem.

O homem tem uma imagem de chefe de família, de uma pessoa que ajuda a decidir – porque a esposa também decide – e deve preservá-la. Ele tem que ser um exemplo em casa, para os filhos, e se ele for correto, sua família e seus filhos também vão ser. Todas essas coisas mostram quem é um homem de fato, completo.

Um homem tem uma relação de heterossexual com uma mulher e compartilha todas as situações, desde problemas e autoridades, com ela; respeita a mulher para ter também o respeito dela; coloca a mulher no mesmo nível que ele, sendo solidário e dando autonomia pra ela. Quando ele é assim, passa a ser um espelho e ganha o respeito da sociedade.

Então, um homem é do sexo masculino, mas isso não é só isso; o caráter vai definir quem é um homem de verdade. Os gestos e as atitudes credenciam um cara a ser ou não ser homem, porque quem diz ser um homem, tem uma linha para andar; pode até

¹⁹ Homem de palavra: “indivíduo que cumpre o que diz ou promete”(FERREIRA, 1986, p.903).

olhar para os lados, mas tem aquele caminho e não pode sair dele. É difícil ser assim, mas a gente tenta! A gente escorrega, mas um dia chega lá!

IDÉIA CENTRAL – O homem homossexual

DSC – *Ele pode ter uma imagem de homem, mas tem um caráter, um temperamento diferente de um homem normal. Pode ter responsabilidade, ter atitudes e tomar decisões igual a um homem normal, mas é outro homem. O homossexual pode manter a sua imagem de homem desde que as outras pessoas não saibam que ele é.*

A maioria dos homens tem preconceito, não quer nem que chegue perto! A situação é diferente se eu já conheço o cara antes de descobrir que ele é homossexual. Se eu soubesse que um cara é gay, não puxaria conversa com ele porque não conheço o caráter de uma pessoa que é assim; mas se ele viesse conversar e fosse uma conversa normal, amigável, não com relação a sexo, aceitaria e conversaria numa boa e até seria colega. A partir do momento que mudasse alguma coisa, eu cortaria essa pessoa.

Então, é possível até ser amigo, desde que cada um fique na sua, cada um respeitando a maneira do outro viver. Eu acho que é indiferente se o cara é homossexual, se ele honra ou não, porque cada um faz o que quer da sua vida desde que não me envolva nas coisas dele.

Eu procuro aceitar, mas a gente cresce ouvindo que não é normal e depois a gente lê que é normal. É normal, mas é normal longe da gente. É difícil aceitar!

Às vezes as pessoas julgam o cara pelo jeito de ser dele, sem conhecer. Eu tinha um colega de trabalho que, no começo, todo mundo dizia que era gay por causa do jeitão dele, todo delicado. Depois todo mundo percebeu que não tinha nada a ver. Então, às vezes o cara é acusado inocentemente.

Não sei a causa disso. Quando eu vejo um cara assim, a primeira coisa que eu penso que ele é doente. A maioria pensa assim! Alguns dizem que é uma doença física ou psicológica; outros dizem que é uma opção. Eu acho que em parte é a educação que o cara teve, as influências da comunidade, da família, da escola e também a CURIOSIDADE! A curiosidade mata o homem!

IDÉIA CENTRAL – O homem machão.

DSC – *O homem machão pode ser valentão, machista ou pegão. O **machão valentão** quer impor respeito à força; ele quer ser respeitado, mas não respeita. O **machão machista** quer manter a mulher submissa e dependente, quer que ela permaneça abaixo dele, inferior a ele para que ele não perca a autoridade. Ele não admite que a mulher trabalhe fora de casa e acha que se não puder sustentá-la, melhor cortar as “embalagens” fora’.*

Machão Pegão *todo homem é numa fase da vida. Tem uma fase que a gente pensa que ser homem é sair com várias mulheres e quanto mais, melhor! Isso vai dos 16 aos 22 anos, mais ou menos, mas para alguns essa fase não passa nunca.*

Tem muito machão por aí, mas essa cultura de machões não vai durar muito tempo, vai acabar logo! A evolução do homem elimina o machão. No meu tempo existiam muito mais machões. Do meu pai para mim já houve muita mudança e para o meu filho

também vai ser diferente. Além disso, a mulher também está crescendo, se desenvolvendo, o que ajuda a eliminar o machão.

O primeiro discurso trata das características necessárias para que alguém do sexo masculino seja considerado um homem de fato. Esse discurso traduz uma concepção ideal de homem que parece ser tacitamente aceita e almejada por todos, apresentando-se como um horizonte no viver de cada um.

A afirmação de que é necessário algo mais do que pertencer ao sexo masculino para ser considerado homem coloca o 'ser homem' não como um fato naturalmente dado, mas como um objetivo de vida, indicando a insuficiência da biologia e a participação de mandatos/influências de outra ordem na sua consecução. Dessa forma, o 'ser homem' afasta-se da esfera dos determinismos de qualquer natureza para incluir-se num processo de construção no qual participam e interatuam uma série de elementos socioculturais – nem sempre criticamente percebidos – aliados à biologia.

Nesse sentido, sem negar a necessidade de um corpo masculino, os homens desse grupo o consideram insuficiente na constituição de um homem de verdade. Para isso é preciso avançar para além dos limites biológicos, o que coloca o 'ser homem' como algo a ser conquistado.

Quando utilizo a palavra conquista o faço pensando em outras palavras que ela evoca, as quais trazem implícita a idéia de ação. Conquistar não significa plácida aceitação de algo que é dado. Ao contrário, implica busca, empenho, esforço, dedicação, perseverança, envolvimento e ação por parte de quem se propõe alcançá-la.

A percepção do 'ser homem' como conquista sugere a existência de um projeto que antecede a cada um e a todos, com características mais implícitas do que explícitas, cuja origem não é identificável, que se apresenta como modelo e que, de tão envolvido no viver, é aceito como natural, desenvolvendo-se em processo ao longo da vida. Dessa maneira, a conquista é empreendida em direção a algo já vislumbrado de antemão, o que está coerente com a menção feita à existência de

um caminho a ser seguido pelos homens a fim de conquistarem reconhecimento social como tais.

O modelo ideal de homem atua como um guia que delinea o caminho a ser seguido, o que, aliado à necessidade de percorrê-lo sem desviar-se, deixa subentendida a existência de uma série de normas que sinalizam seus limites, os perigos, as alternativas (aceitáveis ou não) no seu percurso, o que é proibido, o que é permitido, os desvios, as provas, os prêmios, as sanções, e oferecem critérios para avaliação do progresso de cada um. Fica também subentendida a vigilância – interna e externa – nele exercida, indicando que o caminhar se dá à vista de muitos e diferentes olhares.

Para conquistar o reconhecimento como homem de verdade é preciso seguir as normas e fazê-lo de modo que os outros vejam e possam avaliar. É indispensável atender às demandas do percurso e também deixar evidente que o fez. As demandas estão vinculadas a uma referência ideal de homem, que pode ser comparada com a masculinidade hegemônica proposta por Connell (1997) e com o referente de ser homem proposto por Olavarria (2001a).

Na referência ideal, o caráter merece grande destaque, pois atesta quem é homem de fato. Ele é considerado nas relações do homem consigo mesmo e com os outros; nas interações ele se desenvolve e também se mostra, diferenciando aqueles que trazem inscrita no corpo a evidência do masculino (genitais), daqueles que, para além desta evidência, constituíram-se (foram constituídos), fizeram-se (foram feitos), produziram-se (foram produzidos) homens de verdade.

O caráter parece atuar como um grande conceito guarda-chuva, que engloba diferentes mandatos sociais inter-relacionados, como, por exemplo, honestidade, participação social, trabalho, humildade, presença, responsabilidade, família, filhos, comportamento exemplar, heterossexualidade. Ao mesmo tempo, reflete a maneira como o homem cumpre esses mandatos sociais. Não seria exagero dizer, concordando com Aguirre e Güell (2002, p. 18), que o caráter é um mandato complexo e profundo que **faz** o homem.

Sempre recebendo consideração positiva na definição de um homem de verdade, o caráter parece ser compreendido como conseqüência esperada e certa para aqueles que trilham o caminho pré-definido para o homem seguir. Entretanto, a idéia de ‘conseqüência certa’ não deve dar a impressão de ‘naturalmente dada’, pois sua consecução demanda esforço e empenho pessoal contínuos. Em outras palavras, os homens têm uma ‘linha’ para andar e não podem sair dela sob pena de serem excluídos da verdadeira hombridade, o que se assemelha ao que fala Olavarria (2001a, p.13) sobre os espaços dentro dos quais um homem pode mover-se para assegurar seu pertencimento ao mundo dos homens.

“Andar na linha” significa seguir as normas do ser homem, como se um *script* de gênero devesse ser seguido por aqueles que pertencem ao sexo masculino para conquistar o *status* de homem de verdade. As características que compõem esse *script* têm uma natureza eminentemente relacional: desenvolvem-se na interação com outras pessoas e precisam também ser a elas demonstradas para que possam avaliar o homem, confirmando-o ou não como homem de verdade.

Tudo isto me remete novamente à palavra ‘conquista’ e ao vínculo que estabeleço entre ela e a noção de sujeito, situando o homem no campo da ação. Entretanto, é importante não perder de vista a dupla significação da noção defendida por Foucault (1995a): de sujeito senhor da ação e de sujeito que sofre a ação; aquele que, ao mesmo tempo, sujeita e é sujeitado, submete e é submetido. De acordo com isso, o homem é, a um só tempo, o sujeito que conquista e o sujeito que, para tanto, se sujeita a uma série de normas, expectativas, mandatos, exigências que pontuam o caminho para ela e que se irradiam pelo corpo social.

O jogo sujeito-sujeitado dá ainda maior ênfase à conquista como algo que solicita a presença e a participação – mesmo que indireta – de outros. Ela se dá nas relações com os outros, conhecidos e desconhecidos, próximos e distantes, que têm rosto e que fazem parte de uma massa disforme, pertencentes a um universo sociocultural mais amplo com o qual o homem interage e também às relações mais próximas, do universo circunscrito do lar e da família, personificadas principalmente pela esposa e pelos filhos. Esse jogo evidencia também as relações de poder em circulação no meio social – maleáveis, flexíveis e que pressupõem sujeitos em

posições diferentes de poder –, bem como a possibilidade de modificação dessas relações.

Considerando tudo isso, o *script* deve ser seguido tanto para os outros (fora, externo) como para os seus e para si próprio (dentro, interno). ‘Fora’ e ‘dentro’ não são dois mundos separados, representados espacialmente pela casa e pela rua. Ao invés, os limites entre eles são nebulosos, indefinidos, flexíveis e representados pela proximidade e intensidade das relações interpessoais.

Assim, o ‘**dentro**’ pode ser compreendido no âmbito das relações interpessoais próximas do homem, íntimas, com forte carga de emoção²⁰, com vínculo de compromisso, responsabilidade e lealdade, como aquelas estabelecidas com a esposa, com os filhos e com a família. Aqui, o homem é chefe de família, exemplo para os filhos e crê que o tanto de correção, compromisso e responsabilidade que tiver, sua família também terá. O ‘dentro’ refere-se também a tudo o que se dá longe dos olhos dos outros, independentemente do local e do ambiente onde ocorra.

O ‘**fora**’ é representado pelas relações interpessoais que o homem estabelece com os ‘outros’, nas quais intimidade, emoção e afeto têm outra intensidade e as demandas por compromisso e responsabilidade são diferentes e variáveis. Nesse espaço encontram-se amigos, colegas, trabalho, comunidade. Aqui o homem se expõe ao olhar avaliador dos outros, compõe e procura preservar uma imagem de homem de verdade, cujo traço principal é ser chefe de família. No ‘fora’ inclui-se tudo o que se passa à vista dos outros.

Ser chefe de família implica uma série de requisitos, como, por exemplo, responsabilidade, honestidade, maturidade, heterossexualidade, compromisso, caráter, humildade, casamento, família, paternidade, comportamento exemplar, casa, trabalho, convívio e envolvimento. Ele representa o encontro do ‘dentro’ com o ‘fora’. **DENTRO** ele é chefe de família e responde às demandas que isso implica;

²⁰ Não somente compreendidos no sentido positivo que comumente se relaciona à família e ao lar. Isso evita uma percepção idealizada da família como lócus do afeto. Embora nela se dêem relações afetivas importantes, prefiro falar em ‘carga de emoção’ de maneira a incluir tanto as emoções consideradas positivas – amor, carinho, afeto, como aquelas consideradas negativas – ódio, raiva, desprezo. Todos podem ter lugar na casa, na família.

FORA ele deve refletir essa imagem para os outros, *mostrando-se* como chefe de família e evidenciando aos olhos dos outros os atributos que essa posição solicita.

A posição/condição de chefe de família é essencial a um homem de verdade, o que dá centralidade à formação e manutenção de uma família no processo de tornar-se homem. Assumir a chefia de uma família e ser por isso reconhecido pelos outros representa a confirmação de que o homem está cumprindo os mandatos sociais de um referente de ser homem.

‘Dentro’ e ‘fora’ poderiam ser imaginados como duas superfícies lisas e flexíveis, que deslizam uma sobre a outra e podem entrelaçar-se e interpenetrar-se, influenciando-se mutuamente numa dinâmica de manutenção-modificação-transformação.

No entrelaçamento de dentro e fora, no jogo das relações interpessoais, o olhar avaliativo dos outros²¹ tem participação essencial, pois dele vem a confirmação de que alguém é homem de fato e que é aceito como tal pelos demais. A perspectiva de que a conquista do ser homem se dá nas relações com os outros, nas quais o poder circula, implica investimento e questionamento constante, bem como necessidade de negociação do homem com os outros como elementos indispensáveis à mesma. Além disso, destaca a fugacidade e a transitoriedade desta dessa conquista.

O panóptico de Foucault pode ser evocado aqui como um grande olho onipresente que exerce vigilância contínua sobre o homem e que está presente não só no olhar dos outros, mas também dentro dele próprio. Isso implica uma exposição contínua à avaliação dos outros e a um policiamento pessoal ininterrupto para ser e parecer chefe de família, para ser e parecer homem de verdade. Quanto maior a coerência entre ser e parecer, entre ‘dentro’ e ‘fora’, maior poderá ser o reconhecimento social como homem de verdade.

A condição de chefe de família implica tomada de decisões, mas ela não emana única e exclusivamente do homem, que, mesmo sendo chefe, não manda; a esposa participa das decisões ou decide sozinha se for necessário, sem que o

²¹ Ao falar ‘outros’, refiro-me a homens e mulheres.

homem perca a prerrogativa de chefe. Dessa forma, a figura de um chefe impositivo e autoritário cede espaço à de um que dialoga, que compartilha problemas, autoridade e responsabilidades com a esposa, o que sugere relações de casal mais eqüitativas, com posições de poder menos díspares entre homem e mulher, em que as decisões são negociadas no casal.

Entretanto, a assimetria de poder, que coloca o chefe de família em posição superior, é revelada em expressões como “**colocar** a mulher no mesmo nível dele” e “**dando** autonomia para ela”. Essas são ações e atitudes de alguém que ocupa uma posição de mais poder – o homem – direcionadas para alguém que se encontra em uma posição de menos poder – a mulher. Essa assimetria não deve ser considerada como a manutenção de posições fixas de poder no casal, posto que a referência à existência de diálogo na relação não seria compatível com isso. Há sempre a possibilidade de inversão de posições, mas, mesmo assim, o homem não deixa de considerar-se o chefe da família.

Fica assim evidenciado o exercício da autoridade na família, que, embora fundamentado no diálogo, é vinculado à figura do chefe. Isso vem ao encontro dos achados de Fuller (1997), que identificam a autoridade na família como um dos núcleos da identidade masculina dos homens de classe média de Lima, no Peru, onde são observadas variações na forma de exercê-la sem que o homem deixe de perceber-se como o líder na relação.

Compor uma **imagem de homem**, de chefe de família e preservá-la enfatiza novamente o caráter processual da conquista do ser homem, de tal forma que é importante atuar como um homem aos olhos dos outros, seguindo o *script* e cuidando para, como diz Olavarria (2001a, p.41), “*no salirse del libreto para no arriesgar su condición de varón*”. Essa noção parece reforçar a percepção da masculinidade como uma provação homosocial, idéia defendida por Welzer-Lang (2001) e Kimmel (1997).

Na composição de uma imagem de homem de verdade, o relacionamento sexual com mulheres é essencial. A heterossexualidade é indispensável para que alguém do sexo masculino possa ser considerado homem e está intimamente ligada ao atendimento de outros atributos/mandatos essenciais, como ter uma esposa, ter

filhos, ser chefe de família, ter responsabilidade. Um homem de verdade é sempre heterossexual e precisa ser assim reconhecido pelos outros.

A heterossexualidade é demonstrada por uma série de indicativos que abrangem todo o comportamento e não apenas a orientação do desejo sexual, os quais são utilizados na avaliação do homem. Incluem-se aqui, por exemplo, elementos como a tonalidade da voz, o modo de caminhar, os gestos, os maneirismos, os trejeitos, o modo de vestir e a aparência viril. Condutas e atitudes masculinas representam uma tentativa de evitar que os outros formem uma idéia errada sobre o homem, percebendo-o como homossexual e, no final, atuam confirmando e reforçando os estereótipos sobre a masculinidade.

Talvez mais importante do que demonstrar **ser** heterossexual seja demonstrar **não ser** homossexual, e tão importante quanto ser heterossexual é demonstrar sê-lo através da manutenção de uma imagem compatível.

A coerência entre o que é e o que aparenta ser contribui para situar um homem em um nível superior de hombridade. Assim, quem é heterossexual e aparenta sê-lo é considerado mais homem do que aquele que, mesmo aparentando ser, não o é – mesmo que os outros não saibam de sua homossexualidade – ou de todas as demais possibilidades de ser/aparentar a sexualidade.

Delimitadas as fronteiras do normal, criam-se os espaços de exclusão, aos quais são legados não só os homossexuais, mas também todas as expressões de sexualidade incompatíveis com o modelo ideal. Esta afirmação fica evidente no discurso do grupo que considera o homossexual um outro tipo de homem, o qual, mesmo demonstrando qualidades esperadas de um homem e mantendo uma imagem de homem ‘normal’, não o é. Ele próprio reconhece isso no seu íntimo porque, mesmo que os demais não o percebam, falta-lhe um requisito básico essencial para tanto: a heterossexualidade necessária para a formação de uma família – outro atributo essencial do homem de verdade – e para a manutenção de uma imagem de homem coerente com o que ele de fato **É**.

Isso permite perceber a sexualidade tal como considerada por Foucault (1995b): um dispositivo de constituição do sujeito relacionado a práticas e

comportamentos que, de certa forma, revelam a identidade de quem as tem. A sexualidade é tratada como reveladora da mais íntima verdade sobre o homem, expondo o que ele é e também o que não é. Neste caso, **é homossexual e não é** homem de verdade.

Manter a homossexualidade em segredo, de modo que os outros não saibam dela, e ao mesmo tempo manter uma aparência máscula é imperativo para que o homossexual mantenha uma imagem de homem e para que os outros o aceitem como tal. Entretanto, essa aceitação é marcada pela transitoriedade e condicionada ao cumprimento de normas socioculturalmente instituídas para o homem 'normal', o que deve dar-se à vista dos outros. Qualquer desvio que sugira homossexualidade quebra os termos da aceitação, expondo-o ao rechaço dos outros homens e fazendo com que eles se afastem do seu convívio. Isso parece ocorrer em função de, pelo menos, dois fatores:

- 1) Negação, e mesmo anulação, de características definidoras do homem representada pela homossexualidade. Essas características estão mais relacionadas com a concepção que os homens têm da homossexualidade do que identificadas no comportamento, na atuação do outro. A homossexualidade vem sempre associada ao feminino, do qual o homossexual se aproxima por trejeitos e maneirismos (o que indica uma visão estereotipada também da mulher) e pelo fato de ser penetrado sexualmente.
- 2) O temor de ter sua própria heterossexualidade questionada pelos demais ao se aproximar voluntariamente de um homossexual ou de alguém que pareça sê-lo.

O homossexual não seguiu o caminho previamente delineado para que o homem se habilite a ser reconhecido como tal, traduzindo um flagrante desvio da norma, o que o faz diferente e traz a exclusão e o preconceito como conseqüências. O preconceito revela-se de diferentes maneiras:

- 1) Em posicionamentos francamente preconceituosos, como, por exemplo, a fala que indica que a maioria dos homens "não quer nem que [o homossexual] chegue perto".

2) Em discursos amenos²² de respeito às diferenças, mas pontuados por condicionantes: “cada um faz o que quer de sua vida, **desde que** não me envolva nas coisas dele”; “[...] **desde que** cada um fique na sua, cada um respeitando a maneira do outro viver”.

3) Em posicionamentos aparentemente não preconceituosos, mas denunciados por algumas expressões recorrentes na fala: “se ele [o homossexual] viesse falar comigo [...] aceitaria numa boa e **até** seria colega”; “é possível **até** ser amigo [...]”; “eu acho que é indiferente se o homem é um homossexual, se o homem é o que ele é na vida pessoal, **se ele honra ou não**, não importa...”.

Em virtude do preconceito, o convívio com um homossexual ou com alguém que pareça sê-lo é difícil e evitado. A aproximação e o estabelecimento voluntário de uma conversa com alguém assumidamente homossexual são descartados se o mesmo for ‘desconhecido’ e evitados se ele for ‘conhecido’.

Essa situação poderá ser diferente se a homossexualidade do outro for ‘descoberta’ depois que ambos forem amigos. Nesse caso, o convívio é aceito e pode seguir em bases normais, **desde que** haja respeito mútuo, sem alusões a homossexualidade e a sexo. O próprio uso da palavra **descoberta** localiza a homossexualidade nas sombras, como algo mantido em segredo, oculto, e que deve permanecer como tal.

Parece que, nesse caso, os efeitos do preconceito são amenizados por qualidades que um homem deve ter e por princípios que deve seguir, como, por exemplo, respeitar o outro, ser leal a um amigo, fazer o que é certo. Entretanto, mesmo quando um relacionamento mais próximo de amizade antecede a ‘descoberta’ da homossexualidade, assumi-la publicamente poderá provocar um afastamento, o que indica uma tentativa de colocar distância entre si e o outro,

²² Em trecho extraído das discussões de grupo, os homens dizem que “cada um faz o que quer de sua vida; então, se o cara quer ‘queimar a rosca’, problema dele.....só não me envolva.” **Queimar a rosca** – expressão que indica ser analmente penetrado. O homossexual ‘queima a rosca’. Em outra fala há alusão às supostas imoralidade e falta de caráter do homossexual: “[...] e tem travestis {alguns}, como foi citado, que não são homem, mas que têm uma vergonha na cara incrível”.

explicitando as diferenças existentes entre ambos, evitando que parem dúvidas ou que surjam interrogações sobre a sua própria heterossexualidade. Soa como se, conforme colocam Aguirre e Güell (2002, p.36), o homossexual fosse “um sujeito a quem importa reconhecer para diferenciar-se dele”.

A possibilidade de ‘problemas’ com os outros é reduzida se a homossexualidade permanecer circunscrita ao âmbito da vida pessoal, mantida em segredo entre quatro paredes, onde cada um faz o que quer. Quando é assumida da porta para fora, invadindo o espaço público de convívio com as outras pessoas, o resultado é a discriminação.

Entretanto, se a homossexualidade for sugerida por gestos e atitudes, levando os outros a desconfiar que alguém seja homossexual, os outros homens se afastam e passam a submeter a pessoa a um escrutínio rigoroso, a uma vigilância intensa, observando atentamente todo o seu comportamento. A avaliação atenta de casos considerados ambíguos visa evitar ‘injustiças’, o que também seria incompatível com o que se espera de um homem de verdade.

A idéia comum de que o homossexual é efeminado faz dele uma afronta ao homem de verdade e, ao mesmo tempo, delineia gradações no preconceito, o qual é maior quando o homossexual aparenta sê-lo. Há, então, duas maneiras de ser homossexual, as quais provocam preconceito de intensidade diferente:

- 1) **Aquele que parece uma mulher** em seus trejeitos, maneirismos, modo de falar, de vestir, de caminhar e em outros atributos associados ao feminino, como emotividade e delicadeza. Nesse caso, a aparência o denuncia e faz com que seja fortemente discriminado por representar uma evidente negação do masculino²³.
- 2) **Aquele que mantém uma imagem de homem** – trabalhador, responsável, usando roupas de homem e comportando-se como um – mas na sua vida íntima relaciona-se com outro homem (de preferência sem que os outros saibam). Nesse caso pode haver convívio com os demais homens, os quais podem não

saber de sua homossexualidade, pois ele mantém uma imagem masculina apesar de seu desejo por outros homens.

Mesmo que não seja automaticamente identificada na aparência, denunciada pelo jeito de falar, caminhar, vestir e nos gestos, a homossexualidade é sempre reprovada, o que fica perceptível mesmo nos discursos aparentemente não preconceituosos e na necessidade de conhecer o outro antes de ‘acusá-lo’ ou ‘julgá-lo’. Entretanto, quanto mais evidente for a homossexualidade, isto é, quanto mais distanciar-se do masculino e aproximar-se do feminino, mais profundo será o preconceito e maior a distância mantida pelos outros homens.

Há, aqui, uma dupla moral que critica, nega e repudia fortemente a homossexualidade quando demonstrada em público e, ao mesmo tempo, pode tolerá-la **desde que** se mantenha longe dos olhares dos outros. Isso remete novamente a Gilmore (1997) e à sua discussão sobre a importância da atuação nos espaços comunais para validação do ser homem.

De qualquer maneira, a homossexualidade continua sendo considerada um problema que pode assumir proporções menores se o homossexual mantiver uma imagem máscula, parecendo-se com um homem ‘normal’ e comportando-se como tal. Mesmo assim, por mais resguardada que a homossexualidade seja pela manutenção de uma aparência e de um comportamento ‘normal’ de homem, pelo menos o homossexual e aqueles de seu convívio íntimo sabem que ele **não é** um homem de verdade.

A homossexualidade é considerada uma doença com diferentes causas possíveis, cujas explicações incluem argumentos de várias ordens:

- 1) **Aspectos físicos** – de acordo com isso, os homens compreendem a homossexualidade como decorrência de problemas físico-biológicos e citam o hermafroditismo como exemplo.

²³ Esta representação do homossexual é formada mais a partir de imagens veiculadas pela mídia do que pela experiência, posto que na cidade em que vivem a homossexualidade dificilmente é revelada ou conhecida publicamente, sendo vivida em segredo.

2) **Aspectos psicológicos** – aqui, a homossexualidade estaria presente quando o homem acredita ser ou deseja ser e parecer com uma mulher.

3) **Aspectos sociais** – a homossexualidade é tida como decorrência da interação de uma série de fatores sociais, que incluem a família, a educação, os amigos, a comunidade, a escola, bem como uma série de outras influências exercidas pela sociedade.

4) **Aspectos individuais** – incluem-se aqui aspectos relativos ao indivíduo mesmo, tal como a opção pela homossexualidade e a curiosidade. Escolha pessoal e curiosidade estão intimamente ligadas. Nesta forma de pensar, o homem tem curiosidade sobre relações homossexuais, experimenta, gosta e escolhe a homossexualidade.

Os elementos acima pontuados como possíveis causas da homossexualidade devem ser compreendidos em interação mútua. A curiosidade é considerada o motor de grandes descobertas, essencial ao desenvolvimento da humanidade e também uma fonte potencial de problemas, como a homossexualidade e o uso de drogas. Como possível fonte de problemas, pode **'matar'** o homem, de forma literal em consequência de uso de drogas, de doenças e de situações perigosas em que pode se envolver movido por ela. Além disso, a 'morte' do homem pode acontecer de forma figurativa, como no caso da homossexualidade. Segundo essa linha de pensamento, o homossexual 'matou' o homem que havia em si; nele, o homem de verdade está 'morto'.

A homossexualidade representa um profundo mistério para esses homens, que a vêem como um efeito, sem que consigam visualizar a causa. Isto os leva a buscar e a criar algumas explicações nas quais passam a acreditar. O estabelecimento de uma relação causa (mesmo multi-causal) e efeito representa uma tentativa de compreender o que para eles é incompreensível, de explicar o inexplicável, de aceitar o inaceitável.

Merece destaque a crença de que o homossexual tem um caráter diferente dos heterossexuais, revelando-se mau caráter, imoral e irresponsável, bem como a idéia de que têm uma voracidade sexual incontrolável, que os leva a pensar

continuamente em sexo, a assediar outros homens, levando-os a se defenderem dessa sexualidade perigosa.

É importante destacar que a sexualidade incontrolável é considerada característica do homem 'normal', pelo menos na juventude, quando grande número de relações sexuais com mulheres é considerado uma necessidade. Depois disso, a dificuldade de controle sobre o desejo sexual passa a ser reprovada, mas não discriminada. Para os homossexuais, a lógica de compreensão é diferente. No caso deles, é sempre reprovável e não parece circunscrever-se a um período da vida. O desejo sexual por homens fundamenta essa reprovação.

Parece haver sempre ameaça sexual e desconfiança temperando as interações estabelecidas com homossexuais. Entretanto, como a homossexualidade pode (e deve, segundo os homens) ser vivida em segredo, qualquer homem pode ser homossexual, o que implicaria a presença de ameaça sexual em todas as interações envolvendo homens. A esse respeito, Parker (1991, p.79) fala sobre a ameaça – real ou simbólica – de penetração anal como presença constante nos relacionamentos masculinos, juntamente com a constante preocupação em defender-se de ataques desse tipo nas interações cotidianas. Assim, o preconceito que os mantêm à distância dos homossexuais, daqueles que parecem sê-lo e dos homens em geral pode ser compreendido como uma tentativa de preservação da imagem de homem de verdade para si próprio e para os outros.

Isso indica o grau de interação existente entre homosocialidade e homofobia²⁴ na conquista do ser homem. Coerentemente com essa proposição, ao mesmo tempo em que se expõem continuamente ao escrutínio de outros homens, afastam-se deles, evitando qualquer contato mais próximo para que não sejam confundidos com homossexuais.

A partir das considerações até aqui tecidas, é possível dizer que, para esse grupo de homens, homossexuais e heterossexuais têm algo que os identifica:

²⁴ “Discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades [ou defeitos] atribuídos ao outro gênero” (WELZER-LANG, 2001, p.465).

1) Os **heterossexuais** são identificados por seu desejo sexual por mulheres, o que os qualifica como homens, reiterando sua masculinidade e é algo bom em si, que reforça e enfatiza as demais qualidades esperadas em um homem.

2) Os **homossexuais** têm um problema manifestado por seu desejo por outros homens, o qual os caracteriza como ‘o contrário do homem normal’, o que diminui seu valor como homens e os torna potencialmente perigosos, perversos.

Nos discursos do grupo, o homossexual é sempre contraposto ao homem normal (heterossexual). Em minha percepção, a homossexualidade atua como um espectro que ameaça continuamente estes homens e os mantém acuados pela necessidade de provar continuamente sua masculinidade e de manter uma imagem/reputação viril. O homossexual parece ser o grande **OUTRO** que atua como referência na constituição do homem de verdade. É percebido como o contrário que afronta – incompreensível, inaceitável, inexplicável. A homossexualidade é vista como uma **ameaça** constante, representada pela figura do homossexual e pelas características a ele imputadas – as quais podem perverter o homem.

Essa percepção leva o homem a adotar uma posição de defesa constante: está sempre alerta para evitar qualquer ‘ataque’ (ou a possibilidade de um) por parte de um homossexual ou por parte de qualquer outro homem. Em razão disso, o homem evita aproximar-se de qualquer homossexual, bem como de qualquer homem de quem se suspeita o seja. Da mesma forma, estabelece uma distância entre si e os outros homens, o que parece ser uma maneira de evitar qualquer questionamento à sua masculinidade. Quando convivem ou aproximam-se de um homossexual, submetem-no a rigorosa vigilância, de forma a identificar qualquer possível ameaça como, por exemplo, conversas sobre sexo,

A homossexualidade é também considerada como um **risco**. A ‘manifestação’ dela no outro, também do sexo masculino, subverte a lógica da ‘diferença natural e complementar’ entre homens e mulheres ao colocá-la entre pessoas do seu próprio sexo. Interpreto como se cada um pensasse assim: “Será que se o outro é homossexual, eu, que também sou do sexo masculino, posso ser também?”. Assim o homem trata de vigiar-se continuamente, como se temesse que a homossexualidade despertasse dentro de si, mesmo que na forma de curiosidade,

dúvidas sobre sua masculinidade. Teme também que algo nele possa sugerir aos outros que seja homossexual, e, do mesmo modo, vigia o comportamento dos outros homens com os quais convive.

A onipresença da ameaça representada pela homossexualidade e pelo homossexual estimula o homem a perseguir o modelo dominante de masculinidade, vivendo de acordo com ele para evitar dúvidas sobre sua heterossexualidade.

Os homens desse grupo reconhecem sua dificuldade de aceitação da homossexualidade/do homossexual e dizem também que essa dificuldade lhes parece incongruente com o mundo contemporâneo. Em razão disso, esforçam-se para modificar sua forma de pensar, buscando mais informações sobre a homossexualidade e procurando mudar suas disposições pessoais em relação a ela, bem como baseiam o convívio com homossexuais – quando necessário – no respeito que um homem deve ter para com os outros, quaisquer que sejam. Há uma disposição para a mudança, mas o homossexual é ainda considerado um ‘não homem’ ou, no máximo, o simulacro de um.

Tal como o homossexual, o ***machão*** é considerado um outro tipo de homem, um desvio do modelo referente que define o que é socioculturalmente esperado de um homem. De acordo com Ferreira (1986, p.1059), a palavra ‘machão’ trata de um “indivíduo que alardeia, ridiculamente, sua masculinidade; valentão”, o que traz ao pensamento uma imagem que remete à idéia de força, virilidade, agressividade, características tradicionalmente relacionadas à masculinidade, sugestivas de uma onipresente prontidão para o sexo, para confrontos físicos e demonstrações de força.

Entretanto, esse não é o único significado atribuído à palavra machão; ela pode também assumir a conotação de ‘machista’. Para Ferreira (1986, p.1059), ***machista*** “é relativo ao ou que é adepto do machismo” e ***machismo*** refere-se à “atitude ou comportamento de quem não aceita a igualdade de direitos para o homem e a mulher”.

Aqui fica claro que, enquanto o ***machão-valentão*** traduz uma maneira de se colocar nas relações interpessoais de maneira geral e especialmente com outros

homens (sem excluir as mulheres), o ***machão-machista*** é considerado principalmente em um campo interpessoal mais circunscrito: o que se refere às relações entre homens e mulheres (sem excluir as demais relações interpessoais).

No âmbito das relações homem-mulher, é histórica, social e culturalmente atribuída ao homem a posição de provedor. Essa forma de compreensão tem enraizamento na tradição patriarcal, que reserva ao homem o mundo público, da rua, e à mulher o mundo privado, do lar, estabelecendo uma diferenciação entre produção e reprodução, na qual a vinculação 'homem-trabalho produtivo' e 'mulher-trabalho reprodutivo' é fortemente enfatizada. Essa diferenciação coloca para o homem a obrigação de suprir as necessidades materiais para a sobrevivência da família, na qual o sustento da mulher está incluído.

Assim, o ***machão-machista*** considera a capacidade de sustentar a mulher e a família como elemento essencial ao ser homem. O trabalho e a renda da mulher indicam uma incapacidade dele e o diminuem como homem, o que fica evidente na referência a "*cortar as embalagens fora*", isto é, para quem não tem capacidade de sustentar a própria mulher, é melhor castrar-se, posto que este é um indicativo forte de que ele já não é homem. É possível inferir daí que, nessa perspectiva, depender financeiramente da mulher ou receber um salário inferior ao dela também são interpretados da mesma forma.

A vinculação entre trabalho feminino e castração evidencia a demanda exercida pelo papel de provedor e de autoridade na família como elementos na composição de um homem de verdade desde o ponto de vista do machão. Da mesma forma, a relação estabelecida entre a capacidade de sustentar a mulher e a castração permite pelo menos três possíveis interpretações, que não excluem uma à outra: **1)** a importância central conferida aos genitais – pênis e testículos – para ser homem, e a vinculação deles com ser ativo, estar no controle, dominar, ter poder, coragem e valentia. É possível perceber aqui uma aproximação com o grupo estudado por Ramirez (1997, p.106), o qual hipervaloriza o pênis e os testículos, convertendo os genitais no centro do qual emana o poder do macho, e também com o estudo de Parker (1991), no qual os genitais foram identificados pelos participantes como símbolos de virilidade e coragem; **2)** a valorização da capacidade provedora

como indício de potência/poder; **3)** a relação homem-mulher como atributo indispensável ao ser homem.

Para o machista, dominar a mulher, submetê-la à sua vontade, considerando-a inferior, é uma forma de manter a autoridade sobre ela e sobre a família, o que está relacionado com a necessidade de ser respeitado, valor central para o homem de verdade. Com esse propósito, um homem pode ser machão-machista e também machão-valentão, impondo-se de forma agressiva fora do lar e usando a violência para manter a autoridade dentro dele.

A figura do **machão-pegão** remete novamente à heterossexualidade. A expressão “Pegão” está relacionada com o verbo *pegar*, que, dentre outros sentidos, em português pode ser compreendido como sinônimo de “agarrar, prender, segurar, tomar, conseguir, obter, alcançar” (FERREIRA, 1986, p.1294). Então, machão-pegão é aquele homem que ‘pega’ várias mulheres e vê nisso uma maneira de afirmar-se como homem.

Ser pegão é consequência da descoberta do sexo e de seus prazeres, bem como da sua colocação como centro da existência do homem e como razão de ser de seus relacionamentos com as mulheres. Quanto mais mulheres ‘pegar’, mais homem demonstrará ser, pois assim afirmará ativamente sua heterossexualidade aos olhos dos outros e aos seus próprios.

Entretanto, não é suficiente ‘pegar’ várias mulheres; é preciso também relatar o fato para os outros homens, enaltecendo-se frente a eles, numa espécie de ritual de disputa estabelecido entre homens, no qual as mulheres e a vida sexual intensa atuam como elementos de valoração e indicam quem é mais ou menos homem, pelo menos em uma fase da vida. É preciso mostrar-se sempre e continuamente cada vez mais homem, o que sugere a necessidade de demonstrar uma onipresente prontidão para o sexo e deixa subentendidas as implicações envolvidas no dizer ‘não’ a uma oportunidade de manter uma relação sexual.

Ser machão-pegão é algo considerado ‘normal’ em certa fase da vida – na adolescência e no início da vida adulta, que parecem ser os períodos para que o homem amadureça, conquiste experiência no relacionamento com mulheres e

reforce sua masculinidade pela demonstração pública de heterossexualidade. Aceita-se que um homem seja machão-pegão entre os 16 e os 22 anos de vida, pouco mais ou pouco menos.

Depois, esse comportamento passa a ser repudiado, considerado um indicativo de falta de compromisso e de responsabilidade. O homem que, depois dessa idade, continua sendo pegão, não amadureceu, não é digno de confiança. É esperado que a importância dada à quantidade de mulheres e/ou de relações sexuais seja progressivamente substituída pela preocupação em formar uma família, outro elemento indispensável no processo de tornar-se homem. Trata-se mais de **ESTAR** do que **SER** pegão, e aquele que prolonga essa fase retarda seu reconhecimento social como homem.

A compreensão do machão-pegão como uma fase da vida pode ser percebida em estudos de Alves (2003), Arilha (2001), Almeida (2000) e Ramirez (1997). Na Colômbia, Viveros e Cañon (1997, p.132) também identificaram o desempenho sexual como uma das tendências da masculinidade, na qual “*ser quebrador*” é essencial. O significado atribuído ao ‘*quebrador*’ – conquistar várias mulheres – aproxima-se daquele relacionado ao machão-pegão – ‘pegar’ várias mulheres, mas as autoras não fazem referência em seu artigo à circunscrição desse comportamento a uma fase da vida. Ao contrário, o estudo desenvolvido por elas com homens de 45 a 60 anos sugere haver naquele contexto uma forte vinculação entre ser homem de verdade e ser *quebrador* em qualquer fase do viver.

A fase ‘pegão’ da vida do homem surge como um marco que medeia a passagem da adolescência para a vida adulta e a válida. Entretanto, seria um erro imaginar uma linha evolutiva claramente demarcada por faixas etárias que logicamente se sucedem umas às outras. A ‘saída’ da fase ‘pegão’ é sinalizada por valores como responsabilidade, respeito, trabalho, compromisso, mais do que por uma determinada idade, embora o elemento ‘idade’ seja também usado como critério de avaliação no processo de tornar-se homem.

O estereótipo do machão em suas três versões – valentão, machista e pegão – é incongruente com o ideal de homem e os homens do grupo não se identificam com ele. A distância que colocam entre si e essa “cultura de machões” é variável.

Dessa forma, o comportamento de machão-pegão é tolerado com bom humor em um período da vida; o machão-valentão é fortemente criticado pela maneira como se impõe às outras pessoas, inclusive utilizando a força, situação inadmissível para um homem de verdade, mas, mesmo assim, é aceitável que os rapazes²⁵ às vezes se comportem como valentões, envolvendo-se em brigas e disputas para mostrar para os outros – especialmente outros homens – que são corajosos e valentes como um homem *‘deve ser’*. Tanto o machão-pegão quanto o machão-valentão podem ser vistos com indulgência na juventude, como um indicativo de imaturidade, tornando-se incompatíveis com o homem responsável, trabalhador, casado, pai e chefe de família.

O comportamento do machão-machista é francamente reprovado em qualquer fase da vida por ser revelador de desrespeito para com as mulheres e da desvalorização delas. De acordo com os homens do grupo, um homem de verdade respeita as mulheres. O desprezo pelo machista é particularmente percebido naqueles homens que têm filhas, como se o amor que têm por elas catalizasse neles um maior respeito pelas mulheres em geral e os levasse a observar mais criticamente a maneira como os homens – inclusive eles próprios – se relacionam com elas. O valor que atribuem à família, aliado ao desejo de que as filhas tenham, no futuro, um relacionamento com um homem que as respeite e valorize, fá-los repudiar o machista e, por essas preocupações, eles próprios passam a ter um maior cuidado no relacionamento com suas esposas, com a finalidade de dar o exemplo dentro de casa.

Os elementos obtidos junto a este grupo de homens situam o machão em um patamar inferior na escala de valoração do ser homem, vendo-o como uma expressão primitiva, incompatível com a configuração do mundo contemporâneo e com o ideal de homem, o que aponta em direção contrária à identificada por Parker (1991). Essa posição é reforçada pela referência que o grupo faz ao desaparecimento dos machões e à evolução do homem, o que permite interpretar o machão como uma relíquia do passado, tal como Fuller (1997) o faz.

²⁵ Rapazes – homens jovens, principalmente na adolescência.

Ao invés de um protótipo ideal de homem, o machão é representado como algo a ser superado – pegão –, ou recusado/abandonado – valentão e machista –, como parte do esforço contínuo empreendido para ser homem de verdade e para ser assim reconhecido socialmente. O desaparecimento do machão vem vinculado a dois fatores:

- 1) a **educação** mais liberal que os homens de hoje têm em comparação com a de seus pais e avós, aliada à possibilidade de transitar por vários ambientes de convívio aos quais seus pais e avós não tiveram acesso. Esses fatores permitem o estabelecimento de interações com pessoas diferentes, com formas diferentes de pensar e de viver.
- 2) as **mudanças** na condição/posição/situação da mulher ocorridas nas últimas décadas, as quais de certa forma ‘obrigam’ os machões a se modificar.

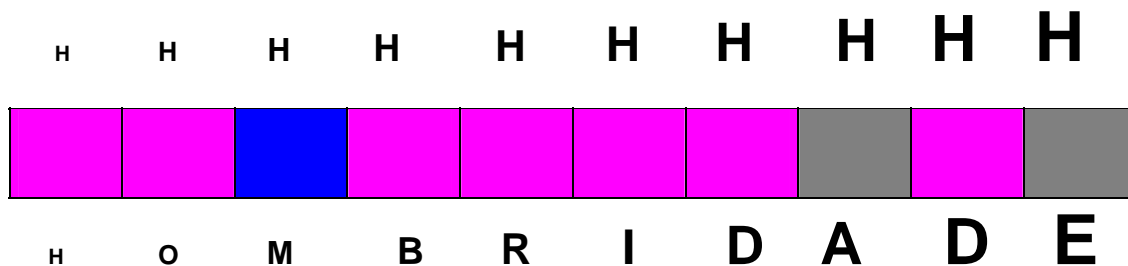
A cultura de machões tende ao desaparecimento em virtude das transformações políticas, econômicas, culturais e históricas ocorridas no mundo em diferentes sociedades, nesta e em todas as épocas.

6.1 HOMEM: SER OU TORNAR-SE?

Para responder à pergunta aqui colocada, busco fundamento nos discursos apresentados, nas transcrições completas dos encontros de grupo e das entrevistas, em meus registros de campo, no diário analítico, em minhas próprias percepções sobre o tema, as quais vêm inspiradas na experiência vivida com o grupo de homens e na literatura. Cabe, entretanto, ressaltar que os pontos aqui entrelaçados referem-se a esse grupo de homens em particular, sem pretensões generalizadoras.

Dessa forma, percebo que os homens direcionam seus esforços na conquista da hombridade para um modelo ideal de ser homem que buscam alcançar. Ao mesmo tempo, é possível perceber uma variedade de ‘versões’ de homem e de

possibilidades de sê-lo que matizam a hombridade, conferindo-lhe diferentes nuances. Utilizando essas nuances, situam a si próprios e aos demais dentro desta referência. Estabelecendo uma analogia, seria possível pensar em uma escala de cores, na qual a cor mais intensa, firme e vibrante representa o ponto mais alto da hombridade, enquanto suas variantes indicam as diferentes conquistas que pontuam o caminho para ela e que são necessárias para alcançá-la.



A percepção que tenho é que existe uma ‘escala’, conhecida e aceita por todos os homens desse grupo, a qual é utilizada para medir e avaliar a hombridade de cada um – tanto de si como do outro – situando-se e situando o outro em um determinado patamar, compatível com avaliação feita das respostas de cada um às diferentes demandas com que se deparam. São diferentes gradações de hombridade para homens diferentes e para o mesmo homem em situações espaço-temporais diferentes.

O ponto máximo dessa escala é difícil de alcançar, ou até mesmo impossível, mas se coloca como o ideal capaz de conferir o reconhecimento como **HOMEM** de verdade, utopia buscada durante toda a vida. É percebido como difícil ou impossível não por que falte empenho ou vontade de cada um na conquista, mas porque o modelo não é fixo, modifica-se, reatualiza-se, reconfigura-se continuamente, demandando investimentos diferentes para alcançá-lo.

Nessa escala, os patamares que antecedem o ponto máximo de hombridade abrigam transitoriamente o homem à medida que ele atende às diferentes demandas que pontuam o caminho. Cumprindo-as, o homem conquista o direito de ascender na escala, mostrando-se merecedor de ocupar um patamar mais elevado.

De todas as demandas, três são consideradas essenciais por esse grupo de homens para que alguém possa ser considerado homem de verdade: trabalho, família e heterossexualidade, as quais não podem ser consideradas isoladamente, posto que se reforçam mutuamente. De acordo com isto, para habilitar-se ao reconhecimento como homem de verdade é preciso:

1. **Ser heterossexual** – o que implica sentir desejo e fazer sexo com mulheres e somente com elas²⁶. Diferentes autores, como Parker (2002, 1991), Olavarria (2001a), Welzer-Lang (2001) e Fuller (1997), em estudos conduzidos em diferentes países, relatam uma estreita relação entre o masculino e a atividade, em oposição ao feminino e à passividade. Embora a masculinidade esteja relacionada com a atividade em todos os âmbitos do viver, estaria especialmente relacionada com a atividade sexual penetrativa, possibilitando que aquele que penetra o outro mantenha intacta sua masculinidade e a percepção de si como heterossexual, mesmo em uma relação sexual com outro homem. Mesmo sendo a penetração muito valorizada²⁷, esse grupo de homens apenas a considera no âmbito das relações sexuais com mulheres. Para eles, a simples menção à possibilidade de um homem manter relações sexuais com outro já representa uma ameaça à verdadeira masculinidade – sempre heterossexual – independentemente de sua atuação ativa ou passiva. Da mesma forma, a *atividade* é muito valorizada em todas situações da vida cotidiana e não somente nas relações sexuais.
2. **Trabalho** – é essencial na vida do homem, pois lhe possibilita realização pessoal, ascensão profissional e recursos para atender as necessidades de sua família.
3. **Família** – ao constituir uma família, o homem demonstra publicamente ser possuidor de uma série de qualidades vinculadas à hombridade, dentre as quais heterossexualidade, responsabilidade, maturidade, compromisso, autonomia, capacidade de prover, seriedade, envolvimento, bom caráter. A família traz consigo uma outra demanda, a qual é denominada por Olavarria (2001a, 2001c)

²⁶ No dizer deles próprios, “homem que é homem mesmo, só transa com mulher”.

²⁷ Não aprofundarei este aspecto, pois o retomarei em outro momento.

de “mandato da paternidade” e implica não somente ter filhos, mas também assumi-los em todos os aspectos. Aqui, o homem tem a oportunidade de comprovar – para si e para os outros – sua heterossexualidade, sua fecundidade, sua responsabilidade, demonstrada pela estruturação de um lar, pelo exercício da paternidade, pelo casamento (formalizado ou não) e por sua condição de chefe de família.

Heterossexualidade, trabalho e família, integrados entre si e interdependentes, constituem a base da hombridade e devem ser atendidos no esforço do homem para conquistá-la. Resultado semelhante foi encontrado em estudos desenvolvidos por Olavarria (2001a) no Chile e por Fuller (1997) no Peru. De acordo com Olavarria, dentre os mandatos do referente de ser homem distinguem-se a heterossexualidade ativa, o trabalho e a paternidade/chefia da família. Fuller aponta trabalho, matrimônio/paternidade e sexualidade heterocentrada como centrais. Cabe aqui chamar a atenção para o fato de que, tanto nos discursos desse grupo de homens como nos estudos citados, a paternidade vem sempre vinculada à chefia da família.

Junto com o homem de verdade, co-existem o machão e o homossexual e, na compreensão desse grupo de homens, ambos não cumprem com as exigências colocadas para os homens de verdade, desviaram-se do caminho que o homem tem para trilhar.

As três ‘versões’ do machão não necessariamente excluem uma à outra. Elas representam algo a ser superado por sua íntima relação com aspectos considerados primitivos do homem: a disposição para brigar, a sexualidade voraz e a crença em sua superioridade em relação às mulheres. Todos esses aspectos são incompatíveis com a idéia de homem de verdade, o qual demonstra controle sobre si – seus impulsos, desejos e instintos – e respeita a mulher.

O homossexual representa uma afronta ao homem por lhe faltar uma condição imprescindível à hombridade: a heterossexualidade. Em razão de seu relacionamento sexual com homens, ele encarna a negação do masculino, independentemente de atividade/passividade nesta relação. O ponto central dessa

questão é o relacionamento entre homens e não a atividade de um e passividade de outro no ato sexual.

Isto sugere que o reconhecimento da hombridade solicita três movimentos simultâneos: um que se dá desde os 'outros' para o homem; outro, do homem para si próprio e um terceiro, do homem para os outros. Um homem de verdade é reconhecido pelos outros e também demonstra aos outros que o é. São os movimentos capilares, simultâneos e em sentido contrário um ao outro tratados por Foucault (1995b) que sustentam as relações de poder. É a verdade íntima que pode permanecer oculta dos outros, mas não de si mesmo.

A homossexualidade seria um impedimento para ser reconhecido como homem de verdade, porque, de acordo com o grupo, faltam ao homossexual algumas condições básicas para tanto, as quais incluem, além da heterossexualidade, esposa, filhos e família, essenciais para um homem de responsabilidades. A falta delas dá a impressão que o homossexual não tem responsabilidades e que vive apenas para si próprio. Assim, **parece** que a não constituição de uma família de acordo com o modelo tradicional o priva da possibilidade de conquistar reconhecimento como homem de verdade.

O trabalho com este grupo de homens me permite dizer que o homem é 'definido' pelo **NÃO SER**: não ser homossexual, não ser mulher, não ser machão. Nessa perspectiva, é necessário deixar explícitas e inquestionáveis as 'diferenças' existentes entre ele e um homossexual, uma mulher, um valentão, um machista, um pegão, um irresponsável, e assim por diante. A esse **NÃO SER** alia-se um **DEVER SER**, cujas prescrições baseiam-se em uma série de expectativas sócio-socioculturais em relação ao homem de verdade.

Entretanto, a diferença com a mulher está em parte posta pela própria 'natureza' – evidenciada nos genitais – e também pelo trabalho de gênero (usando uma expressão de Kaufmann (1995, 1997) ao qual todos estão continuamente expostos na sociedade, o que não significa que essa diferença seja fixa e igual para todos. Ao contrário, é reconstruída, reatualizada, reconfigurada em resposta às configurações sempre em transformação das relações homem-mulher e do lugar

sempre móvel de cada um/de ambos no mundo. Assim, a diferença entre homem e mulher assume múltiplas e mutáveis faces.

Então a conquista da hombridade é uma utopia, um projeto para a vida toda que delinea um horizonte a ser buscado. Para alcançá-la, o homem deve ser sujeito de suas ações e, ao mesmo tempo, sujeitar-se a uma série de demandas que se impõem no seu caminho e ao olhar avaliador dos outros. Quando é e se for alcançada, essa conquista é tênue e transitória, sempre questionável e questionada, atualizável e atualizada nas relações estabelecidas com os outros no próprio fluxo da vida cotidiana. Para alcançá-la, é preciso percorrer os caminhos socioculturalmente delineados para tanto.

Como diz Olavarria (2001a, p.14), uma série de pautas internalizadas assegura que os homens nascem incompletos e que a plenitude é [pode ser] alcançada na vida adulta, de tal forma que “os homens têm que enfrentar o paradoxo de fazer-se tais”²⁸, o que ele faz atendendo aos mandatos do referente de ser homem.

Além disso, é importante que ele demonstre que é um homem e que continuamente se prepara para sê-lo amanhã. Assim, mais do que **SER** homem, trata-se de um **VIR-A-SER**, que não é resultado puro de processos biológicos e que solicita um esforço constante para **TORNAR-SE** homem.

²⁸No original “[...] los hombres tienen que enfrentarse a la paradoja de hacerse tales”.

7 A VIDA AFETIVO-SEXUAL

O viver em casal articula uma série de aspectos e elementos inter-relacionados que conformam a dinâmica cotidiana desse viver e, dentre eles, aqueles relacionados à vida sexual desempenham importante papel. Uma vasta literatura informa que, nesse particular, a assimetria entre os gêneros é marcante e, sem a intenção de generalizar para todos os relacionamentos entre homem e mulher, em diferentes tempos e lugares, tem resultado em desigualdades entre eles.

Considerando a importância atribuída à vida sexual no casal, aliado ao fato de que é um campo do viver no qual vigoram uma série de normas, de interdições, de proibições que o regulam, tornando-o alvo de um profundo interesse e de um forte controle exercido pela sociedade em geral, considero essencial analisá-la para que se possa compreender as relações de poder no casal heterossexual.

No relacionamento conjugal, algumas condições parecem ser aceitas como 'verdades', constituindo uma maneira de viver em casal tida como ideal. A circulação do poder nas relações sociais como um todo e na relação conjugal em particular atua no sentido de delinear **o que** funcionará como verdade, o que será considerado verdadeiro no âmbito das mesmas.

De acordo com os discursos dos homens participantes deste estudo, alguns elementos podem ser destacados como 'verdadeiros' na vida afetivo-sexual do casal, tais como o amor entre homem e mulher, o desejo, o prazer e a fidelidade, os quais parecem ser aceitos como tal mesmo por aqueles que não se conformam a eles.

Na tentativa de demonstrar isso, apresentarei os discursos que tratam dessa questão, construídos principalmente a partir das informações obtidas nas entrevistas.

7.1 O AMOR, O DESEJO E O PRAZER SEXUAL

IDÉIA CENTRAL – importância do sexo no relacionamento de casal

DSC 1 – *Claro que sexo é importante e tem que existir, mas não é o mais importante num relacionamento sério. No começo, vira e mexe estava acontecendo. A gente tinha mais liberdade e na hora que dava tesão pros dois, a gente ia. Casamento novo, era aquele fogo, aquela ansiedade. Depois, vai diminuindo e a gente vai aprendendo a conviver com isso. Então, a vontade continua a mesma, mas a frequência mudou. Hoje, nossa vida sexual é tranqüila; acontece de ficar uns dias sem, mas isso é normal. Ainda se pensa que o casal deve estar sempre fazendo sexo, mas quando você gosta de uma pessoa, isso não é verdade. Um relacionamento envolve muitas outras coisas: conversa, carinho sem intenção, se entender. Primeiro, um casal tem que se relacionar bem e em função disso começa a atração pelo querer.*

Para mim, o sexo é o momento mágico do casal e eu sempre penso que quando vamos fazer, é uma coisa pra dois; pra mim e pra ela. É importante que os dois se sintam bem. Esta é a diferença entre fazer sexo e fazer amor. Amor você faz quando tem interesse pela pessoa; sexo você faz por fazer, com qualquer uma. Eu acho que se eu resolvesse procurar alguém fora de casa, não ia precisar me preocupar com a mulher e com o prazer dela; a relação pode ser muito rápida. Com a minha mulher é diferente porque eu gosto dela e tenho desejo de fazer sexo pelo sentimento, pelo amor; não tem outro interesse.

DSC 2 – *A coisa mais importante do convívio entre homem e mulher é a relação sexual. Eu acho que a tua felicidade vem daí.*

IDÉIA CENTRAL – Diferenças entre homem e mulher

DSC 1 – *É só ela me tocar, me dar um beijo, que eu já tô pronto. O homem, a gente sabe que a verdade é essa, está sempre disposto a ter relação, mesmo cansado, com dor nas costas ou na cabeça. Nunca aconteceu dela querer e eu não porque eu estou sempre preparado, a não ser que eu esteja muito cansado. Eu acho que o homem é diferente da mulher; o homem é mais constante e a mulher se abala por qualquer coisa.*

Minha mulher não tem tanta vontade quanto eu; ela sempre foi um pouco mais difícil; tem que dar mais atenção, mais carinho. Eu acho que a maioria das mulheres é assim. Muitas vezes, eu chego em casa com vontade de ter relação sexual, mas é preciso ver o lado dela; às vezes ela não tem vontade. A gente aprende a perceber e eu procuro entender, mas no começo eu não olhava muito pra isso não. Hoje, quando ela não quer, eu procuro pensar em outra coisa porque, se você alimentar o tesão, sobe pelas paredes, não é verdade? Então, se um não quer, o outro sempre tenta, mas se não deu, não deu! A gente se respeita quanto a isso. Eu acho que aí é que está a moral de um bom relacionamento. Uma vez ela me falou que teve relação sem ter vontade e que não tinha sido legal. É melhor a gente saber e tem que contar na hora; é terrível você ficar sabendo horas depois. Aí, a gente procura saber o motivo, por que um motivo tem.

DSC 2 – *A gente tem relação normal, mas às vezes ela se entrega para satisfazer a mim e não ela. Tem semanas que minha mulher nem tem desejo e isso fica ruim para*

mim por que quando eu estou com aquela vontade, aquela ansiedade, fico nervoso e a gente até discute. Quando ela tem desejo, sempre diz que é bom. Aí, é o macho! Ela tem mais prazer nos dias férteis, senão ela dá para me satisfazer, mas não por que tem vontade; não sente prazer. Eu já fiz de tudo; faço carinho, porque eu acho que numa relação não é você chegar lá e bater; não é assim. Então, a pessoa que não tem prazer, faz, mas é diferente. Sei lá se é o próprio convívio ou o quê. Eu já falei que talvez ela não gostasse mais de mim, mas ela diz que não, que eu sou o único homem que ela teve. Eu gosto dela; não é que eu não goste dela, mas poderia ser melhor.

IDÉIA CENTRAL – Iniciativa da mulher.

DSC 1 – *Nossa melhor fase sexual é agora... acho que tem mais paciência, tá mais legal; a gente se conhece, sabe onde cada um sente prazer, a gente vai descobrindo. E hoje a gente tem mais tranquilidade, já não tem mais aquela cobrança de ter que fazer todo dia.*

Minha esposa não é tímida para isso e eu acho que isso estimula muito; a gente varia bastante. Nunca fizemos sexo anal por que ela diz que tem a vagina para fazer as coisas, mas outras coisas sim. Um dia ela falou que a mulher tem que ser como uma prostituta em casa e fora de casa tem que ser comportada, porque o homem quer dentro de casa uma mulher de verdade, que faça ele sentir prazer, sentir tesão, que faça ele gostar dela, enfim. Ela me disse que seria assim e eu acho que ela está dentro do esperado. No sexo, o carinho vem em primeiro lugar. Não é só chegar e deu! Não é só penetração, embora a gente tenha uma cultura que tem que ter penetração. É para fechar com chave de ouro, vamos dizer assim!

Ela tem vontade de transar e toma a iniciativa...menos do que eu, mas toma e se ela estiver com vontade, me procura. Isso é bom porque eu não me sentiria bem se toda vez eu tivesse que procurar; ia ficar na dúvida: 'Será que está gostando ou será que é só porque eu quero?'. Talvez seja isso que precise num casal.

DSC 2 - *Ela nunca toma a iniciativa e, se dependesse dela, a gente nunca teria. Se eu ficar um mês sem procurar, ela também não me procura. Eu acharia muito melhor se a mulher tivesse a iniciativa. Não sempre, mas eu acho que às vezes tem que partir de um, às vezes tem que partir de outro. Além disso, quando a gente transa, é mamãe e papai e mais do que isso ela não quer. Acho que tem vergonha, mas eu já falei pra ela que essas coisas ficam entre a gente, que não é pra ter vergonha. Sexo anal, oral, eu não sinto que há necessidade; até anal eu nunca fiz, mas vaginal eu acho uma coisa normal, que cada casal tem. Então, isso começou a atrair outras mulheres que são como eu, só que elas têm desejo sexual e o marido não tem. Quando eu saio com outra guria, ela sente prazer, é uma coisa diferente, é maravilhoso! Eu gostaria de ter só uma mulher, mas do jeito que a minha esposa é, não tem como!*

IDÉIA CENTRAL – Sexo como 'jogo'.

DSC – *Eu sou muito ansioso; gosto de ter sexo, ter! E quando a gente passa muito tempo junto, a relação sexual acontece, mas demora um pouco. Eu não sei se ela faz assim porque sabe que eu fico nervoso ou o quê. Ela vê que eu estou ansioso e faz*

onda para me 'judiar'²⁹. E ela faz uma pequena jogada. Quando eu digo que vou jogar futebol, ela diz 'mas agora?' como se quisesse dizer 'agora a gente podia transar'. Eu digo agora não; estou saindo. Acho que isso é chantagem, para tentar me segurar.

Os discursos acima falam do lugar ocupado pelo sexo no relacionamento de casal e evidenciam duas perspectivas diferentes. A **primeira perspectiva** considera o sexo fundamental sem, entretanto, atribuir-lhe um valor em si mesmo. Ele é considerado no contexto do relacionamento de casal juntamente com outros aspectos nele envolvidos e com os quais compartilha espaço. O sexo seria, então, muito mais conseqüência do relacionamento como um todo do que base do mesmo, posto que, sozinho, não consegue sustentá-lo.

A **segunda perspectiva** coloca o relacionamento sexual como o elemento mais importante do viver em casal e base para a felicidade, sugerindo que o relacionamento como um todo depende diretamente do sexo, considerado como seu principal sustentáculo.

A menor importância atribuída ao sexo se dá no âmbito daquilo que os homens denominam 'relacionamento sério' (como o conjugal), que pode ser compreendido como aquele que inclui amor, afeto, carinho, preocupação com o outro e respeito mútuo. Esses elementos diferenciam a relação sexual no casal, inscrevendo-a no espaço dos sentimentos pelo outro e relativizando a sua importância. Além disso, a menor importância atribuída ao sexo no contexto de um relacionamento sério sugere a existência de outros tipos de relacionamentos, com diferentes graus de envolvimento e de investimento pessoal dos parceiros, nos quais o sexo assume uma importância maior.

De acordo com o que foi discutido nos encontros de grupo, uma diferenciação é estabelecida entre tipos de relacionamento e também entre tipos de mulheres. Daqui resulta uma classificação que ordena os relacionamentos de acordo com o valor intrínseco que têm e com o tanto de investimento pessoal que solicitam do homem. Dessa forma, existem as amigadas, as paqueras, as cantadas, o ficar, o programa, o caso, o namoro, o noivado, o casamento e o viver juntos.

²⁹ Judiar – escarnecer, maltratar, mofar, zombar, atormentar. (FERREIRA, 1986, p.992).

Aos diferentes tipos de relacionamento correspondem diferentes tipos de mulheres, as quais merecem também respeito, consideração e valorização em intensidade diferente por parte desses homens. Nessa 'tipologia' de mulheres, a **amiga** é sempre valorizada e respeitada em qualquer situação; com ela não há possibilidade de relacionamento sexual. Com a namorada e com a noiva, o amor está envolvido e se faz acompanhar por paixão, desejo e por relações sexuais. Embora em graus diferentes, namoro e noivado envolvem compromisso entre homem e mulher, o que lhes garante um lugar dentre os relacionamentos considerados sérios. Com a mulher escolhida para casar ou para viver junto, o relacionamento envolve amor, desejo sexual, respeito, responsabilidade, desejo de formar uma família.

Além da amiga, da namorada, da noiva, da esposa, existe uma grande variedade de tipos femininos como, por exemplo, a mulher bonita e interessante, que chama a atenção não só por sua aparência física; a mulher vulgar, que expõe o corpo e provoca os homens, 'cantando-os'³⁰, inclusive, e que eles desprezam, apesar de olharem para elas e eventualmente com elas se envolver em relacionamentos sexuais; a mulher de programa, que se prostitui em segredo, e a prostituta, que exerce sua profissão em casas de prostituição.

De todas, a mulher vulgar e a mulher de programa são as que merecem menos respeito desses homens e, a meu ver, seria interessante perguntar por quê. Talvez uma primeira hipótese a ser considerada fosse a de que os homens possam sentir-se agredidos, ameaçados, intimidados pela mulher que consideram vulgar, que geralmente subverte a ordem "natural" das coisas no campo sexual, desempenhando um papel ativo, tradicionalmente reconhecido como masculino, que dispensa a conquista masculina.

Em relação à mulher de programa talvez a ameaça seja de outra ordem, posto que ela pode não ser identificada pelos homens como tal, levando-os a 'confundi-la' com uma mulher com a qual seria possível manter um relacionamento sério.

³⁰ 'Cantar' alguém refere-se a "seduzir ou tentar seduzir valendo-se de palavras ou maneiras hábeis" (FERREIRA, 1986, p.338).

Retomando a importância atribuída ao sexo no âmbito de um relacionamento sério, a relativização da mesma solicita a participação de outros elementos como, por exemplo, a avaliação que esses homens fazem das relações sexuais no casal. Sobre isso é importante dizer, mesmo correndo o risco de quantificar, que todos os homens que relativizaram a importância do sexo no casal consideram-se satisfeitos com sua vida sexual conjugal.

Essa avaliação positiva leva em conta aquilo que denomino '**princípio da reciprocidade**' de desejo e de prazer sexual entre o homem e a mulher. Isto transforma a relação sexual em 'uma coisa para dois', na qual o encontro das vontades do homem e da mulher possibilita que o prazer seja experimentado por ambos. Não significa, entretanto, que homem e mulher tenham uma manifestação simultânea do desejo sexual, mas que ele pode ser despertado pela iniciativa de um ou de outro.

Um outro elemento-chave na avaliação positiva da vida sexual no casal é a **iniciativa da mulher**, isto é, o fato de ela iniciar um encontro sexual movida por seu próprio desejo e buscando prazer. Ao colocar-se dessa maneira na vida sexual, a mulher atua reafirmando e fortalecendo os laços afetivos com o homem. Para esses homens, o fato de a mulher manifestar seu desejo, seu prazer e tomar a iniciativa de uma relação sexual reforça-lhes a auto-confiança.

O **desejo e o prazer do outro** – das mulheres, neste caso – são essenciais para uma avaliação positiva da vida sexual do casal. Neste particular, o tanto de preocupação e interesse que o homem tem com estes aspectos parece variar de acordo com o grau de seriedade que ele atribui ao relacionamento. Dessa forma, quanto mais sério ele considerar o relacionamento, maior parece ser sua preocupação com o desejo e o prazer da mulher e mais importante é que ela os sinta e os demonstre.

De acordo com o que revela o grupo de homens, o compartilhamento de desejo e de prazer no casal fortalece os vínculos entre homem e mulher, da mesma forma que a falta dessa reciprocidade, e especialmente a não demonstração de desejo, de prazer e a falta de iniciativa sexual por parte da mulher fragilizam a relação de casal. Essa situação fica clara naqueles discursos que revelam

insatisfação do homem com a vida sexual do casal, na qual o sexo assume posição central.

Então, a satisfação manifestada pelo homem com sua vida sexual de casal contribui para que ele relativize a posição ocupada pelo sexo no relacionamento, considerando-o como não sendo o que há de 'mais importante'. Da mesma forma, quando o homem se revela insatisfeito com sua vida sexual de casal, potencializa a posição e a importância do sexo no convívio entre homem e mulher.

É perceptível aqui a existência de uma relação de mútua dependência entre a vida sexual do casal e o relacionamento conjugal como um todo, de tal forma que seria possível dizer que, embora o sexo não seja "o mais importante" no viver em casal, a satisfação sentida com a vida sexual é essencial para a manutenção e fortalecimento desse relacionamento.

Essas afirmações remetem à questão da 'relação estável', abordada nas discussões de grupo e nas entrevistas. A palavra 'estável'³¹ evoca uma noção de tempo, de permanência, traduzida em uma relação duradoura, mas os homens do grupo incluem outros elementos nessa compreensão, considerados até mais importantes que o tempo e que falam em favor da estabilidade de uma relação. A satisfação com a vida sexual e com o relacionamento como um todo ocupa lugar de destaque dentre outros aspectos, tais como o diálogo, o carinho existente entre o casal, o 'entendimento'³² existente entre o homem e a mulher, as manifestações afetuosas – abraços, beijos e carícias.

Então, na concepção desses homens, um relacionamento duradouro nem sempre é estável. Quando há insatisfação com a vida sexual no casal, a possibilidade de separação é freqüentemente considerada pelo homem, o que o leva a não perceber sua relação como estável, mesmo quando seja duradoura e tenha filhos.

³¹ **Estável** – do latim *stabile*. Adjetivo de dois gêneros; 1. assente, firme, fixo; 2. sólido, permanente, duradouro; 3. que não varia, inalterável; 4. que adquiriu estabilidade (FERREIRA, 1986, p.717). **Estabilidade** – do latim *stabilitate*. Substantivo feminino. 1. qualidade de estável; firmeza, solidez, segurança (FERREIRA, 1986, p.713).

³² **Entendimento** – 1. filos. Faculdade de compreender, de pensar ou de conhecer; 2. juízo, opinião; 3. combinação, acordo, ajuste (FERREIRA, 1986, p.662).

Na estabilidade contam elementos quantitativos mensuráveis em termos de tempo, mas que não têm valor isoladamente; é preciso que ao tempo se somem outros elementos qualitativos eminentemente subjetivos, que indicam a satisfação sentida pelo homem com o relacionamento conjugal como um todo.

A importância central atribuída ao desejo e ao prazer sexual da mulher pode ser percebida também naqueles discursos que revelam insatisfação do homem com a vida sexual do casal. A ênfase colocada nessa questão é tanta que seria possível imaginar uma relação de interdependência vinculando desejo/prazer sexual, satisfação com a vida conjugal e a estabilidade da relação.

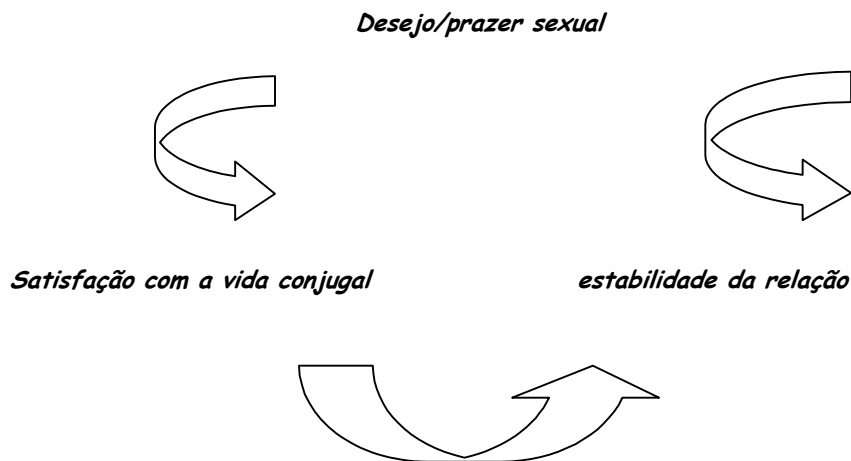


Figura 2 – Representação da interação desejo/prazer, satisfação com a vida conjugal e estabilidade da relação no viver em casal.

Os discursos estabelecem também uma diferença entre ‘fazer sexo’ e ‘fazer amor’, e o aspecto central diferenciador entre eles é a preocupação demonstrada pelo homem com o prazer da mulher. Na forma como é utilizada nos discursos, a expressão ‘fazer sexo’ sugere a satisfação de uma necessidade eminentemente física, o alívio de uma tensão que solicita pouca ou nenhuma preocupação com o prazer da parceira, o que é reforçado pela menção à rapidez com que a relação sexual pode transcorrer. Nessa situação é possível dizer que a mulher ocupa a posição de objeto para a satisfação de uma necessidade do outro.

A expressão 'fazer amor' está intimamente vinculada ao campo dos sentimentos e traz implicações como envolvimento, dedicação de um tempo maior à relação sexual, preocupação com a parceira e com o prazer dela, subentendendo a existência de reciprocidade e o estabelecimento de trocas entre homem e mulher. A mulher, aqui, partilha com o homem a posição de protagonista na relação.

A norma da reciprocidade sexual ocupa lugar de destaque nas relações conjugais, o que está intimamente ligado ao ideal do casamento por amor, dominante no século XX. Assim, a união contemporânea caracteriza-se pelo sentimento amoroso, pelos interesses individuais daqueles que se unem e pelo papel central assumido pela sexualidade (BOZON, 2003, p.133). A vontade de encenar um "desejo compartilhado inscreve a sexualidade em um movimento mais amplo que valoriza [...] a comunicação e a partilha entre os cônjuges" (BOZON, 2004a, p.132).

No que se refere à frequência das relações sexuais, ocorre uma redução das delas no decurso da vida conjugal, de maneira que, no início do convívio, o número de relações sexuais é maior. A redução não é atribuída à falta de desejo, mas às reconfigurações da vida do casal solicitadas pelos movimentos próprios de constituição de uma família, tais como o desejo de construir um patrimônio em comum (casa própria, por exemplo); os filhos; o cuidado que eles solicitam; os limites que isto impõe à liberdade do casal, que precisa regrar o momento e o espaço de seus encontros sexuais; as demandas aumentadas do trabalho, trazidas não só pela necessidade de provimento da família, mas também por uma possível aspiração de ascensão profissional; o cansaço resultante de longos períodos de atividade, somados ao avançar da idade.

Essas modificações são consideradas normais na vida conjugal e solicitam um aprendizado do casal, bem como modificações sucessivas e progressivas na dinâmica do viver. Assim, de uma posição de destaque no início do convívio, o sexo passa a ocupar um lugar dentre outros tantos aspectos do viver em casal, sem que sua importância seja negada. Mais do que uma rotinização pura e simples da vida sexual, isto aponta para a construção de uma parceria que inclui outros elementos

além do sexo e que solicita envolvimento, investimento e compromisso de ambos os parceiros.

É importante notar que a relação de parceria fica mais evidente nos discursos que revelam satisfação com a vida sexual no casal, especificamente naqueles relatos referentes a diversas questões envolvidas no viver cotidiano (dinheiro, compras, dívidas, por exemplo). Neste caso, o diálogo fundamenta as negociações e os acordos estabelecidos.

A insatisfação com a vida sexual coincide com o diálogo empobrecido, com cobranças mútuas e discussões marcando a relação, o que dificulta o estabelecimento de acordos. Parece prevalecer, aqui, a individualidade de cada um.

Bozon (2004b, 2003) aborda as mudanças cotidianas no viver conjugal, dentre as quais destaca a existência de um curso na vida sexual do casal, e sugere algumas fases para ele. Os primeiros dois ou três anos de relacionamento correspondem à **fase nascente** e são dedicados principalmente à construção do casal. O desejo sexual é intenso, com grande atividade sexual, o que é favorecido pelo convívio, pelo reforço nos laços afetivos e pela maior disponibilidade de um para o outro, quando não têm filhos. A iniciativa sexual é mais compartilhada, a fidelidade é altamente valorizada e as disfunções sexuais (ejaculação precoce e falta de orgasmo) são comuns, o que não diminui a satisfação dos parceiros com sua vida sexual. De acordo com Bozon (2004b, p.72), nesse momento “a conjunção entre desejo sexual e envolvimento afetivo atinge [...] um nível que nunca mais será alcançado nas fases posteriores do casal”.

Na **fase estável**, a frequência das relações sexuais diminui e elas passam a servir como um símbolo para reafirmar periodicamente os laços conjugais, atuando na manutenção do casal. Os parceiros estão mais experientes, mais flexíveis e a atividade sexual passa a ocupar um lugar menos central na vida deles. O envolvimento afetivo entre o casal diminui, há um certo grau de divergência de desejo, as disfunções sexuais diminuem, bem como a satisfação com sua vida sexual e o valor atribuído à exclusividade sexual (BOZON, 2004b).

No casal nascente, a relação sexual é marcada por convergência e reciprocidade entre os parceiros, por intensidade e variedade da atividade sexual, o que diminui posteriormente. Bozon (2004a, 2004b) utiliza a denominação 'convergente' para designar os casais nascentes e a denominação 'divergente' para os casais estabilizados.

Alguns fatores contribuem para a estabilização do casal com redução na atividade sexual e, dentre elas, Bozon (2004b) destaca o nascimento dos filhos, a parentalidade e as solicitações da carreira profissional. Na "passagem do casal iniciante, 'convergente', ao casal estabilizado, 'divergente', a procriação é um limiar decisivo" (BOZON, 2004a, p.133).

Esses elementos indicam uma convergência entre os achados desse autor na França contemporânea e as experiências pessoais relatadas pelos homens participantes deste estudo, os quais indicaram o nascimento dos filhos, as exigências da paternidade/maternidade (parentalidade para Bozon), a jornada de trabalho freqüentemente acrescida de horas extras e o cansaço conseqüente a este estado de coisas como fatores importantes na redução da freqüência nas relações sexuais no casal.

Há, entretanto, duas situações a serem consideradas aqui. Uma se refere à diminuição da freqüência nas relações sexuais com a presença de desejo/prazer sexual da mulher, o que atua em favor da satisfação manifestada pelo homem com a vida sexual do casal, onde existe cumplicidade e reciprocidade. Outra situação está relacionada com a diminuição da freqüência nas relações sexuais e 'apagamento' do desejo/prazer da mulher, o que resulta em insatisfação do homem com a vida sexual do casal e com a vida conjugal como um todo.

No que se refere ao desejo sexual, os discursos sublinham a existência de uma diferença entre o homem e a mulher e, de acordo com ela, a mulher tem menos desejo do que o homem, não em intensidade, mas na freqüência com que se manifesta 'espontaneamente'. No mais das vezes, o desejo feminino demanda dedicação de tempo, carinho e atenção para ser despertado. Para o homem, ao contrário, isto parece ser facilmente alcançado.

Uma metáfora muito comum na região em que este estudo foi desenvolvido e utilizada pelos homens que dele participaram, compara o homem e a mulher com fogões a gás e a lenha, respectivamente. No fogão a gás (o homem) o fogo (desejo sexual) é facilmente obtido com o riscar de um fósforo e com o girar de um botão que libere a saída de combustível (um olhar sugestivo, carícias, oportunidade, por exemplo). Da mesma maneira, o fogo pode ser fácil e rapidamente extinto.

No fogão a lenha (a mulher), ao contrário, a obtenção do fogo exige um certo ritual: remover as cinzas do fogo anterior; montar uma pirâmide de gravetos e papel; riscar um fósforo para iniciar o fogo, queimando inicialmente o papel; soprar suavemente para estimular a chama a crescer; obtenção de um fogo tímido que produz pouco calor; alimentar a chama para que o fogo cresça, aquecendo o fogão e o ambiente. Os passos desse ritual são comparados, pelos homens, ao carinho, à atenção, à conversa, às carícias, aos agrados necessários para despertar e/ou aprofundar o desejo sexual da mulher.

Uma vez aceso, o fogo no fogão a lenha se mantém pelo tempo que for alimentado e, interrompida essa alimentação, extingue-se lentamente, mantendo um resíduo de calor e chama nas brasas que possibilita o reavivar do fogo. Entretanto, se as primeiras fases desse ritual forem feitas de maneira errada ou precipitada, o fogo não só não acende, como também produz muita fumaça e desconforto.

Para esses homens, tal como o fogão a lenha, a mulher precisa de cuidados para que seu desejo (fogo) desperte (acenda), embora isto não possa ser considerado como uma regra imutável. Essa interpretação do desejo sexual da mulher permite compreender o valor que os homens atribuem a ele e a ânsia que têm de despertá-lo.

Essas comparações assemelham-se aos achados de Villela e Barbosa (1996, p194-5), os quais indicam que, para o homem, a sexualidade tem conotação de imperativo biológico, uma necessidade cuja insatisfação traria várias conseqüências, como o nervosismo e a irritação. Já para a mulher, o sexo seria uma questão de vontade a ser despertada, o que coloca o desejo sexual feminino como dependente de outros estímulos dentro da relação e faz com que “nunca estejam, *a priori*, preparadas para o sexo”.

A metáfora do fogão indica e dá destaque ao papel desempenhado pelo homem no despertar do desejo feminino em uma relação de casal, ajudando a perceber o valor que têm tanto o desejo quanto o prazer sexual da mulher como elemento para avaliação do desempenho sexual do homem. O fato de a mulher não sentir/demonstrar desejo e/ou prazer sexual pode ser interpretado pelo homem como uma 'falha' sua, ferindo a sua masculinidade, na qual a sexualidade tem um papel central.

Ser homem implica fazer sexo com mulheres – e apenas com elas –, mas é necessário também que elas sintam prazer. Entretanto, isso parece ser especialmente importante no contexto de uma relação como o casamento, em que os sentimentos estão envolvidos, e naquilo que os homens denominam 'relacionamento sério'.

A comparação do homem com um fogão a gás feita na metáfora acima deixa evidente também a conexão comumente estabelecida entre masculinidade e prontidão para o sexo, de acordo com a qual um homem de verdade não perde qualquer oportunidade de manter uma relação sexual, mesmo no espaço de um relacionamento conjugal.

Embora nos discursos os homens afirmem estar sempre dispostos para o sexo e nunca ter acontecido de a mulher querer manter uma relação sexual e eles não, pode-se acreditar que 'sempre' e 'nunca' tenham significados relativos, principalmente se, como eles próprios dizem, o desejo sexual da mulher não é tão freqüente quanto o do homem. Desta forma, uma leitura nas entrelinhas das afirmações poderia indicar que: "estou sempre disposto.....quando ela quer" e "nunca aconteceu dela querer e eu não....mesmo que no começo eu não quisesse e ela tenha precisado insistir". Essa interpretação parece ser validada pela afirmação de que "quando um não quer [tanto o homem quanto a mulher], o outro sempre tenta, mas se não deu, não deu!".

Em virtude disso, não seria equivocado afirmar que tanto o homem quanto a mulher têm seus dias de fogão a gás e também seus dias de fogão a lenha, o que é considerado essencial na relação por possibilitar que a iniciativa de uma relação

sexual seja tomada tanto por um quanto por outro, reassegurando para o homem e para a mulher que ambos gostam de fazer sexo um com o outro e querem fazê-lo.

Sintetizando, os discursos dos homens deixam transparecer dois aspectos no que se refere ao desejo sexual:

1. A existência de uma assimetria entre homem e mulher.
2. A necessidade de reciprocidade de desejo entre homem e mulher para que uma relação sexual seja considerada prazerosa e produza satisfação, configurando-se em 'algo para os dois'.

A princípio, a assimetria não é considerada um problema para o casal **desde que** o desejo feminino possa ser despertado por carícias e atenção mútua; desde que a mulher também tome a iniciativa de uma relação sexual, pelo menos às vezes; desde que ela mostre que gosta das relações sexuais que o casal mantém. Quando isso não acontece, o próprio convívio conjugal fica ameaçado, pois a insatisfação com a vida sexual parece disseminar-se por todos os âmbitos do relacionamento.

Nesse caso, uma espécie de jogo entre o homem e a mulher se estabelece, no qual ele insiste no sentido de manter uma relação sexual, pedindo para que a mulher aceite, enquanto ela resiste, negando, recusando e, finalmente (mas nem sempre), cedendo. O ideal do sexo como 'algo bom para os dois' se transmuta em concessão feita pela mulher diante da insistência do homem, apesar de sua falta de desejo e de prazer, fazendo com que ambos – homem e mulher – sintam-se frustrados e gerando insatisfação com a vida conjugal como um todo.

O sexo considerado como algo que a mulher concede ao homem está presente nas expressões 'ela se entrega' e 'ela dá'. É comum e disseminada a compreensão de que, no sexo, a mulher 'dá' (deixa-se penetrar) para o homem (que a penetra). Entretanto, o uso do verbo **DAR** pode sinalizar também na direção da existência de um certo grau de autonomia feminina que permite à mulher aceitar ou recusar uma relação sexual, garantindo um espaço de poder para si.

A existência desse espaço de poder possibilita à mulher exercê-lo **sobre** o homem em determinadas circunstâncias, punindo-o, premiando-o ou, ainda, fazendo

parte de uma espécie de negociação do casal quando a mulher deseja obter algo. Nessas condições, o sexo assume um valor de troca no relacionamento conjugal. Um exemplo disso surge na afirmação de que a mulher “faz uma pequena jogada”, usando o sexo como uma forma de chantagem para impedir que o homem saia de casa.

A resistência da mulher em manter uma relação sexual pode também fazer parte de um jogo de sedução. Nesse caso, a mulher tem desejo, sente prazer, tem iniciativa, mas resiste como uma maneira de ‘brincar’ com o outro, de aumentar o desejo de ambos. Essa forma de agir é considerada ‘normal’ pelos homens, que também podem comportar-se assim.

De acordo com Bozon (2003, p.147), são comuns as divergências de sexualidade mesmo em casais estáveis, e elas podem manifestar-se por discordância quanto à frequência das relações. Na estabilidade do casal, a sexualidade seria um âmbito masculino, e a mulher assumiria uma atitude de espera – não de passividade – na qual, deixando-se desejar ela pode “adquirir uma influência indireta sobre aquele que deseja, e ter a impressão de controlar o jogo amoroso ou conjugal”.

Essas afirmações vêm ao encontro das considerações tecidas acima sobre o sexo como espaço de poder da mulher, no qual ela ‘joga’ com o homem, negando-se a manter relações sexuais, aceitando ou cedendo. Muitos elementos podem interagir na diminuição ou ausência de desejo e prazer por parte da mulher como, por exemplo, a demanda que os afazeres ligados ao lar e à família exercem sobre ela, à qual podem somar-se as exigências de outra atividade remunerada exercida fora do lar, a pouca participação do homem nas tarefas domésticas, cansaço provocado pelo excesso de trabalho, aspectos ligados à interação entre o casal e ainda aspectos de fundo biológico, como possíveis infecções ginecológicas.

As demandas da vida conjugal e da parentalidade são geralmente maiores para as mulheres e contribuem para a redução do espaço ocupado pela sexualidade no casal, atuando no sentido de um “apagamento progressivo do desejo feminino” (BOZON, 2003, p.147).

Reconhecer essa assimetria, percebendo que o outro – a mulher, neste caso – não está com vontade de manter uma relação sexual, é um aprendizado que o homem obtém no próprio convívio, no conhecimento de si e do outro alcançado no decurso do mesmo, na atenção dirigida ao outro e pela necessidade e desejo de que o sexo seja “algo para os dois”.

A aprendizagem compartilhada pelo homem e pela mulher contribui para que o relacionamento seja avaliado como bom. Ela não acontece apenas no campo do relacionamento sexual do casal, mas em todos os aspectos da vida conjugal, e está ligada à percepção de estabilidade na relação.

De acordo com os discursos que indicam satisfação do homem com a vida sexual do casal, a estabilização traz uma série de elementos que permitem a eles usufruir a vida sexual, como, por exemplo, a paciência, a tranquilidade proporcionada pela existência de um espaço físico e afetivo para o relacionamento sexual sem sobressaltos, o conhecer o outro e o que lhe dá prazer, o grau de intimidade alcançado no casal. A tudo isso se soma a diminuição de uma ‘cobrança’ que parece estar presente no início do convívio e que coloca como uma obrigação o relacionamento sexual diário, bem como a superação de uma aparente timidez inicial.

Entretanto, quando a assimetria no desejo/prazer sexual entre o homem e a mulher representa um problema para o casal, ela tende a aprofundar-se na fase estável da vida conjugal. Nesse caso, a mulher se nega a manter relações sexuais ou então se conforma em fazê-lo, mas jamais toma a iniciativa. Um elemento importante a ser considerado aqui é que, nos discursos que deixam transparecer essa situação, o homem tem uma participação mínima ou nula nos afazeres domésticos, no cuidado dos filhos, e o diálogo entre o casal é pobre, com pouca ou nenhuma participação da mulher na tomada de decisões, especialmente naquelas que envolvem dinheiro.

A mulher, por sua vez, trabalha fora, em jornada de oito horas diárias ou em alguns dias da semana, e assume também a quase completa responsabilidade com as atividades cotidianas do lar. Observa-se, aqui, uma separação mais estrita do trabalho de acordo com o gênero.

Essas observações convergem com o que declara Bozon (2004b, p.101) ao dizer que “à divisão sexual estrita do trabalho corresponde um desejo feminino inibido e, inversamente, à representação de um desejo compartilhado corresponde uma divisão das tarefas e responsabilidades mais flexível e igualitária”. Então, mais do que devido a características sociais e culturais, o compartilhamento do desejo estaria ligado a uma forma de organização do casal e, de acordo com isso, o desejo das mulheres e o desejo mútuo são raramente expressos em uma relação onde prevalece a divisão do trabalho por sexo. Já quando há uma proposição de igualdade ou de cooperação nas tarefas e nas decisões do casal, o reconhecimento de um desejo compartilhado é favorecido, de tal modo que “compartilhar as tarefas e o desejo mútuo vão juntos” (BOZON, 2003, p.147).

No que se refere às práticas sexuais, os discursos indicam aspectos importantes relacionados diretamente com a satisfação/insatisfação demonstrada pelo homem com a vida sexual do casal. Nesse sentido, as manifestações de satisfação estão ligadas a uma busca conjunta de prazer sexual empreendida pelo casal e que se traduz também em práticas sexuais que não se restringem ao sexo vaginal e à posição conhecida como ‘papai e mamãe’.

Em momento algum das entrevistas ou das discussões de grupo essas práticas foram explicitadas, embora ficasse claro que o grande interdito dentre elas é o sexo anal. As referências feitas às práticas são sempre gerais e surgem em expressões como ‘fazemos de tudo’, ‘a gente varia bastante’, ‘nunca fizemos sexo anal porque ela diz que tem a vagina para fazer as coisas, mas outras coisas sim’.

É interessante ressaltar a comparação feita em um dos discursos entre a prostituta e a mulher comportada, de família. Conforme percebo, essa comparação indica que, mesmo mantendo variadas práticas sexuais e obtendo prazer com elas, a mulher as considera – e talvez o homem também – como parte de um mundo e de um modo de vida que não são os seus. Ao comportar-se de acordo com o que acredita ser uma prostituta, a mulher transgride as normas que balizam o que é ser mulher, esposa, mãe de família, inclusive no terreno sexual, conformando o que é permitido e o que é proibido em termos de práticas sexuais.

Parker (1991, p.156) fala da estreita relação existente entre proibição e transgressão, de tal forma que a existência da primeira implica a possibilidade da segunda. Além disso, a localização da vida sexual no âmbito do privado, passando-se longe dos olhos dos outros, em segredo, possibilita que ela tenha seu caráter transformado de tal forma que tudo possa acontecer com uma liberdade de expressão sexual “proibida no mundo exterior”.

Isto pode ser compreendido no contexto de uma ideologia erótica, na qual “as normalmente nítidas distinções entre interno e externo, entre privado e público, de repente se dissolvem e as estruturas da vida diária são reviradas, relativizadas e rearranjadas” (PARKER, 1991, p.157). O rearranjo desses domínios permite que a ordem entre eles seja invertida e a liberdade sexual da rua (práticas sexuais identificadas como ‘de prostituta’, no caso) invada o espaço da casa, possibilitando que entre quatro paredes tudo possa acontecer (PARKER, 1991).

As práticas sexuais identificadas como ‘de prostituta’ têm lugar no âmbito de um relacionamento considerado sério – o conjugal – e traduzem uma transgressão de normas e a invasão do espaço íntimo por características de uma sexualidade associada com o mundo ‘de fora’. Neste particular, os discursos reforçam os achados de Parker (1991).

Entretanto, a liberdade de expressão sexual possível entre quatro paredes pode ser questionada, ou pelo menos relativizada, pela análise atenta dos motivos apresentados pela mulher para tanto, os quais não estão ligados diretamente com a busca de um prazer compartilhado ou como forma de aumentar o seu próprio prazer na relação, mas sim considerando o prazer e o desejo do homem. O único motivo apontado e diretamente relacionado com a mulher indica que, agindo assim, ela se faz gostar pelo homem.

Essas considerações corroboram as afirmações de Leal e Boff (1996, p.130-1), as quais indicam que, de acordo com várias declarações femininas, a esposa ideal é aquela que investe na fidelidade do marido e que busca ‘satisfazê-lo’ sexualmente. Parece haver aqui uma convergência entre estas considerações e as afirmações de Bozon (2004a, p.134) de que se espera que as mulheres estabilizem

e regulem o “desejo dos homens, contendo-os dentro de uma relação amorosa ou dentro de um casal”.

Isso tudo leva a pensar em estratégias utilizadas no relacionamento de casal com vistas a manter e fortalecer o vínculo entre o homem e a mulher, evidenciando o sexo e a sexualidade como um dispositivo de poder, conforme propôs Foucault. A estratégia de poder é utilizada pela mulher como uma maneira de manter o homem ligado a ela, procurando garantir a fidelidade dele. Colocado dessa maneira, fica a impressão de que a mulher utiliza o sexo para manipular o homem, mas não creio que seja assim nos discursos que aqui analiso. Ao contrário, percebo nessa estratégia um indício de que a mulher avalia e reconhece a grande importância da vida sexual no casal para a satisfação sentida com a vida conjugal como um todo e faz um investimento pessoal para isso. Além disso, ela parece considerar verdadeira a idéia de que o homem não vive sem sexo e que, mantendo-o ‘satisfeito’ neste aspecto, ela o mantém também ligado a si própria e à família.

Neste caso, a mulher sente desejo, toma a iniciativa de começar uma relação sexual, está disposta a aceitar novas práticas sexuais, obtém prazer com elas e, ao fazê-lo, espera que o homem lhe seja fiel. Parece valer aqui o princípio de que ‘não é preciso buscar fora o que se tem em casa’.

Essa idéia é reforçada naqueles discursos que indicam insatisfação do homem com a vida sexual do casal, nos quais o fato de a mulher não tomar a iniciativa em uma relação sexual, de aceitar exclusivamente e com restrições o sexo vaginal é apresentado como motivo para os relacionamentos extra-conjugais do homem.

Dentre as práticas sexuais relatadas nos discursos, a penetração vaginal é muito valorizada e apontada como o ápice de uma relação sexual. Nesse contexto, embora os homens afirmem que uma relação sexual envolve outras coisas (toque, carícias), é a penetração vaginal que a caracteriza como tal. Sem ela, a relação é considerada incompleta e insatisfatória. A ‘genitalidade’ do relacionamento sexual traz importantes indícios para a prevenção em DST/aids, na qual a divulgação de práticas sexuais mais seguras e não penetrativas é estratégia amplamente utilizada.

Entretanto, sendo a penetração vaginal tão valorizada, todas as práticas que a excluem não são percebidas como 'relação sexual', mas como preliminares a ela.

Tudo isso reforça a idéia de que as iniciativas de prevenção orientadas essencialmente pelo perfil epidemiológico da epidemia e pela ciência não se aproximam do viver próprio das pessoas. Mas não significa que elas sejam inócuas. Ao contrário, indica que a elas é preciso somar-se um trabalho em menor escala, que tome a experiência das pessoas como base para a promoção da saúde.

Com base no que já foi dito, seria possível pensar na existência de um **núcleo** no relacionamento de casal, que desempenha importante papel na satisfação do homem com sua vida conjugal.

Este núcleo seria formado pelos **sentimentos** existentes entre homem e mulher (amor, carinho, respeito, confiança), por um **projeto compartilhado de vida**, no qual ambos os parceiros cooperam um com o outro nas decisões tomadas e na organização da vida cotidiana; por uma vida **sexual prazerosa**, na qual ambos sentem desejo e tomam a iniciativa. Quando esse núcleo é coeso, os homens manifestam satisfação com sua vida conjugal como um todo e disposição para investir na vida de casal e na família visando fortalecê-las cada vez mais para que possam reforçar sua imagem de homem de verdade para si e para os outros.

Quando esse núcleo é frágil, os homens demonstram insatisfação com sua vida conjugal e especialmente com sua vida sexual, à qual atribuem uma grande importância, destacando-a dos demais aspectos envolvidos no viver em casal. A imagem de homem de verdade fica fortemente abalada.

É possível também perceber matizes diferentes nas características da circulação do poder em ambas as situações. Na **primeira situação**, quando o núcleo é coeso, os discursos apontam para um maior equilíbrio nas relações de poder entre homem e mulher, manifestado no tanto que compartilham as respostas às solicitações cotidianas do viver (serviço doméstico, cuidado dos filhos, compras, administração da renda) e as decisões tomadas na família.

A teia de poder se movimenta, fazendo com que a balança do poder penda ora para um lado, ora para o outro, dando relevo ora à mulher, ora ao homem. Nessa oscilação do poder contam mais as necessidades da família e a disponibilidade de cada um dos parceiros, do que a clássica divisão de tarefas por sexo. Assim sendo, não é possível pensar que tudo o que se relacione ao lar e aos filhos esteja sob o domínio da mulher, enquanto que as finanças da família sejam encargo do homem. Ao contrário, o homem pode cooperar ajudando nos cuidados do lar e dos filhos, participar dividindo integralmente as tarefas com a mulher ou assumindo o papel de principal cuidador no lar (além do seu trabalho remunerado fora de casa). Da mesma forma, a mulher pode limitar-se a opinar na administração da renda da família; definir com o marido o destino que darão a essa renda, participando integralmente das decisões, ainda que ele controle 'a conta no banco'; dividindo com o marido as tarefas envolvidas na administração da renda ou ainda assumindo o principal papel nela.

As diferentes formas de envolver-se na organização da vida e na tomada de decisões é resultado de um processo de negociação estabelecido no casal e mediado pelo diálogo, que demanda envolvimento de um na vida do outro e que é considerado indispensável ao viver em casal para que tudo seja feito de comum acordo e com a participação de ambos.

Na **segunda situação**, quando o núcleo não é coeso, as relações de poder têm assimetrias mais marcadas, com preponderância do homem sobre a mulher. Nesse caso, as decisões tendem a ser tomadas pelo homem, especialmente aquelas relacionadas com a administração da renda familiar e com despesas que envolvem um montante maior de dinheiro. A mulher assume as tarefas relacionadas com o lar, mesmo quando exerce outra atividade remunerada fora dele e só conta com a ajuda eventual do marido em tarefas consideradas masculinas (cortar a grama, capinar o quintal, por exemplo). Prevalece aqui a divisão tradicional das tarefas de acordo com o gênero, cabendo ao homem aquelas relacionadas ao mundo produtivo e à mulher as relacionadas ao mundo reprodutivo.

Fica evidente a dificuldade de separar a vida sexual dos demais aspectos do viver em casal e a relação de mútua dependência existente entre eles. A esse

respeito Bozon (2004a) diz que a íntima relação existente entre sexualidade e conjugalidade torna inconcebível uma relação conjugal sem atividade sexual, de tal forma que a ausência de relações sexuais indica problema conjugal e pode resultar em separação.

Hoje, a atividade sexual conjugal é considerada a própria expressão do *impulso mutuo dos cônjuges*, um em direção ao outro. [...] quer existam filhos ou não, a inatividade sexual põe em perigo a estabilidade da construção conjugal (BOZON, 2004b, p.50, grifo do autor).

As considerações até aqui tecidas remetem a um outro aspecto da vida do casal que está sempre presente, se não de maneira real, pelo menos virtual: a (in)fidelidade.

7.2 (IN)FIDELIDADE E DIZER ‘NÃO’

IDÉIA CENTRAL – amor, família e (in)fidelidade.

DSC 1 – *Eu gosto da minha esposa e sempre falo isso pra ela. Nós temos realmente um relacionamento de amor; o meu amor é todo dela e sou fiel a ela. Eu aproveitei a minha vida e pensava que um dia eu ia encontrar uma companheira e sossegar; por isso, nunca tive um caso fora com outra mulher. Eu pensaria muito bem antes de fazer isso porque eu posso destruir uma vida inteira, a minha família, por causa de uma transa e é difícil construir uma família. E eu me cuido o máximo porque eu sei que se você toma umas cervejas, começa a prestar atenção no que tá acontecendo e acaba esquecendo que tem família. Sempre penso que eu gosto dela e de mim também; se eu sair posso pegar uma doença e levar para ela, mas a doença vai estar primeiro em mim! Então, mesmo sabendo que se saísse ia usar preservativo, eu não tenho vontade.*

Claro que a gente olha as meninas duvido que algum homem não olhe! A gente sente vontade, já teve oportunidade, mas se controla por que eu sei que quando chego em casa, ela está lá. E se o casamento terminasse, meus filhos não iam ter o pai por perto para dar o exemplo, e eu também não ia ter eles perto de mim. O prejuízo maior ia ser meu. Então, eu decidi ser fiel porque se eu não for fiel, como posso querer que ela seja?

A fidelidade é um princípio no meu casamento e eu acho que ela é principalmente individual, da iniciativa de cada um. É como uma troca: depende dela também ser sincera comigo e se nós estamos bem, vou continuar mantendo; a partir do momento que não estiver bem, me separo ANTES de sair pegar mulher fora. Eu escolhi ser assim e a gente confia um no outro. O que eu quero é ter uma vida boa, sem complicação e um caso fora é complicação. Então, a fidelidade é tudo isso. Não é só sexual! O sexo é uma consequência; faz parte do casamento e a fidelidade também.

DSC 2 – *Lógico que neste tempo de casamento aconteceram traições porque você acaba saindo e conhecendo pessoas que te dão curiosidade e outras que vão te influenciando, te levando pelo caminho. Além disso, eu acho que o cara também busca uma mulher fora se não está feliz em casa porque, tendo uma boa relação em casa, não precisa sair para ter relações com outras. Ou então ele não aproveitou a vida como devia. A mulher também busca fora o que não tem em casa. Se ela sai só para transar é por que a transa em casa não funciona; se ela se interessa por outro homem, é por que o marido em casa não está dando o carinho, o amor que ela precisa e dá espaço para ela ‘aprontar’. Eu acho que você vai buscar o que não tem em alguém e isso não só com sexo; tudo o que você não tem, você vai buscar.... é natural que o ser humano vá buscar. Então, às vezes trair é uma necessidade. E pra que tudo corra bem num casal, eu acho que um lado tem sempre que ceder e compreender*

Nas vezes que aconteceu comigo, sempre foi a mulher que procurou; eu nunca tomei a iniciativa, nunca partiu de mim o ataque e nada disso teve interferência no meu casamento. Nunca deixei de gostar da minha esposa, nunca deixei minha família de lado como muitos fazem e começam a dar dinheiro para as outras. Minha família está acima de tudo mesmo! Há um tempo atrás, me envolvi com uma moça e naquela vez eu fui infiel; fui duas ou três vezes na casa dela. Depois, conversei com ela e disse que eu gostava de verdade da minha mulher, que já tinha filho, que seria difícil e a gente foi se distanciando. Eu acho que a família tem que ser preservada. Se você transa com uma mulher, acaba gostando dela, mas não a ponto de se separar para ficar com ela. Não vou me separar da minha mulher, pra ficar com uma que eu fico agora que sou casado! Ela pode fazer com outro cara a mesma coisa que faz comigo hoje.

IDÉIA CENTRAL – INFIDELIDADE COMO MOTIVO PARA SEPARAÇÃO.

DSC 1 – *Se eu descobrisse alguma coisa da minha esposa, acho que seria a separação na certa porque eu acho que jamais admitiria uma coisa assim. É uma coisa que eu não aceito. Eu penso isso e ela com certeza também pensa assim, mas como ela não sabe do que eu fiz, tá bem assim. Acredito eu que minha esposa jamais fez isso comigo, mas se um dia acontecer, tudo bem! A gente senta, conversa numa boa e cada um vai pro seu lado.... lógico, eu tô pensando no lado machista, mas eu sou machista neste ponto.*

DSC 2 – *Para mim, casamento é escolher uma pessoa para viver a vida. Isso que é bonito! Para isso, é preciso ter respeito um pelo outro, porque se eu souber que minha esposa mexeu ou saiu com outro homem, vou achar que não tem mais respeito comigo e aí o casamento acabou. Isso eu não admito! Mas se eu não respeitar a minha esposa, não posso esperar que ela me respeite.*

Fidelidade e infidelidade parecem ser pensadas no relacionamento conjugal como uma díade na qual uma não é lembrada sem a outra, em que uma nega a outra e não convive com ela.

Dessa forma, o homem que se identifica como fiel à mulher na sua relação conjugal o é como uma maneira de demonstrar respeito pela companheira e esperando que, sendo fiel, ela também o seja. Quer dizer, o temor da infidelidade do outro leva à fidelidade.

Nos discursos, a fidelidade surge como uma escolha feita pelo homem intimamente ligada ao amor pela esposa e à decisão de abandonar a vida sem responsabilidades da juventude em favor de um compromisso. Retomando o que foi discutido sobre o homem, essa atitude é coerente com a busca pelo reconhecimento como homem de verdade, a qual solicita amadurecimento, exigindo o abandono da fase machão-pegão, marcada pela falta de responsabilidade e por vida sexual com diferentes parceiras.

Assumir um compromisso com uma mulher e preparar-se para constituir uma família significa identificar a si próprio como adulto maduro o suficiente para responder às demandas desse período da vida, cumprindo os mandatos de uma maneira que permita aproximar-se daquele ideal almejado de homem de verdade.

Entretanto, essa não é uma passagem tranqüila. Ao contrário, demanda empenho do homem, que deve se esforçar para exercer controle sobre si próprio, sobre seus desejos e sobre seus impulsos. Escolher ser fiel e manter-se assim implica o desenvolvimento de um intenso trabalho sobre si, o que coloca a fidelidade no âmbito daquilo que Foucault denomina **cuidado de si**.

Nesse caso, o trabalho desenvolvido por estes homens sobre si próprios aproxima-se daquilo que Foucault (1998, p.15) identifica nas culturas grega e greco-latina como “artes da existência” ou “técnicas de si”, entendidas como práticas refletidas e voluntárias dos homens, que fixam regras de conduta para si e procuram transformar-se, fazendo de sua vida uma obra com valores estéticos e com critérios de estilo.

Os discursos sugerem que a fidelidade não pode ser compreendida unicamente entre homem e mulher na relação de casal, pois ela se estende à família também. Há aqui novamente uma vinculação clara com o ideal de homem de verdade, que tem a família e os filhos como valores centrais, valorizando a

paternidade e a importância do pai como exemplo dentro de sua própria casa. A busca pelo reconhecimento como homem de verdade oferece o pano de fundo sobre o qual o exercício da fidelidade é praticado.

Ser fiel é parte do investimento pessoal que o homem faz na relação conjugal, mas a contra-partida da mulher é importante e, embora a fidelidade seja considerada uma iniciativa individual, subentende reciprocidade (novamente ela!), dependendo também da participação da mulher e da sinceridade dela para que um possa confiar no outro. É importante ressaltar que, na maneira como é empregada nos discursos, sinceridade é sinônimo de fidelidade. Assim, ser sincero com o outro significa ser fiel a ele(a).

Confiar na reciprocidade da fidelidade é um estímulo para manter-se fiel à relação. Assim, confiança e fidelidade interagem, fortalecendo o relacionamento conjugal, para o que é essencial também sentir satisfação com a vida sexual do casal.

Se a fidelidade traz implícita a idéia de um intenso trabalho exercido sobre si e é colocada como uma escolha individual, que solicita a sinceridade/fidelidade do outro para manter-se, o mesmo não acontece com a infidelidade. Nesse caso, os aspectos que a motivam são sempre localizados em outra pessoa que não o próprio homem, que o teria 'levado' a ser infiel.

Conhecer uma mulher que 'desperte' a curiosidade do homem é um fator envolvido na infidelidade e que coloca o homem na posição passiva tanto frente à mulher que foi ativa ao despertar a curiosidade dele, quanto frente à sua imagem de homem, que, de acordo com a interpretação que ele lhe dê, dificulta-lhe a recusa ou o impede de dizer não a qualquer oportunidade de manter uma relação sexual.

Essa noção de 'passividade' masculina na infidelidade é reforçada naquelas afirmações que indicam não ter sido o homem a 'atacar' a mulher, mas, ao contrário, o 'ataque' partiu dela, envolvendo-o na infidelidade. Nesses casos, a linguagem de guerra contribui para reforçar a consideração que o homem faz de si como uma vítima das circunstâncias, um coadjuvante que atua para atender à vontade da mulher, atriz principal nesse cenário.

Na questão da infidelidade, os discursos sugerem sempre a existência de culpados, os quais incluem a mulher que deixa o homem curioso e a mulher que 'ataca' o homem, as quais são 'de fora'. Além delas, há também a esposa, cujo comportamento leva o homem a 'buscar fora o que não tem em casa', o que envolve outras coisas além de sexo como, por exemplo, diálogo, compreensão, amor. Situação semelhante foi identificada por Silva (2002, p.43) em estudo desenvolvido com homens no Rio de Janeiro, os quais indicam que a satisfação sexual encontrada dentro do casamento evita que o homem vá buscar essa satisfação "fora". A idéia de busca enfatiza a infidelidade como um recurso empregado para satisfazer uma necessidade de sexo considerada própria do homem e uma necessidade criada pela insuficiência de sexo em casa.

Parece haver sempre o estabelecimento de uma relação de causa e efeito, na qual a infidelidade é o efeito, a consequência de outras coisas que se localizam 'fora' do homem e fogem da sua vontade e das suas possibilidades de escolha. Essa maneira de interpretar não se restringe à infidelidade masculina, mas inclui a feminina, na qual o homem dá motivos para que a mulher o traia, justamente por não oferecer em casa algo que ela precisa, quer seja sexo ou afeto.

Entretanto, embora a possibilidade de infidelidade feminina seja reconhecida, com causa possivelmente localizada no homem, a tolerância para com ela é diferente. No caso de ser infiel, o homem fará todo o possível para manter uma aparência de fidelidade que afaste suspeitas por parte da mulher, pois essas suspeitas poderiam representar uma ameaça à fidelidade dela para com ele. Ao mesmo tempo, o homem espera que, caso saiba, a mulher ceda e compreenda em favor da vida em casal, em família.

Ao contrário, a infidelidade feminina seria considerada motivo suficientemente forte para romper os vínculos que unem o casal, provocando a separação. Nos discursos que revelam a fidelidade do homem à mulher e à vida conjugal/em família, a separação se daria em função da quebra de um acordo do casal, do desrespeito a um princípio do casamento, indicando falta de respeito com o outro e quebra da confiança entre o casal, o que impossibilitaria o convívio. Resultados semelhantes foram encontrados por Silva (2002) no Brasil e por Olavarria, Benavente e Mellado

(1998) no Chile.

Naqueles discursos que indicam a infidelidade masculina, as justificativas para a separação são vinculadas ao machismo, segundo o qual um homem de verdade não aceita a infidelidade da mulher, que o diminui como tal, ferindo-o na sua virilidade. Empregando uma palavra muito utilizada popularmente e muito comum na fala destes homens, por motivos diferentes homens fiéis e infiéis não aceitariam placidamente a condição de ‘cornos’³³.

No que se refere à importância atribuída à infidelidade, os discursos evidenciam três posições diferentes:

1. Uma primeira posição, que condena veementemente a infidelidade no casal tanto por parte do homem como da mulher, justamente por considerar a fidelidade como um princípio fundamental do viver conjugal, intimamente vinculado ao amor, ao respeito, à confiança, valores essenciais para a manutenção da família. Nesta perspectiva, a fidelidade é qualidade desejável em um homem de verdade. Há uma expectativa de fidelidade recíproca, estabelecendo uma troca no casal; o homem exerce contínua vigilância sobre si para manter-se fiel e espera o mesmo da mulher, com cuja infidelidade seria intolerante.

2. Uma segunda posição relativiza a importância da infidelidade masculina no casal, compreendendo-a como eminentemente física, não interferindo no afeto pela esposa e nos cuidados com a família. Nessa relativização, as relações extra-conjugais ocasionais e passageiras não são consideradas como infidelidade, apesar de serem tidas como traições. Para ser considerada como tal, a infidelidade parece solicitar um tempo maior de relacionamento, encontros repetidos com a mesma pessoa, em um envolvimento que pode ultrapassar o interesse sexual (“naquela vez eu fui infiel; fui duas ou três vezes na casa dela”). As traições e infidelidades são mantidas em segredo como uma forma de preservação da família, colocada “acima de tudo”.

³³ Corno – substantivo masculino; apêndice duro e recurvo que guarnece a frente de alguns animais; aspa, binga, guampa, chifre. Utilizado em gíria e em linguagem chula para designar o marido de adúltera; chifrudo, cornudo, guampudo, galhudo, aspudo (FERREIRA, 1986, p.480).

3. Uma **terceira posição** coloca a infidelidade como conseqüência de uma insatisfação com a vida conjugal, especialmente com a vida sexual, o que cria a necessidade de buscar satisfação ‘fora’ de casa.

A fidelidade do homem à companheira, à sua relação com ela e à família pode configurar-se em regra colocada para si próprio e os discursos indicam que isso de fato ocorre. É reconhecida e aceita como algo ‘verdadeiro’ na relação conjugal, fazendo parte de um código que orienta a conduta do homem.

Problematizando a moral da atividade sexual entre os gregos, Foucault (1998, p.27) ressalta que para cada código de orientação de conduta existem diferentes maneiras de conduzir-se moralmente e que essas diferenças situam-se em vários pontos, conforme segue:

1. **Substância Ética**: trata da maneira como o indivíduo deve constituir uma parte de si mesmo como elemento principal de sua conduta moral. No campo da atividade sexual, refere-se à noção de **aphrodisia**, ou seja, “atos, gestos, contatos que proporcionam uma certa forma de prazer” (FOUCAULT, 1998, p.39) e que não se limitam ao que se compreende, hoje, como ‘sexual’.

2. **Modos de Sujeição**: trata da maneira como o indivíduo se relaciona com certa regra, vendo-se com a obrigação de praticá-la. Tomando em consideração a atividade sexual, refere-se à noção de **chresis**, ao uso feito dos prazeres para que sejam moralmente valorizados.

3. **Formas de Elaboração do Trabalho Ético** efetuado sobre si mesmo para conformar seu comportamento a uma regra e também para transformar-se como “sujeito moral de sua própria conduta” (FOUCAULT, 1998, p.27). A noção presente aqui é a de **enkrateia**, domínio exercido sobre si para constituir-se como sujeito moral, que traz a idéia de moderação.

4. **Teleologia**³⁴ **do Sujeito Moral**, segundo a qual uma ação é moral em si mesma, na sua singularidade, por sua inserção e pelo lugar que ocupa no conjunto

³⁴ **Teleologia** – (do grego **telos**: fim, finalidade e **logos**: teoria, ciência). Termo empregado por Christian Wolff para designar a ciência que estuda os fins, a finalidade das coisas, constituindo, assim, seu sentido, em oposição à consideração de suas causas ou de sua origem. Concepção

de uma conduta. Está ligada à noção de **sophrosune**, à temperança, objetivo da *enkrateia*, que caracteriza o sujeito moral em constituição (FOUCAULT, 1998, p.37).

De acordo com Foucault (1998, p.28), uma ação moral não se resume a ato ou atos que seguem regras e leis de um determinado código, mas implica uma relação consigo na constituição de si como “sujeito moral”.

Focalizando a questão da fidelidade no casal tendo em mente as diferentes maneiras de conduzir-se e os pontos nos quais essas diferenças se situam, seria possível identificá-las(os) nos discursos aqui apresentados, de tal forma que:

1. Como **substância ética**, o essencial da fidelidade pode manifestar-se no respeito às regras relativas a ela, colocadas na relação conjugal; **e/ou** na vigilância de si e na luta consigo para alcançar o domínio sobre si próprio; **e/ou** na qualidade da relação entre o casal e nos sentimentos que os unem; **e/ou** na preservação da família e da convivência com os filhos; **e/ou** na tentativa de assegurar a fidelidade da mulher; **e/ou** na escolha pessoal; **e/ou** no temor de contrair uma doença sexualmente transmissível, tal como a aids.

2. De acordo com o **modo de sujeição**, a fidelidade pode ser praticada por aceitação da regra que a impõem e submissão a ela; **ou** por acreditar que a fidelidade seja essencial ao comportamento adulto responsável e compatível com o ideal de homem de verdade; **ou** sendo aceita e defendida abertamente, embora sem ser seguida; **ou** sendo interpretada como relativa ao amor, o que promove uma separação entre sentimento e sexo, na qual o sexo praticado sem amor não se configura em infidelidade, por não interferir no sentimento nutrido pela esposa e pela família; **ou** sendo fiel sucessivamente a diferentes mulheres, o que caracterizaria uma espécie de fidelidade ‘seriada’³⁵.

3. Na **elaboração do trabalho ético** exercido sobre si, a fidelidade pode ser buscada continuamente através de uma luta permanente travada consigo próprio no

segundo a qual certos fenômenos ou certos tipos de comportamento não podem ser entendidos por apelo simplesmente a causas anteriores, mas são determinados pelos fins ou propósitos a que se destinam (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996, p.258).

³⁵ A expressão ‘seriada’ foi utilizada por Vieira et al (2000, p.1005) e por Vieira et al (1999, p.333) em referência à monogamia. Tomo-a emprestada por considerá-la compatível com a discussão sobre fidelidade que tem lugar neste estudo.

sentido de exercer domínio sobre si, a qual pode ser pontuada por erros, acertos, sucessos e fracassos que contribuem para a constituição de si; **ou** como algo cujo respeito/desrespeito está condicionado a fatores externos que ‘levam’ o homem a ser fiel, infiel e/ou a trair.

4. De acordo com a **teleologia do sujeito moral**, a fidelidade sempre tem valor em si mesma – embora alguns discursos a valorizem especialmente quando se refere à mulher –, mas ocupa lugares diferentes no conjunto de condutas dos homens:

A) pode ocupar um **lugar de importância central** no relacionamento do casal e na conduta do homem, valorizada por representar compromisso, maturidade e responsabilidade compatíveis com o ideal almejado de homem de verdade; **e/ou** por representar um tributo à esposa em função do amor sentido por ela; **e/ou** por traduzir um acordo do casal, que a estabelece como uma troca necessária à manutenção e ao fortalecimento da vida conjugal; **e/ou** por ser uma maneira de valorizar uma relação duradoura que lhe dá satisfação e que não pode ser colocada em risco por relacionamentos ocasionais de cunho sexual.

B) pode ocupar um **lugar de importância relativa** no relacionamento de casal, porque o homem considera que as causas de sua possível infidelidade ou de traições independem dele, situando-as fora de si próprio: quando falta algo no relacionamento que o obriga a buscar fora dele; **e/ou** é ‘atacado’ por outra mulher que o leva à infidelidade/traição por uma série de motivos; **e/ou** porque fica ‘feio’ para o homem dizer não; **e/ou** porque considere ‘trair’ como algo perdoável no comportamento do homem e condenável no da mulher; **e/ou** porque situe a fidelidade no campo dos sentimentos e não do relacionamento físico; **e/ou** porque diferencie infidelidade de traição, o que lhe permite manter relações sexuais ocasionais com outras mulheres sem considerar-se infiel.

É importante notar que a fidelidade não se refere somente à esposa, mas é interpretada com relação à família como um todo. A família parece ser compreendida

como o núcleo que inclui a esposa e os filhos, bem como as relações com as famílias de origem do casal. Manter-se fiel à esposa é uma maneira de assegurar a manutenção da família como um todo.

As considerações tecidas acima permitem pensar na fidelidade como elemento central na constituição de si como homem de verdade, quer ela se refira à fidelidade do homem à mulher, quer se refira à fidelidade da mulher ao homem; quer seja interpretada como um princípio que integra sentimentos e relacionamento sexual numa relação de exclusividade mantida com a esposa, quer sua interpretação revele uma dicotomia entre sentimento e relacionamento sexual, definindo uma relação de exclusividade afetiva com a esposa e de diversidade sexual com outras parceiras além dela.

Embora em sua análise haja referência à fidelidade como elemento na constituição de si, Silva (2002) indica que, para os homens participantes do seu estudo, há a representação de que ser infiel equivale a mentir para si mesmo, afirmação que não se distancia do que é aqui proposto na análise da (in)fidelidade a partir da perspectiva do cuidado de si de Foucault.

Bozon (2004a, p.131), por sua vez, faz referência à fidelidade como uma norma situacional vinculada à estabilidade da relação. De acordo com isso, as relações extraconjugais tenderiam a ser menos condenadas tanto por homens quanto por mulheres quando o casal existe há mais tempo, ao passo que a fidelidade seria essencial nos casais iniciantes.

Estabelecendo uma comparação entre essas afirmações e os achados deste estudo, nada no que os homens dizem aponta para uma menor condenação da infidelidade naqueles casais considerados estáveis – pelos parâmetros de BOZON (2004b; 2004a; 2003) e pelos seus próprios. Ao contrário, tanto a fidelidade masculina quanto a feminina são essenciais à relação e traduzem um compromisso consigo próprio, com seus valores e princípios, bem como com o outro e com a família.

A meu ver, a fidelidade é valorizada mesmo por aqueles homens que se dizem infiéis, pois falam da infidelidade sempre como um erro que eles ‘cometem’,

embora sempre levados por outras razões além de sua própria vontade. Em todos os casos a fidelidade feminina é altamente valorizada e a infidelidade da mulher é sempre condenável.

A possibilidade de infidelidade por parte da mulher atemoriza o homem e o ameaça. Esse elemento faz com que a hipótese de separação da esposa para unir-se à mulher com quem 'sai', com quem tem/teve um 'caso' ou uma relação extraconjugal ocasional, é descartada justamente por temer que esta sua mulher o traia ou lhe seja infiel no futuro. Essa maneira de pensar recoloca em evidência a classificação das mulheres em diferentes 'tipos', segundo a qual a mulher que fica com um homem casado não é séria e, logo, dificilmente elegível para uma relação duradoura e às vistas dos outros com este mesmo homem. Em outras palavras, a compreensão que o homem tem de que ela é uma mulher para o sexo dificilmente se modifica, justamente porque ela o ameaça com a possibilidade de lhe ser infiel..

A fidelidade é então um elemento considerado essencial no relacionamento conjugal e na busca pelo ideal de homem de verdade. Entretanto, os discursos aqui analisados indicam que fidelidade não é uma palavra cujo significado seja universalmente compreendido de uma única maneira. Ao contrário, sua polissemia fica evidente nas diferentes maneiras de interpretá-la e de vivê-la manifestadas pelos homens participantes deste estudo.

Essa constatação traz implicações para o trabalho de prevenção no campo das DST/aids, no qual a fidelidade tem sido enfatizada como elemento central para o controle do avanço da epidemia. Assim, é possível que a fidelidade seja interpretada e vivida em um relacionamento de casal como exclusividade sexual e afetiva entre homem e mulher. É possível também que aconteçam traições que não sejam consideradas como infidelidade por se restringirem ao relacionamento físico, sem envolvimento afetivo entre os parceiros.

Além disso, o homem pode ser infiel à esposa e manter uma relação extraconjugal, mas ser fiel no âmbito dessa relação, o que significa 'sair' ou 'ficar' com apenas uma mulher a cada vez. A fidelidade deixa de ser considerada como elemento essencial a uma relação que implica um projeto de vida em comum para ser ressignificada nos outros relacionamentos, menos duradouros, e

circunscrevendo-se ao tempo de duração deles. Seria possível dizer que é importante ser fiel um ao outro enquanto estiverem juntos, independentemente do lapso de tempo que isso implique. Significa ser fiel sucessivamente a diferentes parceiros(as) em diferentes relações.

Tudo isso indica a fragilidade do argumento da fidelidade utilizado nas iniciativas de prevenção em DST/aids, mas não significa que ele não deva ser utilizado. Creio que, além das campanhas de massa, ele possa ser utilizado nas iniciativas de menor escala, com pequenos grupos ou mesmo com indivíduos – um a um. A maneira de utilizá-lo pode ser diferente, partindo da compreensão que o próprio grupo ou indivíduo tem do significado da fidelidade, da forma como a vê na sua própria vida. Sem abandonar o suporte dos avanços científicos já conquistados na área, seria possível desenvolver um diálogo em torno de diversas questões nela envolvidas, suscitando questionamentos sobre as verdades de cada um e de todos os participantes. Nessa forma de atuar, as orientações cientificamente fundamentadas não seriam abandonadas, mas utilizadas a partir da demanda do grupo ou do indivíduo.

Da forma como vejo, essa forma de atuar é coerente com o cuidado de si proposto por Foucault, posto que o diálogo abre a possibilidade de cada um e de todos questionarem suas próprias verdades, seus valores, seus modos de viver e seus códigos de conduta, desenvolvendo um trabalho sobre si no sentido de aproximar-se daquele ideal de homem que têm para si, delineado sob a influência de diversos aspectos socioculturais. Assim, a fidelidade poderia ser considerada não como norma imposta a todos, mas como escolha na constituição de si como homem.

Isto está diretamente ligado à(s) maneira(s) de interpretação do ser homem de verdade, a qual, no mais das vezes, baseia-se em estereótipos que enfatizam a sexualidade incontrollável, imperativa, em que a prontidão para o sexo, o não negar-se a manter uma relação sexual é característica central e contribui para aumentar a vulnerabilidade do homem às DST/aids.

Suscitar o diálogo e a discussão em torno de questões aceitas como ‘verdades naturais’ pode possibilitar a percepção dos limites delas, da existência dos estereótipos e das demandas que eles exercem sobre o homem. Perceber essas

coisas é, para mim, o primeiro passo para o não conformar-se a elas, para resistir a elas e para tentar mudá-las.

IDÉIA CENTRAL – É DIFÍCIL PARA O HOMEM DIZER ‘NÃO’

DSC 1 – *Quando o homem diz que não, passa por frouxo. Se a mulher diz que não, é não! Já para o homem é mais difícil; fica feio para ele, fica esquisito. Você fica pensando no que o outro homem ou a outra mulher vão pensar de ti. A primeira coisa que as mulheres vão dizer é: ‘Ah, esse cara é broxa!’³⁶. É como se tivesse que manter uma imagem.*

Eu já fui cantado várias vezes; isso acontece muito. Eu digo que conversamos noutra hora, ignoro, dou risada, invento alguma desculpa. Sempre encontro a melhor forma de desviar. Eu acho que me safo bem! Tem homem que acha que tem que aceitar por que senão, não é homem.

Mesmo no casamento é assim por que não é todo dia que se está disposto a ter relações sexuais. Em casa, muitas vezes a minha mulher toma a iniciativa e eu não quero, mas eu nunca digo não: ou tenho relação com ela, ou tento convencer para não ter, desvio, vou dormir antes, vou dormir depois ou bem depois. Eu acho que mais de um já fez isso na vida. Depois de certo tempo de casado, até é possível dizer, mas fora de casa é mais complicado!

DSC 2 – *Eu acho que se eu gosto da minha esposa, vou estar sempre pronto para ela. Se ela me procurar, eu não posso dizer que não quero sem motivo. Isso nunca aconteceu. Toda vez que ela me procurou, eu aceitei. Para mim é normal assim. Acho que para a mulher é diferente.*

Recusar-se a manter uma relação sexual, tanto no âmbito do relacionamento de casal, como com outras possíveis parceiras, representa uma ameaça à imagem do homem, justamente por possibilitar questionamentos sobre sua virilidade, sobre sua potência sexual. Os resultados obtidos por Guerriero, Ayres e Hearst (2002, p.53) em um estudo sobre masculinidade e vulnerabilidade ao HIV indicam a crença que o homem nunca deve recusar uma mulher para relacionamento sexual, pois, ao agir assim, será considerado “menos viril por ela e pela comunidade à qual, ele imagina, ela divulgará a informação”. Então, o temor de que sua recusa seja

³⁶ **Broxa** – substantivo masculino usado no Brasil para indicar, em linguagem chula, um indivíduo sem potência sexual. Broxar – verbo; perder ocasional ou definitivamente a potência sexual; tornar-se broxa (FERREIRA, 1986, p.288)

publicamente conhecida constitui-se na “razão social” para não recusar sexo (SALEM, 2004, p.24).

A necessidade de manter uma imagem viril e uma reputação compatível com ela torna difícil para os homens dizer ‘não’. Para evitar riscos, esses homens evitam fazer uma negação direta empregando a palavra **NÃO** e, ao invés, lançam mão de uma série de estratégias que lhes possibilitem fugir da situação, desviando-a. Nesse esforço vale fazer-se de desentendido, interpretar como uma brincadeira, marcar um encontro ao qual não tem intenção de comparecer, inventar um compromisso anteriormente assumido ou propor uma conversa para qualquer momento inespecífico do futuro.

Essa forma de agir parece alinhar-se com o que diz Salem (2004, p.18) sobre a “incompatibilidade entre negar sexo e a condição de ser do masculino”, a qual se fundamenta em uma teoria sexual pulsional. Nessa forma de interpretar, ser homem implicaria uma “dificuldade em resistir aos apelos do sexo ou às investidas femininas”. Esta seria uma faceta da ‘natureza’ masculina abordada por Silva (2002, p.43), em que a necessidade de sexo, conseqüente de um instinto animal ‘incontrolável’, torna muito difícil para o homem ‘negar fogo’ quando é abordado por outras mulheres, primeiro, porque ele ‘é homem’ e, segundo, porque não é ‘gay’ nem ‘boneco’. A natureza muito mais sexual do homem resistiria, assim, ao próprio controle dele.

Conforme interpreto, mesmo percebendo que a onipresente disposição para o sexo não se revela em sua própria vida, esses homens não a contestam ou negam. Apesar de não concordarem com esta essa norma, não se opõem diretamente a ela, mas criam formas de resistência que lhes permitam burlá-la e, ao fazer isto, contribuem para reforçá-la.

No âmbito do relacionamento conjugal e no que se refere a sexo, o uso da palavra ‘**não**’ também é censurado, mesmo por aqueles homens que afirmam manter um bom nível de comunicação e diálogo com a mulher. A possibilidade de negar-se a manter uma relação sexual com a esposa é admitida depois de algum tempo de convívio, mas não sem dificuldades. No caso de a mulher manifestar desejo sexual, ou em caso de o homem simplesmente antecipar que ela venha a

fazê-lo, ele retarda o momento de deitar, fala do cansaço que sente ou, ainda, mantém relação sexual, mas não se nega diretamente a fazê-lo.

Ao agir assim, o homem procura preservar sua imagem de homem para si e para os outros, sem que sua virilidade seja questionada. Neste particular, a opinião dos outros, homens e mulheres, é muito importante. Seguindo esta lógica, parece plausível que os homens se envolvam em relações sexuais ocasionais e não desejadas para manter uma imagem viril frente a outros homens e mulheres.

Aceitar manter uma relação sexual em resposta à iniciativa da mulher é também considerado uma maneira de reafirmar o afeto pela esposa, de tal forma que “...se eu gosto da minha esposa, vou estar sempre pronto para ela”. Mesmo nessa situação, a interdição ao uso do não fica clara na afirmação “...não posso dizer que não quero”. Nessa forma de compreender, o ‘não querer’ parece abrir espaço para o surgimento de dúvidas e questionamentos em torno do afeto existente no casal, da existência ou não de desejo e da fidelidade do outro à relação.

Para o homem, negar-se a manter uma relação sexual abre a possibilidade de questionamento sobre sua masculinidade e sua virilidade, bem como sobre seu *status* de homem de verdade. Já para as mulheres, a situação é vista de maneira diferente, posto que parece ser direito legítimo delas fazê-lo, assegurado pelo fato de serem “diferentes”. Essa compreensão vem ao encontro do que diz Bozon (2003, p.146). De acordo com este autor, admitir que não tem desejo sexual não abala a identidade social da mulher, especialmente se ela tem filhos. O mesmo não acontece com o homem, para quem a ausência de desejo sexual ameaça sua identidade como tal.

Esta situação deixa evidente o peso que as demandas envolvidas no processo de tornar-se homem exercem sobre esses homens, contribuindo para que sejam vulneráveis não só às DST/aids, mas a muitas outras situações da vida cotidiana. Novamente os esforços de promoção da saúde na perspectiva do cuidado de si podem questionar os estereótipos de masculinidade tão arraigados na sociedade como um todo e, ao questioná-los, abrir uma possibilidade de diferenciá-los. Nestes moldes, dizer ‘não’ é uma maneira de transgressão à ordem estabelecida.

7.3 UNINDO OS PONTOS

Os elementos 'amor, desejo, prazer e fidelidade', definidos e aceitos como verdadeiros em uma relação conjugal, delineiam uma maneira de viver em casal construída no cotidiano com o investimento, o envolvimento e a participação de ambos os parceiros. Nessa construção, os parceiros podem interpretar a vinculação existente entre estes elementos de forma estrita ou relativa.

A) Uma **interpretação estrita** considera amor, desejo, prazer e fidelidade intimamente ligados entre si e interdependentes, de tal forma que um retroalimenta o outro, tornando-os inseparáveis e sem valor isoladamente. Entretanto, a constituição de uma maneira de viver em casal segundo essa compreensão não é fruto apenas da aceitação dela; ao contrário, é necessária a realização de um trabalho contínuo para torná-la realidade.

Essa forma (estrita) de interpretar vincula o viver em casal com o próprio homem e com a busca constante por ele empreendida no sentido de alcançar aquele ideal de homem de verdade que tem para si, delineado a partir de uma série de demandas e expectativas socioculturais. Dessa forma, a vinculação entre amor, desejo, prazer e fidelidade no viver em casal faz parte da constituição de si próprio como homem de verdade, e sua interpretação não se circunscreve ao campo do relacionamento sexual.

A constituição como homem de verdade solicita a realização de um trabalho sobre si mesmo no sentido de alcançar soberania sobre si, no que está incluído o campo afetivo-sexual do viver e os elementos no processo de tornar-se homem que ele engloba (vida sexual, casamento, família e filhos). Este campo é regulado por códigos de conduta que balizam os limites dentro dos quais o homem pode viver seus afetos e sua sexualidade. Há, aqui, uma convergência entre o vivido contemporaneamente por esses homens e as reflexões de Foucault (1998) sobre a noção de **enkrateia** presente na problematização moral da atividade sexual entre os gregos, a qual se refere a

uma forma ativa de domínio de si que permite resistir ou lutar e garantir sua dominação no terreno dos desejos e dos prazeres [...] se situa sobre o eixo da luta, da resistência e do combate: ela é comedimento, tensão, 'continência' [...] domina os prazeres e os desejos, mas tem necessidade de lutar para vencê-los (FOUCAULT, 1998, p.61).

Enkrateia implica o estabelecimento de um relacionamento guerreiro de dominação/obediência consigo próprio, sobre uma parte de si mesmo (ORTEGA, 1999, p.73). A idéia de luta consigo próprio para alcançar o domínio sobre si, bem como o tanto de empenho pessoal que isso solicita são identificáveis nos discursos, os quais permitem também identificar as noções de:

1. **Aphrodisia**, desejo e prazer formam um todo unificado, no qual ambos se provocam e se reforçam mutuamente e estabelecem uma relação íntima com o sentimento de amor, o que amplia a sua extensão para o relacionamento de casal como um todo, ultrapassando o espaço sexual. Além do desejo e do prazer sexual, significa o desejo e o prazer de viver em casal.

2. **Chresis**, que considera a dinâmica existente entre ato, desejo e prazer e trata do modo como ela é usada. Segundo Prado Filho (1998, p.159), refere-se à forma como

o sujeito dirige sua prática sexual, como se conduz, os regimes aos quais se submete, as condições e importância desta prática em sua vida [...] levanta a questão do cálculo e da prudência no controle dos seus atos e na condução da sua vida sexual.

3. **Sophrosune**, que se refere ao “estado que se tende a alcançar pelo exercício do domínio e pelo comedimento na prática dos prazeres” e se caracteriza como liberdade, pois, não estando a serviço de seus prazeres, é possível afastar-se do perigo de servidão que os *aphrodisia* trazem consigo (FOUCAULT, 1998, p.73-4).

O aspecto central, aqui, é a dominação de si por si e o esforço que isso exige, o que implica uma relação de luta (agonística) constante estabelecida consigo próprio e que está presente nos discursos. No caso da relação conjugal compreendida como um todo que integra amor, desejo, prazer e fidelidade, a luta do homem é estabelecida com seus possíveis desejos e impulsos, de tal forma que, nessa batalha, os adversários fazem parte dele próprio.

Essa maneira de viver em casal sugere a existência de relações mais igualitárias entre homem e mulher, posto que as expectativas para um e para outro em termos de amor, desejo, prazer e fidelidade são as mesmas, bem como a necessidade de investimento pessoal de cada um para que ela seja possível. Homem e mulher compartilham um projeto de vida em comum, no qual são parceiros com o mesmo tanto de participação/envolvimento na vida sexual, no delineamento de objetivos (do casal, da família e dos filhos) e na administração da vida cotidiana (dinheiro, compras, investimentos, serviços domésticos), mesmo em casos nos quais a mulher não exerce atividade remunerada fora do lar. Ambos têm autonomia na tomada de decisões e não as tomam tendo sua própria vontade/interesse como referência única e/ou principal.

Uma relação com essas características permite dizer que o domínio de si buscado na luta consigo próprio não significa uma prática do homem voltado exclusivamente para si mesmo. Ao contrário, o trabalho realizado sobre si demanda a participação do outro e está voltado também para o convívio no casal e nas demais relações sociais. Ao invés de uma concentração egoística em si próprio, revela um ponto de interseção entre o que é conhecido como 'privado, interno, pessoal, íntimo' e o que é tido como 'público, impessoal, externo, social', no qual as interações e configurações do mundo 'público' exercem influência sobre o indivíduo e sobre suas práticas de si e vice-versa.

A esse respeito Ortega (1999, p.126) afirma que o relacionamento com o outro é "...uma constante em toda a temática do cuidado de si", de tal maneira que, sem o outro, nenhum auto-relacionamento pode ocorrer satisfatoriamente. "A constituição do indivíduo como sujeito ético efetua-se só por meio de relações complexas com o outro (cujo estatuto e formas são diferentes segundo a época). O outro é indispensável na cultura de si".

Relação consigo e relação com os outros são inseparáveis de tal forma que o tanto de poder, de domínio, de soberania que alguém exerce sobre si expressa-se na dinâmica e no caráter das suas relações com os outros. A relação intersubjetiva é necessária à relação consigo mesmo, e essa inseparabilidade implica que o homem **cuida de si** na relação consigo e com os outros.

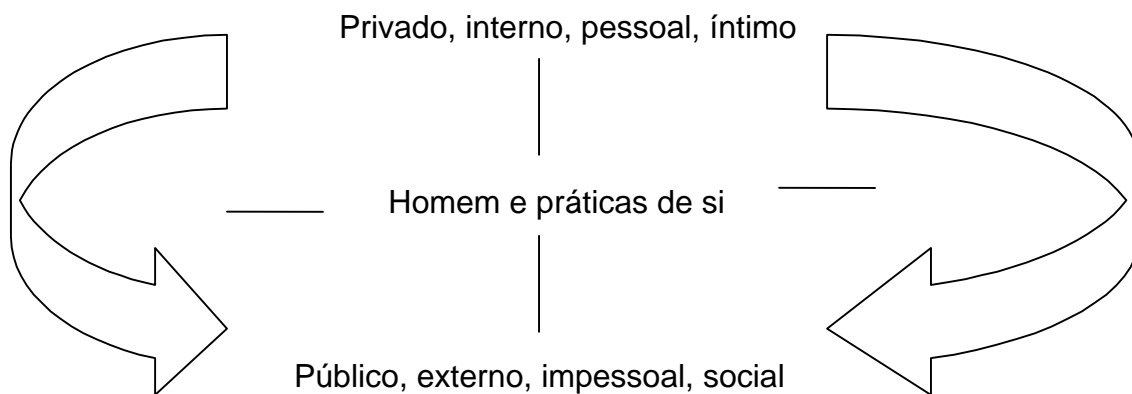


Figura 3 – Representação do cuidado de si na relação consigo e com os outros.

O trabalho exercido sobre si transforma continuamente a relação do homem consigo próprio, com a esposa, com a família e com a sociedade em geral. Da mesma forma que a relação com eles modifica sua relação consigo mesmo.

B) Na construção cotidiana do viver em casal, os vínculos existentes entre os elementos ‘amor, desejo, prazer e fidelidade’ podem receber uma **interpretação relativa**, que delineará os contornos desse viver. Na relativização, os discursos sugerem ainda dois desdobramentos possíveis:

1. **Primeiro**, uma cisão que une amor, desejo e prazer e, ao mesmo tempo, separa-os da fidelidade. Aqui, apesar da satisfação que a vida conjugal lhe proporciona não somente em termos sexuais, o homem mantém relações sexuais extraconjugais esporádicas e o faz em virtude de uma série de necessidades como, por exemplo: demonstrar sua virilidade para os outros homens; evitar ser confundido com um homossexual; não ser chamado de ‘frouxo’ ou ‘broxa’ por não aceitar o assédio de uma mulher; ter vontade de experimentar ‘algo diferente’; acompanhar os amigos.

Nessa cisão, fica aparente também uma separação entre o viver em casal, em que a família e o lar são representativos de um mundo onde os afetos têm primazia, que dá segurança ao homem e que deve ser protegido, e um outro lado da vida, que se passa à vista dos demais. Nesse outro lado, ele procura 'enquadrar-se' dentro de um referente de homem socialmente difundido, que enfatiza a prontidão sexual e a heterossexualidade como características de um homem de verdade, as quais podem ser questionadas diante de qualquer indício de recusa sexual e devem ser continuamente reafirmadas.

Essa duplicidade não parece comprometer a imagem que o homem tem de si e nem tampouco interferir na constituição de si como homem de verdade. Para tanto, é imperativo que um mundo – aquele dos afetos – não tome conhecimento do outro. Isso é importante especialmente porque a força e a demanda que o mundo de 'fora' exerce sobre o homem parece enfraquecer-se com o tempo, na mesma medida em que o mundo dos afetos se fortalece e se mantém.

As relações entre homem e mulher são menos igualitárias nessa maneira de viver em casal, e as expectativas para um e para outro em termos de amor, desejo, prazer e fidelidade não são as mesmas. Enquanto o homem considera as suas possíveis traições e infidelidades como algo compreensível, perdoável e até mesmo 'natural' no comportamento de um homem casado, acredita também que o tanto de amor, desejo e prazer que existe em sua relação de casal bastem à mulher também em razão da 'natureza' dela, muito diferente da do homem, especialmente em termos sexuais. Sua expectativa é que, pela preservação da família, a mulher compreenda e releve suas traições caso as 'descubra'. Entretanto, a possibilidade de a mulher ser infiel é considerada inaceitável e imperdoável.

Nessa maneira de viver em casal, a divisão de trabalho é mais estrita, com pouca ou nenhuma participação do homem nas tarefas domésticas. Nas questões que envolvem um montante maior de dinheiro (compra de carro, casa, móveis), a participação da mulher na tomada de decisões se limita à discussão do assunto, mesmo quando ela exerce uma atividade remunerada fora do lar, de tal forma que o homem não toma decisões sem **ouvir a opinião** dela. Neste caso, a função de provedor do lar é importante para o homem, e a autonomia da mulher no que se

refere à tomada de decisões é regulada pelo marido e restrita a alguns aspectos do viver (compras de supermercado e organização do lar, por exemplo).

A impressão é que, enquanto o homem mantém as referências do público e do privado articuladas (e também independentes) na sua vida, o mesmo não acontece com a mulher, pois, embora ela tenha inserção no mundo público através de seu trabalho, sua referência se situa no lar e na família, pelo menos na interpretação do homem.

Há, aqui, uma reinterpretação da norma da fidelidade no casal, de forma que, ao vinculá-la com os sentimentos, o homem não reconhece como infidelidade aqueles relacionamentos ocasionais rotulados por ele como puramente físicos.

Aparentemente, essa reinterpretação não traz dificuldades ou prejuízos à busca empreendida em direção a um ideal de homem, e isso porque ela permite o cumprimento de um mandato essencial para esse fim: casar com uma mulher que ele escolha, constituir uma família, assumindo suas responsabilidades com ela em todos os aspectos do viver, características associadas à vida adulta. Ao mesmo tempo, ela possibilita que o homem mantenha um espaço na sua vida que lhe permite certa inseqüência e irresponsabilidade, manifestadas no sexo sem compromisso das relações ocasionais, típico da fase 'machão-pegão'.

Essa é uma outra maneira de usar a dinâmica existente entre ato, desejo e prazer (*chresis*), estabelecendo campos separados para a experiência dos *aphrodisia*. O domínio de si (*enkrateia*) é buscado não na fidelidade estrita à mulher e à família dentro do casamento, mas no **controle** de infidelidades e traições, cuidando para que elas não ameacem a família e o relacionamento de casal.

Viver assim parece requerer um certo domínio sobre si, manifesto no comedimento, na estratégia e no segredo que isso solicita. O princípio da escolha também fica preservado, indicando a presença de um espaço de liberdade para o homem, que não se vê como um 'escravo' de seus desejos e prazeres, posto que os regula. Há, aqui, uma aproximação com a noção de *sophrosune*, pensada como "superioridade da razão sobre o desejo" (FOUCAULT, 1998, p.80). A idéia de erro não é evocada.

Entretanto, o fato de o homem considerar-se 'levado' à infidelidade/traição por elementos exteriores e independentes de si próprio aponta na direção de uma certa passividade frente aos apelos que o atraem, o que o aproxima da intemperança – “[...] escolha deliberada de maus princípios [...]” (FOUCAULT, 1998, p.62). De acordo com Foucault (1998, p.78), ser intemperante “[...] é encontrar-se em um estado de não resistência e em posição de fraqueza e submissão em relação à força dos prazeres; é ser incapaz dessa atitude de virilidade consigo que permite ser mais forte do que si próprio [...]”.

Então, ao mesmo tempo em que se sobrepõe aos seus desejos, selecionando e dosando suas relações extraconjugais para que não ameacem seu relacionamento conjugal, deixa-se dominar por eles quando assim o decide.

2. **Segundo**, uma cisão que coloca o valor 'filhos' em um campo diferente daquele ocupado pelo amor, desejo, prazer e fidelidade entre os parceiros. O homem revela profunda insatisfação com todos os aspectos de sua vida conjugal e a busca pela satisfação do desejo sexual e pelo prazer a ele associado se dá fora da relação conjugal, na qual mesmo o sentimento amoroso entre o casal é questionado. Nesse caso, infidelidades e traições são comuns por parte do homem.

O homem não considera a sua uma relação de parceria na qual compartilha um projeto de vida em comum com a mulher. Ao contrário, parece que cada um vive a vida por sua própria conta, embora tenham em comum o fato de viver na mesma casa e muitas vezes dividir as despesas de manutenção do lar e da família. Os **filhos** representam o elo que mantém a relação pelo amor que o homem nutre por eles; pela importância que ele atribui à presença/participação paterna na educação/'criação' dos filhos e pelo lugar de destaque ocupado pelo 'ser pai' dentro do modelo ideal de homem de verdade, no qual enfatiza o estar junto dos filhos, servindo de exemplo para eles, orientando-os, suprimindo suas necessidades, encaminhando-os na vida, assumindo suas responsabilidades.

Se a insatisfação do homem com sua vida conjugal justifica as relações fora do lar, tê-las não contribui para que se sinta mais satisfeito consigo próprio. Ao contrário, parece que, nesse caso, o homem falha no atendimento de vários aspectos dentro de um modelo de homem de verdade. A seu ver, falha como

marido, como pai, como companheiro, como parceiro sexual da esposa, como chefe de família. Ao mesmo tempo, cumpre seu papel como trabalhador, provedor ou coprovedor da família, cumpridor de seus compromissos, que assume suas responsabilidades com os filhos e com a família. No âmbito sexual, assume um comportamento “predatório” (ALMEIDA, 2000) fora do lar, que atesta sua heterossexualidade, elemento indispensável a um homem de verdade.

Ao contrário do que ocorre na primeira relativização, aqui o homem se sente em erro ao trair a mulher, na qual reconhece virtudes e qualidades e, ao mesmo tempo, sente-se incapaz de conter seus impulsos sexuais, o que o leva a envolver-se em freqüentes e sucessivas relações extraconjugais, ocasionais ou duradouras visando atender a uma ‘necessidade’ de sexo e ao preenchimento de um ‘vazio’ existente na relação conjugal provocado pela insuficiência de sexo.

Neste segundo desdobramento, a norma da fidelidade no casal não é seguida pelo homem, embora a considere um valor importante no relacionamento conjugal tanto para si como para a mulher. Sentir-se incapaz de respeitar esse valor tem efeitos importantes sobre a imagem que o homem tem de si como tal, e o afasta daquele ideal cuja consecução torna-se mais difícil e distante. A idéia de erro é onipresente, e o homem parece não considerar esse estado de coisas como resultado de uma escolha sua, pois não viveria assim se a ‘situação’ o permitisse.

As noções de *chresis*, *enkrateia* e *sophrosune* não orientam a conduta do homem, posto que ele não exerce controle sobre os *aphrodisia*, entregando-se a eles sem exercer domínio sobre si próprio no campo da atividade sexual, o que o aproxima da incontinência (*akrasia*).

De acordo com Foucault (1998, p. 62), “[...] o incontinente se deixa levar, contra sua vontade e a despeito de seus princípios razoáveis, seja porque não tem força para operá-los, seja porque não refletiu suficientemente sobre eles [...]”. Essa forma de viver sugere um prolongamento da fase machão-pegão, identificada no processo de tornar-se homem. Porém, diferentemente dela, a falta de responsabilidade e a intensidade da vida sexual em relações ocasionais ou duradouras com diferentes parceiras entra em conflito com a existência da esposa e da família, valores centrais no processo de tornar-se homem.

Acredito que os elementos aqui considerados em relação à vida afetivo-sexual do casal colocam a relação 'amor, desejo, prazer e fidelidade' como uma verdade no relacionamento conjugal, e a maneira como o homem estabelece sua relação com essa verdade o constitui como sujeito e culmina com a elaboração de uma estética da existência. Nessa estética, o valor moral da maneira de viver depende de certos princípios formais gerais seguidos no uso dos prazeres e nos limites que se observam nele.

8 USO DO PRESERVATIVO

No âmbito da vida sexual e reprodutiva, o preservativo masculino é considerado um recurso disponível a homens e mulheres que atende a uma dupla função de proteção: contra a gravidez e contra doenças sexualmente transmissíveis, dentre as quais a aids. Mesmo assim, é muito comum encontrarem-se resistências explícitas ou veladas ao seu uso tanto por parte de homens como de mulheres que buscam os serviços de saúde.

Da mesma maneira, os próprios profissionais da saúde podem deixar de indicá-lo àqueles(as) que os procuram em função de vários elementos como, por exemplo, a visão longamente introjetada de que a gravidez acontece no corpo feminino, o que torna a contracepção um encargo das mulheres; a compreensão de que o preservativo é um recurso masculino a ser recomendado para homens; o fato de o preservativo ser um método controlado pelo homem, sobre o uso do qual acredita-se que a mulher tenha pouca ou nenhuma influência; a primazia da contracepção em relação à prevenção de DSTs, mesmo em tempos de aids.

É importante considerar também a cisão comumente observada entre os programas de atenção à saúde disponíveis nas unidades de saúde, situação que fragmenta a atuação dos profissionais, colocando-os em uma dada área de atenção, e desvincula, por exemplo, a contracepção (programa de saúde da mulher e planejamento familiar) da prevenção de DSTs/aids (programa de DST/aids). Essa situação ocorre mesmo se sabendo que ambas integram o campo da saúde sexual e reprodutiva e mesmo que o valor de dupla proteção do preservativo seja reconhecido pelos profissionais de saúde.

Além disso, é preciso considerar a política de controle populacional em voga no Brasil em passado recente, que privilegiava a contracepção, utilizando métodos direcionados à mulher que dispensavam a participação masculina, tais como o anticoncepcional oral. Desta prática centrada na mulher resultou um declínio nas

taxas de fecundidade e, ao mesmo tempo, a marginalização dos chamados métodos de barreira (como o preservativo), que dependiam da anuência e colaboração do homem, solicitando diálogo entre os parceiros e mudança de comportamento de ambos.

Sobre esses aspectos, Barbosa (1997, p.14) diz que

[...] um dos efeitos perversos e não antecipados deste processo [...] refere-se à atual existência de um contexto de idéias e práticas relativas à contracepção, aqui chamado de 'cultura contraceptiva', que se mostra extremamente adverso quando as mudanças de comportamento sexual exigidas pela epidemia de aids são consideradas.

Entretanto, a eclosão da epidemia de aids nas décadas de 1980-1990 acompanhando e sucedendo um longo período em que a contracepção centrou-se essencialmente na mulher, colocou em cena a necessidade do uso do preservativo como forma de proteção mútua dos parceiros sexuais para enfrentamento dessa epidemia, solicitando a inclusão do homem nas decisões da vida sexual e reprodutiva do casal, valorizando a participação dele e demandando diálogo entre os parceiros.

O comportamento sexual do homem foi repentinamente colocado no centro das atenções, acompanhado de grande valorização do preservativo masculino no controle da epidemia, apesar da longa prática de focalização na mulher e das crenças relacionadas ao preservativo, que contribuíam fortemente para que o seu uso fosse dispensado. Dessa forma, tanto a centralidade da figura da mulher na contracepção quanto a pouca participação masculina nesse processo foram naturalizados, o que, aliado à resistência disseminada ao uso do preservativo, delineava um quadro nada alentador para a prevenção de DST/aids. A cisão entre a atenção ao planejamento familiar – voltado especialmente para mulheres – e a atenção às doenças sexualmente transmissíveis – voltada especialmente aos homens e às prostitutas – contribuía para piorar esse quadro.

Esse cenário, aliado ao rápido crescimento da epidemia de aids no país, promoveu um vasto investimento público em iniciativas de prevenção por todo o território nacional. As iniciativas proliferaram especialmente na década de 1990 e, nelas, a promoção do uso do preservativo ocupava posição central.

É importante, entretanto, não supor que o quadro descrito esteja associado com a falta de conhecimento sobre a epidemia e as formas de prevenção. Ao contrário, observa-se que o conhecimento existe, mas que não redunde em aplicação prática para prevenção, situação coerente com o observado por Monteiro (2002, p.263).

Considerando a função de dupla proteção do preservativo, aliada à ênfase oficial dada a ele na prevenção de DST/aids, seu uso foi abordado e discutido nos diversos encontros de grupo com os homens participantes deste estudo. Essa decisão fez parte da iniciativa de educação em saúde desenvolvida no decorrer do trabalho e tomou o saber e a experiência de cada um e de todos como ponto de partida. A reflexão sobre diferentes aspectos envolvidos no uso/não uso do preservativo, tais como as resistências, os benefícios, as políticas de prevenção de DST/aids e de planejamento familiar, a inseparabilidade entre saúde sexual e reprodutiva, a interpretação de ambas como direitos, a percepção que homens e mulheres têm do preservativo, as formas de obtê-lo, dentre outros temas, abriu espaço para discussões e atividades sobre seu manuseio, armazenamento e uso. Nessas ocasiões, o pano de fundo era formado pelas DST/aids e pela prevenção delas.

Nas entrevistas individuais, os homens tiveram oportunidade de falar sobre o lugar do preservativo no seu relacionamento conjugal e/ou na sua vida afetivo-sexual, revelando posições mais íntimas não abordadas no grupo. Na seqüência desta seção, apresento os discursos coletivos relativos ao uso do preservativo e procuro discuti-los tomando por base o referencial teórico deste estudo, a literatura e os elementos que colhi na experiência com o grupo de homens.

IDÉIA CENTRAL – Relação de casal e preservativo

DSC1 – *Eu uso preservativo nos intervalos do comprimido; minha mulher toma. Fora disso, não uso. Uso mais para evitar filho, porque pelas doenças, pela aids, eu sei que não pego porque não sou desses que sai por aí dando sopa³⁷ para todo mundo. Não há necessidade de usar porque eu não tenho nenhuma aventura externa.*

³⁷ Dar sopa – “oferecer facilidade de ser roubado, ou de ser enganado, ou passado para trás, etc.” (FERREIRA, 1986, p.1612). No discurso, indica que o homem não se deixa seduzir.

90 a 95% dos homens só usam em casa se a mulher não pode tomar pílula ou se tem algum problema que precisa usar. Acho que até a mulher tem dificuldade para aceitar o preservativo se ela for normal e puder tomar comprimido. Além disso, é difícil para um homem com muitos anos de casado começar a usar camisinha. O que ele diz? A esposa vai pensar que ele tem alguma coisa fora de casa ou que ele desconfia dela. Pode até ser possível se tiver um entendimento; aí vem a importância da confiança e do diálogo no casal. Alguns homens que eu sei que saem, usam preservativo fora e em casa o relacionamento do casal transcorre normal. Então, dificilmente homens mais velhos vão usar camisinha. Acho que a situação pode até mudar e nos casais que casam agora isso vai até ser uma normalidade, eu acho.

DSC 2 – *Eu acho que tem que usar o preservativo em casa; eu sempre uso. Minha esposa não pode tomar comprimido, então eu uso como método para não engravidar e é bom porque também previne doenças. Se ela pudesse tomar pílula, eu talvez não tivesse usado quando a gente namorava, mas se fosse hoje com a consciência que eu tenho sobre aids e outras doenças, acho que eu usaria mesmo assim. Eu não sei o que vai acontecer comigo ou com ela, então eu sempre falo que se um dia ela fizer³⁸ com outra pessoa, mesmo que seja só por fazer, que faça a coisa certa e exija o uso da camisinha. Eu vou fazer a mesma coisa.*

IDÉIA CENTRAL – Relação extraconjugal e preservativo

DSC 1 – *Sempre usei preservativo fora de casa. Eu usei camisinha com todas as mulheres com quem eu tive relação depois do meu casamento; não me arrisquei em nenhum caso. Nunca gostei, mas nunca deixei de usar. Acho que é um pouco desconfortável, mas tem que usar se sair. Até pode sair por aí, mas tem que se cuidar, porque se a mulher engravidar, ele vai ter problema em casa com a esposa, com a família. Hoje, se ficar provado que o filho é seu, tem de pagar ou sofrer penalizações. E também tem as doenças!*

DSC 2 – *Eu nunca usei camisinha, coisa que deveria. Mas na hora, você vê a pessoa e pensa que ela não tem nada. Na primeira vez, ela falou da camisinha e eu falei que tinha na carteira. Pensei que tivesse, mas não tinha e ela também não tinha em casa. Então, ela falou: 'mas vamos perder um clima desses por causa de uma camisinha?'. Aí, fizemos sem. Ela usa com o marido dela e eu uso também em casa nos intervalos do comprimido.*

Uma relação fora de casa acontece de repente, não é premeditada. Às vezes a oportunidade surge, o cara não tem preservativo junto e o trem pode passar uma vez só! Por exemplo, você vai sair com uma mulher, rola alguma coisa e na hora do vamos ver, se você mostrar a camisinha pra ela, perde todo o clima! Ou então, tem uma disputa entre rapazes para ver quem sai primeiro com uma moça. Aí, um sai com ela e na hora H não tem camisinha! E daí, o que fazer? Tem situações que não dá! Um cara que trabalha comigo entrou no clima com uma mulher; quando chegou na hora, ele não tinha preservativo e transou para não passar vergonha. O que você faz numa situação

³⁸ Refere-se a fazer sexo, manter relação sexual com alguém.

dessas? Pode ser diferente se o cara espera que aconteça, por que ele se prepara para o momento.

Naquela hora, a pessoa quer sentir prazer e não quer pensar no que tem que fazer, se tem que colocar ou não a camisinha ou em qualquer outra coisa. Eu duvido que a pessoa se cuide quando chega na hora 'H'. Mesmo que tenha instrução! Isso eu falo por mim também. Ainda tem muito tabu na sociedade com o preservativo e a maioria dos homens não usa; não sabem como usar e dizem que é como chupar bala com papel. Fazem no impulso e só têm o estalo depois que tiveram a relação. E tem outra coisa também: hoje em dia as mulheres que saem muito levam preservativo na bolsa.

DSC 3 – *Às vezes uso, às vezes não uso. Tive um caso com uma moça que era do interior e tinha saído com dois ou três; deu pra ver que foram poucos. No começo eu tinha medo, mas como ela teve poucos parceiros eu não usava preservativo com ela. Depois ela começou a tomar pílula e eu ficava mais tranqüilo. Com outra, no começo eu usava preservativo, mas como parecia que ela ficava só comigo, eu propus: 'vamos transar sem preservativo'. E em alguns casos que duravam mais, sempre dizia pra ela se cuidar para não engravidar.*

Os discursos acima apontam para duas situações nas quais o uso do preservativo é considerado por estes homens – a relação conjugal e os relacionamentos extraconjugais – e, em cada uma delas, a forma de usá-lo também difere. Assim, no **relacionamento de casal**, o uso pode se dar: **1)** de maneira intermitente, coincidindo com os intervalos que a mulher faz no uso do anticoncepcional oral; **2)** de maneira contínua, motivada pela impossibilidade de a mulher utilizar anticoncepcional oral.

Já nas **relações extraconjugais** o preservativo masculino pode ser: **1)** usado em todas as relações dessa natureza como uma forma de evitar riscos ao relacionamento conjugal; **2) nunca** usado nessas relações, o que é justificado pelo caráter não premeditado delas, aliado a uma série de outros motivos; **3)** restrito aos primeiros encontros sexuais com uma parceira, sendo dispensado após uma 'avaliação' do histórico sexual e de demonstrações que o homem considere indicadores de fidelidade por parte dela; **4)** dispensado desde o início se a parceira demonstrar pouca experiência sexual. **5)** dispensado quando o homem crê que a mulher se 'cuida' para não engravidar, o que não significa que ele tenha certeza que ela utiliza algum método contraceptivo. Nestas quatro últimas situações a idéia de erro e o medo estão presentes.

Todas as variações possíveis do uso/não uso do preservativo no casal ou em relações extraconjugais evidenciadas pelos discursos têm como pano de fundo a preocupação (ou pelo menos a idéia de) com a prevenção da gravidez. Situação semelhante foi identificada por Hernández-Girón, Valdez, Quiterio-Trenado et al (1999, p.97) em estudo sobre o comportamento sexual de homens na cidade do México, no qual homens com **parceiras regulares** indicaram o planejamento da família (86,7%) e a prevenção de DST (12,1%) como principais motivos para a utilização do preservativo na última relação sexual.

Em pesquisa desenvolvida no Brasil, Kalckmann (2001, p.86) observou que o preservativo era utilizado esporadicamente, e a maioria dos homens participantes tinha como objetivo principal prevenir gravidez, especialmente quando a mulher não podia fazer uso da pílula anticoncepcional. Entre os participantes, poucos usavam o preservativo de maneira contínua e sistemática.

Resultados semelhantes foram obtidos em um estudo qualitativo desenvolvido em São Paulo – Brasil – por Guerriero, Ayres e Hearst (2002) com 22 homens heterossexuais (18 casados), o qual indicou que, dentre eles, os que usaram preservativo o fizeram para evitar gravidez ou por curiosidade, enquanto nenhum usou para a prevenção de DST/aids.

A clara prevalência da preocupação com prevenção de gravidez sobre a preocupação com prevenção de DST/aids encontrada nos estudos mencionados converge com a situação identificada neste grupo de homens, os quais também têm a prevenção de gravidez como foco principal do uso do preservativo no seu relacionamento conjugal.

No que se refere a homens com **múltiplas parceiras**, o estudo de Hernández-Girón, Valdez, Quiterio-Trenado et al (1999) indica que os motivos indicados para o uso do preservativo foram prevenção de DST (87,5%) e planejamento familiar (9,2%). No caso dos homens participantes deste estudo, o **uso** do preservativo em todas as relações extraconjugais indicado nos discursos tem a dupla função de prevenção de gravidez e de DST/aids.

A intenção subjacente a essa forma de agir é a manutenção do segredo em torno dessas relações, evitando que sejam denunciadas por gravidez ou por doenças, o que colocaria em risco a manutenção da família, altamente valorizada pelo homem. Usar preservativo em relações extraconjugais é uma maneira de manter o mundo de 'fora' e as experiências nele vividas afastados do mundo de casa.

Nos discursos que indicam o **não uso ou o uso ocasional** do preservativo em relações extraconjugais, prevalece a preocupação com a prevenção de gravidez de tal forma que o homem espera que a mulher tome precauções para evitá-la, chegando mesmo a dizer para ela que o faça. Acredita ser essa uma função da mulher, e ele não se percebe como responsável, posto que são relacionamentos ocasionais nos quais a busca pelo prazer sexual é central. Essa idéia é reforçada pela referência a uma total falta de atenção para com medidas de prevenção tanto de gravidez quanto de DST/aids nessas relações.

No casamento, quando a vinculação amor-desejo-prazer é interpretada de maneira estrita, o pressuposto da fidelidade mútua atua no sentido de dispensar o uso do preservativo, restringindo-o aos períodos de intervalo no uso do contraceptivo oral, os quais são determinados pela mulher, orientada por profissionais da saúde. Nesse caso, homem e mulher negociam entre si os termos de sua vida sexual e a confiança no(a) parceiro(a) alicerça sua conduta.

Mesmo havendo negociação, o anticoncepcional oral é a primeira escolha, o que sugere também a importância dada por esse grupo de homens à limitação do número de filhos no âmbito da relação, bem como, subliminarmente, o temor de ser surpreendido por eventuais falhas no uso do preservativo (como, por exemplo, esquecimento, rompimento, permanência do preservativo na vagina). Os filhos são considerados partes essenciais de um projeto de vida em comum, e tê-los deve refletir uma escolha de ambos os parceiros, o que os leva ao uso do anticoncepcional oral, que consideram mais eficaz para esse fim do que o preservativo masculino.

Os homens dispensam grande atenção à contracepção no âmbito do relacionamento conjugal, a qual se manifesta de diferentes maneiras: dialogando

com a esposa para definir o tamanho da família, as gravidezes e o espaço de tempo entre elas; ajudando a decidir sobre o método a ser utilizado; apoiando a esposa no uso do método escolhido, sempre o anticoncepcional oral; tomando para si a tarefa de contracepção quando a esposa está impedida de usar anticoncepcional oral; usando o preservativo nos intervalos do uso da pílula; ou ainda, em alguns casos, fiscalizando o uso do anticoncepcional pela esposa para garantir que ela o faça.

Nem sempre o homem participa da decisão de usar anticoncepcional oral. Geralmente essa decisão é tomada pela mulher, sob orientação de um profissional da saúde. Não há, nos discursos, nada que sugira a existência de uma negociação entre homem e mulher que anteceda essa decisão. Ao contrário, parece ser 'natural' que a mulher utilize anticoncepcional oral, mais seguro e, embora os homens participem das decisões tomadas no âmbito da vida afetivo-sexual, a 'negociação' se dá principalmente no momento de decidir sobre a contracepção nos intervalos feitos no uso do mesmo, momento em que o homem participa ativamente através do uso do preservativo ou nos casos de impossibilidade de uso do anticoncepcional oral pela esposa.

Situação semelhante foi observada em estudo desenvolvido com homens jovens de Santiago – Chile, no qual Olavarria, Benavente e Mellado (1998) perceberam que, quando falam sobre fecundidade e contracepção, esses homens se referem a aspectos da vida conjugal que cabem à mulher, pois natalidade e contracepção são associadas ao feminino. Dessa forma, usar contraceptivos não faz sentido para eles, pois têm suas vidas sexuais quase exclusivamente com suas esposas. Conhecem o preservativo, sabem que com ele podem evitar doenças de transmissão sexual e gravidez, porém raramente o usam, e mais da metade manifestou nunca ter usado. Assim, o preservativo é raramente usado como contraceptivo pelos homens e, mesmo assim, somente em situações excepcionais (como o pós-parto) para ser depois abandonado. Quando o fazem, seu uso é uma expressão de amor pela mulher.

Ainda outros homens dispunham-se a usar contraceptivos para prevenir a gravidez e proteger sua mulher, porém quando tentaram fazê-lo, não encontraram nada a seu alcance além do preservativo, o que os fez abandonar a intenção ou

recorrer a métodos naturais, com os riscos que eles envolvem. Entretanto, os homens usariam anticoncepcionais para prevenir uma gravidez se o organismo de sua esposa recusasse os métodos que ela poderia usar (OLAVARRIA, BENAVENTE e MELLADO, 1998).

Os discursos aqui analisados indicam também que o preservativo masculino pode ser o método de eleição do casal, o que não significa que seja o método de 'primeira escolha', pois seu uso responde a uma impossibilidade de a mulher usar anticoncepcional oral, o que está de acordo com o encontrado por Kalckmann (2001) em sua pesquisa. Mesmo assim, o fato de o homem tomar para si a responsabilidade de prevenção de gravidez utilizando o preservativo masculino aponta para um relacionamento de casal com maior equilíbrio nas relações de poder entre homem e mulher, característica que cria condições favoráveis para o diálogo e a negociação entre os parceiros.

Segundo Olavarria, Benavente e Mellado (1998, p.95), na sexualidade do casal, e em particular nas relações sexuais, estão presentes todos os elementos de uma negociação: um cenário, dois atores e interesses semelhantes ou diferentes, fatores que afetam ou condicionam o cenário, os atores e seus interesses. O poder de negociação de cada um pode variar segundo os recursos de que se dispõe e a decisão, os meios para implementá-la e as possíveis conseqüências incluem-se na negociação. Entretanto, "a negociação está condicionada pela qualidade da relação amorosa e da satisfação sexual entre o homem e a mulher", de tal forma que a existência ou não de uma relação amorosa, bem como a intensidade dela afetam-na profundamente.

A comunicação entre homem e mulher, bem como as habilidades de cada um na mesma têm papel essencial nas estratégias de negociação do uso do preservativo. Em estudo sobre esta questão, Lan, Mak, Lindsay e Russell (2004) perceberam diferenças étnicas nas características de utilização de estratégias verbais (diretas e indiretas) e não verbais (diretas e indiretas) na negociação sexual, às quais também se aliam diferenciais de gênero.

Noar, Morokoff e Redding (2002) também consideram as questões relativas ao gênero na negociação sexual e comentam que, devido ao duplo padrão sexual,

que permite maior liberdade ao homem do que à mulher, aliado às diferenças nas relações de poder, seria possível crer que os homens poderiam aumentar as taxas de uso de preservativo nas relações sexuais. Entretanto, isto pode não ocorrer se o homem não tiver habilidade e competência para comunicar, negociar e afirmar seu desejo de usar o preservativo. Para esses autores, a assertividade sexual e a habilidade para afirmar seu desejo de usar preservativo podem ser cruciais para um comportamento sexual mais seguro, o que volta o foco de atenção para a comunicação entre o casal.

Entretanto, mesmo considerando-se as habilidades verbais e não verbais de comunicação de cada um dos parceiros e a qualidade da relação existente entre eles, a idéia de **'negociar'** pode não ser bem aceita no relacionamento conjugal pelos significados que essa palavra evoca e que parecem incoerentes com uma relação pautada por princípios de amor e fidelidade. 'Negociar'³⁹ está geralmente relacionado à idéia de comércio, em que bens/valores são comprados, vendidos ou trocados. A transposição dessa idéia para o relacionamento conjugal, e especialmente para o relacionamento sexual do casal, pode colocar em um mesmo nível esta relação socialmente aprovada e aquelas consideradas ilícitas e marginalizadas.

Segundo Barbosa (1997, p.74), a negociação sempre foi associada à prostituição e à promiscuidade, muito próximas da doença e da degradação, pois quem "negocia sexo são as prostitutas, os michês, os cafetões". Nos últimos anos, e na esteira do crescimento da epidemia de aids, a negociação sexual passou a ser considerada desejável e valorizada positivamente por sua vinculação com a preservação da saúde.

Mesmo com a tentativa de ressignificação da palavra negociação, a associação com compra e venda de algo continua presente. E, embora o sexo no casal possa ser utilizado como um valor de troca, a 'negociação' pode não se dar racionalmente numa conversa, conforme também ressalta Villela (1998, p.138). Talvez a palavra 'negociação' pudesse ser transmutada em diálogo e acordo entre homem e mulher, pois embora ambos os termos tragam subjacente em seu

significado a necessidade de negociar, não têm o peso moral geralmente associado a esta palavra. Ao contrário, dialogar e chegar a um acordo subentende cumplicidade, respeito, consideração pelo outro.

Retomando os discursos, fica evidente em alguns a pouca ou inexistente preocupação com a prevenção de gravidez em relações extraconjugais, embora a contracepção seja preocupação central no âmbito do relacionamento conjugal. Parece que, aqui, o cumprimento do mandato de provedor colocado para o homem no âmbito da família joga um papel decisivo. A atenção maior dada à prevenção de gravidez no relacionamento conjugal visa adequar o número de filhos à sua capacidade de provimento, de forma que tenha condições de sustentar a família proporcionando aos filhos boas condições de vida e educação, o que parece ocorrer mesmo quando a esposa exerce um trabalho remunerado e compartilha a manutenção do lar e da família.

Assim, é possível vislumbrar uma relação existente entre participação nas decisões reprodutivas, capacidade de provimento e tipo de relacionamento. Nesta forma de pensar, é possível acreditar que há uma maior preocupação do homem e um maior envolvimento dele na contracepção dentro do relacionamento conjugal, por ter a responsabilidade social de manutenção da família, e o tamanho dela deve ser adequado à sua capacidade de provimento. Nas relações extraconjugais ocasionais isso não ocorre, o que justificaria a responsabilização da mulher pela prevenção da gravidez, embora existam também situações nas quais o homem toma a iniciativa contraceptiva usando o preservativo como forma de evitar que uma ‘aventura’ traga prejuízos (inclusive financeiros) à sua família.

Analisando os dados preliminares de um estudo desenvolvido com 84 homens trabalhadores de uma metalúrgica de São Paulo, Arilha (1999, p.460) destaca que, diferentemente do que para as mulheres, para eles a preocupação com a reprodução é construída “no contexto social e não na relação estabelecida com seu próprio corpo”. Essas afirmações permitem compreender a vinculação entre o envolvimento deles nas decisões reprodutivas e seus deveres para com a família, que remetem à concepção de homem de verdade já tratada anteriormente, na qual a

³⁹ Negociar – “1. fazer negócios, exercer o comércio, comerciar; [...] comprar ou vender, permutar,

responsabilidade demonstrada pelo homem na manutenção de sua família (não somente em termos financeiros) o aproxima daquele ideal de homem almejado e o diferencia dos demais. Ao mesmo tempo, permite perceber porque tem pouca ou nenhuma preocupação com a prevenção de gravidez em relações extraconjugais.

O uso/não uso do preservativo está também relacionado a outras questões além da contraceção. Em estudo desenvolvido com 27 homens de camadas populares na cidade do Rio de Janeiro, Almeida (2002, p.799) encontrou uma estreita relação entre o **não** uso do preservativo no relacionamento de casal e a fidelidade. Nesse estudo, alguns relataram que “com o casamento estabeleceram uma relação de exclusividade e fizeram uma espécie de pacto de fidelidade com as esposas”, o que faz com que o preservativo seja usado em situações especiais e seja considerado como algo provisório no casamento.

Esses achados harmonizam-se com os discursos relativos à vida afetivo-sexual neste estudo, os quais apontam a fidelidade como um princípio no relacionamento conjugal (mesmo quando não é seguido) que influencia diretamente a confiança mútua entre homem e mulher. Pensando assim, a proposição de uso regular do preservativo em um relacionamento em que ele não era o método contraceptivo de eleição do casal pode abalar a confiança existente entre os parceiros por levantar uma interrogação sobre a fidelidade de um ou de ambos, o que fica claro na afirmação “a esposa vai pensar que ele tem alguma coisa fora de casa ou que ele desconfia dela [...]”.

A associação entre a proposição de uso do preservativo em um casal que já utiliza outro método contraceptivo e a infidelidade/desconfiança foi identificada também por Silva (2002, p. 47). Segundo essa autora, o preservativo é considerado um elemento estranho na situação conjugal, mesmo para contraceção, e a introdução de seu uso poderia abalar a confiança depositada na(o) parceira(o). O significado de “confissão de parcerias clandestinas e arriscadas” (VILLELA, 1999, p.137) atribuído por homens e mulheres ao preservativo joga importante papel nesse estado de coisas, bem como a associação do preservativo com sexo ilícito, conforme afirmam Hoffman e Bolton (1997).

Fica assim evidente a dificuldade de uso do preservativo em um relacionamento conjugal quando a mulher 'pode' tomar anticoncepcional, sem levantar desconfianças quanto à fidelidade tanto do homem quanto da mulher, situação identificada também em outros estudos, como nos desenvolvidos por Guerriero, Ayres e Hearst (2002, p.54), Almeida (2002, p.799), Heilborn e Gouveia (1999, p.193).

O estabelecimento de um vínculo entre o uso do preservativo, fidelidade/infidelidade e confiança/desconfiança no casal foi também encontrado por Fonseca (2004, p.221) em estudo desenvolvido com adolescentes, no qual um número considerável de jovens relata o uso do preservativo apenas na primeira relação sexual com uma (um) parceira(o), dispensando-o depois disso pela confiança que tem nela(e). Esses dados, encontrados em indivíduos que nasceram depois da eclosão da epidemia de aids, quando uma série de ações de prevenção, diagnóstico e tratamento já faziam parte do cotidiano da atenção em saúde, suscitam uma série de questionamentos que se voltam não para o conhecimento sobre DST/aids e sexualidade, mas para as relações entre homens e mulheres heterossexuais e para suas características de poder e gênero.

Além disso, os resultados obtidos por Fonseca (2004) dão uma idéia do longo caminho ainda por percorrer no controle da epidemia, na prevenção de novos casos, o que está diretamente envolvido com as relações entre homens e mulheres, mostrando que é preciso adentrar no terreno das questões relacionadas com poder e gênero e envolvidas no viver de homens e mulheres.

Retomando os discursos dos homens participantes deste estudo no que se refere a relações extraconjugais, o uso do preservativo pelo homem em todas as relações dessa natureza representa uma maneira de proteger a família, que correria o risco de desfazer-se ou, senão tanto, pelo menos de ter a harmonia do convívio familiar abalada caso essas relações fossem denunciadas. O uso do preservativo em relações 'fora' de casa sugere também a figura da esposa como 'mulher de confiança, que dá segurança", em contraponto à outra, 'perigosa', tanto quanto à transmissão de doenças como à possibilidade de engravidar intencionalmente à revelia do homem.

Essa situação reforça a existência de uma duplicidade que localiza o homem entre dois mundos: o de sua família, de casa, dos afetos, seguro, onde ele assume uma imagem de homem compatível com aquele ideal almejado por todos, e o mundo de 'fora', da rua, das relações mais impessoais, perigoso, onde procura preservar uma imagem que enfatiza o caráter indomável da sexualidade masculina e a prontidão para o sexo, que torna difícil recusar uma oportunidade de manter uma relação sexual sob pena de ter sua virilidade questionada. O trânsito entre esses dois mundos exige atenção permanente, bem como certa dose de escolha e comedimento no sentido de manter os dois mundos ignorantes um do outro.

Falando de um estudo sobre a trajetória social de jovens de uma favela do Rio de Janeiro, Monteiro (2003, p.262-3) identificou uma lógica que relaciona o 'conhecido' com a noção de proteção, e o 'desconhecido' com a idéia de ameaça. Essa lógica está presente também nos cuidados com a saúde e na prevenção da transmissão do HIV, de tal forma que as possibilidades de uso do preservativo aumentam nas relações sexuais com parceiros desconhecidos, de 'fora' não somente da casa do individuo, mas também da comunidade na qual ele vive e mantém uma rede de relações interpessoais mais próximas. Nesses casos, a atenção está na prevenção de doenças, e o preservativo "torna-se indispensável apenas quando o sexo é percebido como muito perigoso, ou seja, remete-se aos significados da 'rua'". Nessa forma de pensar, o número de possíveis parceiras consideradas conhecidas e, portanto, seguras, é ampliado, não se restringindo à mulher com quem mantém uma relação duradoura.

Nas relações extraconjugais há também o discurso que indica o não uso do preservativo, evidenciando diversos aspectos relacionados com uma certa maneira de ser homem que reforça os estereótipos de masculinidade. A referência feita ao caráter não premeditado dessas relações atua reforçando a 'prontidão' para o sexo, vinculada a uma certa animalidade natural do homem. Também é ressaltado o efeito negativo exercido sobre a imagem de homem pela recusa à possibilidade de manter uma relação sexual, de tal forma que é imperativo não desperdiçar a oportunidade. De acordo com essa maneira de pensar, é legítimo manter uma relação sexual desprotegida, mesmo sabendo-a arriscada, para não se expor à possibilidade de ter sua masculinidade questionada.

‘Perder o clima’ em um encontro sexual é um risco oferecido pelo preservativo e sugere elementos diferentes e complementares a serem considerados. Um **primeiro** elemento sugere que essas relações acontecem em um crescendo, que a passagem de beijos e carícias para o ato sexual penetrativo ocorre ‘naturalmente’ e, como tal, não deve sofrer interferências de qualquer tipo. A interrupção da interação homem-mulher para propor o uso do preservativo expõe o homem ao risco de perder a oportunidade de manter uma relação sexual por uma recusa da mulher, o que seria incompatível com uma determinada maneira de ser homem.

Em estudo sobre o poder no casal, sexualidade e reprodução realizado com mulheres de Santiago – Chile, Valdéz, Benavente e Gysling (1999) afirmam que, de acordo com as participantes, o ritual de aproximação e aceitação ou recusa entre homem e mulher nem sempre utiliza linguagem verbal. Ao contrário, trata-se de carícias, gestos ou sinais e de determinadas respostas que tampouco são necessariamente verbais. Não é uma conversação, e sim um jogo, mas a verbalização em alguns momentos também é importante.

Essas considerações aproximam-se daquilo que os homens participantes deste estudo falaram sobre as relações extraconjugais, nas quais o próprio desenrolar do encontro entre parceiros, no qual a conversação parece não ocupar lugar de destaque, exclui a negociação sobre o uso do preservativo e mesmo sobre contracepção. Disso resulta uma dupla exposição: às DST/aids e à gravidez.

Tomando por base os resultados de uma investigação qualitativa desenvolvida com homens jovens (10 a 24 anos) em nove países latino-americanos, Aguirre e Güell (2002) analisaram as conseqüências da busca por tornar-se homem sobre a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. Esses autores identificaram as condutas de risco predominantes entre os participantes e a vinculação delas com os mandatos sobre o que é ser homem.

Entre essas condutas incluem-se a atividade sexual sem proteção e a promiscuidade. Embora os rapazes reconheçam as possíveis conseqüências de uma vida sexual desprotegida, não tomam medidas coerentes e sistemáticas para preveni-las. Assim, não vêem necessidade de utilizar o preservativo porque acreditam que a contracepção não seja responsabilidade deles, expondo-se tanto à

possibilidade de DST quanto de uma gravidez não desejada. Identificam a causa principal desse modo de agir naquilo que denominam “oportunidade” (AGUIRRE e GÜELL, 2002, p. 45).

Da mesma maneira revelada nos discursos, a necessidade de não perder uma oportunidade está relacionada com a crença de prontidão sexual, que deixa o homem sempre disponível para o sexo, de forma que os encontros sexuais tendem a ser inesperados e não planejados. Há também a crença na existência de um instinto sexual masculino incontrolável, que leva à falta de controle e dificulta a adoção de medidas de proteção. Além disso, o preservativo é considerado incômodo, o que contribui para que seu uso seja dispensado (AGUIRRE e GÜELL, 2002).

Outros aspectos ligados aos mandatos sobre o que é ser homem estão envolvidos na prática sexual desprotegida, como, por exemplo, a necessidade de demonstrar que lhes agrada arriscar-se e a crença de que são sexualmente insaciáveis leva os homens a ter relações com mais de uma mulher e a não selecionar as companheiras sexuais (AGUIRRE e GÜELL, 2002).

O período da vida analisado por Aguirre e Güell (2002) inclui aquilo que os homens participantes do presente estudo denominam de “**fase machão-pegão**”, na qual predomina o desejo de firmar-se frente aos outros como homem heterossexual e, para tanto, é necessário não desperdiçar oportunidades sexuais. Assim, arriscam-se em relações sexuais desprotegidas para não correr o risco de desperdiçar uma oportunidade de manter relação sexual.

A antecipação de uma possível reação negativa por parte da parceira à proposição do uso do preservativo contribui para que os homens não toquem no assunto. Villela (1998, p.137-38) cita um exemplo compatível com esta situação dizendo que

se um homem se mostra preocupado com a prevenção na hora do ato sexual, isso pode significar, para a parceira, um sinal de fraqueza (‘cara chato, preocupado com doenças...’), desconfiança (‘está me chamando de puta?’) ou confissão de problemas inconfessáveis (‘será que ele tem Aids?, ‘será que ele é bissexual?’)”. [...] Assim, se muitos homens consideram que não existe efetivamente risco de pegar HIV, outros minimizam esse risco diante daquele de perder a parceira.

Além do risco de perder a parceira apontado por Villela (1998), os discursos aqui apresentados indicam também o risco de **passar vergonha** diante da mulher e de ser considerado ‘menos homem’ ao recusar-se a manter uma relação sexual por não ter preservativo consigo. Essa vergonha está muito relacionada com a possibilidade de ser confundido com um homossexual.⁴⁰

Um **segundo** elemento sugerido nos discursos que indicam o não uso do preservativo em relações extraconjugais é a inexistência de qualquer conversação anterior que permita considerar a escolha do preservativo. Da mesma maneira, o uso de anticoncepcional oral pela mulher é tido como óbvio, posto que nada parece ser dito/feito no sentido de certificar-se sobre isso.

Nesse caso, a preocupação do homem com DSTs/aids situa-se no nível da intenção, sem estender-se para qualquer atitude prática. Já a preocupação com uma possível gravidez parece inexistente, suposição reforçada por falas presentes nas discussões de grupo que sugerem ser essa uma obrigação da mulher, posto que, numa relação extraconjugal, a mulher arcará com as conseqüências⁴¹ (de ter um filho e cuidar dele). Essa situação pode mudar com os procedimentos contemporâneos de confirmação de paternidade, que colocam para o homem a necessidade de dar suporte pelo menos financeiro à criança.

Essas considerações ajudam a localizar as relações extraconjugais no campo das relações ‘por sexo’, nas quais a preocupação do homem com contracepção e com prevenção de DST/aids parece ser interpretada como ilegítima, porque não há compromisso entre homem e mulher que a justifique.

Um **terceiro** elemento sugerido indica a separação entre prazer e razão, a existência de uma incompatibilidade ‘natural’ entre eles, que impede o homem de pensar naquilo que vai fazer no momento de uma relação sexual. A necessidade de uso do preservativo deixa de ser considerada justamente porque solicita um

⁴⁰ “Às vezes você pode passar por..... vai estar no clima e diz não, espera aí, não vai dar e tal. Pode dizer ‘o cara lá...virou florzinha’ mas você tá vivo..... nem que passe por florzinha, mas pelo menos tá protegido.

⁴¹ –“Numa relação fora de casa, o homem não se preocupa com prevenção de gravidez e a conseqüência é só da mulher, por que para o homem tanto faz. Se ela engravidar, vai arcar com a gravidez, carregar o filho no colo e o homem some! Ele pode dar um dinheiro de vez em quando, mas a conseqüência maior é dela”.

exercício de racionalidade por parte do homem em um momento em que a busca pelo prazer é premente e responde a um impulso despertado pelo desejo sexual, considerado irracional em si mesmo. Essa premência, aliada ao fato de esses encontros sexuais geralmente não serem planejados e à possibilidade de perda de uma oportunidade de manter relação sexual, atua impedindo que a situação seja racionalmente considerada e que se pense no uso do preservativo.

A crença de que o preservativo determina uma redução do prazer sexual, que provoca uma interrupção na interação homem-mulher para ser colocado e impede o contato direto entre ambos também contribui para seu não uso. De acordo com discussões ocorridas nos encontros de grupo, a associação entre uso do preservativo e redução do prazer sexual é feita também por homens que nunca o utilizaram e que se baseiam na opinião de terceiros.

Outros estudos, tais como os desenvolvidos por Alves (2003, ps.437); Guerriero, Ayres e Hearst (2002, p.54); Andrade e Izazola (1999, p.91) e Olavarria, Benavente e Mellado (1998) também relacionam o uso do preservativo com a redução do prazer e com a restrição do contato direto com a mulher. Além disso, esses estudos acrescem o temor de 'broxar', de ter uma *performance* ruim, o incômodo provocado pelo preservativo, o prejuízo por ele trazido à ereção e a opinião negativa da parceira como elementos que contribuem para restringir o uso do mesmo.

Há ainda um **quarto** elemento aparente nesse discurso, o qual faz referência direta à mulher e que indica que aquelas que "saem muito levam preservativo na bolsa". Sair muito é aqui interpretado como sinônimo de manter relações sexuais com homens diferentes e revela um julgamento de cunho moral feito em relação à mulher que sugere disponibilidade para o sexo, multiparceria sexual e atitude ativa dela com relação ao seu desejo e seu prazer, incompatível com a imagem ideal de mulher. Ao fazer isso, ela apresenta a si mesma como sexualmente ativa e disponível para relações sexuais com diferentes parceiros, o que a desmerece como mulher frente aos homens e a situa no espaço daquelas relações cujo fim principal é o sexo, transformando-a em mulher para sexo.

No uso irregular do preservativo nas relações extraconjugais, o homem utiliza alguns indicativos para justificar esta situação, dentre os quais encontram-se uma **vida sexual anterior** da parceira avaliada como ‘pobre’ pelo homem tanto no que se refere ao número de parceiros sexuais como a número de vezes em que manteve relações sexuais. Nesta avaliação, o homem leva em conta a história sexual relatada pela mulher e o desempenho sexual dela, analisados com base em demonstrações de timidez ou desenvoltura. Neste caso, o relato de poucos parceiros sexuais associado a demonstrações de pouca experiência sexual e de timidez parecem ser utilizados pelo homem como indícios suficientemente fortes para dispensar o uso do preservativo.

O preservativo masculino pode também ser dispensado quando a relação extraconjugal se prolonga, deixando de configurar-se como sexo ocasional. Nessa situação, o principal argumento apontado para abandonar o preservativo é a fidelidade da mulher ao homem, avaliada a partir de indícios que sugerem que ela não ‘fica’ com mais ninguém além dele. Como esses indícios não foram claramente explicitados, é possível deduzir que a intuição do homem jogue um papel importante. A referência à fidelidade nas relações extraconjugais evidencia a fragilidade dos argumentos que a valorizam nas iniciativas de prevenção às DSTs/aids.

Falando sobre comportamento sexual e prática de sexo seguro entre homens do município de São Paulo, Vieira et al (2000, p.1005) levantam a possibilidade de uma tendência à “monogamia seriada” no comportamento dos homens estudados que, mesmo indicando uma parceria por vez, pode significar muitas ao longo do tempo.

Creio que a expressão “seriada” possa ser utilizada também em relação à fidelidade, especialmente tomando em conta a maneira como foi expressa nos discursos aqui apresentados. Assim, o assunto acima discutido poderia ser entendido como uma “fidelidade seriada”, que considera uma parceira extraconjugal por vez, embora implique a existência de muitas antecedendo e sucedendo a relação atual. O leque de possibilidades de contrair alguma DST ou aids é ampliado, em razão do aumento da vulnerabilidade, tanto do homem como das mulheres envolvidas na relação – a esposa e as ‘outras’.

IDÉIA CENTRAL – Preservativo, prevenção e sexo seguro

DSC – Sexo 100% seguro não existe, mas existe prevenção. A camisinha é prevenção; conhecer bem a pessoa e ter uma única parceira mesmo quando solteiro também é, mas nada garante. Eu confio na minha mulher e tenho certeza que ela confia em mim também porque se não tiver esta confiança, não tem vida de casal. Mas você confia sempre com uma interrogação, porque a gente não está sempre junto e eu não sei o que passa pela cabeça dela.

Fidelidade pode evitar aids se os dois forem fiéis, mas isso depende do tipo de casamento que a pessoa tem e, depois, não é só através de relações sexuais que se pode pegar! Além disso, mesmo usando camisinha, ninguém está livre de um acidente. Então, seguro mesmo é não fazer!

Eu acho que o importante é eu me gostar e se eu pensar assim, vou me cuidar. Aí eu acredito que o sexo seguro pode acontecer. Se eu gostar de mim, não vou ter medo de fazer feio para a mulher; vou poder dizer não. Uma boa conversa também é importante, porque um pode cobrar do outro o uso do preservativo masculino ou feminino. Acho que tudo é negociável.

O discurso acima apresentado aponta para diferentes aspectos considerados pelos homens na articulação do uso do preservativo com prevenção e sexo seguro, bem como para as múltiplas facetas a considerar em cada um.

O que está implicado no 'conhecimento' do outro? Da maneira como essa questão é tratada pelos homens e concordando com Guerriero, Ayres e Hearst (2002), o tempo de existência da relação não ocupa um lugar central nessa questão, especialmente em se tratando de relações ocasionais, nas quais os parceiros podem ter se conhecido poucas horas ou poucos dias antes e ter utilizado elementos pouco confiáveis na avaliação do outro, tal como a aparência física e/ou a simpatia e/ou a alegria, os quais são relacionados com saúde.

Dessa forma, a referência feita ao 'conhecer bem a pessoa' como uma forma de prevenção não deve ser interpretada como sinônimo de grande intimidade e longo tempo de convívio entre os parceiros, mas considerada entre um continuum de variantes que se estendem desde o vago 'conhecer a(o) outra(o) desde a infância, por residirem no mesmo bairro ou por estudarem juntos, porém sem maior contato pessoal', até o ponto máximo de intimidade e cumplicidade no convívio.

Situação semelhante foi encontrada por Alves (2003, p.436), que, em estudo desenvolvido com homens rurais da zona da mata pernambucana, observou que o

uso do preservativo pode ser dispensado quando a mulher é conhecida, o que indica que ela reside nas proximidades e que o homem não tem um compromisso com ela. Isso pode ocorrer também quando o homem avalia se a parceira está saudável utilizando sinais como o “modo de andar ou a presença de secreção na calcinha, ou fazendo um certo tipo de toque nos órgãos genitais da mulher”.

Conhecer a(o) parceira(o) tem sido apontado em diferentes estudos como um recurso amplamente utilizado na prevenção de DST/aids, conforme observam autores como Almeida (2002), Buysse e Van Oost (1997) e Guimarães (1996). Isso ocorre apesar dos diversos significados atribuíveis a esse verbo, variáveis de acordo com a interpretação que cada um dá a ele. A este respeito, Almeida (2002, p.800) diz que, em relação às DST e à aids, alguns tem uma idéia de que “possuem dispositivos de avaliação sobre se podem ou não arriscar a sorte tendo uma relação sexual fora do (casa)mento, tais como avaliar a higiene da parceira, conhecer a mulher”.

Todas essas variantes do ‘conhecer’ a(o) parceira(o) trazem implicações diferentes para o trabalho de prevenção. A mesma interpretação pode ser dada ao ‘ter uma única parceira’, especialmente considerando-se a possibilidade de fidelidade seriada, o que resulta em muitas parcerias ao longo do tempo com relações sexuais desprotegidas.

A confiança na parceira, por sua vez, forma uma díade ambivalente com a desconfiança quando se refere à fidelidade da parceira na relação. Da maneira como é colocada, pode-se perceber que a confiança na parceira faz parte de uma aposta que o homem faz na relação conjugal, a qual traz alguns riscos em si mesma, pois o homem só pode ter certeza a respeito de seu próprio comportamento.

A fragilidade do argumento da fidelidade usado nas iniciativas de prevenção de DST/aids especialmente no âmbito de um relacionamento conjugal está relacionada com a desconfiança que fomenta entre os parceiros justamente pelo fato de estas iniciativas centrarem-se na exclusividade sexual, dando menor atenção às demais possíveis formas de contaminação. Assim colocado, este argumento aprofunda a vinculação das DST e especialmente da aids com relações ilícitas e, ao mesmo tempo, vincula o preservativo masculino com a infidelidade ou, como diz

Villela (1998), com relações proibidas. Da mesma maneira, estas iniciativas não levam em conta as diferentes possibilidades de interpretação da fidelidade.

No relacionamento conjugal, o sexo seguro e a prevenção de doenças não estão diretamente ligados ao uso do preservativo, mas à confiança, à cumplicidade, à fidelidade, ao diálogo, ao companheirismo existente no casal e à qualidade da vida sexual. Assim, em um casamento que conte com esses elementos, os parceiros tendem a dispensar o uso do preservativo e a centralizar suas atenções na contracepção. Homem e mulher firmam um pacto de confiança e fidelidade mútuas que deixa para ambos o compromisso de zelar pelo fortalecimento e pela manutenção da relação e da família.

Evocando a analítica do poder de Foucault, cabe a cada um dos parceiros exercer vigilância sobre si próprio – mais do que vigiar o comportamento do outro – de maneira a atender as demandas desse pacto. A percepção do que é ser homem exerce grande influência nesse intento, e o cuidado de si, compreendido como um trabalho continuamente exercido pelo homem sobre si próprio, conduzindo-se de maneira compatível com um código de conduta que tenha para si, assume posição central na prevenção de DST/aids e no sexo seguro.

Nessa perspectiva, gostar de si próprio, valorizar-se e estar seguro de si pode possibilitar ao homem diferenciar-se dos demais, permitindo-lhe valorizar menos as demandas socioculturais exercidas sobre ele pelos modelos de masculinidade, que colocam a necessidade de contínua comprovação pública de uma heterossexualidade incontrolável, bem como adotar condutas que diminuam sua vulnerabilidade no campo sexual, como, por exemplo, dizer não, recusando-se a manter uma relação sexual mesmo estando ‘no clima’; propor o uso do preservativo sem antecipar o risco de perder a parceira; dialogar com a parceira sobre a vida sexual do casal, sobre DST/Aids, sobre as relações de ambos como casal.

De acordo com o que foi até aqui discutido, depreende-se que o uso do preservativo nas relações conjugais e/ou extraconjugais não é uma questão de normatização cientificamente fundamentada de comportamentos, vinculada a uma situação de saúde. Ao campo dos saberes científicos na área de promoção da saúde e, especificamente, de prevenção de DST/aids, emaranham-se outros tantos

aspectos vinculados às crenças, aos mitos, aos estereótipos em saúde, bem como aos saberes de cada um, às questões de gênero e às características dos relacionamentos homem-mulher.

Todos esses elementos associados apontam para o equívoco de iniciativas de promoção de saúde e de prevenção de DST/aids tomadas a partir da perspectiva científica e universalizadas. Frente à complexidade dos saberes científicos que avançam a cada dia no rastro de novas descobertas, os viveres das pessoas em geral não são menos complexos, posto que se dão em ambientes, em culturas, em situações socioeconômicas, em circunstâncias diversas (de gênero, de poder, socioeconômica, entre outras). A complexidade desses viveres merece ser considerada em iniciativas de educação em saúde.

9 O PODER NAS RELAÇÕES DE CASAL

9.1 O PODER EM CIRCULAÇÃO

Os discursos relativos ao ser homem, à vida afetivo-sexual e ao uso do preservativo permitem perceber algumas nuances das relações de poder no casal heterossexual e também as variações na sua dinâmica de circulação.

Para compreender essas variações, considerei outros elementos do viver em casal abordados nas discussões de grupo e nas entrevistas individuais e que ofereceram subsídios para a discussão, embora não estejam relatados nos discursos. Esses aspectos incluem a organização da vida cotidiana (serviço doméstico, cuidado dos filhos, compras de supermercado), administração da renda familiar e a tomada de decisões no casal e na família.

Em todas as variações na dinâmica de circulação do poder no casal observadas, a idéia de fidelidade, o desejo, o prazer sexual e a família ocupam posição central, exercem forte influência sobre o relacionamento conjugal como um todo e são por ele influenciados.

A compreensão que esses homens têm do que seja ser homem compõe o pano de fundo do relacionamento conjugal e da dinâmica de circulação das relações de poder no mesmo. Da mesma forma, o relacionamento de casal como um todo e o convívio com a esposa e com a família constituem parâmetros essenciais para a avaliação que o homem faz de si mesmo como tal e também para a avaliação que os outros fazem dele como homem.

A **primeira variação** na dinâmica das relações de poder, identificada como ***relações equilibradas de poder no casal, com pacto de fidelidade entre marido e mulher e satisfação do homem com a vida sexual e com o relacionamento conjugal como um todo***, tem como características:

1. A existência de um pacto de fidelidade mútua no casal, que implica exclusividade sexual para ambos e que fundamenta a confiança entre homem

e mulher, estendendo-se para a família e incluindo-a. A aceitação desse pacto pelo homem representa uma escolha pessoal dele no sentido de abandonar a vida sem responsabilidades, sem compromisso e sexualmente intensa da juventude (fase machão-pegão), em favor da constituição de uma família.

2. Ambos sentem desejo e prazer sexual e, embora afirme sentir desejo com maior frequência do que a mulher, o homem se sente satisfeito com a vida sexual do casal.

3. Embora com menor frequência do que o homem, a mulher também toma a iniciativa no campo sexual, fato altamente valorizado por ele, que o considera um elemento importante para sua auto-avaliação como homem e como afirmação do afeto que a esposa tem por ele.

4. Construção conjunta de um projeto de vida em comum, com participação de ambos no delineamento e na implementação dos planos do casal para sua vida em família e para os filhos.

5. O homem participa nas tarefas domésticas, dividindo as atividades com a esposa em um sistema de ajuda mútua organizado por ambos. Esse sistema não é rígido, podendo ser modificado de acordo com a disponibilidade de tempo, com as variações no horário de trabalho, com a execução de horas a mais de trabalho na empresa e com as condições de saúde de cada um. A participação masculina nessas tarefas tem caráter rotineiro, de tal forma que a mulher não precisa comandar a execução delas. O homem pode inclusive executar rotineiramente a maior parte das tarefas envolvidas no cuidado do lar e da família, somando-as ao seu trabalho remunerado na empresa.

6. A chefia do lar é compartilhada, e as decisões são tomadas em conjunto. Caso um deles – homem ou mulher – esteja ausente e a situação vivida solicite uma decisão, aquele que estiver presente a toma e depois comunica ao outro, mantendo-o informado de tudo o que acontece no lar, fora dele e com a família.

7. A administração da renda é compartilhada, com planejamento conjunto de despesas (menores e maiores) em investimentos, aquisições, obras

(construção da casa, reformas). Marido e mulher analisam o montante da renda familiar e decidem o destino que darão a ela, o que acontece mesmo quando a mulher não trabalha 'fora' e quando a 'conta no banco' é controlada somente pelo homem ou pela mulher, isso porque nenhum valor é gasto sem que os dois tenham conhecimento.

8. A mulher é independente, assertiva, toma iniciativas e decisões na vida cotidiana.

9. O diálogo entre homem e mulher marca o relacionamento conjugal e medeia os acordos estabelecidos pelo casal.

10. Há cumplicidade e respeito entre o casal.

11. Quando a mulher não exerce atividade remunerada fora do lar, assume a maior parte das tarefas envolvidas no cuidado com a casa e com os filhos, e o homem assume as tarefas realizadas fora do lar (como por exemplo, pagamentos, levantamento de preços e pequenas compras no supermercado). Essa situação pode se modificar a qualquer momento, de acordo com as possibilidades do casal e não significa que as decisões (inclusive as financeiras) sejam tomadas pelo homem.

12. O amor pela esposa é evocado como principal elemento motivador e justificador das características até aqui indicadas. Com base nele, o homem decide investir no relacionamento conjuga, dedicando-se à esposa e à família, elementos centrais em sua vida, confirmando-o como homem de verdade e ajudando-o a ser assim reconhecido pelos outros. Amar a esposa, dedicar-se à família, servir de exemplo para os filhos, ser trabalhador, ser responsável e abdicar de 'aventuras' são requisitos essenciais para a vida adulta e para o reconhecimento como homem.

Estas características sugerem uma dinâmica nas relações de poder que coloca homem e mulher juntos, ocupando posições iguais no centro delas. As relações circulam de um para o outro e os envolvem, promovendo uma movimentação equilibrada da teia de poder, sem prevalência duradoura de um em detrimento do outro. Utilizando a metáfora dos dois pratos de uma balança, pode-se

imaginar o poder movimentando-se ora para um lado, ora para outro, sem que as assimetrias se acentuem demasiadamente ou se instalem de forma prolongada.

Nos discursos, essa movimentação é considerada própria do viver cotidiano em casal, em que ambos – homem e mulher – mantêm uma relação de parceria e investem no projeto comum de vida que têm para si e no qual a família ocupa lugar de destaque. Esses homens usualmente comparam o casamento e a família com uma empresa que solicita dedicação de todos os sócios para estabelecer-se. Nessa empresa, homem e mulher seriam os gerentes.

As relações de gênero são mais igualitárias, sem as polaridades dos papéis e das características tradicionalmente atribuídas tanto ao homem quanto à mulher, as quais contribuem para conformá-los a um certo arranjo, com primazia de um sobre o outro.



Figura 4 – Primeira variação na dinâmica de circulação de poder no casal heterossexual.

A **segunda variação**, identificada como **relações assimétricas de poder nas quais o homem ocupa posição de destaque, está satisfeito com a vida sexual do casal e com o relacionamento conjugal como um todo, considera**

normal que o homem traia e que a mulher seja fiel, apresenta similaridades e diferenças com a primeira:

1. A fidelidade é valorizada, especialmente quando se refere à mulher. O homem diferencia infidelidade de traição, utilizando parâmetros como o tempo de duração e o tanto de afeto envolvido no relacionamento extraconjugal. A traição ocorre com mais frequência, em relações ocasionais que não abalam o relacionamento com a esposa e com a família e nem alteram os sentimentos pela esposa.
2. Desejo e prazer sexual estão presentes na relação, embora o homem afirme sentir desejo com maior frequência do que a mulher. Mesmo assim, sente-se satisfeito com a vida sexual do casal.
3. A mulher também toma a iniciativa de iniciar um encontro sexual e, embora o faça com menor frequência que o homem, este a valoriza muito como um elemento importante para sua auto-avaliação como homem e como indicativo do afeto que a esposa tem por ele.
4. Há um projeto de vida em casal e, nele, a participação do homem pode ser mais fortemente percebida, tanto na proposição de idéias como no delineamento dos planos e na implementação dos mesmos. A mulher participa dando sua opinião, a qual será levada em consideração pelo homem no momento de decidir.
5. O homem pouco participa das atividades domésticas e quando o faz, segue o comando da mulher, responsável pela organização e execução dos cuidados com o lar e com os filhos. Aqui, ela 'manda' e ele 'obedece'. O homem identifica sua contribuição eventual como 'apoio', 'ajuda' ou 'suporte'.
6. A chefia do lar é assumida pelo homem, que, como tal, toma as decisões relativas à família, especialmente aquelas que envolvem somas maiores de dinheiro e demandam planejamento (compra de carro, reformas, construção de casa, compras a prazo, entre outras).

7. Sendo o chefe, o homem administra a renda familiar e decide o destino dela, o que faz após ouvir a opinião da mulher. Isso também ocorre quando a mulher exerce atividade remunerada regular fora do lar, porque ela acredita que a administração financeira seja função do homem ou porque o homem acredita que ela não saiba lidar com dinheiro.

8. A mulher é submissa ao homem.

9. Marido e mulher conversam bastante, mas ambos ocupam posições assimétricas, com o homem em um nível superior. Dessa forma, o diálogo não se dá entre 'iguais', e o homem considera a si próprio como a 'consciência' do casal, a quem cabe dar a última palavra. Utilizando a metáfora da empresa anteriormente citada, seria possível dizer que o homem ocupa a posição de gerente.

10. O homem ama a esposa e diz sentir-se amado por ela.

11. Há o estabelecimento de uma separação entre o mundo de 'dentro' e o de 'fora' do lar, da família. O trânsito da mulher pelo mundo de 'fora' é restrito quase que exclusivamente à vizinhança, ou então, quando ela tem emprego, ao seu local de trabalho. O homem transita com maior liberdade pelos dois mundos e esforça-se para mantê-los separados um do outro, de maneira que muitas de suas atividades no mundo de 'fora' (dentre as quais as traições, por exemplo) não abalem a família e o relacionamento conjugal.

As características aqui descritas apontam para uma dinâmica de relações de poder no casal onde o homem é a figura principal, assumindo uma posição superior à ocupada pela mulher. O homem exerce domínio sobre grande parte dos aspectos envolvidos no viver em casal, deixando ao encargo da mulher aquelas atividades tradicionalmente relacionadas com a figura feminina, as quais acompanha à distância e em que eventualmente ajuda.

Isto confere à vida conjugal uma característica hierárquica, compatível com relações tradicionais de gênero, nas quais o homem é o chefe da família, exercendo sua autoridade (mesmo que gentilmente) sobre a mulher e os filhos, e a mulher ocupa um lugar submisso e dependente dele.

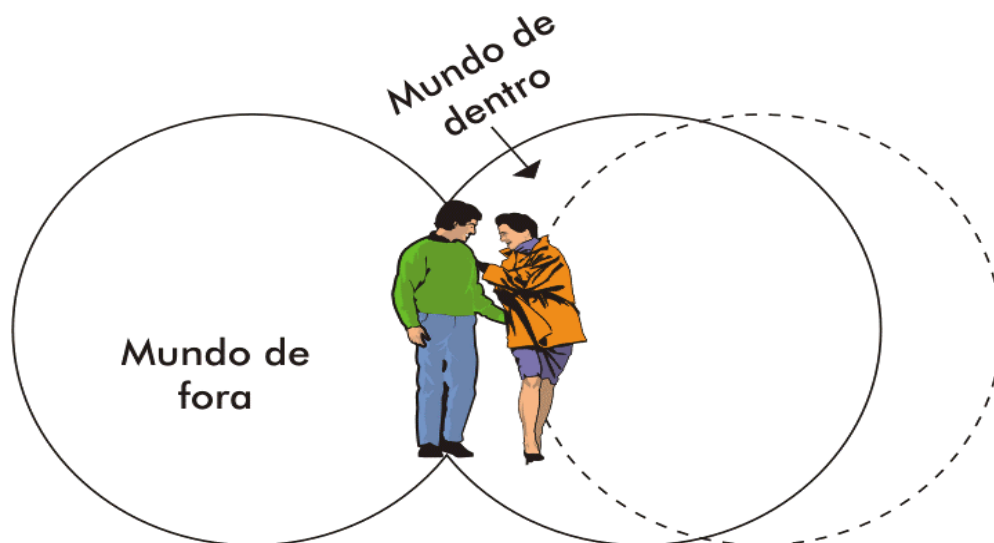


Figura 5 – Segunda variação na dinâmica de circulação de poder no casal heterossexual.

A **terceira variação** na dinâmica das relações de poder, identificada como **relações de poder desordenadas, conflituosas, nas quais o homem demonstra insatisfação com a vida sexual do casal e com o relacionamento conjugal como um todo, envolve-se em infidelidades e traições, embora espere que a mulher lhe seja fiel**, tem as seguintes características:

1. A fidelidade, especialmente a da mulher, é muito valorizada no casal e, mesmo considerando-a um elemento essencial na relação conjugal, o homem mantém habitualmente relações extraconjugais – ocasionais ou duradouras, e localiza a(s) causa(s) desse comportamento na sua insatisfação com a vida conjugal como um todo e especialmente com a vida sexual do casal.
2. A mulher raramente sente desejo ou prazer sexual e nunca inicia um encontro sexual. As relações sexuais do casal são espaçadas, poucas (de acordo com o homem), e geralmente coincidem com o período fértil da mulher, ocasião em que ela tem desejo/prazer, ou então acontecem como uma concessão que ela faz ao homem. Essa assimetria de desejo sexual alimenta muitas discussões entre o casal.

3. O homem se sente frustrado com sua vida sexual com a esposa e freqüentemente insatisfeito com sua vida conjugal como um todo, o que influencia negativamente a avaliação que faz de si próprio como homem.

4. Não há indicação de existência de um projeto de vida comum ao casal. Homem e mulher parecem ter planos, interesses e vontades convergentes (educação dos filhos, aquisição da casa própria, mobiliar a casa), mas prioridades diferentes. Assim, por exemplo, enquanto um quer economizar ao máximo para conseguir a casa própria, o outro acredita ser possível fazer isso sem privar-se de lazer, mesmo que signifique postergar o alcance do objetivo, o que gera desentendimentos e discussões.

5. O diálogo é difícil e os acordos são raramente alcançados em todos os aspectos do viver.

6. O homem tem pouca ou nenhuma participação nas tarefas domésticas, o que é atribuído à extrema preocupação e ao alto nível de exigência da mulher com os cuidados da casa, o que a leva a assumir a grande maioria das atividades cotidianas do lar, mesmo quando tem outro trabalho fora dele.

7. A chefia da família é conflituosamente exercida por ambos. Na metáfora da empresa, cada um dos sócios imprime ritmo e direcionamento diferentes à condução dela, o que promove desentendimentos entre eles e dificulta o fortalecimento da empresa.

8. No que se refere à renda familiar, o casal avalia mensalmente o montante de dinheiro de que dispõe e decide em conjunto o destino a ser dado a ele, tanto nas despesas de manutenção do lar e da família, como nas projeções de despesas maiores para o futuro. Depois dessas decisões, a administração do dinheiro é assumida principalmente pela mulher. Apesar dos freqüentes desacordos em outros aspectos, neste em particular parece que homem e mulher conseguem negociar, o que talvez esteja relacionado com o papel de provedor tradicionalmente atribuído ao homem na família. Neste caso, a mulher é provedora também.

Nessas relações, o casal compartilha a família, os filhos e a casa, assumindo suas responsabilidades para com eles. O homem considera os filhos como o elo que mantém o casal, sem os quais a união se desfaria. Entretanto, mesmo cumprindo suas 'obrigações' com a família e mantendo o relacionamento conjugal em função dos filhos, a convivência é pontuada por discussões e desentendimentos.

A divergência de prioridades no casal parece ser o principal fator a contribuir para esse estado de coisas. Neste particular, a mulher prioriza a casa, os filhos e o trabalho, e o homem gostaria de 'aproveitar mais a vida', o que implica elementos da fase machão-pegão, tais como uma vida sexual mais intensa. De acordo com os próprios homens, esses elementos seriam compatíveis com sua idade cronológica, embora sejam incongruentes com seu *status* de homem casado, com filhos.

O homem considera a falta de desejo/prazer sexual da esposa como o principal motivo da situação, o que justifica também as freqüentes relações extraconjugais que mantém em busca de uma satisfação sexual que, segundo ele, não encontra em casa.

Ao mesmo tempo em que adota esse comportamento, acredita que a mulher não tomará atitude semelhante, mantendo-se fiel a ele justamente por 'não gostar de sexo'. Apesar da insatisfação com a vida conjugal e dos recorrentes pensamentos de separação, o homem desdobra-se para manter suas relações extraconjugais em segredo, para que a esposa não saiba delas, o que ameaçaria a família e o exporia à possibilidade de perder os filhos.

A satisfação sexual buscada pelo homem com outras mulheres fora de casa tem efeitos negativos sobre outra busca por ele empreendida ao longo de sua vida: a de reconhecimento público como homem. Neste particular, o comportamento heterossexual predatório, tão alardeado como *inerente* ao homem, entra em conflito com outros elementos essenciais a uma vida de homem adulto e responsável: esposa, família e filhos. Isto se reflete negativamente na 'evolução' do homem no processo de tornar-se homem de verdade, posto que é interpretado como um prolongamento da fase machão-pegão, incompatível com o viver de um homem adulto e responsável.

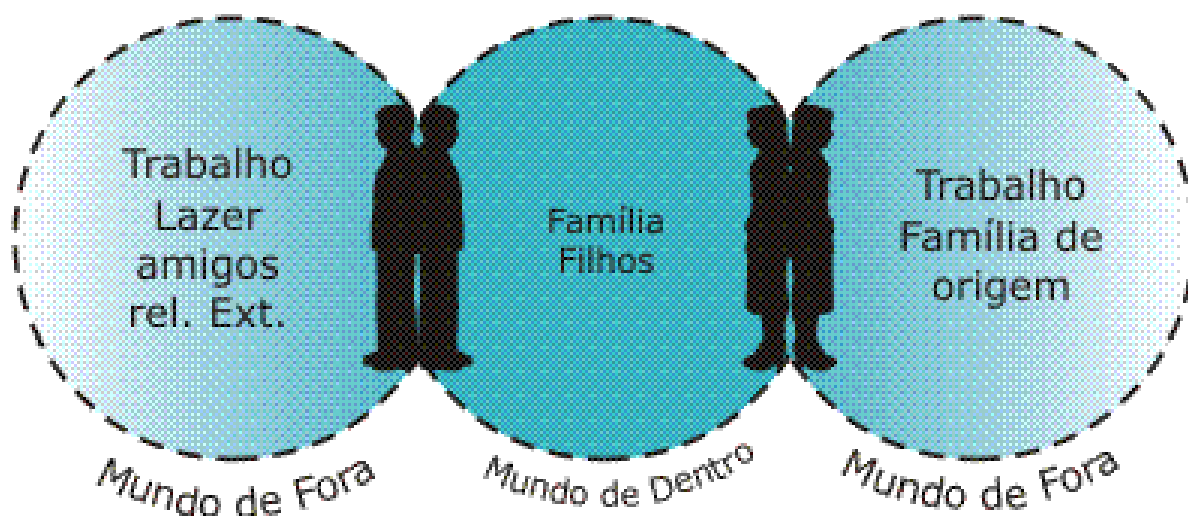


Figura 6 – Terceira variação na dinâmica de circulação de poder no casal heterossexual.

9.2 CIRCULAÇÃO DO PODER E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Cada uma das variações descritas tem implicações no trabalho de educação em saúde com vistas à promoção da saúde e focalizado nas DST/aids. Assim sendo, na **primeira variação**, a possibilidade de DST/aids é apenas remotamente considerada e, quando o é, está na maioria das vezes relacionada com formas de contaminação concebíveis em um relacionamento dessa natureza, o que se resume à transfusão sanguínea e a acidentes com material contaminado.

O pacto de fidelidade, assumido como compromisso consigo próprio e com a mulher, contribui para que o homem considere remota a hipótese de contaminação sexual. Entretanto, mesmo remota, a possibilidade de contrair DST/aids provoca certa insegurança no homem, que se sente dependente do comportamento da parceira nessa questão. Procura superar esta insegurança confiando nela e

estabelecendo um bom nível de diálogo que permita o fortalecimento da relação e a troca de informações.

Mesmo declarando-se fiel à esposa desde o momento em que o relacionamento entre eles tornou-se 'sério' (o que antecedeu o convívio e implica um período de tempo relativamente longo), o homem não exclui a possibilidade de um relacionamento extraconjugal ocasional ou duradouro, o que está ligado ao caráter incerto do futuro (que 'a Deus pertence').

Apesar de ter escolhido essa maneira de viver em casal, de esforçar-se para construí-la e fortalecê-la, de estar satisfeito com ela e de não querer/buscar relacionamento 'fora', o homem não sabe o que acontecerá amanhã, tanto com ele como com a mulher, de forma que um e outro poderão ter um relacionamento extraconjugal. Essa vinculação entre fidelidade e incerteza do futuro confere à primeira um caráter instável e temporário (mesmo com o longo tempo de exclusividade sexual) e contribui para manter as DST/aids como um espectro na sua vida, que o espreita à distância.

As DST/aids aproximam-se de sua vida, tornando-se motivo de grande preocupação quando pensa nos(as) filhos(as), os quais iniciarão suas vidas sexuais ainda jovens, imaturos e em tempos de aids, o que os torna vulneráveis. Nesse ponto, a importância do pai na vida dos(as) filhos(as) é evocada e a crença na força educativa que o seu exemplo pessoal tem para eles o estimula a vigiar o seu próprio comportamento. Além da educação pelo exemplo, o diálogo com os filhos é valorizado desde cedo como forma de fortalecer os laços afetivos e de estabelecer com eles uma relação de confiança que permita a abordagem de questões relativas à sexualidade, dentre as quais as DST/aids.

Em face das considerações anteriores, a prescrição do uso do preservativo associado à fidelidade tem pouca ressonância entre homens que mantêm relacionamentos conjugais semelhantes ao aqui descrito, posto que consideram o preservativo desnecessário em virtude do pacto de fidelidade estabelecido com a esposa.

Entretanto, se a proposição do preservativo na relação conjugal é incompatível com esse pacto e com a relação de confiança mútua existente no casal, o caráter potencialmente instável da fidelidade abre caminho para a discussão sobre o uso do preservativo na ocorrência eventual de relacionamentos extraconjugais. Neste particular, é de extrema importância tomar as experiências do homem como ponto de partida para esta discussão, especialmente se ela se der em grupo, onde as vivências e os pontos de vista de cada participante têm valor.

Dessa maneira, o profissional participa do grupo, compartilhando suas vivências e saberes em um relacionamento no qual as posições de poder têm maior simetria. Nestas circunstâncias, o caráter prescritivo, impositivo e definitivo geralmente relacionado ao saber científico é amenizado e/ou eliminado, possibilitando o diálogo.

Em uma experiência dessa natureza, o uso do preservativo em relações extraconjugais é uma conclusão a que o grupo chega depois de levar em consideração os múltiplos fatores envolvidos na questão, os quais se referem à vivência pessoal como homem e de casal, bem como ao conhecimento científico já existente na área. Acredito que, nessa abordagem, a recomendação para o uso do preservativo em relações extraconjugais tem menos possibilidade de ser interpretada como um estímulo à infidelidade (como comumente ocorre) e como aceitação/reforço de um dever-ser masculino que tem a infidelidade como uma característica 'natural' dos homens.

Creio que esta seja uma via possível de aproximação com o homem heterossexual que se esforça para manter uma relação conjugal monogâmica com as características aqui descritas e que tem a responsabilidade e a família como dois grandes valores na sua vida, indispensáveis para seu *status* de homem de verdade.

Nestes relacionamentos, os discursos indicam que o homem não considera a si próprio separadamente de sua família, o que, aliado ao alto valor que atribui à fidelidade, faz com que a recomendação do uso do preservativo em possíveis relações extraconjugais visando sua própria proteção não encontre eco. Da mesma forma, a relação com a esposa não é considerada isoladamente da família, o que faz com que as orientações dirigidas ao homem sobre o uso do preservativo como forma

de proteção da saúde dela não tenham o efeito esperado, posto que ele crê fazê-lo ao zelar pela família e sendo fiel a ela.

A família assume tal valor e significado que seria possível pensar no homem e na mulher como partes de um mesmo ‘pacote’⁴² – a família – motivo e objetivo de suas ações. Ambas as partes perdem muito quando considerados fora desse contexto. Esta compreensão coloca a família como elemento-chave para a promoção da saúde.

Na **segunda variação** observada na dinâmica das relações de poder, as implicações para o trabalho de educação em saúde guardam semelhanças com a situação anterior, especialmente no que se refere à figura do homem-pai e à educação dos filhos, bem como algumas diferenças. Dentre as diferenças, desponta a bem demarcada separação estabelecida entre o mundo de ‘dentro’ e o de ‘fora’, associada ao duplo padrão sexual existente para o homem e para a mulher e à posição ocupada pela fidelidade.

A separação de espaços faz com que o homem deixe transparecer duas faces aparentemente antagônicas de si próprio: uma revelada na família e outra fora dela e, no campo sexual, o que as diferencia é o tanto de afeto e/ou compromisso que marcam as relações e que caracterizam a fidelidade. Estabelecida essa diferenciação, o homem adota condutas diferentes para os dois mundos.

Mesmo combinando o viver em casal com infidelidades e traições, o homem atribui grande importância à família, em relação à qual assume um papel protetor tanto no mundo de ‘dentro’ como no de ‘fora’, de maneira a não permitir que ela seja ameaçada. Para evitar ameaças, as traições são cercadas de inúmeros cuidados, que incluem desde a seleção da parceira, até o uso do preservativo em todas as relações extraconjugais e à circunscrição delas a um curto período de duração (geralmente um ou dois encontros).

O papel protetor assumido pelo homem é ambíguo, especialmente no que se refere ao mundo de ‘fora’, porque, regulando o trânsito da família por ele, o homem

protege a si próprio, evitando que infidelidades e traições venham à tona. Assim, protege a família de ameaças externas a ela, reduzindo as possibilidades de que sua própria vida nesse mundo de fora seja 'descoberta'.

Contrariamente ao encontrado nas duas primeiras, na **terceira variação** das relações de poder a família é motivo de conflito para o homem, que entretanto a reconhece como requisito essencial para tornar-se homem de verdade e, ao mesmo tempo, se sente incapaz de atender a todas as demandas que ela exerce sobre ele.

Mesmo casado e com filhos, o homem continua mantendo a intensa atividade sexual da fase machão-pegão em relações extraconjugais com diferentes parceiras, o que revela a concepção de uma sexualidade masculina incontrolável e fundamenta uma conduta baseada no **"o que vem, morre!"**⁴³. Neste caso, dificilmente uma oportunidade de manter uma relação sexual é desperdiçada, e o uso do preservativo é ocasional, o que aumenta a vulnerabilidade tanto do homem como das mulheres (esposa e outras) às DST/aids.

A preocupação maior do homem é com os filhos, com aquilo que o seu exemplo pode representar na educação deles, com o cumprimento de suas responsabilidades para com eles, provendo-os da melhor maneira possível. Em resposta a essa preocupação, mantém suas relações em segredo para que sua imagem frente aos filhos não seja abalada. Nesse contexto, a esposa faz parte da família, mas ocupa uma posição periférica, cujo valor está vinculado ao exercício do papel de mãe.

Para um trabalho de educação em saúde, a figura do homem-pai surge novamente como possibilidade de abordagem, justamente pela grande importância que os filhos têm no processo de tornar-se homem e da preocupação do homem com a possível influência do seu exemplo (que, segundo ele, não é bom) na educação deles. Entretanto, mesmo com a referência aos filhos, é possível perceber

⁴² A idéia de família como um pacote que inclui diferentes elementos formando (ou tentando formar) um todo e que precisa ser aceito no todo sob risco de perder suas características foi sugerida por Cláudia Moro, a quem agradeço.

⁴³ Expressão popularmente utilizada para indicar aceitação de qualquer coisa que seja oferecida quando existe uma necessidade exacerbada de algo. É possível utilizá-la, por exemplo, na alimentação, quando se tem muita fome ou um grande apetite, quando se necessita muito de um emprego ou quando se tem um grande apetite sexual.

que a preocupação principal do homem é consigo próprio. Imaginando-se uma escala de valoração, é possível perceber graus diferentes e decrescentes de preocupação do homem: consigo próprio, com os filhos e com a mulher (especialmente quando considerada na sua condição de mãe).

No que se refere às DST/aids, a prevenção visando a saúde da mulher não tem ressonância, isso porque o homem mantém um distanciamento afetivo tanto da esposa (aliado a um distanciamento sexual) como das demais mulheres, o que contribui para relativizar sua responsabilidade nesse aspecto. A busca pelo prazer sexual é o elemento central e, embora valorize também o prazer sentido pela mulher em uma relação sexual, ele o faz pelo seu próprio prazer, o qual é maior quando a relação sexual é prazerosa também para a mulher.

Esse aspecto deve ser considerado nas iniciativas de educação em saúde, de maneira a possibilitar a discussão sobre autoproteção, práticas de sexo mais seguro para a prevenção de DST/aids, juntamente com as discussões de questões de fundo, como as relacionadas ao gênero, aos estereótipos de masculinidade e feminilidade, ao processo de tornar-se homem, à sexualidade, à paternidade, dentre outros tantos.

As considerações até aqui tecidas evidenciam a insuficiência de iniciativas de educação em saúde baseadas na recomendação de uma série de cuidados a serem tomados no campo sexual para prevenção de DST/aids justamente por fazerem um recorte no viver das pessoas que destaca e isola a sexualidade. Recomendações dessa natureza são importantes e necessárias, especialmente quando utilizadas em campanhas de prevenção feitas através dos diversos meios de comunicação de massa, nas quais tanto os que as idealizam quanto aqueles a quem se destinam fazem parte de uma massa anônima e considerada uniforme.

Entretanto, elas têm seu valor diminuído quando a educação em saúde se dá em situações que envolvem um número reduzido de pessoas, onde o relacionamento interpessoal é mediado pelo diálogo e se desenvolve em circunstâncias que favorecem a proximidade e a formação de uma relação de confiança entre os participantes. Nessas condições, o anonimato e a uniformidade se dissipam quando as experiências vividas vêm à tona.

Os sujeitos envolvidos na prática de educação em saúde fazem a mediação entre o conhecimento científico já construído sobre as DST/aids e o viver cotidiano, aproximando-os. A negociação entre os saberes e as vivências é mediada pelo diálogo, evitando as prescrições de conduta.

A vinculação entre responsabilidade e família – ambas consideradas características essenciais de um homem de verdade – sugere um caminho para a educação em saúde. Nesse sentido, é essencial problematizar o significado e a amplitude dessa responsabilidade, inclusive na vida sexual. Noção de responsabilidade e valorização da família compõem um forte fator de estímulo à promoção da saúde e à prevenção de DST/aids.

Estes elementos, associados ao valor que os filhos têm para esses homens e à importância por eles atribuída à paternidade, situa-os em posição privilegiada para promover a saúde no lar, atuando como educadores também no que se refere à sexualidade, o que pode ser enfatizado em uma iniciativa de educação em saúde. Considerar essa possibilidade exige a discussão de uma série de aspectos relacionados ao gênero, que impõem um **dever ser** tido como natural tanto ao homem quanto à mulher, que os situa em posições diferentes e desiguais e que tende a ser reproduzido na educação.

Valorizar a figura do homem-pai como partícipe na vida de seus filhos requer um rompimento com as estereotipias que alardeiam o distanciamento emocional, a natureza sexual e infiel, o pouco envolvimento na educação dos filhos e o não gostar de falar de ‘assuntos íntimos’ como características **próprias** de homens. Naturalizadas, essas estereotipias são reproduzidas na educação dos filhos, contribuindo para a manutenção de uma série de situações que aumentam a vulnerabilidade de homens e mulheres não somente às DST/aids. Além disso, essas estereotipias são geralmente aceitas como naturais também por profissionais da saúde, que as traduzem no seu cotidiano.

Então, discutir o viver em casal, a educação dos(as) filhos(as), a concepção de homem sob a perspectiva de gênero contribui para que o caráter de construção sociocultural dessas questões seja percebido. O diálogo é ferramenta indispensável

para que a experiência de vida do homem fundamente e oriente a iniciativa de educação em saúde.

Outro aspecto a considerar é a diferença evidenciada nos discursos entre o comportamento sexual esperado de um homem solteiro e o de um homem casado com família. Para um homem solteiro, a multiplicidade de parceiras sexuais é considerada como parte da descoberta do sexo, da euforia que a acompanha e da experimentação necessária para aquisição de experiência nesse terreno. Esse momento é marcado pela inseqüência e pela pouca responsabilidade, e nele o homem precisa 'aproveitar a vida' para depois assumir os compromissos e responsabilidades próprios de um adulto. Na consideração desses homens, 'aproveitar a vida' de solteiro é condição básica para um bom convívio conjugal e em família. Da maneira como é expressa, a idéia de 'aproveitar' a vida parece ser incompatível com a vida em família e com a responsabilidade, que, segundo os próprios homens, ela demanda.

O foco de atenção dos homens que vivem a fase de 'aproveitar a vida' – na qual se destaca a intensa vida sexual e a valorização do grupo de amigos – está centrado em si próprio, o que pode torná-los menos sensíveis a recomendações de práticas sexuais mais seguras, baseadas na proteção da saúde da parceira. Nesses casos, a ênfase na autoproteção pode ser mais efetiva, especialmente quando discutida com outros homens de diferentes idades. O diálogo e a troca de experiências de vida permitem aprender com o(s) outros(s), revendo a própria experiência de vida e considerando-a desde variados pontos de vista, o que pode abrir outras possibilidades de escolher e decidir.

Embora seja comum a associação do 'aproveitar a vida' com homens solteiros, os discursos mostram que homens casados, com filhos e família, também o fazem, levando uma vida sexual – e por vezes também uma vida social – paralela à vida conjugal/familiar. A intensidade dessa vida paralela está ligada à satisfação do homem com sua vida sexual de casal, com a vida conjugal como um todo, à compreensão que tem sobre o que seja ser homem e do que seja família, bem como

à importância que atribui à família na sua vida⁴⁴.

A aceitação da existência de uma prescrição diferente de comportamento sexual para homens casados e solteiros como verdade indica uma percepção de maior vulnerabilidade às DST/aids durante um período da vida – adolescência e jovem adulto – o que contradiz as estatísticas da aids, as quais apontam um aumento do número de casos em homens com mais de 40 anos e a estabilização/diminuição em homens com menos de 24 anos (BRASIL, 2004). Há aqui uma tensão entre prescrições, tais como a vinculação do ser homem com uma sexualidade incontrolável e instintiva e a necessidade de circunscrever essa mesma sexualidade ao contexto de um relacionamento monogâmico, pautado pela fidelidade; a importância da opinião dos outros para o reconhecimento de alguém como homem, a necessidade de demonstrar continuamente aos outros que se é homem, a centralidade que a sexualidade e a família assumem nisso, associados às demandas diferentes que podem exercer sobre o sujeito.

A noção de cuidado de si como um exercício de conhecimento de si continuamente desenvolvido ao longo do viver pode ajudar o homem a encontrar a si próprio no meio dessas demandas muitas vezes contraditórias que o pressionam. Conhecer a si mesmo, reconhecendo quais são os valores fundamentais em sua vida, o que é ser homem para si, quais, dentre as demandas que se impõem, reconhece como verdadeiras e adota para si, possibilitará um certo grau de liberdade do sujeito frente aos outros, definindo um modo de vida congruente consigo mesmo.

Isso reforça a necessidade de promoção da saúde pelo desenvolvimento de iniciativas de educação em saúde que tomem a vivência das pessoas como matéria-prima, evitando prescrições de conduta baseadas nas verdades científicas e naquilo que comumente é aceito como verdadeiro por todos (por exemplo, as ‘verdades’ estabelecidas e comumente aceitas sobre o que é ser homem e sobre a vida afetivo-sexual do mesmo) e fomentando um movimento capilar ‘de baixo para cima’ que

⁴⁴ Estes elementos podem apresentar-se em conjunto ou isoladamente. Assim, o homem pode estar satisfeito com sua vida sexual/conjugal, atribuir grande importância à família na sua vida e “aproveitar a vida” em função de uma certa concepção de homem que tenha.

facilite o encontro entre o vivido pelas pessoas e as descobertas e recomendações cientificamente fundamentadas.

Acredito que esse movimento seja possível somente quando as hierarquias que geralmente marcam as relações entre profissionais da saúde e entre os próprios homens forem amenizadas em favor de uma maior simetria nas relações de poder. Nessas condições, o diálogo é possível sem que os envolvidos atuem como juízes, julgando a conduta do(s) outro(s) e rotulando-a como certa ou errada, o que limita as possibilidades de escolha e introduz nelas um viés moral. Mais do que diferenciar o certo do errado, trata-se de aprender com as experiências e saberes compartilhados, fundamentando-se para melhor escolher e decidir o que está de acordo com os princípios da promoção da saúde.

No que se refere às relações extraconjugais, o uso do preservativo como forma de proteção da família está mais relacionado à prevenção de gravidez do que à de DST/aids, o que sugere que, mesmo nessas relações, o homem considera remota a possibilidade de contaminação. Aliando esta compreensão à alusão feita à cuidadosa seleção de parceiras nas traições⁴⁵, percebe-se a necessidade de reforçar aspectos relativos à epidemia tais como perfil epidemiológico, modos de transmissão, vulnerabilidade e prevenção na educação em saúde.

Além disso, outros aspectos merecem ser abordados no desenvolvimento de iniciativas de educação em saúde visando a promoção da saúde e não apenas a prevenção de DST/aids. Dentre esses aspectos incluem-se as relações de gênero, a posição/situação/condição de mulheres e homens no mundo contemporâneo, os direitos das mulheres como direitos humanos, as relações conjugais e o poder nelas circulantes, as estereotipias, os direitos reprodutivos e sexuais. Todos eles merecem ser discutidos com base na vivência de cada um e oferecerão subsídios para a orientação/educação dos filhos, valorizando a figura do homem-pai na família.

⁴⁵ “Graças a Deus, nunca tive uma doença dessas, mas é que eu sou uma velha verdureira..... só pego as frutas melhores! Claro que a aids pode estar escondida, atrás de um rosto perfeito, de um rosto bonito, só que devido a eu conversar bastante e observar bastante as pessoas, eu acho que vejo se a fruta tá estragada, se a mulher não é legal.... apesar disso eu sempre usei preservativo porque eu penso na minha família também, né”.

Um trabalho concomitante desenvolvido com mulheres – não necessariamente as esposas – também seria importante, valorizando ambos os envolvidos no relacionamento homem-mulher como sujeitos sobre quem são exercidas diferentes demandas socioculturais, as quais definem diferenças e desigualdades baseadas no gênero. Uma iniciativa desta natureza viria ao encontro das recomendações feitas nas Conferências Internacionais do Cairo (1994) e de Beijing (1995), que enfatizam a necessidade de amenizar as desigualdades relacionadas ao gênero e que têm conseqüências sobre a vida e a saúde de homens e mulheres. Entretanto, da forma como concebo, um trabalho assim daria um passo à frente na medida em que considera homens como sujeitos de direitos, ao invés de colocá-los na condição de meios para a obtenção de melhorias nas condições de vida e saúde das mulheres, o que reforça as polaridades que situam a ambos em extremos opostos, geralmente inconciliáveis.

9.3 REFERENCIAL PARA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DE DST/AIDS

A experiência de educação em saúde com esse grupo de homens, baseada na vivência deles e na sua compreensão sobre as diversas questões abordadas, em diálogo com um saber cientificamente elaborado, atua como um estímulo para o esboço de um referencial teórico para a educação em saúde – que neste caso caracteriza o cuidado de enfermagem – que tenha a promoção da saúde como idéia motriz (**Figura 7**).

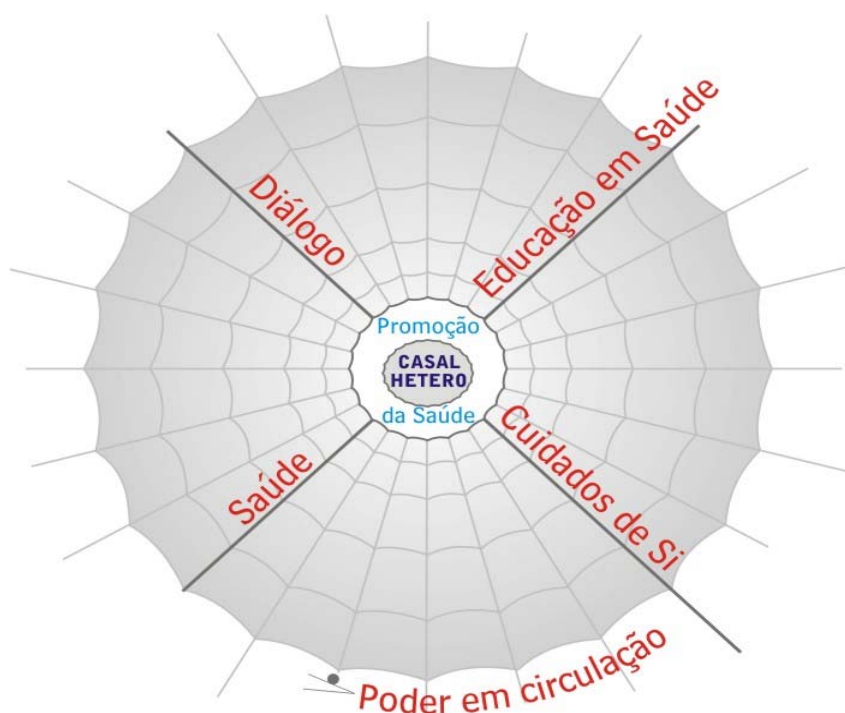


Figura 7 – Representação gráfica do referencial teórico para a educação em saúde.

9.3.1 Promoção da saúde

O conceito de promoção de saúde tem merecido atenção nas ações de saúde ao longo dos últimos vinte e oito anos, desde que essa questão foi tratada na Primeira Conferência Internacional de Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, em 1986. Ao longo desse período, foi interpretado e utilizado de diferentes maneiras; uma delas se traduz na tentativa de mudar os comportamentos dos usuários dos serviços de saúde através do repasse de informações e orientações voltadas para comportamentos de risco; outra emprega orientações e informações para modificar atitudes e, como motivação, voltadas para o viver em um ecossistema. Ambas têm caráter prescritivo, autoritário e diretivo, centrado nos profissionais de saúde. Uma terceira maneira procura promover a participação das pessoas no controle de suas vida e de sua saúde e, para tanto, valoriza o conhecimento e as experiências que elas têm (TRENTINI e CUBAS, 2005).

Em Ottawa, a saúde foi considerada como recurso para a vida e não como objetivo do viver, o que a colocou como um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais, pessoais e as competências individuais. Dessa forma, a compreensão de saúde ampliou-se para além do corpo biológico e suas possíveis alterações, incluindo diversos fatores que a condicionam. A saúde é produzida na interação entre esses fatores, que envolvem o indivíduo e a coletividade, os quais precisam manejá-los no seu viver.

Esta visão de promoção da saúde vem alicerçada em cinco critérios também delineados naquela ocasião:

1 – Construção de políticas públicas saudáveis – expande as ações de saúde, ultrapassando os cuidados de saúde, configurando-se em política de promoção da saúde em todos os níveis de governo e demandando “ação coordenada que aponta para a equidade em saúde, distribuição mais eqüitativa da renda e políticas sociais”(BRASIL, 1996, p.14).

2 – Criação de ambientes favoráveis – a ligação entre população e meio ambiente embasa uma abordagem socioecológica em saúde, que tem como princípio a necessidade de encorajar a ajuda recíproca (cada um cuidar de si, do outro, da comunidade e do meio ambiente natural). Modos de vida, trabalho e lazer têm impacto sobre a saúde, e a promoção da saúde procura criar condições de trabalho e de vida mais seguras, satisfatórias e agradáveis, protegendo o meio ambiente e conservando os recursos naturais.

3 – Reforço da ação comunitária – envolve ações comunitárias efetivas, voltadas para prioridades, tomada de decisão, definição e implementação de estratégias para melhoria das condições de saúde. Visa incrementar o poder das comunidades. Para tanto, os recursos da própria comunidade são importantes para o fomento da participação popular nas questões de saúde, bem como o acesso à informação e a oportunidades de aprendizado.

4 – Desenvolvimento de competências pessoais – apóia o desenvolvimento pessoal e social através da educação em saúde, informação e desenvolvimento de habilidades para que as pessoas possam alcançar maior

controle sobre sua saúde e seu ambiente, bem como uma vida saudável. Nessa perspectiva, o aprender se dá durante toda a vida como uma maneira de preparo para os diferentes momentos e possibilidades da existência, nos quais se incluem também as DST/aids.

5 – Reorientação dos serviços de saúde – refere-se à promoção da saúde como responsabilidade compartilhada dos serviços de saúde, comunidade, indivíduos, profissionais de saúde, instituições e governos, de forma que o trabalho conjunto contribua para um nível elevado de saúde. Isto requer respeito às peculiaridades culturais, bem como a comunicação entre os setores sociais, políticos, econômicos, ambientais e de saúde.

Desse modo, as estratégias de promoção da saúde podem desenvolver-se nas direções individual e/ou coletiva, envolvendo, como diz Czeresnia (1999, p.706), o fortalecimento da capacidade para lidar com os múltiplos fatores que condicionam a saúde e da capacidade de escolha.

Pensar, escolher e decidir os rumos de sua vida e, neste caso, especialmente de sua saúde, é objetivo central da promoção da saúde, e implica ser sujeito de seu próprio viver. Essa idéia pode sugerir uma postura egoística do indivíduo, que pensa, escolhe e decide com base em si mesmo e em seu favor pessoal, em detrimento dos outros, mas é preciso considerar que o pensar, o escolher e o decidir não se dão no vazio, nem no contexto de uma vida vivida isoladamente. Ao contrário, dão-se no convívio com os outros, no seio de uma teia de relações de poder que se irradia pelo corpo social e que é influenciada por forças de toda ordem.

Dar centralidade ao sujeito e ao seu próprio viver pode também sugerir a idéia de que cada um é o principal responsável por sua própria saúde e, logo, **culpado** por suas enfermidades, por seus problemas de saúde, apesar das condições de vida e de acesso aos serviços de saúde. A esse respeito, é importante considerar que pensar, escolher e decidir os rumos de sua vida e de sua saúde, percebendo-se responsável por ambas, não significa assumir 'culpas' indevidas. Significa compreender que escolhas e decisões não dependem unicamente da vontade e da disposição individual, mas que ambas são importantes tanto para as decisões

personais como para aquelas que se referem à própria organização e funcionamento dos serviços de saúde, por exemplo.

9.3.2 Educação em saúde

Educação em saúde é elemento importante da promoção em saúde e, como tal, não pode ser compreendida como mero repasse de informações em saúde, e nem o profissional nela inserido pode ser compreendido como ‘repassador’ dessas informações. Ao contrário, a educação em saúde valoriza o diálogo em torno de questões relacionadas à saúde, procurando fomentar a reflexão sobre elas e sobre suas relações com os diversos elementos envolvidos no viver que fundamentam as condutas humanas e que são percebidos como naturais. O saber científico, em associação com informações do sistema de saúde brasileiro, dos programas, das práticas e das políticas de saúde adotadas no país, informará esta discussão, assumindo a condição de um ‘outro’ ponto de vista.

Mais do que transferir conhecimentos e prescrever condutas que supostamente substituirão os(as) anteriores, trata-se de suscitar questionamentos sobre o viver, em um meio que favoreça a busca de possíveis respostas. As respostas possíveis poderão ser buscadas na experiência do(s) outro(s) e na reflexão/avaliação sobre/do próprio viver/saber de cada um.

Em razão da importância atribuída aos seus saberes e experiências, o indivíduo não se dissipa em uma coletividade, nem tampouco prescinde dela, na medida em que esses saberes e experiências não são solitariamente construídos e são compartilhados em grupo. Da mesma maneira, o conhecimento científico já existente não é descartado em favor do viver, do saber e do pensar de cada um; ao contrário, encontra-se com eles em um mesmo patamar de valoração, no qual as trocas e o compartilhar mediados pelo diálogo são possíveis.

A relação estabelecida entre os que participam da educação em saúde – dentre os quais a(o) profissional de saúde – é de proximidade, propiciada pela postura não autoritária, pela abertura ao diálogo e pela amenização das hierarquias, as quais incluem a relação profissional-participantes e a relação existente entre eles próprios. Nesse ambiente, as relações são menos assimétricas, o que possibilita a ‘ativação’ (se for possível dizer assim) dos diversos pontos móveis, transitórios e instáveis da rede de poder, modificando sua dinâmica de circulação e focalizando o poder em ato que só existe na relação com o outro e sempre deixa em aberto um campo de possibilidades de respostas.

Na educação em saúde assim pensada trata-se não de reprimir as resistências ao poder, mas de reconhecê-las, compreendê-las e valorizá-las. É com isso que o saber cientificamente construído se humaniza, isto é, modifica sua condição de entidade ‘neutra e universal’, abandona o *status* de verdade absoluta e se relativiza para poder aproximar-se das pessoas e de seu viver concreto.

Como elemento importante da promoção da saúde, a educação em saúde para prevenção de DST/aids pode focalizar todos os critérios nela envolvidos. No que se refere ao **primeiro critério** – *construção de políticas públicas saudáveis* –, é possível dizer que o Brasil conta com políticas públicas abrangentes para as DST/aids, as quais têm melhorando em função das mudanças no perfil epidemiológico da epidemia, de iniciativas governamentais e principalmente das demandas oriundas da participação popular na busca por melhores condições de vida e de saúde. Então, mesmo no âmbito das políticas públicas (que pode parecer inatingível para cidadãos comuns), as ações de saúde dependem da força que os cidadãos exercem sobre as estruturas de poder, distribuídas pelos diferentes níveis de governo, o que está de acordo com a idéia de relações de poder disseminadas pelo corpo social proposta por Foucault.

Entretanto, a possibilidade de influenciar as estruturas do poder pode não ser percebida pelos indivíduos em geral e, nesse sentido, a educação em saúde vem contribuir através da informação, do debate, do diálogo em torno de questões de saúde, de direitos e de cidadania, para que os espaços de participação possam ser ocupados, acionando os diferentes pontos móveis que compõem a rede de poder.

No **segundo critério** – *criação de ambientes favoráveis* –, a educação em saúde desenvolvida em grupos pode atuar na criação de ambientes mais favoráveis de diferentes maneiras: quando possibilita o desenvolvimento de um relacionamento próximo e de confiança entre os participantes, ajudando a perceber a participação dos outros na saúde de cada um e de todos e fomentando a ajuda mútua; quando enfoca a saúde como fenômeno de múltiplas faces que depende diretamente da interação de diversos fatores, entre os quais a vontade e a disposição de cada um compõem apenas um dos aspectos; quando oferece subsídios para expandir a compreensão da saúde para além do corpo e do meio ambiente imediato, incluindo as grandes estruturas de poder; quando possibilita a percepção do ambiente como algo mais do que o entorno físico no qual o cotidiano se desenrola, incluindo os aspectos imateriais do viver que permeiam as relações humanas, entre os quais o poder e a dinâmica de circulação desse poder nas relações (de amizade, trabalho, amorosas, no casamento, por exemplo).

Esses elementos (associados a outros tantos que a situação vivida apresentar), discutidos com base nas experiências e nos recursos de cada um e do grupo, contribuem para uma visão mais crítica da saúde, das relações de poder que a perpassam nos mais diferentes níveis e âmbitos e da responsabilidade de cada um para melhoria dos ambientes próximos e distantes que nela interferem. A percepção ‘desnaturalizada’ da saúde amplia a possibilidade de participação à medida que os sujeitos percebem os espaços para tal, o que aponta na direção de uma melhoria nos níveis de saúde e especialmente no que se refere às DST/aids.

No **terceiro critério** – *reforço da ação comunitária* –, a educação em saúde pode dar múltiplas contribuições, que se manifestam na valorização de indivíduos e pequenos grupos de pessoas como membros de comunidades de tamanho e complexidade variáveis, que interagem entre si, influenciando-se mutuamente e dependendo umas das outras.

Nesse sentido, o ambiente onde se dá a educação em saúde – escola, família, associação, empresa, setor de empresa, por exemplo – será considerado ‘comunidade’, compreendida nas suas ligações com outras tantas e em sua inserção na teia de relações de poder disseminada pelo corpo social. O acesso à informação,

à aprendizagem em saúde e a valorização das experiências de cada um (e de todos) nesse processo ajudam a intensificar o apoio social e a participação nas questões de saúde.

No **quarto critério** – *desenvolvimento de competências pessoais* – o acesso a informações e discussão das mesmas com base nas experiências de vida e nos saberes nela construídos aproxima o saber científico do viver das pessoas. Essa aproximação ajuda a ‘desnaturalizar’ e ‘desmitificar’ a saúde, ao mesmo tempo em que subsidia esforços/iniciativas para cuidar da sua própria saúde, da do outro, da comunidade e do ambiente.

No que toca ao **quinto critério** – *reorientação dos serviços de saúde* – a educação em saúde desenvolvida ‘fora’ das unidades básicas, dos serviços de saúde em geral, ajuda a desfazer o vínculo comumente estabelecido entre atenção de saúde-doença-corpo-médico-medicamento, focalizando-a como assunto e interesse de todos, no qual todos podem exercer influência. Ao mesmo tempo, enfatiza o Sistema Único de Saúde – SUS – como “um integrador da assistência” (TRENTINI e CUBAS, 2005) em todos os níveis do sistema.

A educação em saúde desenvolvida em um universo mais circunscrito, no qual as interações humanas são mais próximas, não ignora ou desmerece a importância das grandes questões sociais, políticas e econômicas também necessárias à promoção da saúde. Ao contrário, ao mesmo tempo em que dá ênfase a esse universo, procura ultrapassá-lo, fomentando a participação através da aprendizagem em saúde. Neste particular, faz eco às afirmações da Declaração de Jacarta (2004), as quais defendem a idéia de que

a participação é essencial no esforço [de promoção da saúde]. Para ser eficaz, é necessário que as pessoas estejam no meio da ação de promoção da saúde e do processo de tomada de decisão. Aprender sobre saúde fomenta a participação.

A participação ativa das pessoas é essencial na promoção da saúde com vistas a modificar as condições sanitárias e a maneira de viver, criando uma cultura da saúde, conforme defendido na Declaração de Bogotá (BRASIL, 1996, p. 43). Ter acesso à instrução e à informação é essencial para tanto.

9.3.3 Diálogo

Diálogo implica falar e ouvir e, embora seja mediado pela palavra, não se resume a ela, incluindo elementos não verbais da comunicação humana que dão significado às palavras e que demandam interpretação. É marcado pelas relações de poder que circulam pelo corpo social e que constituem o contexto no qual as palavras são interpretadas. Dessa forma, relações de poder fortemente hierárquicas e com assimetrias muito fortes limitam as possibilidades de diálogo.

Nas iniciativas de educação em saúde, é importante que as assimetrias sejam amenizadas, possibilitando a aproximação entre os participantes (entre eles, o(a) profissional de saúde). Isso pode ser possível quando o diálogo toma referência no saber e na experiência dos participantes, dando a eles o mesmo valor atribuído ao saber cientificamente elaborado.

Na educação para a promoção da saúde, dialogar demanda flexibilidade de posições, abertura para o novo/diferente, disposição para rever conceitos, crenças, valores, condutas pessoais e/ou grupais, saberes e o próprio viver e para refletir sobre eles, em favor de um viver saudável.

9.3.4 Casal heterossexual

Um casal heterossexual envolve um homem e uma mulher vivendo uma relação afetivo-sexual duradoura, legalmente formalizada ou não, que co-habitam e que se auto-identificam como tal. Esse casal (con)vive em sociedade envolvido por uma elaborada teia de poder, na qual se movimenta no sentido de reforçá-la, transgredi-la ou resistir a ela, sempre tentando modificar a dinâmica de circulação do poder.

A movimentação do homem e da mulher que compõem o casal por essa teia não é equânime (ou nem sempre o é) devido a uma série de aspectos (tais como idade, ocupação, etnia, níveis socioeconômicos, cultura, escolaridade, credo) que se articulam, estabelecendo diferenciações de gênero que resultam em um **dever-ser**

que se impõe tanto a homens como a mulheres, regulando o seu viver cotidiano em casal.

Esse **dever-ser** delinea um ideal de homem, de mulher e de relação conjugal que se coloca para todos(as), impulsionando-os(as) no sentido de alcançá-lo e demandando que obedeçam às normas e regras que definem as condições em que essa busca se dará.

A movimentação do casal pela rede de poder que se irradia pelo corpo social, produz efeitos intimamente ligados ao gênero na saúde de ambos, os quais se refletem na assistência de saúde e também na vulnerabilidade a certas doenças, como as DST/aids.

Neste particular, condutas de homens e mulheres, vinculadas a um dever-ser socioculturalmente instituído e percebidas como 'naturais', mas nem sempre compatíveis com o viver em casal, constituem um espaço fértil para as DST/aids. Exemplos disso são a propalada disposição 'natural' do homem para o sexo, sua sexualidade incontrolável, ligada a um instinto animal, e a dificuldade que tem em negar-se a manter uma relação sexual.

Homem e mulher (raramente o casal) buscam nos serviços de saúde a assistência que necessitam, a qual está fundamentada em preceitos científicos, mas geralmente seguem aquelas recomendações que passaram pelos filtros da cultura, do gênero, dos seus saberes em saúde, das suas vivências e das condições materiais de existência. A filtragem a que submetem as recomendações recebidas pode ser chamada de resistência a um saber ao qual se atribui um *status* de 'verdade', o que revela a sua inserção como sujeito de ação nas relações de poder e o poder em ato que existe na relação com o outro.

Ao longo de suas vidas, desenvolvem saberes e fazeres no cuidado de saúde organizados a partir de diferentes fontes que têm à disposição e podem participar ativa e voluntariamente de iniciativas de promoção da saúde baseadas na educação em saúde, em que as assimetrias de poder sejam amenizadas nas relações estabelecidas com os profissionais de saúde, fomentando a busca compartilhada de

‘outros modos de pensar e (con)viver’⁴⁶ de maneira saudável.

9.3.5 Saúde

É um processo dinâmico, relativo e multifacetado, que não exclui a doença, e que se dá no viver dos sujeitos e nas relações que entre eles se estabelecem; vem fundamentado pelo vivido, que influencia o que/como se vive e o que/como se viverá. Engloba elementos imateriais da existência, como afeto, carinho, amor, amizade e felicidade, mas demanda também condições materiais de existência, que o sujeito procura assegurar pelo trabalho.

Para isso, é preciso ter trabalho, bem como capacidade e disposição para trabalhar. O trabalho (capacidade/disposição para) é a expressão máxima de saúde, a qual é ameaçada pela doença. Assim, o sujeito resiste à doença, recusando-se a admiti-la, a menos que ela se manifeste por inequívocos sinais e sintomas.

Saúde implica também convívio social, expresso nas relações estabelecidas com os outros, bem como esforço pessoal, que aponta na direção da necessidade de desenvolver um trabalho para tê-la, deixando subentendida a existência de uma luta cotidiana para tanto.

Trabalho e luta cotidianos para ter saúde desenvolvem-se nas relações consigo próprio, com os outros, com a comunidade e com o meio ambiente natural. O sujeito reconhece a teia de relações de poder disseminada pelo corpo social e, nela, os múltiplos elementos envolvidos na saúde, os quais ultrapassam a esfera da vontade e da disposição de cada um. Ao mesmo tempo, reconhece a si próprio como parte dela e sua participação na movimentação da mesma.

Assim, a saúde demanda uma postura ativa do sujeito no sentido de promovê-la dando atenção aos cinco critérios propostos pela Carta de Otawa, o que

⁴⁶ Tomo esta frase emprestada de Prado Filho (1998, p.253), que a utilizou para falar de Foucault e do trabalho por ele desenvolvido.

Ihe proporcionará maiores possibilidades para escolher e decidir sobre sua vida e sua saúde.

9.3.6 Cuidado de si

O cuidado de si acompanha toda a vida do sujeito, envolve-se nela e indica um retorno do olhar para si próprio, o que não significa fechar-se em si mesmo; ao contrário, necessita dos outros, dos olhares deles, das relações com eles estabelecidas, o que faz do cuidado de si uma prática social.

Cuidado de si refere-se ao conhecer-se a si próprio, e, para tal, a presença do outro é indispensável. Está intimamente vinculado à liberdade, pois, para exercê-la, é preciso conhecer-se e exercer domínio sobre si, de maneira a não ser escravo de si próprio, de seus desejos. Implica ser livre em relação a si mesmo.

O cuidado de si se dá de acordo com regras de conduta, com princípios que se configuram em verdades e prescrições, o que o coloca no centro dos jogos de verdade, das relações de poder que perpassam o corpo social. O sujeito se constitui ativamente através de práticas de si que Ihe são propostas, sugeridas e impostas por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social.

Constituir-se ativamente como sujeito não significa conformar-se às regras, submetendo-se a elas, mas reconhecer-se como parte de uma teia de relações de poder, com condições de perceber os jogos de verdade que existem dentro dela, avaliá-los em relação ao seu viver e escolher, neles, o que tomará para si e o que descartará. Implica, enfim, a realização de um trabalho sobre si, que é feito com os outros e no transcorrer da vida, o que significa “aprender a viver a vida inteira [...] transformar [transformando] a existência numa espécie de exercício permanente”⁴⁷. Mais do que conformar-se, trata-se de diferenciar-se, escolhendo o rumo e os contornos que dará à sua própria vida.

⁴⁷ Foucault (1985, p.54) referindo-se ao trabalho sobre si em Sêneca.

Assim pensado, o cuidado de si é a base e o horizonte da educação em saúde, especialmente no que se refere à prevenção de DST/aids. Isso porque abordar essas questões envolve a necessidade de desnaturalização de uma série de aspectos com elas relacionados, tais como as relações de gênero e o dever ser imposto a homens e mulheres; as relações de poder (micro e macropoderes); a sexualidade, com suas normas e regras; a (in)fideliidade e o relacionamento afetivo-sexual, dentre outros.

Perceber esses aspectos como construção sociocultural permite discutir a possibilidade de mudanças, de resistências, de transgressões desde a perspectiva dos sujeitos, sem que se adote uma prática prescritiva e autoritária.

10 CONCLUSÃO

Ao finalizar este estudo, retomo os diversos aspectos tratados nos diferentes capítulos e, procurando articulá-los entre si, tomo os objetivos como fios condutores para a composição de um todo coerente com a proposta que lhe deu origem.

Compreender as relações de poder no casal heterossexual desde a perspectiva do homem representou um grande desafio em muitos sentidos, pois vencê-lo demandava incursões em terrenos pouco conhecidos por mim, o que me deixava um tanto insegura e com grande expectativa. Esse foi o caso do referencial teórico-filosófico de Foucault, da opção por trabalhar com homens, da localização do estudo no campo das DST/aids, da escolha do Discurso do Sujeito Coletivo para análise dos dados e da vontade de fazer deste um estudo de gênero.

Por outro lado, outras escolhas me davam segurança, porque se arraigavam nos meus já vários anos de atuação na enfermagem com educação em saúde. Esse foi o caso da opção pela Pesquisa Convergente-Assistencial, que me possibilitou desenvolver um trabalho de educação em saúde com o grupo de homens como parte da coleta dos dados.

Hoje, tenho convicção de que, se não venci totalmente os desafios que voluntariamente me impus, certamente os superei com muito estudo e muito trabalho. As informações que reuni, a maneira como as organizei, a forma como as discuti e a interpretação que dei a elas me permitem, neste momento, ensaiar uma resposta àquele questionamento que me coloquei ao início, o que farei progressivamente, retomando cada um dos objetivos propostos.

No que se refere ao **primeiro objetivo** – *compreender o significado atribuído ao sexo e à sexualidade no contexto das relações de casal* – é importante evidenciar a diferenciação que os homens estabelecem entre eles. Ao falar em 'sexo', os homens se referem ao ato sexual vaginal penetrativo, de forma que, sem penetração, não há sexo e todas as possíveis práticas não penetrativas são consideradas preliminares à relação sexual propriamente dita, que demanda a

penetração para “fechar com chave de ouro”.

Sexualidade, por sua vez, é compreendida como sinônimo de prazer, e não se limita ao prazer proporcionado pelo ato sexual, mas inclui o próprio prazer de viver junto com a companheira, a forma de tratamento que um dispensa ao outro, as conversas que mantêm, os carinhos que trocam. Inclui também sexo, mas não se limita a ele, estendendo-se para todos os aspectos da vida conjugal e demandando sempre reciprocidade, isto é, o prazer da companheira é essencial em todos esses aspectos. Surge-me, aqui, a idéia de um estilo de vida que tem por base o amor entre o casal e o prazer que homem e mulher extraem no convívio um com o outro.

Assim, a presença/ausência de um deles tem o poder de relativizar ou potencializar a importância do outro no convívio em casal. Por exemplo, quando aquilo que identificam como sexualidade na relação lhes dá motivos de satisfação, os homens atribuem uma importância menor ao sexo no casal, que diminui em frequência. O princípio da reciprocidade é essencial aqui, pois a menor importância atribuída ao sexo está intimamente relacionada com o desejo e o prazer que ambos – homem e mulher – sentem na relação sexual. Da mesma maneira, um relacionamento sexual prazeroso para ambos está ligado a um convívio prazeroso, o que não significa ausência de conflitos e desentendimentos, mas indica que homem e mulher conseguem manejá-los.

Uma vida sexual com relações pouco frequentes e nas quais a mulher raramente (ou nunca) sente desejo/prazer, faz com que o homem potencialize a importância do sexo na vida conjugal. Mesmo que o casal ‘se entenda’ em outros campos do viver, a insatisfação com a vida sexual se irradia para o convívio conjugal como um todo.

A (in) fidelidade surge como um princípio nas relações de casal e, como tal, é considerada essencial para ambos os parceiros, embora o não atendimento desse princípio seja tolerável para o homem e inaceitável para a mulher. Esse posicionamento em relação à (in) fidelidade é compartilhado por todos os homens participantes deste estudo, mesmo por aqueles que escolheram a fidelidade como forma de viver em casal.

Há o estabelecimento de uma diferenciação entre infidelidade e traição, na qual a primeira, para ser considerada como tal, demanda mais de um encontro entre os parceiros. Os relacionamentos sexuais ocasionais – ‘de uma vez só’ - são considerados como traição por seu envolvimento eminentemente físico. Infidelidade, então, pressupõe a existência de ‘sentimento’ entre os parceiros, que leva o homem a prolongar o relacionamento. Já a traição resume-se a sexo. Pensando-se na diferenciação estabelecida entre sexo e sexualidade, talvez fosse possível situar a infidelidade no âmbito da sexualidade e a traição no do sexo.

Os homens oferecem diferentes argumentos para justificar tanto a fidelidade como a infidelidade nos seus relacionamentos conjugais. A fidelidade é tratada como uma escolha pessoal feita pelo homem que opta por viver de acordo com a maneira que ele julga adequada para um adulto disposto a constituir uma família. Escolher ser fiel à esposa (e à família) traduz um compromisso ético assumido consigo próprio e com a esposa, cujo cumprimento demanda a realização de um intenso trabalho sobre si mesmo no sentido de exercer controle sobre si próprio. Embora realizado sobre si, esse trabalho não se limita ao homem, pois se volta para a esposa e a família, a quem ele empenha sua fidelidade (esperando o mesmo) e ao mesmo tempo se dá no convívio com os outros (onde surgem as oportunidades para infidelidades e traições), junto aos quais ele busca reconhecimento social como homem. A fidelidade assim concebida aproxima-se da noção de cuidado de si desenvolvida por Foucault.

Já infidelidade e traição não vêm relacionadas com uma escolha pessoal, mas localizadas em algo ou alguém que induz o homem. Esse homem, assumindo uma postura que revela certa passividade, deixa-se envolver pela situação, que culmina em infidelidade/traição como resultado de uma prescrição sociocultural que reza que um homem de verdade não diz ‘não’ a uma oportunidade de manter uma relação sexual (o que o faz passivo frente à norma); e/ou em virtude de uma insatisfação com a vida conjugal, especialmente no âmbito sexual; e/ou porque não consegue dominar o seu desejo por sexo (apesar de seus princípios/valores dizerem o contrário), o que o faz passivo frente a si próprio. Também atua reforçando uma outra prescrição sociocultural que fala em favor de uma voracidade sexual, de uma sexualidade masculina irrefreável.

Na relação fidelidade/infidelidade/traição são diversas as combinações possíveis: **a)** o homem pode manter estrita fidelidade à esposa e à família; **b)** pode manter relacionamentos extraconjugais e considerar-se fiel à esposa devido ao caráter ocasional e efêmero dos mesmos (trai, mas é fiel), que não envolvem sentimento; **c)** pode manter um relacionamento extraconjugal duradouro e considerar-se infiel à esposa, mas manter-se fiel a esse relacionamento e à família (desde que não deixe de atender às necessidades dela); há, aqui, a possibilidade de vários relacionamentos extraconjugais duradouros sucessivos, o que caracterizaria o que denomino 'fidelidade seriada'; **d)** pode fazer da infidelidade e da traição um estilo de vida, reforçando a norma da voracidade sexual e, ao mesmo, sentir-se em erro, não merecedor de reconhecimento como homem de verdade.

É possível perceber a existência de um **núcleo** no relacionamento de casal, formado por **sentimentos** de amor, carinho, respeito e confiança entre homem e mulher; por um **projeto compartilhado de vida**, no qual ambos participam das decisões tomadas e da organização da vida cotidiana; por uma vida **sexual prazerosa**, na qual ambos sentem desejo e tomam a iniciativa.

A coesão desse núcleo influencia a satisfação do homem com sua vida conjugal e sua disposição para fortalecer a relação. Quando o núcleo é frágil, prevalece a insatisfação com a vida conjugal e, nela, com a vida sexual, o que potencializa a importância atribuída ao sexo, bem como a busca por satisfação sexual 'fora' de casa.

Estas considerações, intimamente ligadas à vida afetivo-sexual do casal heterossexual, remetem ao **segundo objetivo** deste estudo – *compreender como se dão as negociações sexuais no casal no que se refere à contracepção, proteção mútua para DST/aids e trocas envolvidas no ato sexual*. No que tange à contracepção, o casal adota o anticoncepcional oral por considerá-lo o método mais eficaz, o que não significa que esse acordo seja resultado de uma negociação entre homem e mulher ou, como prefiro chamar, de diálogo e acordo entre eles. Ao contrário, a opção por este método é feita pela mulher já no início do relacionamento ou depois do nascimento do primeiro filho (muitas vezes resultado de uma gravidez não planejada), com a concordância posterior do homem.

Então, a contracepção é assumida pela mulher, o que não deve sugerir que o homem não participe dela, apesar de não ter negociado o método escolhido. A participação do homem se dá através do apoio à esposa no uso do método escolhido (comprando o anticoncepcional, cuidando para que ela controle sua saúde, lembrando-a dos intervalos), na definição compartilhada do número de filhos, ou ainda fiscalizando o uso do anticoncepcional pela esposa para evitar uma gravidez alheia à sua vontade.

O preservativo masculino é utilizado como método contraceptivo nos períodos de intervalo no uso do anticoncepcional oral ou em situações em que a mulher esteja temporária ou definitivamente impossibilitada de usar o anticoncepcional oral. Nessas situações, o homem assume para si a contracepção. A preocupação dos homens com a contracepção no âmbito do relacionamento conjugal é extrema, tanto que, quando há uma divergência sobre o número desejado de filhos, o homem exerce estrita vigilância sobre o uso do anticoncepcional oral pela esposa.

Essa preocupação está associada ao papel central desempenhado pela paternidade na conquista do reconhecimento como homem de verdade, o que inclui, além de ter filhos, assumi-los, provendo-os material e afetivamente. Assim, os homens desejam ter apenas os filhos que se sentem em condições de prover. No relacionamento conjugal, a preocupação central é com a contracepção, ficando a possibilidade de DST/aids relegada a segundo plano ou ainda sem sequer ser considerada, o que restringe o uso do preservativo às situações acima apontadas.

O uso restrito do preservativo no casal vem relacionado: **a)** ao pacto de fidelidade firmado com a companheira, que envolve escolha pessoal, o qual o homem respeita e que pressupõe reciprocidade; **b)** ao vínculo de confiança existente no casal, sem o qual o convívio conjugal seria impossível para esses homens; **c)** à dificuldade de propor o uso do preservativo em um relacionamento 'antigo', já que pode ser interpretado como indicativo de desconfiança em relação à parceira ou denunciador de relacionamentos extraconjugais; **d)** à opção do homem por utilizá-lo nos relacionamentos extraconjugais e dispensá-lo em casa por confiar na fidelidade da esposa.

No que tange às relações extraconjugais, o homem pode: **a)** usar o

preservativo em todas as relações extraconjugais; nesse caso, elas geralmente são ocasionais e o preservativo é visto como uma forma de evitar riscos – de contrair uma doença, de gravidez e de ameaça à sua vida conjugal e em família. **b)** Dispensar o uso do preservativo em todas as relações desse tipo, porque elas não são ‘premeditadas’, situação também reforçada pela dificuldade em dizer não, pela natureza supostamente irrefreável da sexualidade masculina e pelo temor de perder a parceira ao sugerir o uso do preservativo. Esses aspectos aliam-se à dificuldade de ter preservativo consigo sem levantar as suspeitas da esposa. **c)** Usar nos primeiros encontros com uma mesma parceira e dispensá-lo depois de avaliar o passado sexual dela. **d)** dispensar o uso desde o primeiro encontro se a parceira demonstrar pouca experiência sexual. **e)** dispensar o uso quando acredita que a mulher use anticoncepcional.

Nas relações extraconjugais, a preocupação central é evitar uma gravidez indesejada ‘fora’ de casa e, em razão disto, o homem pode se precaver usando preservativo como forma de proteção de si e da família ou ainda deixar a prevenção de gravidez ao encargo da mulher, pois o tipo de relação estabelecida não demanda responsabilidade para com ela.

Pensando na proteção mútua para DST/aids, é possível dizer que naquelas relações conjugais nas quais a fidelidade é encarada como um princípio a ser seguido pelo homem e pela mulher, a proteção de si e da companheira se dá através dela. O caráter incerto do futuro deixa sempre em aberto a possibilidade de relacionamento extraconjugal (somos fiéis, mas....) e ela fundamenta a negociação no casal levando-os a estabelecer um acordo de que usarão o preservativo caso qualquer um dos dois se envolva em um relacionamento extraconjugal.

Também não há indícios de negociação entre os parceiros para proteção mútua às DST/aids ou para prevenção de gravidez nas relações extraconjugais duradouras ou ocasionais. Nos casos em que o homem sempre usa preservativo nas relações, ele o faz sem consultar a parceira; toma a decisão pensando em si e em sua família. Nos casos em que o preservativo é dispensado, o uso dele parece não ser considerado nem pelo homem e nem pela mulher por uma série de razões, que vão desde o temor de perder o clima até a incompatibilidade ‘natural’ entre

premência do desejo sexual e pensamento racional. Além disso, negociar subentende conversar, e a comunicação num encontro sexual pode (e parece não ser) não ser verbal.

Estas questões todas estão diretamente ligadas com a prevenção de DST/aids justamente por revelarem que as fórmulas pré-definidas para prevenção de novos casos pautadas na fidelidade, no uso do preservativo e nas práticas de sexo mais seguro, delineadas a partir da compreensão que a ciência tem da epidemia, podem estar muito distantes daquilo que se passa no viver das pessoas. Da mesma maneira, essas fórmulas serão fatalmente reinterpretadas a partir do significado que cada um atribui à fidelidade, ao preservativo, ao sexo, à sexualidade.

Na maneira como concebo, essas fórmulas são úteis para informação sobre DST/aids, especialmente quando dirigidas à comunicação de massa, mas, para que a informação fique mais próxima do viver das pessoas em geral, é preciso criar possibilidades de discuti-las a partir da compreensão que as próprias pessoas têm da epidemia, do sexo, da sexualidade, da fidelidade, do preservativo, enfim. Os conceitos tal como as pessoas os têm oferecem um bom caminho para compreender a situação 'desde dentro', descobrindo os caminhos que os saberes delas percorrem, qual é a lógica que os orienta. São esses elementos que fundamentam as decisões por elas tomadas no seu cotidiano, inclusive as relativas à vida sexual.

Estas considerações podem deixar a impressão de que se trata de compreender estes elementos para melhor manipulá-los, colocando disfarçadamente em prática o biopoder de que fala Foucault. Isto certamente é possível e ficará na dependência dos princípios éticos que norteiam a atuação do profissional de saúde. Tomando-as a partir de meus princípios éticos, vejo na compreensão destes elementos uma oportunidade única para trabalhar na perspectiva do cuidado de si.

Pensando desde essa perspectiva, a compreensão do que significa ser homem para esse grupo foi essencial para as discussões que se seguiram, para as entrevistas individuais e para a interpretação dos dados, pois, mesmo que o modelo referente de homem seja uma utopia a ser perseguida pela vida afora e, no mais das vezes, considerada inalcançável, é desse referente que os homens extraem os elementos que consideram essenciais para o ideal de homem que querem para si.

Isto possibilitou a compreensão do ser homem como um processo de ‘tornar-se’ tal, que se dá no decorrer da vida e no qual alguns elementos são essenciais: a heterossexualidade, a família, os filhos, o trabalho e a responsabilidade, todos conquistados a partir de uma dedicação do homem para alcançar aquele ideal que tem para si. Nesse processo, o homem ‘amadurece’ e, para isso, cumpre algumas etapas como, por exemplo, a primeira relação sexual, o casamento e a paternidade, todas reafirmadoras da heterossexualidade, na medida que a evidenciam para os outros, e necessárias para o reconhecimento social como homem de verdade.

Esse foi o fio condutor da educação em saúde, utilizado não para reforçar mandatos ligados a um ideal de homem, mas no sentido de provocar o pensar sobre ele no diálogo com os outros (homens e mulheres) que compunham o grupo. Mais do que discutir a ‘cartilha’⁴⁸ das DST/aids, tratou-se de um esforço empreendido para desnaturalizar a percepção de diferentes questões envolvidas no viver (relações de gênero e de poder, sexualidade, estereotípias, o dever-ser, por exemplo) e que estão também ligadas à vulnerabilidade de homens e mulheres a elas.

Para tanto, o referencial teórico-filosófico de Foucault foi essencial, justamente pelas múltiplas aberturas que permite ao sujeito, ajudando-o a perceber-se como parte das redes de poder que circulam pelo corpo social e, como tal, com poder também. A perspectiva do cuidado de si permite ao sujeito envolver-se consigo próprio não no sentido de decifrar-se em busca das faltas cometidas, para culpar-se e perceber-se em erro. Ao contrário, como um retorno a si mesmo – que não se dá fora do mundo, fora da vida, fora do convívio com os outros – no sentido de conhecer-se para alcançar sobre si um domínio de soberano, princípio da liberdade. Talvez minha interpretação esteja equivocada, mas entendo que é na liberdade conquistada pelo domínio de si que o sujeito pode escolher dentre as muitas normas e prescrições que regulam o viver aquelas que quer para a sua vida.

⁴⁸ Utilizo esta expressão em referência aos conhecimentos já alcançados sobre DST/aids que informam as iniciativas de educação em saúde nesta área. Entretanto, ela não foi cunhada por mim, mas por alguém que estuda e escreve a respeito disso e de quem não lembro o nome para atribuir-lhe os créditos.

Por isso compreendo a educação em saúde como a ampliação das possibilidades de escolher, de tomar iniciativas e decidir sobre a própria vida, inclusive no campo das DST/aids, onde a prescrição de condutas não tem surtido o efeito desejado, conforme comprovam as estatísticas, apesar do relativo controle que se tem hoje sobre a epidemia. Para tanto, é preciso mais do que acesso à informação.

Neste aspecto, a escolha da Pesquisa Convergente-Assistencial – PCA – como referencial metodológico foi acertada, justamente por possibilitar uma maior aproximação com os homens através do trabalho de grupo, o que não teria sido possível se o tipo de desenho da pesquisa não tivesse dado abertura para, além de obter informações dos participantes, criar um processo de educação na prevenção das DST/aids. Reunir pesquisa e cuidado (educação em saúde, no caso) em uma mesma iniciativa permitiu um rápido retorno dos achados para a prática do cuidado e o direcionamento das discussões a partir das relevâncias apontadas pelo próprio grupo, com base na sua experiência, nos conhecimentos prévios que possuíam e na discussão inicial sobre o ser homem.

Ao longo deste período de estudo, perguntei-me repetidas vezes se havia convergência entre o referencial de Foucault e a PCA. Hoje creio que sim, pois na PCA uma condição básica das relações de poder conforme compreendidas por Foucault é garantida do principio ao fim: o reconhecimento e a manutenção do outro como sujeito de ação, e a abertura de um campo de possibilidades para respostas, reações, efeitos e inversões.

Perceber o poder como uma teia que se irradia nas relações de casal, compreendendo, ao mesmo tempo, a forma como um dos parceiros (o homem, neste caso) a vê e o lugar no qual se situa dentro dela, oferece elementos valiosos para trabalhar a educação em saúde para prevenção das DST/aids no âmbito dessas relações.

Isso porque, desde essa perspectiva, são abandonadas as polarizações tão comumente aceitas nas relações entre homem e mulher, nas quais o poder de um incide sobre o outro, permitindo percebê-lo (o poder) 'em relação', o que implica co-participação e co-responsabilidade de ambos os envolvidos. Desde esse ponto de

vista, torna-se difícil para o profissional inserido na educação em saúde assumir posturas culpabilizadoras e prescritivas, dando maior valor ao envolvimento do outro.

A abertura deste campo de possibilidades permite a amenização das hierarquias já tão 'naturalmente' aceitas na relação tradicional entre profissional da saúde e usuários do sistema, facilitando o diálogo e favorecendo a apreensão dos conceitos na maneira como eles se dão na vida das pessoas, para então promover uma aproximação com a ciência.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Rodrigo; GÜELL, Pedro. **Hacer-se hombres**: la construcción de la masculinidad en los adolescentes y sus riesgos. OPS/OMS, 2002. Síntesis de estudios cualitativos sobre salud sexual y reproductiva de adolescentes y jóvenes varones en países seleccionados de América Latina.

ALVES, Maria de Fátima Paz. Sexualidade e prevenção de DST/AIDS: representações sociais de homens rurais de um município da zona da mata pernambucana, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, p. S429-S439, 2003. Suplemento 2.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Risco e saúde reprodutiva: a percepção dos homens de camadas populares. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.18, n.3, p.797-805, mai./jun 2002.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. 2.ed. Lisboa: Fim de Século, 2000.

ANDRADE, Benjamin Nieto; Izazola, Jose Antonio. Uso del condón en hombres con parejas no estables en la Ciudad de Mexico. **Salud Pública de México**, Ciudad de México, v.41, n.2, p.85-94, mar./abr. 1999.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

ARILHA, Margareth. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. 2.ed. Rio de Janeiro: 34, 2001. p.51-99.

_____. Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah H. (Org.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. p.455-67.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita *et al.* Vulnerabilidade e prevenção em tempos de AIDS. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard (Org.). **Sexualidades pelo avesso**: direitos, identidades e poder. Rio de Janeiro: 34, 1999. p. 49-72.

BARBOSA, Regina Maria. Feminismo e aids. In: PARKER, Richard G.; GALVÃO, Jane (Org.). **Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.153-168.

BARBOSA, Regina Maria. **Negociação sexual ou sexo negociado? Gênero, sexualidade e poder em tempos de aids**. 1997. 241 f. Tese - Centro Biomédico, Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

BARBOSA, Regina Maria; VILLELA, Wilza Vieira. A trajetória feminina da AIDS. In: PARKER, Richard G.; GALVÃO, Jane (Org.). **Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

BASTOS, Francisco Inácio. **A feminização da epidemia de Aids no Brasil: determinantes estruturais e alternativas de enfrentamento**. Rio de Janeiro: ABIA, 2000. (Saúde Sexual e Reprodutiva, v.3).

BECH, Carmem Lúcia Colomé; GONZALES, Rosa Maria Bracini; LEOPARDI, Maria Tereza. Detalhamento da metodologia. In: LEOPARDI, Maria Tereza. **Metodologia da pesquisa em saúde**. Santa Maria: Pallotti, 2001.

BELTRAME, Vilma. **O cuidado cultural compartilhado em grupo com pessoas na condição crônica de diabetes mellitus**. 2000.170p. Dissertação (Mestrado em Assistência de Enfermagem) -- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

BERTELLI, Karla. **Percepção de mulheres universitárias sobre seu risco pessoal para a AIDS**. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) -- Universidade do Contestado, Concórdia, 2002.

BOZON, Michel. A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. (Família, geração e cultura).

_____. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004b. (Família, geração e cultura).

_____. Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.20, p.131-156, 2003.

BRAMMER, Lawrence; SHOSTROM, Everett L. **Therapeutic psychology: fundamentals of counselling and psychotherapy**. 4.ed. New Jersey: Prentice Hall, 1982.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Informação Educação e Comunicação. **Promoção da saúde: carta de Ottawa, declaração de Adelaide**,

declaração de Saundsvall, declaração de Bogotá. Brasília, 1996.

_____. Fundação Nacional de Saúde. **Resolução 196/96 sobre pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Boletim Epidemiológico AIDS**, Brasília, v. 17, n.1, jan./dez. 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Boletim Epidemiológico AIDS**, Brasília, v. 18, n.1, jan./jun. 2004. (1^a à 24^a semanas epidemiológicas).

BURGESS, Ann Wolbert. **Psychiatric nursing in the hospital and in the community**. 4th. ed. Saint Louis: Mosby, 1985.

BUYSSE, A.; VAN OOST, P. 'Appropriate' male and female safer sexual behaviour in heterosexual relationships. **Aids Care**, London, v.9, n.5, p.1-14, oct. 1997. disponível em <http://web14.epnet.com/citation.asp?tb=1& ua=lst+Acta++Arrchaeologica+fst+AANA> Acessado em: 11 set. 2004.

CAMPOS, Regina Célia Pereira. Aids: trajetórias afetivo-sexuais das mulheres. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: FCC, 1998.

CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. Conceito de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.31, n.2, p.209-13, 1997.

CASTILLÓ, E.G. **Salud y cambio social: por un sistema integral de salud**. Madrid: Zero, 1984.

CASTRO, Roberto. **La vida en la adversidad: el significado de la salud y la reproducción en la pobreza**. Cuernavaca: UNAM, 2000.

CLARK, Carolyn shambers. **The nurse as a group lider**. New York: Springer, 1987.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Código de ética dos profissionais de enfermagem**. Brasília, 1993.

CONNELL, R.W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (Ed.). **Masculinidad/es: poder y crisis**. Santiago: Isis Internacional, 1997. (Ediciones de Las Mujeres, n. 24).

CORBIN, Juliet M. **Qualitative analysis workshop**. Taubaté, mar. 2004. (mimeo).

CZERESNIA, Dina. The concept of health and the difference between prevention and promotion. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, p.701-09, out./dez. 1999.

DALL'AGNOL, Clarice Maria; TRENCH, Maria H. Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisa na enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v.20, n.1, p.5-25, 1999.

DECLARAÇÃO de Beijing. **Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

DECLARAÇÃO de Jacarta sobre promoção da saúde. Jacarta, 1997. Disponível em: <http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/>. Acessado em: 21 nov. 2004.

DICIONARIO de la lengua española: Real Academia Española. 21.ed. Madrid: Mateu-Cromo, 2001. t. 1

DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEROA-PEREA, Juan Guillermo. El significado de consentimiento informado dentro de los procesos de investigación social sobre reproducción. **Perinatol. Reprod. Hum.** v.13, n.1, p. 32-43, ene./mar. 1999.

_____. **Apuntes sobre los derechos de los investigadores y de los investigados en los procesos de generación de información**. [S.l. : s.n.], [2000?]. Texto elaborado a partir de una conferencia y una ponencia presentadas en la entrega de premios de investigación en nutrición, celebrada en el Instituto Nacional de Nutrición Salvador Zubirán el 17 de noviembre de 1999 e en el congreso “Biological and Clinical Data Collection in National Surveys: Potential and Issues”, Sesión Legal and Ethical Issues, celebrada en la ciudad de Washington, Estados Unidos el 24 y 25 de enero del 2000.

FONSECA, Adriana Dora da. **A concepção de sexualidade na vivência de jovens: bases para o cuidado de enfermagem**. 2004. 288 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) -- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

_____. **Ética, sexualidade e política.** Rio de Janeiro: Forense, 2004b. (Ditos e Escritos)

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 24.ed. São Paulo: Vozes, 2001.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Còllege de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 2000. Aulas de: 07 e 14 de janeiro de 1976; de 25 de fevereiro de 1976; 17 de março de 1976.

_____. **A historia da sexualidade: o uso dos prazeres.** 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. v. 3.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1995b.

_____. **Dits et écrits: 1954-1980.** Paris: Gallimard, 1994. v.4, p.134-161. Omnes et singulatim: por uma crítica da razão política.

_____. **A historia da sexualidade: a vontade de saber.** 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1

_____. **Hermenêutica del sujeto.** Madrid: La Piqueta, 1987. p.105-141.

_____. **A historia da sexualidade: o cuidado de si.** 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 3

FULLER, Norma. Fronteras y retos: varones de clase media del Perú. In: VALDÉS, Teresa; _asculin, José (Ed.). **Masculinidad/es: poder y crisis.** Santiago: Isis Internacional, 1997. (Ediciones de Las Mujeres, n. 24).

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de ação da Conferencia Internacional sobre População e Desenvolvimento** [Resumo]. Nova Iorque: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. 32 p.

GARCIA, Sandra Mara. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito (Org). **Homens e masculinidades: outras palavras.** 2.ed. Rio de Janeiro: 34, 2001. p.31-50.

GILMORE, David D. Cuenca mediterránea: la excelencia en la actuación. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (Ed.). **Masculinidades: poder y crisis.** Santiago: Isis Internacional, 1997. (Ediciones de Las Mujeres, n. 24).

GOGNA, Mônica (Comp.). **Feminidades y masculinidades**: estúdios sobre salud reproductiva y sexualidad en Argentina, Chile y Colombia. Buenos Aires: CEDES, [19-?]

GROSSI, Miriam. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, n. 26, 1998.

GUERRIERO, Iara; AYRES, José Ricardo cm; HEARST, Norman. Masculinidade e vulnerabilidade ao HIV de homens heterossexuais, São Paulo SP. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.36, n.4, p.50-60, 2002. Suplemento

GUIMARÃES, Carmem Dora. **Aids no feminino**: porque a cada dia mais mulheres contraem aids no Brasil? Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 2001.

_____. "Mas eu conheço ele!": um método de prevenção do HIV/AIDS. In: PARKER, Richard G.; GALVÃO, Jane (Org.). **Quebrando o silêncio**: mulheres e aids no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.169-79.

GUZMÁN, Maria Lucero Jiménez; GUERRERO, Olívia Tena. Notas sobre negociación coital. IN: FIGUEROA, Juan Guillermo (Coord.). **Elementos para un análisis ético de la reproducción**. México: Miguel Ángel Porrúa, 2001. p.139-154.

HEILBORN, Maria Luiza; GOUVEIA, Patrícia Fernanda. "Marido é tudo igual": mulheres populares e sexualidade no contexto da AIDS. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard (Org.). **Sexualidades pelo avesso**: direitos, identidades e poder. Rio de Janeiro: 34, 1999. p.175-98

HERNANDÉZ-GIRÓN, Carlos; VALDEZ, Aurelio Cruz; QUITERIO-TRENADO, Manuel; PERUGA, Armando; HERNANDÉZ-AVILA, Mauricio. Características de comportamiento sexual en hombres de la Ciudad de Mexico. **Salud Pública de México**, Ciudad de México, v.41, n.2, p.95-100, mar./abr. 1999.

HOFFMAN, V.; BOLTON, R. Reasons for having sex and sexual risk-taking: a study of heterosexual male std clinic patients. **Aids Care**, London, v.9, n.3, p.1-14, jun. 1997. Disponível em:http://web14.epnet.com/citation.asp?tb=1&_ua=lst+Acta++Archaeologica+fst+AANA.. Acesso em: 11 set. 2004.

HOPMAN, Jan. El machismo: su relacion com los excesos al interior de las fuerzas armadas. In: OLAVARRIA, José A. (Ed.). **Hombres**: identidad/es y violencia. Santiago: Falcso, 2001. p. 133-145. 2º. Encontro de Estudos de Masculinidades: identidades, corpos, violencia y políticas públicas.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KALCKMANN, Suzana. Incursões ao desconhecido: percepções de homens sobre a saúde reprodutiva e sexual. In: In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. Rio de Janeiro: 34, 2001. p.79-99.

KAUFMAN, Michael. Los hombre, el feminismo y las experiencias contradictorias del poder entre los hombres. In: ARANGO, Luz Gabriela; LEÓN, Magdalena; VIVEROS, Mara (Comp.). **Género e identidad**: ensayos sobre lo femenino y lo masculino. Santa Fé de Bogotá: Uniandes, 1995.

_____. Las experiências contradictorias Del poder entre los hombres. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (Ed.). **Masculinidad/es**: poder y crisis. Santiago: Isis Internacional, 1997. p. 63-81 (Ediciones de Las Mujeres, n. 24).

KIMMEL, Michael S. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (Ed.). **Masculinidad/es**: poder y crisis. Santiago: Isis Internacional, 1997. (Ediciones de Las Mujeres, n. 24).

LABBÉ, Silvia Panebianco. VIH-SIDA y negociación sexual. IN: FIGUEROA, Juan Guillermo (Coord.). **Elementos para un análisis ético de la reproducción**. México: Miguel Ángel Porrúa, 2001. p.179-190.

LAN, Amy G., MAK, Amy, LINDSAY, Patrícia D., RUSSEL, Stephen. Wath really works? An exploratory study of condom negotiation strategies. **AIDS education and Prevention**, New York, v.16, n.2, p.160-71, 2004.

LEAL, Ondina Fachel; BOFF, Adriane de Mello. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos da identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Org.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.119-35.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; TEIXEIRA, Jorge Juarez Vieira. **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: EDUCAS, 2003. (Coleção Diálogos)

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Stermann; WALDOW, Vera Regina (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade como objeto de estudos das ciências humanas. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LUCO Alfonso. El sexo imaginario. In: OLAVARRIA, José A. (Ed.). **Hombres: identidad/es y violencia**. Santiago: Falcso, 2001. p. 85-90. 2º. Encontro de Estudos de Masculinidades: identidades, corpos, violência y políticas públicas.

LUNARDI, Valéria Lerch. **A ética como cuidado de si e o poder pastoral na enfermagem**. Pelotas: Universitária, 1999. (Teses em Enfermagem).

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995b.

MADUREIRA, Valéria Silvana Faganello. Eu, você – nós: co-partícipes no educar. 1994.. Dissertação (Mestrado em Assistência de Enfermagem) -- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

MAILHIOT, Gerald Bernard. **Dinâmica e gênese de grupos: atualidade das descobertas de Kurt Lewin**. 3.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

MARCUS, Marianne Taft; LIEHR, Patrícia R. Abordagens de pesquisa qualitativa. In: LOBIONDO-WOOD, Geri; HABER, Judith. **Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

MERINO, Jose Fernando Uribe. **Cuerpos y géneros desde las perspectivas de la antropología y la medicina: un punto de reflexión**. Disponível em: <http://www.colciencias.gov.co/seiaal/congreso/Ponen5/URIBE.htm>. Acesso em: 19 nov. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MONTEIRO, Marko. Sujeito, gênero e masculinidade. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Célia; SOUZA, Érica Renata de (Org.). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: Editora da USF, 2002. p.243-262 (História e Ciências Sociais).

MONTEIRO, Simone. Prevenção ao HIV/Aids: lições e dilemas. In: GOLDENBERG, Paulete; MARSILGLIA, Maria Giffoni; GOMES, Mara Helena de Andréa (Org.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p.251-69.

MORSE, Janice M.; FIELD, Peggy Ann. **Qualitative research methods for health professionals**. 2.ed. Thousand Oaks: Sage, 1995.

NASCIMENTO, Pedro. **O sexo dos homens: vulnerabilidade e prevenção à DST/AIDS**. Disponível em: <http://www.papai.org.br>. Acesso em: 19 maio 2004.

NOAR, Seth M., MOROKOFF, Patricia J., REDDING, Colleen A. sexual assertiveness in heterosexually active men: a test of three samples. **AIDS education and Prevention**, New York, v.14, n.4, p.330-342, 2002.

NYAMATHI, Adeline; SHULLER, Pam. Focus group interview: a research technique for informal nursing practice. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, n.15, p.1281-1288, 1990.

OLAVARRIA, José A. **Hombres a la deriva? Poder, trabajo y sexo**. Santiago: FLACSO, 2001a.

_____. **Y todos querían ser (buenos) padres: varones de Santiago de Chile en conflicto**. Santiago: FLACSO, 2001b.

_____. (Ed.). **Hombres: identidad/es y violencia**. Santiago: FLACSO, 2001c.

_____. Desejo, prazer e poder: questões em torno da masculinidade heterossexual. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard (Org.). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: 34, 1999. p. 153-174.

_____.; BENAVENTE, Cristina; MELLADO, Patricio. **Masculinidades populares: varones adultos jóvenes de Santiago**. Santiago: FLACSO, 1998.

OLIVEIRA, Maria Tereza da Costa; BARREIRA, Draurio; SANTOS, Lucas Costa Oliveira; LATORRE, Maria do Rosário Dias de Oliveira. A subnotificação de casos de aids em municípios brasileiros selecionados: uma aplicação do métodos de captura-recaptura. **Boletim Epidemiológico AIDS**, Brasília, v.18, n.1, p. 5-9, jan/jun 2004.

ORLANDINI, Fernanda. **Conhecimento sobre AIDS de adolescentes na faixa etária de 14 a 19 anos, alunos do Colégio Estadual São João Batista de La Salle. Concórdia**. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) -- Universidade do Contestado, Concórdia, 2000.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

PANIAGUA, Humberto Abarca. Discontinuidades en el modelo hegemónico de masculinidad. In: GOGNA, Mónica (Comp.) **Feminidades y masculinidades: estudios sobre salud reproductiva y sexualidad en Argentina, Chile y Colombia**. Buenos Aires: CEDES, [199-]. p.193-242.

PAIVA, Vera. **Fazendo arte com a camisinha: sexualidades jovens em tempos de AIDS.** São Paulo: Summus, 2000.

PARKER, Richard. **Abaixo do equador.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo.** 3.ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 1991.

_____. **Na contramão da aids: sexualidade, intervenção, política.** São Paulo: 34, 2000.

_____; GALVÃO, Jane (Org.). **Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

PEREIRA, Gisele. **Práticas de prevenção em DST/AIDS das trabalhadoras do sexo de casas de prostituição, cadastradas no programa de DST/AIDS em Concórdia.** 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) -- Universidade do Contestado, Concórdia, 2000.

PORTELLA, Ana Paula; NASCIMENTO, Pedro. **Do sujeito da ação ao objeto de reflexão: homens, sexualidade e reprodução – o caso da zona da mata canavieira de Pernambuco.** Recife, 2000. (mimeo.).

PRADO FILHO, Kleber. **Trajatória para a leitura de uma história crítica das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault.** 1998. 284 f. Tese (Doutorado em Sociologia) -- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998.

RAMIREZ, Rafael Luis. Nosotros los boricuas. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (Ed.). **Masculinidad/es: poder y crisis.** Santiago: Isis Internacional, 1997. (Ediciones de Las Mujeres, n. 24).

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Posfácio: conceituando o gênero. In: SAFFIOTI, Heleith I.B.; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Org.). **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p.271-83.

SALEM, Tânia. "Homem...já viu, né?: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: : HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Família e sexualidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.15-61. (Família, geração e cultura).

SANDELOWSKI, Margarete. The problem of rigor in qualitative research. **Advances in Nursing Science**, Philadelphia, v.8, n.3, p.27-37, abril 1986.

_____. Rigor or rigor mortis: the problem of rigor in qualitative research revisited. **Advances in Nursing Science**, Philadelphia, v.16, n.2, p.1-8, dec. 1993.

_____. Sample size in qualitative research. **Research in Nursing & Health**, Rochester, n.18, p.179-183, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Cristiane Gonçalves Meireles. O significado de fidelidade e as estratégias para prevenção da Aids entre homens casados. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.36, n. 4, p.40-9, 2002. (Suplemento)

SIQUEIRA, Maria Juracy Tonelli. Saúde e direitos reprodutivos: o que os homens têm a ver com isso? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.1, p.159-167, 1º Semestre, 2000.

SOUZA, Elza Maria de; GRUNDY, Emily. Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para a saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.5, p.1354-1356, set./out. 2004.

SPINK, Mary Jane Paris. Aspectos psicossociais e a vulnerabilidade feminina. **A Folha Médica**, São Paulo, v.118, n.1, p.41-45, jan./mar. 1999.

TAYLOR, Cecília Monat. **Fundamentos de enfermagem psiquiátrica**. 13.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TRENTINI, Mercedes; CUBAS, Márcia Regina. **Ações de enfermagem em nefrologia**: um referencial expandido para além da concepção biologicista de saúde. 2005. (no prelo)

_____; PAIM, Lygia. **Pesquisa convergente-assistencial**: um desenho que une o fazer e o pensar na prática assistencial em saúde-enfermagem. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2004.

_____; GONÇALVES, Lúcia H.T. Pequenos grupos de convergência: um método de desenvolvimento de tecnologias na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.9, n.1, p.63-78, jan./abr. 2000.

_____ ; PAIM, Lygia. **Pesquisa em enfermagem**: uma modalidade convergente-assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

_____ ; DIAS, Lygia Paim Müller. Ser mais: uma possibilidade de promover saúde pela prática educativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.10, n.1, p.53-61, jan./abr. 1997.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **Informe de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo**. Nueva York. 1995. Disponível em: http://www.unfpa.org/icpd/docs/icpd/icpd_spa.pdf. Acesso em: 10 abr. 2002.

VALDÉS, Teresa; BENAVENTE, M. Cristina; GYSLING, Jacqueline. **El poder en la pareja, la sexualidad y la reproducción**: mujeres de Santiago. Santiago: FLACSO, 1999.

VENDRELL, Esteve; AYER, Juan C. Estruturas de grupo. In: GONZALES, Pilar. **Psicología de los grupos**: teoría y aplicación. Madrid: Síntesis, 1997.

VIEIRA, Elizabeth Meloni, FERNANDES, Maria Eugenia Lemos; DÍAZ, Juan; KALCKMANN, Suzana; PLUCIENNICK, Ana Maria Aratangy. Anticoncepção em tempos de aids. In: Galvão, Loes; DÍAZ, Juan (Org.). **Saúde sexual e reprodutiva no Brasil**: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 1999.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; VILLELA, Wilza Vieira; RÉA, Marina Ferreira; FERNANDES, Maria Eugenia Lemos; FRANCO, Emilia de; RIBEIRO, Giane. Alguns aspectos do comportamento sexual e prática de sexo seguro em homens do município de São Paulo. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.997-1009, out./dez. 2000.

VILLELA, Wilza Vieira. Prevenção do HIV/AIDS, gênero e sexualidade: um desafio para os serviços de saúde. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard (Org.). **Sexualidade pelo avesso**: direitos, identidade e poder. Rio de Janeiro: 34, 1999. p.199-213.

VILLELA, Wilza. Homem que é homem também pega aids? In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. Rio de Janeiro: 34, 2001. p.129-142.

_____. Refletindo sobre a negociação sexual como estratégia de prevenção para a aids entre mulheres. In: PARKER, Richard G.; GALVÃO, Jane (Org.). **Quebrando o silêncio**: mulheres e aids no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

_____ ; Barbosa, Regina Maria. Repensando as relações entre gênero e sexualidade. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Org.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.189-199.

VIVEROS, Mara V.; CAÑON, William D. Pa'bravo....yo soy candela, palo y piedra. Lquibdoseños. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (Ed.). **Masculinidad/es: poder y crisis**. Santiago: Isis Internacional, 1997. (Ediciones de Las Mujeres, n. 24).

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2, p.460-481, 2/2001.

_____. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Bomtempo, 2004. p. 107-128.

ZIMERMAN, David; OSÓRIO, Luis Carlos. Grupos de auto-ajuda. In: ZIMERMAN, David; OSÓRIO, Luis Carlos (Org.). **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ZSAZS, Ivonne. Varones mexicanos: género, sexualidad y salud reproductiva. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.1, p.186-199, 2000.

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO 1

DATA/HORÁRIO	PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES
Primeiro Encontro 09/05/2003 13h às 15h15min	<p>Conversa inicial com retomada de aspectos do estudo e esclarecimento de dúvidas.</p> <p>Termo de Consentimento</p> <p>Dinâmica de Integração: mescla da proposta de ‘exercício da confiança’ de Fritzen (v.1, p. 29), das oficinas ‘expectativas, receios e desejos’ e ‘conhecendo nossa identidade’ (SOSCORPO, p. 55 e 77). Denominei “Retrato do grupo”:</p> <p>Objetivos: promover a integração do grupo; identificar características de cada participante e elementos que permitam o encaminhamento dos próximos encontros.</p> <p>Material: folhas de entrevista e canetas.</p> <p>Como fazer: dividir o grupo em duplas; entregar a cada um folhas de papel com perguntas gerais e pessoais e pedir que um entreviste o outro; voltar para o grande grupo e pedir a cada um que apresente o colega. Posteriormente, farei um quadro que apresente as características de cada um e um perfil do grupo.</p> <ul style="list-style-type: none">• Cronograma dos encontros.• Discussão sobre os assuntos a serem abordados no encontros.• Apresentação da necessidade de uso do gravador e da presença de um auxiliar nos encontros. Solicitação de autorização para isso.• Entrevistas – falar sobre elas, local, horário, com quem, quando. <p>Encerramento – se der tempo, usar a dinâmica de Yozo (p. 52) modificando de ‘Frutas’ para ‘Animal’.</p>

<p>Segundo Encontro</p> <p>21/05/2003 14h às 15h45min</p>	<p>Boas vindas e retomada do consentimento.</p> <p>Apresentar o quadro 'Perfil do Grupo' com cópia para todos.</p> <p>Entregar cópia para todos da transcrição do primeiro encontro.</p> <p>Introduzir a discussão "O que é ser homem?".</p> <ul style="list-style-type: none">• A partir desta pergunta motivadora, penso que os homens responderão a partir de sua perspectiva pessoal, com base na sua vivência e tendo por referência o momento presente, embora utilizem o passado para organizar seu pensamento.• A partir desta referência presente, penso em perguntar-lhes como é ser homem na infância e na adolescência; de onde vem isso, esta forma de ser (imagino que aqui façam referência a aspectos da sociedade, da família, da cultura que apontem para a construção sócio-cultural do gênero).• Conforme o andamento da discussão, outras questões poderão ser introduzidas: homossexualidade; o que é ser mulher; como convivem este homem e esta mulher? <p>Encerramento.</p> <p>Metodologia – discussão de grupo.</p>
----------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Terceiro Encontro

11/06/2003

13h30min às 15h20min

Boas vindas.

Retomar o consentimento.

Formar pequenos grupos para leitura da síntese da discussão do encontro anterior “o que é ser homem?”. Orientar para que corrijam, suprimam ou acrescentem informações se acharem necessário. ‘O que é ser mulher’.

Entregar, nos pequenos grupos, o texto ‘Desejo não se constrói’ de Cláudio Picazio e ‘definição de termos’ para esclarecer pontos obscuros na compreensão de homossexualidade.

Retornar ao grande grupo e socializar a discussão. Apontar, nas características do ser homem e do ser mulher aquelas que contribuem para uma maior vulnerabilidade à AIDS.

Formar novamente pequenos grupos para leitura de textos relacionados com o tema em discussão hoje: “A AIDS entre heterossexuais”.(textos: histórico da AIDS no Brasil; AIDS avança entre homens e mulheres; dados epidemiológicos – os números da AIDS).

Retornar ao grande grupo e problematizar o conteúdo apresentado pelos grupos.

Encerrar a discussão definindo o tema para o próximo encontro (talvez ‘a participação do homem na epidemia e na prevenção).

Entregar a transcrição do último encontro
Encerramento.

Metodologia – trabalho em pequenos grupos; discussão de grupo; leitura conjunta de textos.

<p>Quarto Encontro</p> <p>09/07/2003 13h30min às 15h20min</p>	<p>Boas vindas.</p> <p>Retomar o consentimento.</p> <p>Apresentar a transcrição do encontro anterior.</p> <p>Fazer uma síntese do que já foi discutido.</p> <p>Assistir ao vídeo: “Mancha de batom”.</p> <p>Discutir o vídeo, investigando as dificuldades de negociação do uso do preservativo no casal, perguntando ao grupo por quê, no pensar deles, homens e mulheres agiram da forma apresentada no vídeo.</p> <p>Estabelecer paralelo entre a discussão e os dados epidemiológicos da AIDS no Brasil, no Estado e no município.</p> <p>Fazer uma síntese da discussão, apontando temas para o próximo encontro.</p> <p>Marcar as três primeiras entrevistas.</p> <p>Metodologia – Vídeo. Discussão de grupo.</p>
<p>Quinto Encontro</p> <p>06/08/2003 13h30min às 15h20min</p>	<p>Boas vindas.</p> <p>Retomar o consentimento.</p> <p>Apresentar uma síntese do que já foi discutido.</p> <p>Entregar cópia da transcrição do quarto encontro para que todos vejam.</p> <p>Tema de discussão – Doenças Sexualmente Transmissíveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Jogo das DST sugerido no livro ‘Homens: masculinidades e gênero’; ECOS, p.25-26. • Acredito que, a partir das doenças que surgirem no jogo, o grupo trará questões para discussão. No grupo, aprofundaremos o diálogo, esclarecendo pontos obscuros, dúvidas, curiosidades e o que surgir além disso. <p>Agendar as próximas entrevistas</p> <p>Encerrar o encontro com o vídeo ‘sexo e maçanetas’ – ECOS.</p> <p>Metodologia – jogo das DST (ECOS); discussão de grupo; vídeo ‘sexo e maçanetas’.</p>

<p>Sexto Encontro</p> <p>13/08/2003 13h30min às 15h30min</p>	<p>Boas vindas. Retomar o consentimento. Apresentar uma síntese do que já foi discutido. Entregar cópia da transcrição do quinto encontro para que todos vejam. Retomar pontos que ficaram obscuros no encontro anterior. Tema de discussão – Sexo seguro.</p> <ul style="list-style-type: none">• Introduzir a discussão em torno desta temática a partir da questão ‘o que é, na opinião de vocês, sexo seguro?’• Discutir anatomia masculina e feminina.• Discutir o uso do preservativo masculino e feminino e outras questões relacionadas com a prática de sexo mais seguro. <p>Agendar as próximas entrevistas Encerramento. Metodologia – Textos de apoio (ECOS); Pelve feminina; Prótese masculina; preservativos masculinos e femininos.</p>
-------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO 2

DADOS GERAIS DOS HOMENS PARTICIPANTES DO ESTUDO

Participante	Idade	Nível de Instrução	Tempo de Casamento	Número de Filhos
H1	35 anos	Superior	13 anos	01
H2	32 anos	Médio	13 anos	02
H3	45 anos	Fundamental	23 anos	01
H4	35 anos	Médio	14 anos	02
H5	31 anos	Médio	10 anos	01
H6	24 anos	Médio	02 anos	01
H7	28 anos	Médio	05 anos	01
H8	39 anos	Médio	08 anos	01
H9	30 anos	Superior	06 anos	02
H10	27 anos	Médio	05 anos	02

ANEXO 3

INSTRUMENTO PARA TRANSCRIÇÃO DAS DISCUSSOES DE GRUPO

Encontro n°. _____ Data: _____ Início: _____ Término: _____

Participantes:

Local:

Impressões iniciais:

Relatos	Notas da pesquisadora

ANEXO 4

TEMPO DE DURAÇÃO DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTADO	PRIMEIRA ENTREVISTA	SEGUNDA ENTREVISTA	TOTAL
AD – H1	1h50min (110min)	50 min	2h40min.
AH – H2	2h (120min)	1h30min	3h30min.
DR – H3	1h40min (100min)	30 min	2h10min.
DV – H4	1h50min (110min)	1h05min	2h55min.
ED – H5	2h20min (140min)	1h	3h20min.
JV – H6	1h50min (110min)	1h15min	3h05min.
JD – H7	1h45min (105min)	45min	2h30min.
IB – H8	2h05min (125min)	-	2h05min.
MC – H9	1h40min (100 min)	-	1h40min.
MP – H10	1h40min (100min)	30 min.	2h10min.
TOTAL	18h40min	7h25min	26h05min.
TEMPO MÉDIO	1h52min.	44min50seg.	-

ANEXO 5

INSTRUMENTO PARA TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevista n°. _____ Data: _____ Início: _____ Término: _____

Entrevistado:

Local:

Impressões iniciais:

Relatos	Notas da pesquisadora

ANEXO 6

INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DISCURSO 1 – IAD1

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS
<p>E a minha filha, a minha filha de tanto escutar isso, ela acha que isso é o certo, né e ela vai. Eu não vou discutir; nesse ponto eu não vou contra ela por que...por que <u>homem é um bicho danado</u>, né. <u>Se resolve colocar as asinhas pra fora, pra esculhambar uma mulher é fácil</u>. Concordam.</p> <p>Eu mesmo <u>tenho uns exemplos meio cabeludos</u>; mas a mulher não pode fazer....não, não pode! (fala como se perguntasse algo para uma terceira pessoa) <u>Mulher tem que....ai!</u> (sinaliza com as mãos como se forçasse algo para baixo).</p> <p>Eu - E que homem é esse? Que tipo de homem é esse? <u>Esse é o homem machão!</u> <u>É o radical!</u></p> <p>Eu acho assim: hoje não tem esse negócio; se a mulher quer trabalhar fora, ela tem o direito dela também..... Tem um detalhe também... Ela tem o direito dela de ir trabalhar, não éque tem que ficar só em casa. tem uma opção também..... ...eu acho que ai é livre.</p> <p>Por que tem casais que...eu, por exemplo, a minha filha cresceu numa creche; tem casais que não 'minha esposa vai trabalhar, está estudando, mas vai trabalhar depois que meu filho ou minha filha tiver...7-8 anos de idade'. Eu - O que também pode ser uma opção de um casal. Que nem eu....</p> <p>Eu (aponta para o próprio peito), eu sou contra, na minha maneira de pensar, <u>tem gente trabalhando lá, funcionários meus que eles não admitem que a mulher trabalhe</u>. 'Não, não, o dia que eu não conseguir sustentar a minha mulher, eu me corto as..... embalagens fora' (fala grosso). Mas veja só....!</p> <p>Eu - Isso pode fazer parte também de uma imagem de homem que faz com que se tenha anecessidade de sustentar a mulher? De manter a casa, financeiramente falando? <u>Mas este é o machista; quando eu falei da imagem, não falei do machista.</u></p> <p>Eu - Esse é o homem machista? É, mas eu não falei de uma imagem de um homem machista né.</p> <p>[ser homem é] <u>ser responsável</u>, eu digo, <u>assumir as suas responsabilidades, respeitar pra ser respeitado....o homem machão vai...ele quer ser respeitado mas não respeita.</u> (Relato dois) B</p> <p>Eu – E aquilo que se vê no dia-a-dia, o que é que tem mais? Tem muito deste homem que vocês colocam aqui? <u>tem muito machão também.</u></p> <p>Eu - Tem muito machão? Tem muito machão aí dentro! <u>Tem mais machão do que.... homem que compartilha, homem que...homem solidário, homem que...dá a mesma responsabilidade, a</u></p>	<p>Machão Machista</p> <p>Homem é bicho danado que consegue esculhambar uma mulher com facilidade</p> <p>Tem exemplos de homens que submetem a mulher.</p> <p>É o homem machão Radical</p> <p>Homens que não admitem que a mulher trabalhe, pois quando não conseguem sustentá-la, 'cortam as embalagens fora'.</p> <p>Este é o machista</p> <p>Existe muito mais machão, que faz a mulher permanecer abaixo dele para não perder a autoridade.</p> <p>O homem não necessita</p>

<p>mesma autonomia e que coloca a mulher ao nível dele. Acho que <u>tem muito mais homem que...</u> <u>...machão!</u> <u>...faz com que a mulher permaneça embaixo</u> ainda do que homens que..não acietam. Porquê? Por que <u>não querem perder a autoridade...</u></p> <p><u>O homem, para ser homem, ele não necessita ser machão. Ele tendo as qualidades que definem ele como homem, ele vai ser respeitado mesmo sem ser um machão.</u></p> <p>Eu - <u>um machão</u> seria outra coisa? Seria uma coisa de um homem assim que exige respeito talvez na força. Então, machão! Não consegue mostrar competência, qualidades e virtudes que o homem tem para conseguir [respeito], então ele impõe a força, né. Então, <u>ele é o machão (ênfase) para adquirir respeito</u>. E um homem que realmente mostra que é responsável, é honesto, tem palavra...então, o que ele é? Ele passa a ser um espelho e a ganhar o respeito também da sociedade. (relato três)</p> <p><u>O homem tá passando por um desenvolvimento...ele tinha aquela parte de machão que ainda existia...no meu tempo existia muito mais, um tempo atrás tinha muito mais do que agora; Isso aí vai diminuindo por que o machão um dia sempre acaba achando um mais machão que ele e....(olha enviezado, balançando a cabeça e sorrindo)</u> Risadas. Então, <u>vai eliminando esses machão</u> assim, né. E <u>como esse homem vem tendo um desenvolvimento, ele vem crescendo e vai crescendo , tentando de alguma maneira tomar o lugar do outro {do machão}</u>. Falam excitados, todos ao mesmo tempo. Eu - E isso se dá automaticamente será, J., como é que se dá? Não, <u>é a educação...</u> É a educação. <u>...a educação; que nem ele aqui falou assim, ele teve já uma diferença do pai dele pra ele , né. Mas é o que? Que ele já teve uma educação, ele talvez conviveu com uma outra....num outro ambiente. É isso aí!</u> Então talvez o pai dele tinha assim uma educação mais rígida, que já vinha de outros tempos, também né. Ó, tem que andar neste trilho aqui, ó, se não andar aqui, tu apanha! E ele não; ele já começou olhar pro lado, que pra ele é bom, então começa o desenvolvimento dele. <u>E pro filho dele, já vai também ser assim, mais liberal. É isso que tá acontecendo. O homem tá tendo o desenvolvimento dele, tá crescendo. Os dois lados tão...[homem e mulher]</u> <u>Essa parte de machão aí, essa aí não é uma cultura que vai durar muito tempo, não.</u> Agora... <u>Vão acabar logo esses machão aí!</u></p> <p><u>...tem uma fase da vida da gente...que...onde a gente acha que é homem e que homem é isso. É a fase que eu vejo hoje nessa piazada dentro nos setores que trabalham com a gente. (Muitas risadas) Piaçadas novas, o M. tem estagiário lá e tal. Então, pô, ontem saí com duas gatinhas(imita os rapazes, falando e olhando para cima, enquanto coça o peito); pô, Sábado que vem já tenho marcado com fulana; bah, tu viu a cicrana lá? Saí com ela. Ó, aquela lá.... Né, <u>tem essa fase que eu acho que vocês já passaram também....</u></u> <u>De machão. Mas machão assim no sentido de pegão!</u> Isso. <u>Pegão!</u> Eu - <u>em que idade é isso, mais ou menos? Tem uma idade pra isso ou....</u></p>	<p>se machão para ser respeitado.</p> <p>Machão Valentão Machão seria um homem que impões respeito talvez pela força.</p> <p>O homem está se desenvolvendo e hoje existem menos machões do que no passado.</p> <p>O homem se desenvolve e tenta ocupar o lugar do machão.</p> <p>Isso se dá pela educação. Há diferença entre o meu pai e eu, por que eu tive uma educação diferente, menos rígida, convivi em outro ambiente. Com os filhos deles será mais liberal ainda.</p> <p>Homem e mulher estão crescendo, se desenvolvendo. O machão não é uma cultura que vá durar muito tempo.</p> <p>Machão Pegão Há uma fase na vida do homem em que ele pensa que ser homem é sair e transar com várias mulheres.</p> <p>É a fase do machão-pegão, Dos 19 aos 20 anos, ou então, para alguns esta</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>19-20 anos. <u>O que vem, morre!</u> Tem uns que é meio... <u>tem uns que não passa nunca</u> (Risos) Tem homem que não tem espelho...(Risos) Hoje, <u>dos 16 até os 20-22 anos é a fase</u> deles fazer ai as... A melhor coisa é quando o pai dá o carro.....aí. (assovia). Daí...se foi!</p>	<p>fase não passa nunca.</p> <p>Dos 16 aos 20-22 anos.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------

INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DISCURSO 2 – IAD2

EXPRESSÕES-CHAVE	DSC
<p><u>homem é um bicho danado, né. Se resolve colocar as asinhas pra fora, pra esculhambar uma mulher é fácil.</u> Concordam. Eu mesmo <u>tenho uns exemplos meio cabeludos; Mulher tem que....ali!</u> (sinaliza com as mãos como se forçasse algo para baixo). <u>Esse é o homem machão!</u> <u>É o radical!</u> <u>tem gente trabalhando lá, que não admitem que a mulher trabalhe. 'Não, não, o dia que eu não conseguir sustentar a minha mulher, eu me corto as..... embalagens fora' (fala grosso).</u> Mas veja só....! Mas este é o machista. [ser homem é] <u>ser responsável, eu digo, assumir as suas responsabilidades, respeitar pra ser respeitado...o homem machão vai...ele quer ser respeitado mas não respeita.</u> <u>tem muito machão também. Tem mais machão do que.... homem que compartilha, homem solidário, homem que...dá a mesma responsabilidade, a mesma autonomia e que coloca a mulher ao nível dele. Acho que tem muito mais homem que... ..faz com que a mulher permanece embaixo ainda do que homens que..não acietam. Porquê? Por que não querem perder a autoridade...</u></p> <p><u>O homem, para ser homem, ele não necessita ser machão. Ele tendo as qualidades que definem ele como homem, ele vai ser respeitado mesmo sem ser um machão.</u> <u>Um machão seria uma coisa de um homem assim que exige respeito talvez na força. Não consegue mostrar competência, qualidades e virtudes que o homem tem para conseguir [respeito], então ele impõe a força, né. Então, ele é o machão (ênfase) para adquirir respeito.</u> <u>O homem tá passando por um desenvolvimento... no meu tempo existia muito mais do que agora; Isso aí vai diminuindo, vai eliminando esses machão assim, né. E como esse homem vem tendo um desenvolvimento, vem crescendo e vai tentando de alguma maneira tomar o lugar do outro {do machão}.</u> <u>É a educação...que nem ele aqui falou, teve já uma diferença do pai dele pra ele, né. Por que ele teve uma educação diferente, mais liberal, ele talvez conviveu....num outro ambiente. É isso aí! Talvez o pai dele tinha uma educação mais rígida, né. E pro</u></p>	<p>O homem machão pode ser valentão, machista ou pegão.</p> <p>O machão valentão quer impor respeito à força; ele quer ser respeitado, mas não respeita. O machista quer manter a mulher submissa e dependente, quer que ela permaneça abaixo dele, inferior a ele para que ele não perca a autoridade. Ele não admite que a mulher trabalhe e acha que se não puder sustentá-la, melhor 'cortar as bagagens fora'.</p> <p>Pegão todo homem é numa fase da vida. Tem uma fase que a gente pensa que ser homem é sair com várias mulheres e o que vem, morre! Isso vai dos 16 aos 22 anos, mais ou menos, mas para alguns essa fase não passa nunca. Essa cultura de machões não vai durar muito tempo, vai acabar logo! A evolução do homem elimina o machão. No meu tempo existiam muito mais machões. Do meu pai para mim já houve muita mudança e para o meu filho também vai ser diferente. Além disso, a mulher também está crescendo, se desenvolvendo, o que ajuda a eliminar o machão.</p>

filho dele, já vai também ser assim, mais liberal. O homem tá tendo o desenvolvimento dele, tá crescendo.

Os dois lados tão...[homem e mulher]

Essa parte de machão aí, não é uma cultura que vai durar muito tempo, não. Vão acabar logo esses machão aí!

...tem uma fase da vida da gente...que... a gente acha que é homem e que homem é isso. É a fase que eu vejo hoje nessa piaçada dentro nos setores que trabalham com a gente. (Muitas risadas). Então, pô, ontem saí com duas gatinhas (imita os rapazes, falando e olhando para cima, enquanto coça o peito); pô, Sábado que vem já tenho marcado com fulana; bah, tu viu a cicrana lá? Saí com ela. Ó, aquela lá.... Né, tem essa fase que eu acho que vocês já passaram também....

De machão. Mas machão assim no sentido de pegão!

Isso é mais ou menos nos 19-20 anos. O que vem, morre!

tem uns que não passa nunca (Risos) Tem homem que não tem espelho...(Risos)

Hoje, dos 16 até os 20-22 anos é a fase deles fazer ai as...

ANEXO 7

Diário Analítico

Tema – Homossexualidade

1ª. leitura – 25/06/2004.

Nos discursos do grupo, há sempre a referência ao homossexual como um homem inferior, o qual seria um outro tipo de homem mesmo tendo as qualidades esperadas para um homem. Isso parece ocorrer por que lhe falta uma condição básica da masculinidade: a heterossexualidade.

Há uma contraposição do homossexual com o homem normal, o que remete à normalidade/normalização de Foucault e ao gênero, segundo o que se pode dizer que o sócio-culturalmente instituído como normal para o homem é a heterossexualidade. Isto estabelece fronteiras para o que é aceito e, ao mesmo tempo, para o que é excluído. Desta forma, a homossexualidade inscreve-se no espaço da exclusão.

No que se refere a causas, a homossexualidade é vista como doença física (hermafroditismo) ou psicológica. No campo psicológico, decorre da interação de múltiplos fatores sociais (educação, família, amigos, comunidade, escola) e individuais (curiosidade). A curiosidade é, ao mesmo tempo, considerada o motor de grandes descobertas, um fator essencial ao progresso/desenvolvimento do homem e como risco potencial para a homossexualidade, para o uso de drogas, etc. Está presente também a idéia de que a homossexualidade é uma escolha pessoal, o que estaria intimamente ligado à curiosidade: o homem tem curiosidade sobre relações homossexuais, experimenta, gosta e opta por elas, abandonando a heterossexualidade.

Fica claro também nos discursos a vinculação da homossexualidade a uma aparência efeminada, a qual permitiria a identificação imediata do homossexual. O homossexual nega o masculino e aproxima-se do feminino nos traços e maneirismos (o que revela uma visão estereotipada também da mulher) ou no fato de ser penetrado sexualmente. Nele, anulam-se as características que identificam o homem.

2ª. leitura – 08/07/2004.

O homossexual é alguém que se desviou do caminho estreito já previamente delineado para o homem seguir para que se habilite a ser reconhecido como tal. Isto o faz diferente (Foucault). A inclusão da homossexualidade no campo das diferenças, a consideração da mesma como desvio tem o preconceito como efeito, o qual é comum à maioria dos homens. Nos discursos, o preconceito revela-se de diferentes maneiras:

1. Discurso francamente preconceituoso: “deixa esse cara vir para ver o que acontece”; “eu por exemplo não quero perto de mim”.
2. Discurso ameno de respeito às diferenças. (ver falas)
3. Discurso aparentemente não preconceituoso denunciado por algumas expressões: ‘se ele vier conversar comigo posso conversar numa boa e até ser amigo...’; ‘eu acho que é indiferente se o homem for um homossexual, se o homem é o que ele é na vida pessoal, se ele honra ou não, não importa...’; ‘...e tem travestis, como foi citado, que não são homens, mas que têm uma vergonha na cara incrível’; ‘....[o homossexual] continua sendo homem, embora um viadão, né.’.

Há, no entanto, um esforço por parte destes homens para aceitar a homossexualidade, demonstrada na busca de leituras sobre o assunto, na disposição em manter conversação com um homossexual quando é este quem a inicia, na afirmação de que quando se conhece a pessoa antes de saber-la homossexual torna-se mais fácil conviver e manter um laço de amizade (sempre cauteloso). Neste esforço, movimentam-se numa linha de tensão entre o que ouviram na infância, ao longo de suas vidas com relação à homossexualidade e o discurso atual de respeito às diferenças e de tolerância.

Em função do preconceito, o convívio com um homossexual é difícil e evitado. O convívio, a aproximação voluntária, a conversa com um homem assumidamente homossexual são descartados no caso do outro ser um desconhecido e evitada no caso de ser conhecido. Esta situação pode ser diferente no caso do outro revelar-se homossexual depois de algum tempo de

amizade, 'quando já se conhecem'. Neste caso, o convívio é aceito e pode seguir em bases 'normais' desde que não haja nenhuma referência à homossexualidade, a sexo e haja respeito ao outro.

O convívio pode ser diferente e seguir normalmente se o homem conhecer o outro antes de sabe-lo homossexual. Nesta situação, o preconceito pode perder o embate com outras qualidades e princípios de um homem como, por exemplo, ser leal a um amigo e fazer o que é correto.

Esta situação pode novamente mudar se a homossexualidade for publicamente assumida. Neste caso, pode haver um afastamento mesmo quando há um conhecimento prévio. Talvez isso ocorra para que o homem evite que parem dúvidas ou surjam interrogações sobre sua própria masculinidade, para que os 'outros' percebam que ele é diferente.

'...tem um amigo meu, dos meus cunhados, cabelereiro, que é assumido! Tem namorado. Ele diz que tem namorado! Problema dele! Eu, por mim, se ele quer fazer ou não quer, que se lasque! Já não sou muito de ir lá falar com o cara e tal.'

Sobre a imagem do homem homossexual, surge um indicativo da separação entre espaços público e privado como sinônimos do que é particular, oculto, e do que pode ser de conhecimento geral. Na homossexualidade, parece não haver problemas enquanto esta condição permanece oculta, em segredo, restrita ao âmbito particular, circunscrita ao espaço privado, da vida pessoal, onde cada um faz o que quer. A situação muda quando a homossexualidade se torna pública, assumida, o que a retira do âmbito privado e a faz invadir o espaço público, do convívio com outras pessoas. Neste caso, os homens discriminam aquele que revelou sua condição. Esta atitude parece ser uma maneira de reforçar a sua própria masculinidade aos olhos dos demais, a diferença que existe entre ele e aquele que se revelou homossexual.

Os discursos sugerem a existência de uma dupla moral segundo a qual a homossexualidade é considerada um problema privado da pessoa e, como tal, deve permanecer restrita a este espaço do viver, entre quatro paredes. O homem pode ser homossexual 'da porta para dentro', longe dos olhares dos outros. Assim sendo, fora deste espaço seu convívio com outros homens em sociedade pode não ser afetado se ele mantiver uma imagem máscula, parecendo-se com um homem normal e comportando-se como tal.

Quando se trata do estabelecimento e manutenção de conversação, há recusa em aproximar-se de alguém homossexual. Entretanto, se um homossexual aproximar-se para conversar, não há problemas desde que seja uma conversa 'normal', não sobre sexo e sem envolvimento sexual. É possível, então, conversar com um homossexual e manter com ele uma relação de amizade mediante o respeito a algumas condições, as quais não são explicitadas ao outro.

É recorrente a idéia de que os homossexuais assediam sexualmente outros homens, como se tivessem uma voracidade sexual incontrolável, ameaçadora, perigosa, da qual é preciso defender-se.

Os discursos revelam a noção de que os homossexuais têm um caráter diferente dos hetero; imoralidade, mau caráter, irresponsabilidade são associados a eles, o que sugere a consideração da homossexualidade como perversão, especialmente considerando-se a teórica prontidão dos mesmos para o sexo.

Ambos os grupos – homo e hetero – têm algo que os identifica:

1. Os heterossexuais são identificados pelo seu desejo sexual por mulheres, o que os qualifica como homens reiterando sua masculinidade e é algo bom em si, que reforça e dá relevo às demais qualidades esperadas em um homem.
2. Os homossexuais que têm um desvio manifestado por seu desejo por outros homens, o qual os caracteriza como 'o contrário do homem normal', que diminui o valor dos mesmos como homens e os torna potencialmente perigosos, pervertidos.

Estes aspectos estão diretamente relacionados com a imagem de homem. Neste sentido, é preciso que o homem mantenha coerência entre o que é, o que aparenta ser, entre o que é interno e o que é externo, entre o que é público e o que é privado em favor da manutenção de uma imagem de homem. A idéia comum de que o homossexual é efeminado faz com que ele seja uma afronta à imagem de homem e, ao mesmo tempo, delineia gradações no preconceito, o qual é maior quando o homossexual aparenta sê-lo. Assim, parece haver dois tipos de homossexual:

1. O homem que quer parecer mulher.
2. O homem que tem uma imagem de homem – trabalhador, usa terno, tem sua casa, seu carro – mas tem namorado.

O primeiro caso é discriminado de uma forma mais intensa, talvez por que represente uma negação evidente do masculino¹. O segundo pode conviver com os demais homens, os quais podem nem saber de sua homossexualidade, pois ele mantém uma imagem masculina apesar de seu desejo por outros homens.

Nem sempre um homem que tem jeito de homossexual (leia-se 'efeminado') o é de fato. Assim, deduzir a homossexualidade a partir de indícios da aparência pode levar a enganos, a 'acusações' de 'inocentes'. O uso destas palavras reforça o caráter de erro conferido à homossexualidade e a conotação moral deste julgamento.

Há, então, a possibilidade de alguém ser erradamente julgado em função de sua aparência e de seu comportamento. Isso remete ao panóptico de Foucault, ao grande olho onipresente que vigia a todos ininterruptamente e que se situa não apenas nos olhares dos outros, mas também no olhar vigilante que cada um lança para dentro de si próprio. Os homens estão continuamente expostos ao olhar dos outros e a um policiamento pessoal ininterrupto que atua como freio aos desvios e erros.

3ª. leitura – 12/07/2004.

A boa imagem e a manutenção da mesma é algo essencial ao homem para que ele possa servir de exemplo a seus filhos. Neste particular, o homossexual seria um mau exemplo, pois influenciaria os filhos nesta direção. Há aqui mais uma referência à homossexualidade como desvio e a um certo tipo de determinismo, segundo o qual os filhos seguem os passos do pai: pai médico, filho médico; pai homossexual, filho homossexual.

Tenho a impressão de que os homens vivem acuados pela necessidade de comprovar continuamente sua masculinidade heterossexual, reafirmando-a continuamente para si e para os outros ao longo da vida e pela obrigação de manter uma imagem/reputação viril. A primeira relação sexual com uma mulher é um marco nesta afirmação de heterossexualidade tanto para si como para os outros, pois a experiência é relatada ao grupo de amigos. Da mesma forma parecem atuar o apetite sexual, a prontidão para o sexo, o casamento e os filhos.

Até mesmo as relações extra-conjugais têm um grande valor nesta contínua busca de auto-afirmação como homens, como não homossexuais. Essa idéia é reforçada pelo comportamento dos homens frente ao assédio feminino, ao qual nunca respondem com um 'não' direto mesmo quando não desejam envolver-se com a pessoa. Nestes casos, desconversam, respondem com evasivas ou então aceitam, mas o 'não' nunca é diretamente usado. Dizer 'não' a uma 'cantada' coloca o homem em má situação, 'fica feio'.

A um primeiro olhar, tenho a impressão que o que define o homem é o 'NÃO SER': não ser machão, não ser homossexual e não ser mulher.

A homossexualidade surge como uma ameaça contínua, como um risco sempre presente e do qual o homem procura fugir. Esta ameaça se torna presente quando o homem identifica a homossexualidade no outro e se defende dele, afastando-se para não ser confundido, permanecendo sempre atento à possibilidade de assédio, etc. A onipresença desta ameaça impulsiona o homem a viver de acordo com um protótipo de masculinidade como o descrito no tema um, evitando que surjam dúvidas sobre a sua heterossexualidade.

'Juntando as peças'

A homossexualidade surge como um 'desvio' da imagem de homem. O homossexual pode ser homem, do sexo masculino, mas não é Homem, condição que reúne pertencer ao sexo masculino e ter uma série de qualidades que complementam este atributo da natureza e que complementam-se umas às outras.

¹ Esta representação do homossexual é formada mais a partir de imagens veiculadas pela mídia do que pela experiência, posto que na cidade em que vivem a homossexualidade dificilmente é revelada ou conhecida publicamente, sendo vivida em segredo.

Sobre a homossexualidade, há, nos discursos, referências que se pretendem sem preconceito. Entretanto, esta posição é denunciada por expressões como 'se ele honra ou não' e na afirmação de que 'travestis não são homens, mas tem alguns que têm uma vergonha na cara incrível'. Pode-se perceber aqui que a homossexualidade é relacionada com a idéia de perversão, à sem-vergonhice.

A impressão que tenho é que estes homens vivem acuados pela necessidade de comprovar continuamente sua virilidade e de manter uma imagem/reputação viril. A primeira relação sexual é um marco nesta comprovação tanto para si como para os outros homens, pois a experiência é relatada ao grupo de amigos. O apetite sexual, a prontidão para o sexo também parece ser um elemento comprobatório. O casamento também reforça esta noção de masculinidade e avalisa a heterossexualidade. Este aval é reforçado pela gravidez da companheira e pelo nascimento dos filhos. As relações extra-conjugais parecem ter também este cunho.

Sobre a imagem do homem homossexual, surge um indicativo da separação entre espaços público e privado como sinônimos do que é particular, oculto, e do que pode ser de conhecimento geral. Na homossexualidade, parece não haver problemas enquanto esta condição permanece oculta, em segredo, restrita ao âmbito particular, circunscrita ao espaço privado, da vida pessoal, onde cada um faz o que quer. A situação muda quando a homossexualidade se torna pública, assumida, o que a retira do âmbito privado e a faz invadir o espaço público, do convívio com outras pessoas. Neste caso, os homens discriminam aquele que revelou sua condição. Esta atitude parece ser uma maneira de reforçar a sua própria masculinidade aos olhos dos demais, a diferença que existe entre ele e aquele que se revelou homossexual.

A idéia de que a homossexualidade é uma escolha está presente e vem aliada à idéia de que a educação pode ter influenciado nesta escolha. Há também a noção de que a homossexualidade é uma doença de ordem física ou psicológica.

A um primeiro olhar, a impressão que tenho é de que o que define o homem é o '**NÃO SER**': não ser homossexual, não ser machão, não ser mulher (idéia baseada na diferença física entre os sexos).

A homossexualidade vista como doença psicológica acontece em função de influências externas, as quais incluem educação, família, comunidade, amigos, escola e a curiosidade. Nesta compreensão, parece haver a interação de fatores sociais e individuais (curiosidade) na determinação da homossexualidade.

A curiosidade é tida como fator necessário ao progresso, ao desenvolvimento do homem e como risco potencial para a homossexualidade, para o uso de drogas e para a criminalidade.

Segundo o grupo, o preconceito para com o homossexual é comum à maioria dos homens (98%) e em função do mesmo, o convívio com um homossexual é complicado justamente por que é difícil para os homens aceitarem a homossexualidade. O convívio, a conversa, a aproximação voluntária com um homem assumidamente homossexual é descartada no caso do outro ser um desconhecido. As coisas podem ser diferentes se o outro se revelar homossexual depois de algum tempo de amizade, de convívio, quando 'já se conhecem'. Neste caso, parece que o convívio pode seguir em bases 'normais' desde que não haja nenhuma referência à homossexualidade, a sexo e respeito ao outro. Parece onipresente a idéia de que o homossexual assedia sexualmente outros homens, o que tenha uma sexualidade exacerbada, uma libido à flor da pele, o que o tornaria potencialmente perigoso.

Nestas circunstâncias, o convívio se daria com base no respeito ao outro, estando 'cada um na sua', o que não eliminaria a postura defensiva dos heterossexuais, os quais observam continuamente o homossexual em busca de indícios de 'cantadas'.

Isso me leva a pensar novamente na homossexualidade como uma ameaça contínua na vida dos homens, como um risco para a sua masculinidade, como risco de ser confundido com o outro caso não viva de acordo com um protótipo de masculinidade 'normal'.

Há uma recusa em aproximar-se de alguém sabidamente homossexual. Agora, se um gay aproximar-se para conversar e for uma conversa 'normal', não sexual, tudo bem! É recorrente a idéia de que os homossexuais assediam sexualmente como se tivessem um voracidade sexual incontrolável que ameaçaria constantemente os homens. Isso parece ser reforçado pela expressão 'posso **ATÉ** ser amigo do cara, **MAS** cada um na sua.' Fica, para mim, a forte impressão que, segundo estes homens, os homossexuais têm um caráter diferente dos heterossexuais. Ambos os grupos parecem ter algo que os identifica: os heterossexuais, o desejo

sexual por mulheres, o que os qualifica como homens reiterando a sua masculinidade e que é algo bom por si só. Os homossexuais que têm um desvio manifestado no desejo por outro homem, o qual diminui o seu valor como homem e o torna potencialmente perigoso, um perverso.

A aparência **denuncia** o homossexual, o qual **sempre tem jeito de**. Alguém que tem jeito de homossexual pode não ser de fato, mas ter curiosidade sobre isso. Deduzir homossexualidade a partir de indícios da aparência pode levar a **'acusações'** de **'inocentes'**. As falas parecem indicar a idéia comum de que o homossexual é sempre efeminado, o que afronta a imagem de homem. O preconceito revela-se com expressões como 'acusado inocentemente', 'queimar a rosca', 'julgado'. Isso parece reforçar a separação entre homossexualidade e masculinidade, sendo o primeiro um desqualificativo do homem.

No que se refere à homossexualidade, parece haver dois tipos: 1) o homem que quer parecer mulher, o que é um problema psicológico. 2) o homem que tem namorado, mas tem imagem de homem: é trabalhador, usa terno, tem sua casa, seu carro, tudo certo. O primeiro caso parece ser discriminado, talvez por sugerir uma negação da masculinidade, do homem. O segundo caso pode conviver dentre os demais homens sem problemas, pois ele mantém a imagem de homem apesar do seu desejo homossexual. Talvez esse seja considerado Homem e não homem, enquanto mantiver sua condição em segredo.

O convívio pode ser diferente se o homem conhecer o outro **ANTES** de sabê-lo homossexual. Se o homem souber que o outro é homossexual **ANTES** de conhecê-lo, será difícil aproximar-se dele para conversar.

Quando a homossexualidade é publicamente assumida, a aproximação voluntária não é fácil mesmo quando há um conhecimento prévio. Neste caso, pode haver afastamento justamente para evitar dúvidas sobre a sua própria masculinidade, para deixar evidente a toda a diferença.

No caso de drogas e homossexualidade, há também o risco da pessoa ser erradamente 'julgada' em função de sua aparência, de seu comportamento. É preciso conhecer a pessoa para então julgá-la.

Isso me remete ao panóptico de Foucault, ao grande olho onipresente que vigia a todos ininterruptamente e que se situa não apenas no olhar do outro, mas também no olhar que cada um lança para dentro de si. Há, nestes casos, uma exposição contínua ao a olhar dos outros e a um policiamento pessoal ininterrupto de forma a garantir que se seja e se pareça bom, correto, etc.

Um homem tem que servir de exemplo para os filhos, um bom exemplo. Neste particular, o homossexual seria um mau exemplo, pois influenciaria os filhos nesta direção. A meu ver, há um retorno à homossexualidade percebida como escolha, como desvio, como perversão e uma referência a uma espécie de determinismo, segundo o qual os filhos seguem os passos do pai: pai médico, filho médico; pai engenheiro, filho engenheiro,; pai homossexual, filho homossexual. Assim pensando, a homossexualidade é algo que pode ser evitado.

A homossexualidade parece ameaçar tanto os homens que eles não querem nem falar sobre o assunto. De qualquer forma, o homossexual é um outro tipo de homem, o contrário do homem 'normal'. Isso não se restringe apenas ao campo sexual, mas parece que este campo contamina os demais campos da vida. Fica a impressão que o homossexual é imoral, sem caráter, sem responsabilidades. Tenho a impressão de que prevalece uma percepção estereotipada da homossexualidade associada à perversão.

Ser do sexo masculino é condição para se homem. Isto parece reforçar a idéia de que o homem é diferente da mulher e a diferença principal é a física, sexual. Se isto é condição para o ser homem, é possível compreender a exclusão do homossexual. Sob este ponto de vista, ele se aproxima da mulher ou nos maneirismos (numa visão estereotipada também da mulher) ou no fato de ser penetrado sexualmente. Nele, anulam-se as diferenças que identificam o homem.

Homossexual é alguém que se desviou do caminho estreito que o homem tem para seguir a fim de ser reconhecido como tal e, mesmo tendo qualidades de um homem, não o é.

ANEXO 8

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sou enfermeira, aluna do curso de Doutorado em Enfermagem do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e estou desenvolvendo uma pesquisa para compreender as relações entre homem e mulher no casal heterossexual a partir do ponto de vista do homem, cujos dados serão coletados através de entrevistas e discussões de grupo.

No decorrer desta pesquisa, mantereí em sigilo as informações obtidas e qualquer dado que possa permitir a identificação dos participantes, garantindo-lhes o anonimato. Os participantes poderão verificar continuamente os dados obtidos, bem como fazer modificações, complementações, supressões ou exclusões se assim desejarem.

Os dados coletados serão utilizados para a elaboração de minha tese de doutoramento e também de artigos para divulgação nos meios científicos.

Ciente das informações acima, de que poderei solicitar esclarecimentos a qualquer momento no decorrer da pesquisa e da possibilidade de retirar-me da mesma a qualquer momento, aceito participar.

Nome Completo - _____

Assinatura - _____

Data - _____

Pesquisadora – Valéria Silvana Faganello Madureira
COREN – SC 30.910
Fone: (049)444-0845

Orientadora – Dra. Mercedes Trentini
Fone: (48)237-4518; (48)9982-0334